

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies



FACULDADE DE LETRAS

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos

International Journal of African Studies

Nº 8 - 2005

Editorial	3
Artigos	7
Os Estados Lusófonos em África - 1975-2005	
Representações sociais, valores e atitudes face ao político em Angola e Moçambique	11
<i>Franz Heimer, Elisete Marques da Silva e Gabriel Mithá Ribeiro</i>	
Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico - o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular	39
<i>Michel Cahen</i>	
Moçambique, 30 anos de independência	69
<i>Felizardo Bouene</i>	
A Terceira Vitória da Frelimo em Moçambique: Marginalização Política ou Estabilidade Económica?	85
<i>Rita Pais</i>	
Cabo Verde, 30 anos de independência nacional	99
<i>Daniel Pereira</i>	
Guiné Bissau, 30 anos de independência	109
<i>Leopoldo Amado</i>	
O Semi-presidencialismo e o controlo da constitucionalidade em São Tomé e Príncipe	137
<i>Gerhard Seibert</i>	

Problemáticas das sociedades islâmicas africanas

- “Islão negro” versus “verdadeiro Islão” - dilema ou sintoma de persistente e injustificada discriminação dos muçulmanos africanos subsarianos? 167
Eduardo Costa Dias
- Analyse du changement politique dans la République de Djibouti de 1992-2005: Contexte et Processus 189
Mohamed Abdillahi Bahdon

Problemáticas da escravatura africana

- Foram os escravos decisivos na abolição da escravidão? Considerações a propósito de um livro de Nelly Schmidt 233
João Pedro Marques
- No rescaldo da escravatura. As ciências sociais chamadas à liça nos anos 30 (século XX) 259
Maria Emília Madeira Santos e Vítor Rodrigues

Recensões 275

- Adelmir Fiabani, *Mato, Palhoça e Pilão. O Quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]* – Recensão de José Capela 277
- Alberto da Costa e Silva, *Um Rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África. Das Mãos do Oleiro* – Recensão de José Capela 279
- Robert William Fogel, *The Slavery debates, a retrospective (1952-1990)* – Recensão de Maciel Santos 283
- Rui Miguel Costa Pinto, *A Costa Oriental Africana (1640-1668). O Monopólio dos capitães* – Recensão de Eugénia Rodrigues 291
- Susanne Gehrman, János Riesz (éd) *Le Blanc du Noir Représentations de l' Europe et des Européens dans les littératures africaines* – Recensão de José Capela 313
- Carlos Ferreira, “*Quase Exílio*” – Recensão de Jacinto Rodrigues. . 317

Resumos 323

EDITORIAL

O nº 8 da “Africana Studia” apresenta pela primeira vez num volume três conjuntos temáticos: estudos sobre os países lusófonos africanos entre 1975-2005, sobre as sociedades islâmicas africanas e sobre a escravatura africana.

Como se compreenderá, este formato não inclui qualquer pretensão enciclopédica. Representa simplesmente a fórmula julgada mais conveniente para sistematizar os resultados de várias linhas de pesquisa que o CEAUP tem desenvolvido e nas quais tem tido o privilégio de contar com a colaboração de notáveis investigadores de outros centros.

Sobre o primeiro conjunto, pouco haverá a dizer salvo que a intenção nunca foi a de participar num sacrifício aos deuses das efemérides. O cumprimento dos 30 anos de independências PALOP não encerra qualquer significado simbólico (porquê 30 e não 25 ou 40?), nem estabelece qualquer periodização com significado histórico. Acontece apenas que se torna necessário aproveitar a conjugação de estarem, ao mesmo tempo disponíveis, investigadores com conhecimentos acumulados neste campo e um conjunto de novas fontes, que a distância temporal começou a abrir.

Os estudos sobre as sociedades islâmicas e sobre a escravatura africana não têm a especificidade do primeiro conjunto mas constituem nas últimas décadas campos de intenso crescimento bibliográfico a nível mundial. O facto de o CEAUP ter realizado e planejar realizar periodicamente encontros científicos sobre estas temáticas justifica, além disso, que tenham na nossa revista um estatuto de rubricas residentes.

Christine Messiant (1947-2006)

Uma outra particularidade marca o nº8 da nossa revista, embora desta vez pelo vazio e por um vazio irreversível. O primeiro conjunto temático não conta com quem seria de outro modo uma presença assegurada. Christine Messiant, uma das grandes pesquisadoras sobre a Angola contemporânea, desapareceu a 3 de Janeiro de 2006. A esse acontecimento trágico se deve a ausência de um estudo específico sobre a sociedade angolana. Infelizmente não serão apenas estas páginas que se ressentirão da sua falta.

Tanto o CEAUP como a “Africana Studia” podem orgulhar-se de ter contado com o seu entusiasmo, que nunca excluía a análise lucidíssima. Tanto quanto isso é possível dizê-lo em ciência, os estudos africanos vão continuar durante muito tempo a contar com Christine Messiant.

O Conselho de Redacção

Artigos

**OS ESTADOS LUSÓFONOS EM ÁFRICA
1975-2005**

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, VALORES E ATITUDES FACE AO POLÍTICO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE¹

Franz-Wilhelm Heimer*
Elisete Marques da Silva
Gabriel Mithá Ribeiro

Uma análise abrangente da política tal como ela é vivida pela sociedade – dos espaços constituídos nesta esfera pelos actores sociais, e dos processos que neles se desenrolam – não pode limitar-se ao exame das práticas/comportamentos, mas tem forçosamente que incluir o estudo da “dimensão subjectiva”, ou seja, o pensamento social² sobre o político.

Este segundo nível – o do modo como os actores sociais, condicionados pelo contexto social em que se encontram inseridos, vêem e “sentem” a política, e a si próprios face a ela e no seu contexto – tem até à data recebido uma atenção bastante reduzida, no fundo apenas fragmentária e metodologicamente em geral pouco adequada, nos trabalhos sobre a África Subsaariana, e em especial sobre a África Lusófona. Um esforço destinado a captar as dinâmicas complexas e

* Os autores são investigadores do Centro de Estudos Africanos / ISCTE de Lisboa. Franz-Wilhelm Heimer é professor catedrático jubilado de sociologia e estudos africanos do ISCTE, Elisete Marques da Silva é docente do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e doutoranda em estudos africanos do ISCTE e Gabriel Mithá Ribeiro é mestre e doutorando em estudos africanos do ISCTE.

¹ Versão revista de uma comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004.

² Retoma-se aqui, aplicado ao campo específico do político, o conceito de “*social thinking*”, cunhado pela psicologia social cognitiva. Veja Tajfel 1984, Farr & Moscovici 1984, Flick 1998, Vala & Monteiro 2004.

muitas vezes contraditórias que caracterizam as recomposições políticas actualmente em curso nos países africanos de língua portuguesa³ terá assim que incluir a dimensão do pensamento social, a título de vertente constitutiva.

É nesta perspectiva que se situa a investigação cujos resultados aqui se resumem de forma provisória e sintética. A intenção da pesquisa é a de captar algumas das características mais salientes da maneira como, na presente conjuntura histórica de Angola e Moçambique, as populações urbanas destes dois países “pensam” e “sentem” o político.

Perspectiva analítica e metodologia

De maneira um tanto esquemática, podem distinguir-se as seguintes dimensões do pensamento social sobre o político⁴:

- A dimensão que via de regra mais destaque recebe é a cognitiva, ou seja, a que remete para fenómenos diversamente designados como cognições sociais, como representações sociais, como crenças ou, quando contêm elementos de causalidade, como explicações. Estes fenómenos devem ser concebidos como resultados de processos (sempre sociais, porque condicionados pelo tecido social onde o indivíduo se encontra inserido) de uma produção de sentido, e não como uma apropriação (concebida como passiva e individual) de “realidades objectivas” (ou “dadas”).

- A dimensão avaliativa abrange não apenas o conjunto dos valores considerados como relevantes para a esfera do político (os “valores políticos”), mas também a avaliação, à luz destes valores, de estruturas, processos e actores presentes na mesma esfera.

- A dimensão afectiva compreende as cargas emocionais que aparecem associadas às cognições sociais, mas com especial intensi-

³ O presente estudo foi elaborado no quadro de um projecto com este título, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, coordenado por Franz-Wilhelm Heimer e realizado no quadro do Centro de Estudos Africanos / ISCTE de Lisboa.

⁴ Veja Heimer *et alii* 1990.

dade nos valores e avaliações. É esta a dimensão que redundava nas atitudes – em sentido estrito – face ao político⁵.

• Finalmente, a dimensão conativa corresponde aos “esquemas de acção”, ou seja, a comportamentos fixos (“estereotipados”), por assim dizer guardados como programas na *software* da pessoa, e que são desencadeados como reflexos por determinadas situações.

Importa sublinhar que estamos aqui longe das “opiniões” circunstanciais / situacionais, recolhidas p.ex pelas sondagens de opinião. Idealtipicamente encontramos face a vertentes duráveis, complexas e coerentes do pensamento social sobre o político – e é às constelações (*patterns*) sedimentadas de vertentes duráveis do pensamento social sobre o político que reservamos o termo de “culturas políticas”. Convém sublinhar que as culturas políticas, assim entendidas, são naturalmente sujeitas a mudanças, a longo prazo ou em função de acontecimentos marcantes, e que estes processos de constituição, desagregação e recomposição podem implicar fases de menor sedimentação, consistência e complexidade.

Nesta perspectiva, a investigação em que se baseia o presente estudo constitui uma tentativa de verificar até que ponto há na fase actual, em Angola e Moçambique, estruturas desta natureza. Uma vez que, nos dois países, a problemática analítica atrás equacionada não tem até hoje sido objecto de investigações científicas⁶, os autores optaram na sua pesquisa por um procedimento metodológico particularmente cuidadoso, combinando a técnica “qualitativa” das entrevistas (abertas e semi-estruturadas) com a técnica “quantitativa” do inquérito por amostragem⁷. No presente trabalho, optou-se por uma

⁵ Num sentido menos estrito, o termo “atitudes” é utilizado por certos autores em relação às quatro dimensões, falando-se por conseguinte em “atitudes cognitivas”, “atitudes avaliativas”, “atitudes afectivas” e “atitudes conativas”. Veja p.ex. Chaiken & Eagly 1993. No presente estudo, não é porém este o uso terminológico adoptado.

⁶ As únicas – e importantes – excepções parecem ser Ribeiro 2000, Carvalho 2003 e Silva 2005.

⁷ A primeira fase da investigação consistiu em cerca de 90 entrevistas abertas de carácter exploratório, realizadas em Luanda e Maputo por Franz-Wilhelm Heimer e Elisete Marques da Silva, de Julho a Setembro de 2001; veja Heimer & Silva 2002

utilização de alguns dos resultados do inquérito como fio condutor, “lendo” e interpretando estes resultados, porém, contra o pano de fundo das entrevistas⁸. Em razão do lançamento tardio desta linha de investigação⁹ e dos limitados recursos humanos e materiais disponíveis, não houve condições para estender o estudo às sociedades rurais, sabendo-se embora que estas continuam a constituir a maioria da população, e que o seu pensamento social sobre o político, caracterizando-se por uma considerável diversidade, é bastante diferente daquele que se encontra nas cidades¹⁰.

Os contextos de Angola e Moçambique

Como é óbvio, os resultados obtidos devem ser lidos contra o pano de fundo das trajectórias de ambos os países: delimitação geográfica e concomitante gestação (até hoje inacabada) de formações sociais territoriais, em condições de ocupação colonial portuguesa; um período pós-colonial caracterizado por uma tentativa de implementação de uma utopia socialista, inspirada pelos princípios do chamado centralismo democrático e da economia centralmente planificada, e em simultâneo

que em parte é retomado no presente texto. De Julho a Setembro de 2003 e em Março de 2004, os três autores realizaram, separadamente ou em conjunto, cerca de 100 entrevistas individuais semi-estruturadas nas cidades angolanas de Luanda, Lubango e as moçambicanas de Maputo, Nampula, Beira e Tete; nas mesmas cidades foram realizadas 15 entrevistas de grupo. As entrevistas individuais foram no essencial realizadas com pessoas provenientes dos estratos médios residentes na parte central da respectiva cidade, as entrevistas de grupo na sua maioria com pessoas dos estratos baixos, residentes nas periferias urbanas. A título complementar foi executada, por inquiridores angolanos respectivamente moçambicanos, um pequeno inquérito por amostragem, de um total de 734 inquiridos, nas mesmas cidades – exceptuando Beira – bem como na cidade de Sumbe. Em virtude da sua dimensão limitada, a amostra não corresponde, obviamente, a critérios rigorosos de representatividade, mas a sua constituição cuidadosa justifica uma utilização dos dados obtidos como aproximação válida.

⁸ Os dados de inquérito apresentados no presente estudo foram considerados como válidos porque são confirmados pelos resultados das entrevistas, ou então compatíveis com estes. Uma utilização mais explícita dos resultados das entrevistas será feita em trabalhos posteriores.

⁹ A fase preparatória do projecto teve início em meados de 1998, e a da execução em Dezembro de 2000, estando o fim desta fase marcado para Novembro de 2004.

¹⁰ Para Angola, este facto é ilustrado por A-IP 2003 bem como pela dissertação de mestrado em estudos africanos de António Guebe sobre os Hanya, ainda em preparação no ISCTE.

guerras civis com fortes envolvimento internacionais; desde há mais de uma década, uma transição para um sistema político multipartidário e para uma economia de mercado, acompanhada por complexos processos de recomposição social; existência, na fase actual, de uma dinâmica política caracterizada, com diferenças de grau (e porventura qualitativos) entre Angola e Moçambique, pelo predomínio do segmento social dos detentores do poder (e agregados) e pela impotência da maioria da população¹¹.

Angola tem vindo a integrar-se, desde fins dos anos 80, no grupo de países africanos cujo protótipo histórico foi o Zaire dos “tempos áureos” de Mobutu Sese Seko, e que inspirou o subtítulo de uma obra recente: “A desordem como instrumento político”¹². Esta constatação refere-se à maneira como o espaço político dominante foi estruturado enquanto a guerra civil ainda decorria e foi, inclusive, instrumentalizada para o processo. Constituiu-se neste período como “actor social colectivo” dominante um segmento complexo de detentores do poder político e económico, onde é possível distinguir um núcleo central, vários núcleos secundários e um grande número de indivíduos agregados. A lógica deste segmento – cujo poder assenta no controlo do aparelho (administrativo, militar, económico) do Estado e do antigo partido único, o MPLA, maioritário desde a passagem, em 1992, para um sistema pluripartidário – concentra-se naquilo que em linguagem marxista se poderia chamar a sua “reprodução alargada”, ao arrepio de muitas das normas oficialmente propagadas e das racionalidades internacionalmente consagradas. Por outras palavras, por uma prática a que a obra atrás referida chama “da desordem”¹³, e cujo significado concreto será desnecessário explicar a quem tem vivido ou atentamente acompanhado a Angola das últimas décadas. Podemos aqui limitar-

¹¹ Veja a análise mais pormenorizada em Heimer 2004.

¹² Veja Chabal & Daloz, 1999.

¹³ Convém salientar que os autores a apresentam não como uma ausência de ordem, mas como uma lógica alternativa, praticada em boa parte de África, e que teria o mérito de “funcionar” em circunstâncias onde a “ordem” internacionalmente postulada não seria viável. Um dos reparos a fazer a esta obra é o de que são apresentadas como típicas e exclusivos de África características amplamente difundidas em todas as partes do globo.

-nos a apontar para as duas vertentes constitutivas: a obtenção de benefícios materiais a curto e médio prazo, e a manutenção no poder¹⁴.

O que fica subentendido, mas que será oportuno salientar, é que esta forma de estruturar o espaço político exclui, na prática, a presença activa de outros actores sociais¹⁵, o que é facilitado pelo facto de só uma única vez, em 1992, ter havido eleições. O único actor social com alguma efectividade na esfera do político, já desde os anos 80, foram as igrejas cristãs, inicialmente mais as protestantes, depois mais a católica¹⁶. Na segunda metade dos anos 90, acrescentaram-se-lhes outros mecanismos da “sociedade civil”, desde associações e ONGs até uma certa imprensa livre¹⁷. E desde o início dos anos 90, constituíram-se mais de 130 partidos políticos, dos quais uma dezena tem assento no parlamento, mas a sua importância real é globalmente bastante limitada, e no caso da grande maioria praticamente nula¹⁸.

A esmagadora maioria da população não tem, por conseguinte, um estatuto efectivo de cidadão, e à sua “exclusão política” corresponde uma muito acentuada “exclusão social”¹⁹. Situação de que tem uma nítida percepção, e que resulta predominantemente numa atitude de rejeição, expressa em termos explícitos ou “codificados”²⁰.

¹⁴ Os trabalhos de investigadores como Alexactus Kaure, André Sango, Armando Marques Guedes, Christine Messiant, David Birmingham, Fernando Andresen Guimarães, George Wright, Gerald Bender, Keith Somerville, Manuel Ennes Ferreira, Michael Offermann, Nelson Pestana, Nuno Vidal, Peter Meyns, Tony Hodges e outros, muito diferentes entre si, constituem suportes importantes para este diagnóstico. Veja também os relatórios publicados pelas ONGs Global Witness, Human Rights Watch e International Crisis Group bem como do Christian-Michelsen-Institute de Bergen/Noruega, do Fundo Monetário Internacional e do Sistema das Nações Unidas em Angola.

¹⁵ As coordenadas básicas da “formação social territorial” angolana, saídas da fase de ocupação colonial, são esboçadas em Heimer 1979. Estas coordenadas persistem no seu essencial até hoje. Sobre o conceito de “formação social territorial”, e o seu uso em estudos africanos, ver Heimer 2002.

¹⁶ Ver Schubert 2000 e Domingos 2003.

¹⁷ Ver Pestana 2003.

¹⁸ Alguns entre eles outra coisa não são do que criações ao serviço do partido dominante.

¹⁹ Ver Carvalho 2004 e Rodrigues 2004. A desigualdade social em Angola é, neste momento, provavelmente uma das mais altas do mundo.

²⁰ Resultados das entrevistas realizadas pelos autores em 2001 e 2003. Ver também AIP 2003.

Embora a constituição angolana estipule um sistema de democracia representativa²¹, a lógica dominante tem como consequência que a realidade vivida está longe deste modelo. A participação política é extremamente baixa e selectiva, a transparência é pouca, a separação dos poderes em boa parte fictícia, a legitimação do poder por eleições regulares não é praticada. A imbricação entre política e economia é estreita, e constitui uma condição essencial para que o funcionamento desta última desafie, na maior parte dos casos, as regras fundamentais da economia de mercado.

Há sem dúvida aspectos da política angolana que não seguem a dinâmica aqui esboçada, mas sem até hoje porem em causa o seu domínio hegemónico. Tal facto é tanto mais notável como o fim da guerra civil, em começos de 2002, deu origem à expectativa generalizada de que marcaria o início de uma mudança rápida e incisiva da lógica política dominante. Decorridos quatro anos sobre aquele marco histórico, somos porém forçados a constatar que em termos daquela lógica as continuidades prevalecem de longe sobre as rupturas e mesmo sobre as alterações graduais. É certo que há “paz de tiros”, e que o “universo paralelo”²² construído pela UNITA de Jonas Savimbi deixou de existir, havendo deste modo, pela primeira vez depois do acesso à independência, um espaço político nacional congruente com o território de Angola. Mas é certo também que a lógica do poder e a prática do regime político continua por enquanto a ser fundamentalmente as que existiam no fim da guerra civil, no universo sob controlo governamental.

Não quer isto dizer que Angola se encontra, em termos de dinâmica política, num estado por assim dizer “congelado”. Ao contrário: nos últimos anos, e especialmente desde 2002, acumulam-se os sinais de uma mudança em gestação. No seu conjunto, estes sinais, não raramente (ao menos em aparência) contraditórios, não parecem apontar para uma direcionalidade clara. No seio do segmento no poder, a ponderação, algumas vezes conflituosa, entre as vantagens comparativas de uma manutenção da lógica actual e de uma opção por

²¹ Ver Guedes *et alii* 2004.

²² Ver Milando 2003.

uma democracia e economia “neo-liberais” parece longe de uma conclusão clara. Existem numerosos mecanismos que, num sentido amplo, podem ser considerados como parte da “sociedade civil” e que constituem, implícita ou explicitamente, forças apostadas na obtenção de mudanças qualitativas, mais ou menos incisivas, da lógica política vigente²³. Na população, especialmente nas camadas urbanas mais jovens, observa-se um processo lento mas aparentemente consequente de gestação de uma cultura política diametralmente oposta a esta lógica. E os impactos políticos da “reconquista” do território nacional pela economia informal, e em diferido e de forma hesitante pela economia formal, ambas durante a guerra civil concentradas no litoral e algumas cidades do interior, não parecem até à data previsíveis.

Moçambique, o país africano de língua portuguesa cuja trajectória pós-colonial está melhor estudada²⁴, pertence àquela categoria de países africanos que inclui casos como os dos Camarões e da Zâmbia, onde todas as características referidas no caso de Angola também estão fortemente presentes, mas não configuram um domínio linear e absoluto da “lógica da desordem”. Um segmento dominante existe, mas está menos sedimentado e coeso, e com uma capacidade mais limitada

²³ Alguma imprensa privada e certos pequenos partidos políticos estão empenhados no mesmo sentido. Em contrapartida, o alcance e a direcionalidade da influência do maior partido de oposição ao MPLA, a UNITA, continua a ser difícil de discernir. Há indícios de que este partido poderá vir não a gerar uma “contra-elite”, capaz de constituir uma alternativa de poder, eventualmente promotora de uma lógica diferente, mas de as suas lideranças serem selectivamente “cooptadas” e absorvidas pelo segmento social dominante, constituído até 2002.

²⁴ Veja p. ex. os trabalhos de Adolfo Yáñez-Casal, Allen & Barbara Isaacman, Anne Pitcher, António Almeida Serra, António Manganhele, Barry Munslow, Bernardo Ferraz, Bernhard Weimer, Bertil Egerö, Björn Sorensen, Carlos Serra, Carrie Manning, Célia Nunes, Chris Alden, Christian Geffray, Eduardo Siteo, Elisio Macamo, Fernando Florêncio, Fernando Jorge Cardoso, George Harrison, Georgij Derluguian, Hans Abrahamsson & Anders Nilsson, Harry West, Iraê Lundin, João Cabrita, João Gomes Cravinho, John Saul, José Fialho Feliciano, José Negrão, Joseph Hanlon, Lars Buur, Luís de Brito, Malyn Newitt, Merle Bowen, Michel Cahen, Patrick Harris e Tom Young. Veja também Santos & Trindade 2003.

²⁵ Trata-se não apenas de actores sociais institucionalizados, como partidos políticos, comunidades religiosas e ONGs, mas também de redes informais de elementos pertencentes às elites intelectuais, administrativas e empresariais, sem esquecer as “autoridades tradicionais” fortemente presentes nas sociedades rurais. Sobre estas últimas veja Florêncio 2003.

para impor o seu controlo, inclusive no âmbito do partido no poder, nos aparelhos do Estado e no poder judiciário. A nível nacional, mas também a nível regional e local, há outros actores sociais com uma capacidade real ou potencial de intervenção na esfera do político²⁵. Estes actores não apenas manifestam interesses divergentes dos do segmento dominante, como veiculam exigências e desenvolvem práticas que reflectem o desejo de uma ordem democrática efectivamente baseada nos valores políticos fundamentais²⁶, e de uma racionalidade transparente da governação. Apesar das reservas que se impõem em relação aos moldes em que se realizaram as duas primeiras experiências eleitorais (1994 e 1999), bem como os primeiros casos locais de uma alternância no poder resultantes das eleições autárquicas (2003)²⁷, criaram na população e nos detentores do poder a consciência de que uma mudança pelo voto era possível mesmo ao nível do poder central. A esmagadora vitória da FRELIMO nas eleições legislativas e presidenciais de 2004, em parte devida ao “colapso eleitoral”²⁸ da RENAMO, pode eventualmente ter prejudicado esta tendência. De qualquer modo, ao longo destas três décadas pós-coloniais, como em Angola, o antigo partido único em Moçambique acusa até hoje uma nítida tendência para, fundamentalmente, manter a postura de um partido único – ou, no mínimo, esmagadoramente dominante²⁹.

²⁶ Os valores políticos da liberdade, da igualdade, da participação, do bem-estar social, da segurança, da dignidade (individual e colectiva) e da existência de um “projecto societal” acusam uma alta saliência em Moçambique. Veja Heimer & Silva 2002 onde se apresentam os resultados preliminares de uma investigação, posteriormente confirmados pelas pesquisas realizadas por Gabriel Mithá Ribeiro e por Franz-Wilhelm Heimer em 2004.

²⁷ Em 2003 a RENAMO venceu as eleições municipais na Beira, Nacala, Angoche, Ilha de Moçambique e Marromeu.

²⁸ Expressão utilizada por Joseph Hanlon em conferência proferida no ISCTE (Lisboa) a 01.02.2006.

²⁹ O resultado da primeira eleição em Moçambique (1994) explica-se em boa parte pela pouca credibilidade do partido então recém saído da “oposição armada”, a RENAMO. Sobre a segunda eleição em Moçambique (1999) pairam sérias suspeitas de uma manipulação dos resultados. A vitória esmagadora da FRELIMO em 2004 acentua a instrumentalização do aparelho de Estado e por implicação a reprodução da lógica política reinante. A hipótese da constituição de uma “contra-elite” parece remota em Moçambique, e até à data não parece haver indícios de uma efectiva “cooptação” das lideranças da RENAMO.

O abalo provocado pela muito escassa vantagem obtida nas eleições de 1999, traduzida no receio de a oposição ganhar as eleições nacionais marcadas para fins de 2004, obrigou o partido dominante cada vez mais a esforços para adquirir uma legitimidade derivada de uma prática política respeitadora dos valores e interesses das sociedades moçambicanas e o “funcionamento normal das instituições democráticas”, para usar uma expressão consagrada. Ao mesmo tempo conduziu-o a reactivar a sua ligação às bases - sobretudo nos espaços rurais, de algum modo desorganizados ou negligenciados desde o fim da guerra civil - pela reorganização à escala nacional, regional e local das estruturas do partido político no poder, estratégia que vem consolidando a implantação da FRELIMO em todo o território, com vantagens evidentes em relação à oposição. Embora também em Moçambique a imbricação entre poder político e económico seja bastante acentuada, passando por uma instrumentalização do aparelho de Estado e do partido maioritário³⁰, esta prática não é, como em Angola, função quase absoluta do anseio por benefícios materiais a curto prazo, por parte do segmento dominante. Embora falte bastante para que a população moçambicana tenha alcançado uma situação de cidadania plena, verificam-se neste domínio desde já avanços graduais em comparação com Angola. Ao mesmo tempo, os poderes locais, “tradicionais” ou não, têm um peso crescente, embora certamente não proeminente, no processo político global. A imprensa livre desempenha um papel activo comparável ao que tem em Angola. Os mecanismos da “sociedade civil” têm uma visibilidade globalmente menor, mas algumas ONGs dispõem de espaços de acção relativamente consideráveis.

A seguir à vitória incontestável da FRELIMO nas últimas eleições legislativas e presidenciais, observa-se neste partido um nítido avanço de uma tendência “desenvolvimentista” que não aponta necessariamente para uma democracia mais participativa. Subsiste, porém, uma influência significativa da corrente “neo-patrimonialista”, hegemónica durante os anos que precediam estas eleições.

³⁰ Veja o estudo de caso desenvolvido em Garcia 2004.

O conjunto dos indicadores aqui reunidos parece justificar a hipótese de que em Moçambique a dinâmica política é já neste momento qualitativamente diferente da prevalente em Angola. A probabilidade (não a certeza) de um encaminhamento não tanto para um sistema de maior participação política, mas ao menos para uma lógica ao serviço da maioria da população afigura-se em Moçambique menos reduzida do que no “país irmão”. Mas convém sublinhar que, ao contrário de Angola, Moçambique é um país de recursos de tal modo escassos que a dependência externa daí resultante limita de forma extrema a margem de opções de todos os actores sociais endógenos, quaisquer que sejam.

Resultados da investigação preparatória

Convém começar por referir os resultados da inicial fase preparatória dos trabalhos, de 2001, que determinaram a orientação da fase principal da investigação.

Constituiu uma certa surpresa o facto de, no discurso livre dos entrevistados, a dimensão globalmente mais saliente não ter sido a cognitiva, mas a avaliativa, com destaque para os valores políticos de fundo. Outra surpresa foi a descoberta de que, no domínio dos valores, o pensamento social dos entrevistados é bastante mais diferenciado do que o habitualmente registado na literatura internacional sobre cultura política³¹.

É certo que os quatro valores “clássicos” aparecem sempre e com bastante relevo: tanto o célebre binómio “liberdade & igualdade” (ou “liberdade *vs.* igualdade”), como o “par” complementar “participação & bem-estar”. Em todos os quatro casos, registam-se discursos e conotações de natureza individualista, correspondentes aos consagrados na literatura. Com alguma frequência aparecem, porém, também versões de índole “comunitária”, especialmente entre os entrevistados

³¹ Veja a extensa bibliografia indicada em Heimer *et alii* 1990. No fundo, a literatura continua, a este respeito, em certa medida tributária das obras pioneiras dos cientistas políticos americanos Gabriel Almond e Sidney Verba. Veja Almond & Verba 1963 e 1992.

moçambicanos: liberdade de auto-regulação de comunidades rurais, igualdade entre diferentes segmentos sociais, participação de determinados grupos sociais, bem-estar de tecidos sociais específicos.

Para além destes quatro valores, identificaram-se, entretanto, toda uma série de outros; em particular:

- O valor da segurança, com as facetas da ausência de conflitos armados e da criminalidade violenta (especialmente urbana).
- O valor da existência de um objectivo (rumo, projecto, utopia) da sociedade no seu conjunto – às vezes apresentado em termos de necessidade (sócio-) psicológica, às vezes em termos de dignidade “nacional”.
- O valor da solidariedade, como oposto ao princípio da concorrência de interesses individuais e grupais.
- O valor da existência / observância de regras claras para a interacção entre os actores sociais a nível político.
- O valor da boa governação, ou seja, de uma gestão transparente e honesta pelo Estado.

Talvez devido à técnica utilizada, que privilegiou o discurso livre e espontâneo dos entrevistados, afigura-se algo difícil operar nos elementos recolhidos uma distinção nítida entre as cognições e as avaliações relativas ao político vivido pelas pessoas. Via de regra, é o aspecto avaliativo – muitas vezes associado a conotações afectivas – que sobressai, parecendo com alguma frequência haver menos uma “informação” das avaliações pelas cognições, e mais um condicionamento das cognições pelas dimensões avaliativa e afectiva.

A imagem básica da esfera do político que ressalta da maior parte das entrevistas vai no sentido de esta esfera caracterizar-se na fase actual, fundamentalmente, não por uma lógica institucional, mas uma lógica de relações sociais em torno do poder. Portanto, uma representação social distante dos estruturalismos de todas as obediências, e próxima de perspectivas semelhantes às esboçadas por Foucault.

Em relação ao domínio da política “nacional”, há três tipos de cognições sociais (representações, crenças) que se destacam.

- Os regimes políticos vigentes são vistos, em ambos os países, como autoritários e repressivos, situando-se nestes termos numa linha de continuidade que teve o seu início no Estado colonial. Neste contexto, surge com alguma frequência – geralmente com uma visível carga emocional – a noção de que, no período imediatamente a seguir às independências, foi anunciada, e até certo ponto praticada, uma ruptura com estas características “herdadas”.

- É percebida como característica constitutiva da lógica política instaurada no decorrer dos anos 90 aquela que normalmente é rotulada de “corrupção”, e que no pensamento dos entrevistados se assemelha bastante ao modelo (um tanto impropriamente chamado) da “desordem” esboçado por Patrick Chabal e Jean-Pascal Daloz³². Esta representação social está estreitamente associada à imagem da política como relacional, atrás referida³³.

- Os detentores do poder político (central) aparecem, praticamente sem excepção, em termos de uma alteridade bastante radical, excluídos das identidades sociais onde os entrevistados se consideram enquadrados³⁴. O conteúdo deste tipo de representações sociais varia consideravelmente. Enquanto não raramente se recorre à imagem redutora e personalizada do “chefe”, encontra-se com frequência sensivelmente igual a representação de um “eles” colectivo e difuso. Cognições algo menos simplificadoras remetem para “os políticos”, que por vezes

³² Ver Chabal & Daloz 1999.

³³ Convém precisar que o mero facto de um determinado político utilizar o seu poder para beneficiar a sua família tem para muitos entrevistados uma conotação positiva, na medida em que consideram como actos de elementar solidariedade e responsabilidade que uma pessoa em situação confortável apoie a família. O que é rejeitado é que um dado segmento social utilize o seu poder para imprimir a toda a esfera do político uma lógica contrária ao interesse da sociedade global. A coexistência destas duas linhas de pensamento resulta algumas vezes numa visível ambiguidade.

³⁴ Esta cognição é na maioria dos casos acompanhada pela crença de que os detentores do poder desconhecem a realidade da restante população, e não a querem conhecer ou não a conseguem compreender.

aparecem numa espécie de associação constitutiva com os empresários (ou seja, os detentores do poder económico). Para outros, o detentor do poder é (continua a ser mesmo depois da passagem para um sistema multipartidário) uma amálgama entre o Estado (o governo) e o partido político no poder, em ambos os países o mesmo que dominava o anterior sistema monopartidário. Apenas os entrevistados pertencentes às “elites” articularam neste domínio percepções analiticamente diferenciadas³⁵. De qualquer modo, prevalece uma representação social de forte distanciamento.

- Qualquer que seja a percepção de quem são os detentores do poder político, uma representação social largamente difundida entre os entrevistados é a de que, a todos os níveis, se constata uma gestão no mínimo deficiente, e em geral francamente má, dos interesses públicos. Esta cognição é frequentemente ligada à de uma ausência, a nível dos detentores do poder, de perspectivas e políticas a maior prazo, e de uma concentração sobre questões imediatas e pontuais – naturalmente ligados, de uma forma ou de outra, aos interesses (a curto ou médio prazo) dos detentores do poder³⁶.

- Uma clara maioria aceita, em princípio e com entendimentos diversos e frequentemente difusos, o modelo da democracia multipartidária e representativa, embora o considere algumas vezes como imposto a partir do exterior, mas é da opinião que este modelo está a ser implementado só parcialmente e/ou com fortes deturpações³⁷.

Embora a investigação sobre o pensamento social relativo ao político parta habitualmente da hipótese teórica de que as cognições, os valores e as atitudes afectivas/avaliativas se condicionam mutua-

³⁵ É preciso assinalar que os elementos recolhidos são relativamente omissos no capítulo das cognições relativas aos níveis regional e local do poder político, não permitindo descrições/categorizações como as acima esboçadas para o nível nacional.

³⁶ Os únicos detentores de poder que “escapam” a esta percepção são aparentemente algumas das “autoridades tradicionais”, especialmente em Moçambique, na medida em que se lhes atribui com certa frequência uma (certa) capacidade de liderar esforços de auto-regulação das respectivas sociedades rurais.

³⁷ Especialmente em Moçambique, parte dos entrevistados tem a mesma representação social genérica em relação ao modelo socialista da I República.

mente, a pesquisa aqui apresentada parece apontar mais no sentido de estas últimas serem – de acordo com uma lógica quase dedutiva – predominantemente “produzidas” pelas primeiras duas dimensões. Sendo importante salientar que as reacções dos entrevistados sugerem a utilidade de distinguir entre dois níveis de atitudes face ao político.

Um nível é o das atitudes emotivas de fundo. Na Angola do ano 2001, constata-se a este nível uma atitude inequívoca de profundo e omnipresente medo, patente ou latente. Em Moçambique, parecia não haver um denominador único desta natureza: embora o medo estivesse também presente, apareciam ao mesmo tempo sentimentos como a ansiedade e a irritação.

Outro nível é o das atitudes que se situam já na proximidade imediata das práticas políticas dos indivíduos. O leque de atitudes registadas a este nível enquadra-se perfeitamente na célebre tricotomia heurística formulada por Albert Hirschman: “*loyalty*”, “*exit*” e “*voice*”³⁸.

- Praticamente não se encontraram atitudes de “*loyalty*”, ou seja, de aceitação global da realidade política e de apoio à sua “lógica”, tal como era percebida³⁹. Em contrapartida, esta atitude foi manifestada por alguns em relação a dadas forças políticas, melhor dito, aos projectos (utopias sociais, defesa de valores políticos e interesses sociais) imputados por estes entrevistados às forças em questão.

- As atitudes de longe dominantes eram de “*voice*”, ou seja, de contestação da realidade política efectiva (e por vezes do sistema político formal), com destaque para os detentores do poder político (e por vezes das forças que se oferecem como alternativas a estes). Nestas categorias, as atitudes iam da rejeição total até a exigências, formuladas em termos genéricos ou concretos, de transformação da realidade contestada.

³⁸ Veja Hirschman 1970.

³⁹ Na expressão de entrevistados tanto angolanos como moçambicanos, a atitude de “cidadania”, bastante difundida nos primeiros anos pós-coloniais, quase já não se encontraria, especialmente nas camadas mais jovens da população. No entanto, esta afirmação é parcialmente desmentida por Silva 2005.

• Finalmente, houve numerosas manifestações de uma atitude de “*exit*”, de recusa explícita ou implícita tanto da adesão como da contestação, indo as variações desde a vontade de sair do país até às mais diversas formas de “imigração interna” ou de “desconexão”⁴⁰.

Toda a gama atrás exposta de valores, cognições e atitudes encontrou-se tanto em Angola quanto em Moçambique, ficando patente que em ambos os países existem constelações tão diversas – correspondentes à pluralidade de “mundos”⁴¹ que coexistem e se interpenetram nas respectivas formações sociais territoriais – que não é possível falar num pensamento social abrangente (e muito menos uniforme).

Ficou também patente que as manifestações recolhidas na fase preparatória não permitem uma conclusão clara em relação à dúvida, que não é apenas metodológica, de saber se, ou até que ponto, os modos de pensar e sentir o político estão, na conjuntura histórica que ambos os países vivem neste momento, constituídos de forma sedimentada, configurados em “*patterns*” de cultura política identificáveis e relativamente estáveis, ou se estamos na presença, também neste domínio, de processos de recomposição caracterizados por uma grande fluidez – análogos aos que se constata nas (estruturas das) práticas das pessoas e dos grupos.

⁴⁰ Algumas seitas, cristãs ou sincréticas, fornecem aos seus fiéis argumentos religiosos para uma atitude de “*exit*”: o mundo é intrinsecamente mau, e “a política” ainda mais do que outras esferas. Um número aparentemente significativo de comunidades rurais parecem considerar como a sua melhor opção a de manter-se à distância do Estado e de toda a política “nacional”.

⁴¹ Metáfora usada por Mía Couto, na entrevista realizada com este escritor, em Maputo. Convém salientar que estes “mundos” são vistos como simultaneamente separados e imbricados, havendo entre eles um grande desconhecimento mútuo, acompanhado por desconfianças e medos. Para captar os seus contornos, não será suficiente recorrer apenas às “clássicas” distinções sociológicas, mas haverá que avançar num campo até à data pouco explorado em estudos africanos, a saber o das identidades sociais que – longe de constituírem características grupais “objectivas” e fixas – são como as culturas políticas do domínio do pensamento social, e interagem intensamente com estas⁴¹. Veja Heimer 1988 e Florêncio 2002.

Orientação e resultados da investigação principal

Foi este conjunto de elementos que determinou o “roteiro” para a fase principal da investigação, efectuada em 2003 e 2004.

- Tanto nas entrevistas como no inquérito, realizados nesta fase, o acento foi posto nos valores, distinguindo-se quatro passos: a importância atribuída a cada um dos valores acima listados, a avaliação da medida em que cada valor foi respeitado na I República, a avaliação da medida em que cada valor foi respeitado na II República, a expectativa relativa à medida em que cada valor será respeitado no futuro previsível. A intenção foi a de, por esta via, captar não apenas valores e avaliações, mas também representações sociais (cognições / explicações) relativamente ao político pós-colonial vivido – no caso do inquérito apenas por inferência, mas no caso das entrevistas através de verbalizações explícitas, desencadeadas pelas perguntas relativas ao respeito dos valores políticos. Prescindiu-se de uma abordagem frontal da dimensão cognitiva que muito provavelmente teria tido um efeito inibitivo.

- Embora a abordagem pela via dos valores já permitisse conclusões sobre as atitudes relativas ao político pós-colonial, estas foram de forma expressa o objecto de um passo distinto onde se tratou de as captar em termos da tricotomia de Albert Hirschman.

- Para estabelecer eventuais diferenças no pensamento social, registaram-se – no inquérito de forma mais sistemática do que nas entrevistas – as características sociográficas das pessoas (género, idade, escolarização, profissão, etnia, religião, origem rural-urbana) bem como, de maneira tentativa, algumas das suas identidades sociais.

Os resultados mais importantes desta fase principal da investigação podem resumir-se esquematicamente nos pontos seguintes⁴²:

⁴² O material extraordinariamente rico será exposto de forma mais detalhada em trabalhos de maior envergadura.

- Devido à selecção dos entrevistados/inquiridos e à metodologia seguida, as manifestações de pensamento social recolhidas referem-se quase exclusivamente ao espaço político abrangente (“nacional”)⁴³. Enquanto a maior parte das pessoas vê este espaço essencialmente como estruturado da maneira que se revelou dominante durante a fase preparatória, a saber, pelas relações entre actores sociais colectivos (simplificando: “os que mandam” e os outros), verifica-se também a representação de um espaço político nacional estruturado em torno da instituição Estado⁴⁴.

- As pessoas aderem de forma relativamente indiferenciada ao conjunto dos valores políticos surgidos na fase preparatória⁴⁵. Há geralmente uma saliência algo maior dos valores do bem-estar, da segurança e da solidariedade. Na maior parte dos casos, a “clássica” escolha entre liberdade e igualdade é recusada, do mesmo modo como a escolha entre participação e boa governação – em ambos os casos com o argumento de que cada um destes valores pressupõe o respectivo outro. Apenas em parte das pessoas com escolaridade secundária ou superior surgem tendências comparáveis às grandes opções ideológicas tradicionalmente existentes na Europa: uma “esquerda” que prefere igualdade & participação, e uma “direita” neoliberal – tecnocrata que opta por liberdade & boa governação. Entretanto, alguns resultados do inquérito permitem formular a hipótese que no universo populacional inquirido se encontram em gestação padrões de cultura política distintos dos historicamente prevaletentes na Europa⁴⁶.

⁴³ Nas cidades de Luanda e Maputo registaram-se reacções no sentido de não ter cabimento distinguir o espaço político local do nacional. Nas cidades do Lubango e de Nampula apontou-se para a existência de um espaço político local / regional com características próprias, mas sem haver, da parte dos entrevistados, disponibilidade para aprofundar o assunto.

⁴⁴ Veja em especial o caso de Tete, estudado em Ribeiro 2004.

⁴⁵ No inquérito, a sequência foi igualdade das pessoas, liberdade das pessoas, participação das pessoas nos processos políticos, bem-estar das pessoas, segurança das pessoas e do país, boa governação do país, solidariedade entre as pessoas, regras claras para o funcionamento do país, rumo definido para o país. As médias variam entre 2.45 e 2.82, numa escala de 3. A nível bi-variável, não há qualquer conexão significativa, de sinal positivo ou negativo.

• A avaliação das I e II Repúblicas, em termos de valores postos em prática, é muito predominantemente negativa, com “notas” geralmente algo mais baixas para a II República⁴⁷. Na memória das pessoas, havia na I República não apenas mais igualdade, segurança e solidariedade do que na II República, mas também um maior bem-estar material⁴⁸, um melhor funcionamento da política segundo regras claras e um rumo mais definido para o país⁴⁹. Em contrapartida, a II República é melhor avaliada com respeito à liberdade, e no tocante à participação a avaliação global situa-se ao nível da I República: reconhece-se que hoje há uma participação importante pela via das eleições, mas – especialmente nos estratos baixos – existe em boa parte a representação social que os mecanismos locais instaurados pelos partidos únicos permitiam às pessoas comuns fazer-se ouvir melhor⁵⁰. Como era de esperar, os comentários registados nas entrevistas, em torno destes pontos, retomaram, confirmaram e acentuaram ainda mais todas as cognições e avaliações negativas da actual “dinâmica política”, já surgidas na fase preparatória, e que será desnecessário recapitular aqui. Convém acrescentar que, na maioria dos entrevistados pertencentes a estratos urbanos baixos, estas manifestações tiveram uma considerável carga emocional. No caso de Angola, é preciso ressaltar com grande destaque o facto de que praticamente todos os entrevistados consideraram que a lógica do regime político tinha sofrido, a nível das

⁴⁶ Uma análise factorial por componentes principais, da importância dada aos valores políticos fundamentais, ressalta com toda a nitidez a existência de dois factores (61% de variância explicada, rotação Variamax com Normalização Kaiser, 3 iterações): o mais importante agrega participação, boa governação, regras claras e rumo definido, o segundo igualdade, liberdade, bem-estar, segurança e solidariedade.

⁴⁷ No inquérito, as médias variam entre 1.76 e 2.49 para a I República, e entre 1.68 e 2.26 na II República.

⁴⁸ Aqui prevalece a experiência (representação social) dos estratos baixos que constituem a maioria: durante o socialismo havia poucos bens, mas meios de os adquirir, enquanto agora os bens de consumo abundam, mas não há meios para os comprar.

⁴⁹ A análise factorial das variáveis referidas à I República distingue também dois factores (59% de variância explicada, 3 iterações): o primeiro reflecte a avaliação positiva de todos os valores menos liberdade e participação, a segunda a negativa destes dois valores.

⁵⁰ A este respeito, há porém diferenças significativas entre, p.ex., uma avaliação mais positiva em Maputo e uma mais negativa em Nampula. Pode aqui referir-se que a análise factorial conduz à distinção de dois factores que constituem o inverso exacto dos obtidos para a I República: ver nota anterior.

práticas como das mentalidades, inflexões muito reduzidas e nenhuma ruptura, depois do fim da guerra civil, ocorrido pouco mais de um ano antes da fase principal da pesquisa⁵¹.

- Ainda em termos da implementação de valores, as expectativas em relação ao futuro previsível são pouco claras. No inquérito reflecte-se um *wishful thinking* indiferenciado e não um prognóstico ponderado⁵², e nas entrevistas uma maioria das pessoas manifestou um inequívoco pessimismo quanto a melhorias em relação à situação presente. A interpretação dos autores vai no sentido de que reina uma grande incerteza em relação aos rumos políticos que os dois países vão tomar nos próximos anos.

- Convém salientar que, embora não haja praticamente conexões bivariáveis significativas, nem no seio de cada conjunto de variáveis (relativos aos valores políticos e à sua implementação) nem entre os quatro conjuntos, a análise factorial da soma dos quatro conjuntos põe a descoberto um facto que os autores registam sem ainda poder oferecer uma tentativa de explicação: cada um dos conjuntos constitui um factor à parte, o que parece impor a interpretação de que as pessoas responderam em quatro “registos de pensamento” diferentes⁵³.

- As atitudes face aos dois sistemas políticos vividos na fase pós-colonial reflectem-se da maneira seguinte nas respostas ao inquérito:

	I República	II República
Concorda(va) e apoia(va)	32.4%	26.5%
Não participa(va) e mantinha(mantém)-se à distância	65.4%	64.8%
Era (é) contra e opunha(opõe)-se	2.0%	8.8%

⁵¹ Convém salientar que a fase preparatória da pesquisa se realizou meio ano antes deste marco histórico.

⁵² Médias entre 2.29 e 2.63. A análise factorial evidencia que todas as variáveis constituem um único factor (componente).

⁵³ 52% de variância explicada, 6 iterações. A sequência dos factores, em termos da parcela de variância explicada, segue a ordem em que os pontos foram introduzidos.

Estes números ganham bastante em importância desde que se tenha em consideração o facto de não reflectirem uma continuidade de posições, com poucas variações, mas uma multiplicidade de incisivas mudanças de atitude⁵⁴ – as quais constituem uma ilustração eloquente da complexidade e não linearidade dos processos de recomposição em curso nos dois países. Desnecessário será dizer que a mesma complexidade e não linearidade apareceu, de forma naturalmente mais diferenciada, no conjunto das entrevistas, onde por sinal as rejeições da II República foram bastante mais frequentes⁵⁵.

• Nestes mesmos termos, as atitudes face ao processo em curso⁵⁶ e o seu desenrolar esperado no futuro previsível acusam uma distribuição quase idêntica à relativa à II República⁵⁷. O que ressalta tanto no inquérito⁵⁸ como, ainda mais claramente, nas entrevistas é que uma maioria assume uma atitude de distanciamento e passividade, provocada por uma profunda desilusão e descrença. No entanto, uma

⁵⁴ A tabela de contingência das duas variáveis acusa um coeficiente de contingência de .4, a um nível de significância de .000. Das pessoas que concordavam com a I República, 52.0% também concordam com a II República, enquanto 31.6% passaram para uma atitude de abstenção e 16.4% a uma de rejeição; dos que se mantinham à distância durante a I República, 78.2% mantêm a abstenção na II, mas 17.9% a apoiam e 3.9% a rejeitam; dos que rejeitavam a I República, 27.3% também rejeitam a II, enquanto 18.2% a apoiam e 54.5% passaram para uma atitude de abstenção. NB: Os inquiridos que, na altura da I República, ainda não eram adultos foram considerados como omissos, nesta tabela.

⁵⁵ Parece lícito supor que, em situação de inquérito, muitas pessoas esconderam a sua rejeição atrás da resposta menos comprometedora da abstenção.

⁵⁶ Convém recordar que, na altura do inquérito e das entrevistas de 2003/2004, a paz alcançada em Angola tinha em princípio criado condições para mudanças políticas importantes. Em Moçambique vivia-se no momento do inquérito na véspera das primeiras eleições autárquicas (numa selecção limitada de municípios), enquanto a maior parte das entrevistas se realizou depois destas eleições, e com os olhos postos nas eleições legislativas de fins de 2004.

⁵⁷ Esta semelhança esconde porém uma medida significativa de “movimentos” entre as atitudes face à II República e face ao futuro. A tabela de contingência das duas variáveis (CC = .49, sig. .000) revela que 1/3 dos apoiantes da II República assume em relação ao futuro uma atitude de abstenção e mesmo oposição; os “abstencionistas” face à II República mantêm em 83% dos casos a sua atitude de distanciamento, passando apenas 15% para uma concordância e 3% para a oposição; dos que rejeitam a II República, apenas 18% mantêm esta atitude em relação ao futuro, enquanto 63% mudam para uma atitude de abstenção e 20% para uma atitude de apoio!

⁵⁸ 29.5% apoiam, 64.5% abstêm-se, 6.0% opõem-se.

minoría relativamente forte dispõe-se a um “engajamento” orientado pelos valores políticos professados, e na sua maioria numa perspectiva de mudança a prazo da “dinâmica política” actual⁵⁹. Uma minoría significativa, mas bastante reduzida, toma uma atitude de rejeição / oposição radical, sem que ficasse claro como a pretende traduzir numa prática⁶⁰.

Esta enumeração sumária dos resultados da investigação principal permitem visualizar tanto o seu alcance quanto as suas limitações, fornecendo inclusive “pistas” a serem seguidas e aspectos a serem aprofundados por trabalhos futuros⁶¹. Uma conclusão importante que parece impor-se é a de que no momento presente não se pode falar, no caso das populações urbanas de Angola e Moçambique, de culturas políticas no sentido estrito. Com efeito, e bem para além dos elementos acima resumidos, foi encontrado um número considerável de indicadores que apontam em dois sentidos: por um lado, para uma grande escassez de conexões entre as diferentes dimensões do pensamento social sobre o político; por outro lado, para a pouca sedimentação – ou mesmo o forte carácter conjuntural – de ao menos parte destas dimensões⁶². E parece desde já haver bases para afirmar que, a evoluir para constelações precisas e (relativamente) estáveis, o pensamento social sobre o político assumirá a forma de uma pluralidade de culturas

⁵⁹ Alguns propõem-se militar em partidos políticos, muitos na sua esfera profissional, muitos também no quadro de uma formação política organizada por igrejas e ONGs, outros ainda no quadro de projectos diversos de desenvolvimento. Nas entrevistas ficou claro que, frequentemente, não se tratava aqui de disposições conativas, mas de intenções de continuar e desenvolver práticas já iniciadas.

⁶⁰ Embora tenha havido nas entrevistas pontuais manifestações do tipo “Isto só muda à catanada!”, uma real disposição para a violência parece ser o facto de apenas uma franja ínfima.

⁶¹ Dois dos autores, Elisete Marques da Silva e Gabriel Mithá Ribeiro, encontram-se entretanto a preparar dissertações de doutoramento destinadas a captar o pensamento social sobre o político em populações circunscritas, respectivamente os estudantes universitários de Luanda e os habitantes da cidade de Tete. Pode referir-se que António Guebe iniciou entretanto uma pesquisa neste domínio, sobre a população rural da região do Cubal /Angola, e Cornélio Caley sobre a população rural do Bailundo/Angola, ambos na preparação de dissertações, respectivamente, de mestrado e de doutoramento.

⁶² Estas constatações referem-se, naturalmente, à população investigada na sua globalidade, sendo provavelmente menos válidas para determinados segmentos minoritários.

políticas – pluralidade esta que será naturalmente bastante maior a partir do momento em que se considerar não apenas a população urbana, mas também a rural.

Para terminar, podemos acrescentar algumas observações sobre o condicionamento do pensamento social pelas inserções sociais das pessoas. Boa parte da literatura sobre o período pós-colonial nos dois países procura, geralmente de forma implícita, as explicações para as manifestações do pensamento social pelo recurso às diferenças sociais de vária ordem, nomeadamente as étnicas, regionais e religiosas bem como as de estratificação social. Ora, as análises do inquérito⁶³ mostram que, ao menos em termos globais⁶⁴, não existe praticamente nenhuma conexão significativa entre as “variáveis independentes” de índole “sociográfica” (género, idade, rendimento, escolaridade, profissão, religião, origem rural-urbana) e os valores, avaliações e atitudes registadas, e que as poucas conexões verificadas são extremamente fracas⁶⁵ e aparentam um carácter aleatório. Em contrapartida, a variável “língua materna”, que serve como indicador de origens étnicas, inserções regionais e grau de urbanização⁶⁶, acusa conexões significativas, embora baixas⁶⁷, com os valores, avaliações e atitudes. Estas são por definição não lineares⁶⁸, não constituem uma base segura para interpretações globais e exigem pesquisas concentradas sobre este aspecto e, provavelmente, separadamente sobre diferentes segmentos/grupos. As diferenças relativamente maiores aparecem entre as seis cidades⁶⁹; sendo obviamente também não lineares e remetendo a interpretações caso a caso. A título de ilustração, indicam-se aqui, por cidade, as percentagens das pessoas que consideraram que a II República respeitava “muito” (em vez de “nada” ou “pouco”) os valores da igualdade e da liberdade⁷⁰:

⁶³ As entrevistas fornecem a este respeito informações pouco sistemáticas e precisas.

⁶⁴ A dimensão limitada da amostra não permite, evidentemente, análises por cidade.

⁶⁵ $r < 2$.

⁶⁶ Salienta-se que 31.2% % indicaram o português como língua materna (43.8% em Angola, 17.6% em Moçambique). NB: Entre as pessoas inquiridas, não houve ninguém que não tivesse ao menos um *working knowledge* do português.

⁶⁷ O CC varia entre .17 e .42, mas é geralmente inferior a 3.

⁶⁸ A variável “língua materna” é, naturalmente, de natureza nominal.

⁶⁹ O CC varia entre 25 e .50, sendo geralmente superior a .35.

⁷⁰ Os CC das respectivas tabelas de contingência são .50 e .49, com significância .000.

	Igualdade	Liberdade
Luanda	10.4%	17.4%
Lubango	8.1%	12.2%
Sumbe	53.3%	53.3%
Maputo	4.4%	60.0%
Nampula	11.7%	40.4%
Tete	26.7%	96.7%

Trata-se aqui de uma ilustração eloquente da necessidade de leituras e de pesquisas aprofundadas, que tenham em consideração a composição e trajetória específicas do “conglomerado de tecidos sociais” de cada uma das cidades.

Pode, finalmente, chamar-se a atenção para algumas diferenças entre Angola e Moçambique, reveladas pelo inquérito. Em relação a valores, avaliações e atitudes, estas são quase sempre significativas, mas bastante menos expressivas do que as imagens correntes o poderiam fazer supor. No caso da adesão aos valores políticos de fundo, as diferenças são apenas tangenciais e, dada a dimensão limitada da amostra, não constituem uma base para interpretações⁷¹. Em contrapartida, registam-se diferenças mais nítidas na avaliação do respeito por estes valores nas I e II Repúblicas bem como nas expectativas quanto ao futuro:

- A avaliação da I República é globalmente algo mais positiva em Moçambique do que em Angola. Esta tendência é nítida nos casos da igualdade, da segurança, da solidariedade e da existência de um rumo para o país. Nos casos da participação, da boa governação e da existência de regras claras, as estatísticas globais apontam para a mesma tendência, mas escondem uma clara polarização: enquanto a avaliação de uma maioria relativa dos moçambicanos é positiva, uma

⁷¹ A adesão à igualdade, ao bem-estar e à segurança é muito ligeiramente mais acentuada em Moçambique, a adesão à participação, à boa governação, à solidariedade e à existência de regras claras mais em Angola. Não há diferenças quanto à liberdade nem à existência de um rumo para o país.

forte minoria é de uma opinião diametralmente oposta, e as entrevistas sugerem que se reflectem aqui diferenças nítidas entre regiões, no tocante às práticas da I República. Uma avaliação mais positiva por parte dos angolanos verifica-se apenas no caso da liberdade, e não há diferença significativa no caso do bem-estar.

- Nas avaliações da II República, o quadro é bem menos nítido. Em Angola, são tangencialmente mais positivas – ou menos negativas – para a igualdade, o bem-estar, a segurança e a solidariedade. Em Moçambique, são nitidamente mais positivas em relação à liberdade, à participação e à existência de um rumo para o país, e tangencialmente mais positivas quanto à boa governação. Não há diferença quanto à (in) existência de regras claras para o funcionamento do país.

- Bastante diferente é a situação no domínio das expectativas quanto à implementação dos valores políticos no futuro: estas expectativas são significativamente mais altas em Angola, exceptuando os casos da liberdade e da existência de um rumo para o país, nos quais não há diferença entre Angola e Moçambique.

A estas reacções diferenciadas não correspondem, porém, as atitudes globais assumidas pelos inquiridos: o apoio às I e II Repúblicas aparece aqui ligeiramente mais forte em Angola, enquanto não há diferenças significativas nas atitudes face ao futuro. Um re-exame dos resultados das entrevistas fornecerá sem dúvida elementos capazes não apenas de elucidar esta aparente contradição, como o conjunto das diferenças (ou faltas de diferença) registadas pelo inquérito e pelas entrevistas.

BIBLIOGRAFIA

- A-IP [Instituto de Pesquisa Económica e Social, Luanda] (2003), “Atitudes dos angolanos face às eleições”, disponível em www.iri.org sob o título “Angola Baseline Polling Assessment” [o título em português não consta deste sítio e foi atribuído pelos autores do presente estudo, para fins de identificação].
- ALMOND, Gabriel; VERBA Sidney (1963), *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- ALMOND, Gabriel; VERBA Sidney (1992), *La Cultura Política*, in: Albert Batlle (org.), *Diez textos básicos de ciencia política*, Barcelona: Ariel, pp. 171-201.
- CARVALHO, Arlindo Afonso de (2003), *Aspectos da cultura política dos são-tomenses*, manuscrito não publicado.
- CARVALHO, Paulo Horácio de Sequeira e (2004), *Exclusão Social em Angola: O caso dos deficientes físicos de Luanda*, dissertação de doutoramento em sociologia, ISCTE, Lisboa.
- CHABAL, Patrick; DALOZ Jean-Pascal (1999), *Africa Works: Disorder as political instrument*, Londres & Bloomington: James Currey & Indiana University Press.
- CHAIKEN, Shelly; EAGLY Alice (1993), *The psychology of attitudes*, Harcourt Brace College Publishers.
- DOMINGOS, Nelson (2003), *A Igreja Católica como mecanismo de sociedade civil em Angola*, dissertação de mestrado em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- FARR, Richard; MOSCOVICI Serge (1984), *Social Representations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- FLICK, Uwe (1998) (org.), *The Psychology of the Social*, Cambridge: Cambridge University Press.
- FLORENCIO, Fernando (2002), *Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdaus de Moçambique*, “Cadernos de Estudos Africanos”, 3, pp. 39-54.

- FLORENÇIO, Fernando (2003), *As autoridades tradicionais vaNdau, Estado e política local em Moçambique*, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- GARCIA, Francisco (2004), *Burocracia e poder: o caso da indústria pesqueira em Moçambique*, dissertação de mestrado em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- GUEDES, Armando Marques *et alii* (2003), *Pluralismo e legitimação: A edificação jurídica pós-colonial de Angola*, Lisboa: Almedina; Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- HEIMER, Franz-Wilhelm (1979), *Der Entkolonisierungskonflikt in Angola*, Munique: Weltforum Verlag (versão abreviada em português: *A processo de descolonização em Angola, 1974 - 1976: Ensaio de sociologia política*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980).
- HEIMER, Franz-Wilhelm (1998), “Staatenwerdung und soziale Identität im portugiesischsprachigen Afrika”, in: M. Kuder (org.), *Zivilisation, Sprache und Literatur der afrikanischen Staaten portugiesischer Sprache*, Bona: DASP.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, VALA Jorge; VIEGAS José Manuel Leite (1990), *Cultura política: Uma leitura interdisciplinar*, “Sociologia: Problemas e práticas”, 8, pp. 9-28.
- HEIMER, Franz-Wilhelm (2002), *Reflexões acerca de uma abordagem interdisciplinar das sociedades africanas*, “Cadernos de Estudos Africanos”, 3, pp. 153-159.
- HEIMER, Franz-Wilhelm; SILVA Elisete Marques da (2002), *Culturas políticas em Angola e Moçambique: Elementos para uma agenda de investigação*, “Cadernos de Estudos Africanos”, 3, pp. 27-37.
- HEIMER, Franz-Wilhelm (2004), *Dinâmicas políticas dos países africanos de língua portuguesa*, comunicação apresentada no congresso referido na nota 1.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1970), *Exit, voice, and loyalty: Responses to decline in firms, organizations, and states*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

MILANDO, João (2003), *O desenvolvimento participativo em contextos institucionais advers: Aspectos africanos*, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.

PESTANA, Nelson (2003), *Dinâmicas da sociedade civil em Angola*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos – ISCTE.

RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mithá (2000), *As representações sociais dos moçambicanos, do passado colonial à democratização: Esboço de uma cultura política*, Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa.

RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mithá (2004), *Representações sociais sobre o Estado em Moçambique*, comunicação apresentada no congresso referido na nota 1.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann (2004), *Trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda*, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.

SANTOS, Boaventura de Sousa; TRINDADE João Carlos (orgs.) (2003), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*, 2 vol., Porto, Afrontamento.

SCHUBERT, Benedict (2000), *A Guerra e as Igrejas: Angola 1961-1991*, Basileia: Schlettwein.

SILVA, Elisete Marques da (2005), *Os estudantes universitários de Luanda face ao político*, comunicação apresentada na conferência internacional sobre “Recomposições contemporâneas dos espaços sociais na África Lusófona”, organizada pelo Centro de Estudos Africanos/ISCTE e o Departamento de Ciência Política da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 20 a 22 de Setembro (versão revista a ser publicada na respectiva colecção, em preparação).

TAJFEL, Henri (1984), *The social dimension*, Cambridge: Cambridge University Press.

VALA, Jorge; MONTEIRO Maria Benedicta (2004) (orgs.), *Psicologia Social*, 6^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LUTA DE EMANCIPAÇÃO ANTI-COLONIAL OU MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL? PROCESSO HISTÓRICO E DISCURSO IDEOLÓGICO – O CASO DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS E DE MOÇAMBIQUE EM PARTICULAR

Michel Cahen*

Este artigo¹ pretende contribuir para o repensar de alguns paradigmas, como o da simples utilização de *palavras* que usamos de forma corrente para qualificar as lutas armadas de libertação que tiveram lugar em determinados países africanos (ou mesmo noutra parte do terceiro mundo). Moçambique, em particular, e outras colónias portuguesas de África de forma mais geral, servirão aqui de guião, mas dentro de um objectivo conceptual mais vasto.

É, de facto, habitual qualificar as lutas armadas que tiveram lugar nas antigas colónias portuguesas como «luta armada de libertação nacional»², ou empregar fórmulas próximas tais como «movimentos de libertação nacional», ou ainda, «frentes de libertação nacional». Encontram-se igualmente outras formulações, tais como a inglesa

* Investigador do CNRS no Centre d'études d'Afrique noire do Institut d'Études Politiques de Bordéus.

¹ A versão francesa original deste artigo, «Lutte armée d'émancipation anti-coloniale ou mouvement de libération nationale? Processus historique et discours idéologique le cas des colonies portugaises, et du Mozambique en particulier», foi publicada na *Revue Historique* (Paris, Presses universitaires de France), CCCXV/1 (637), janvier 2006: 113-138. O autor agradece muito à tradutora, Raquel Cunha, por ter assim disponibilizado ao leitorado lusófono o seu artigo.

² Uma grande parte desta reflexão poderia referir-se também à Namíbia, Zimbabué, mesmo aos Camarões (guerrilha da UPC) e ao Quênia (revolta Mau-Mau), e até mesmo à Argélia e à Indonésia. Haveria, contudo, inúmeras *nuances* a introduzir que não podem ser de todo discutidas nesta comunicação.

Freedom Fighters, mas que designa apenas os combatentes, sem carga conceptual. Os países independentes que estes movimentos conseguiram criar, depois de grandes lutas, são designados de «novas nações», ou, quando queremos precisar antes a sua política de construção, de «Estados-nação». Fala-se também « da crise dos Estados-nação» africanos, em que se incluem os PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa³). *A ideia que reaparece sempre é a de nação*. É a ideia menos questionada e é, contudo, a mais problemática, tanto pela análise da natureza destas lutas como pela compreensão das contradições actuais destes países.

É por isso que abordaremos o problema numa ordem cronológica inversa, começando pela situação presente e retornando em seguida ao período colonial.

Será que aquilo que é dito é um dado adquirido? Que crise dos Estados-nação?

É habitual falar da «crise dos Estados-nação africanos»: contudo, toda e qualquer análise revela de imediato que se trata, em primeiro lugar, da crise de um discurso de poder copiado das ideologias políticas e das teorias das nações francesa, portuguesa e mesmo britânica – é interessante notar que as elites africanas das antigas colónias britânicas são tão «neojacobinas», oficialmente, como as das antigas colónias francesas e portuguesas. Tais «teorias», apesar de oficialmente repetidas, e em nome das quais se reprime o «separatismo» e o «tribalismo», não são nada coerentes com a generalização das práticas etno-clientelistas da grande maioria dos dirigentes. No plano económico não se assistiu a nenhum processo de unificação dos mercados nacionais. Desenvolvem-se forças centrífugas étnicas, religiosas, sociais que minam a estabilidade destes Estados – destas nações, melhor dizendo. Em resumo, estes Estados-nação parecem ter fracassado.

³ Sobre os PALOPs e a sua ideologia nacionalista, veja-se em particular Michel CAHEN (ed.), «L'Afrique "lusophone": approche socio-linguistique», em *Pays Lusophones d'Afrique. Sources d'information pour le développement*. Angola, Cap-Vert, Guinée-Bissau, Mozambique, São Tomé e Príncipe, Paris, Ibicus, 2001, p. 21-29.

Não se trata aqui de contestar este fracasso mas de determinar a sua natureza. Ora, se virmos concretamente o que aconteceu depois do início dos anos sessenta na maioria dos países africanos, e depois de 1975 nos PALOP, é impossível não colocar a questão: um Estado-nação não é uma ideologia, *é o Estado duma nação*. Evidentemente que se confundirmos Estado e nação o problema está tautologicamente resolvido: existe a nação já que existe o Estado e vice-versa. Admitimos, é claro, um certo desfasamento histórico – Senghor afirmava: «Em África, o Estado precede a nação» – mas a simples duração de vida destes Estados – agora meio século de independência precoce para uns (Gana, Guiné), e cerca de um quarto de século de independência tardia para outros (PALOP, Djibouti, Zimbabuê) – parece indicar que eles se tornaram, evidentemente, nações. Ouve-se dizer frequentemente que basta ver os jogos de futebol para nos convenceremos disto.

Aliás, já abordei bastante estas questões noutro lado⁴. Devemos, reconhecer, naturalmente que pode existir um Estado-nação, isto é, um Estado de uma nação, mesmo nos casos em que a dita nação não se estenda por toda a extensão do território do Estado em causa. O resto deste espaço é, portanto, povoado por outras nações (ou etnias, aqui pouco importa), cuja existência não é reconhecida, mas «fundida» num universalismo abstracto que não designa nenhuma identidade particular que não seja «política» e «cidadã», mas assegura muito concretamente a dominação da identidade da nação que fundou o Estado-nação. Este tipo de caso é frequente em muitas regiões do mundo (França, Rússia, Turquia, Sérvia, Algéria, Indonésia, China, etc.). Implica, no entanto, que o Estado-nação foi o *produto histórico* duma cristalização identitária em pelo menos uma parte consistente do território e que impôs uma organização política adequada. O nacionalismo desta nação provocou a emergência de um Estado apropriado, que exprime o que é *já nacional*. O facto deste Estado-nação, no seio das suas próprias fronteiras, ou, com maior razão, fora delas, sendo o colonizador, poder oprimir outras nações, etnias ou identidades colectivas é banal.

⁴ Entre outros, veja-se o meu *Ethnicité politique. Pour une lecture réaliste de l'identité*, Paris, L'Harmattan, 1994.

Mas isto explica a dupla natureza do nacionalismo: de expressão da identidade nacional (da nação) sentida por um povo, ele torna-se a expressão de um Estado e de estratos sociais que dele vivem, económica, social e «mentalmente». Em todo o caso, este *nacionalismo do Estado*, retira também a sua legitimidade da existência de um *nacionalismo de nação*, de uma nação historicamente cristalizada. O Estado-nação e o nacionalismo do Estado obtêm daí, portanto, uma certa estabilidade e força, da identificação que continuam a lhes dedicar todos aqueles que se sentem membros desta comunidade nacional.

Uma história diferente

A história do Estado «moderno» na África contemporânea é, evidentemente, muito diferente, uma vez que os Estados saídos da colonização tentaram construir «nações» no espaço de fronteiras que não foram o produto de mil anos de guerras, de ajustamentos progressivos e de unificação de mercados, mas de transacções imperialistas que, de 1884 à 1891, principalmente, assim as fixaram. Todas as fronteiras são artificiais, mas estas são artificiais, decididas num espaço de tempo extremamente curto e por actores exteriores na sua maioria ignorantes do terreno.

O Estado pós-colonial africano encontra-se, portanto, confrontado com uma tarefa praticamente impossível: operar a legitimação moderna do seu território pela construção rápida de uma nação que não corresponde em nada à realidade dos povos e identidades presentes no seu território. A apropriação do Estado, total ou simplesmente dominante, por um determinado grupo social – em geral unido em torno de uma identidade étnica – irá ser feita, portanto, em nome da nação, processo tão mais importante quanto esta apropriação condiciona em muito o acesso à renda (captação da ajuda internacional, lucros do petróleo, etc.) à falta de um processo histórico «burguês» de acumulação de capital. Existe, evidentemente, um projecto de Estado-nação, mas isto não é suficiente para qualificar este Estado de Estado-nação. Ora é precisamente isto que se faz.

Não se trata, claro, de negar que a fronteira, por muito artificial e ilegítima que seja, é ela mesma criadora de identidade: em Moçambique, os Macondes, os Chonas e os Changanes são diferentes de,

respectivamente, os Makondes da Tanzânia, os Shonas do Zimbabué ou os Shangaans da África do Sul. Algumas destas diferenças já existiam antes da fixação das fronteiras coloniais, mas pode pensar-se que a delimitação de espaços políticos compartimentados ajudou a acentuá-las. O facto de terem sido colonizados pelos britânicos ou pelos portugueses provocou efeitos de diferenciação identitária entre as populações antes mais ou menos unificadas. Contudo, até aos dias de hoje, na maioria destes casos, o reconhecimento natural entre segmentos étnicos, separados politicamente pela nova fronteira, não desapareceu⁵.

Por outro lado, é preciso lembrar que a identidade é sempre plural. Mais especificamente, não se trata de opor nação e etnia – toda a minha reflexão visa precisamente o contrário –, que são duas formas próximas de processos históricos de cristalização identitária. Não é, portanto, porque a etnia é forte em África que a nação não existe: mas esta «nação» não pode ser simplesmente assimilada à esfera estadual. No tempo de Mobutu, nenhum «Zaireense» teria tido qualquer dificuldade em reconhecer a sua «zairinidade», talvez porque soubessem bem de que chefe dependiam: o reconhecimento de uma legitimidade política criou um sentimento comunitário que não se pode subestimar. No seu pior, é o simples reconhecimento de um chefe ou de um Estado, ou melhor, é o que Habermas chama de patriotismo constitucional e existem, evidentemente, níveis intermediários. Será esta, contudo, a identificação íntima mais poderosa?

Em 1989, todos os «Jugoslavos», nacionalmente unidos, aplaudiam a sua equipa de futebol, em oposição, por exemplo, à da Alemanha: em 1991, no entanto, foi bem diferente... Mas não esqueçamos que os recenseamentos jugoslavos, anteriores a 1991, autorizavam os cidadãos a declarar a identidade de sua escolha: sérvia, croata, eslovena, etc., ou «jugoslava». Menos de 10% dos cidadãos da Jugoslávia respondiam que eram jugoslavos. Isto significa que a nação jugoslava

⁵ Por exemplo, durante a guerra civil moçambicana (1977-1992), centenas de milhares de moçambicanos procuraram refúgio no estrangeiro, geralmente no seio dos mesmos grupos étnicos, do outro lado da fronteira. Apesar do afluxo das populações, nunca houve conflitos de terra porque a gestão deste problema espinhoso foi feita por hierarquias políticas tradicionais reconhecidas como legítimas pelos africanos dos dois lados das fronteiras.

existia, que 70 anos de Estado jugoslavo tinham produzido jugoslavos mas que a nação jugoslava era minoritária na Jugoslávia.

O exemplo serve, obviamente, para África, mais precisamente para os PALOP e para Moçambique, em particular: a moçambicanidade existe mas qual é a fracção da população para a qual ela é a identificação íntima mais operacional para as escolhas da vida? Estas questões não são abstractas e têm consequências políticas imediatas: a subestimação, desvalorização e deslegitimação permanente das identidades étnicas implicou um certo tipo de política educativa (o «tudo-português»), e um certo desprezo na relação entre a administração e a população impediu que fosse dada a atenção necessária ao equilíbrio étnico dentro do aparelho de Estado, não permitindo o desenvolvimento equilibrado das regiões do país. Desde o início, desde as lutas armadas, as etnicidades nunca foram vistas como a base de produção lenta duma nova pan-identidade: ao contrário, a nova identidade foi estabelecida como antagonista das precedentes. Era necessário produzir o Homem Novo.

Ora a nação, na África subsariana, como em outros sítios, só pode ser um produto de longo-prazo; mas na África subsariana, mais que noutros sítios, não pode ser senão a cristalização de uma identidade de identidades, duma nação de nações, resumindo, um pouco como a identidade britânica é a pan-identidade das identidades inglesa, galesa e escocesa.⁶ Na realidade, nestes processos, a questão do progresso social e económico é de importância considerável: um Estado tido como a garantia de progresso vai desencadear processos de identificação mais fortes e rápidos. A herança revolucionária foi a chave da «passagem à França» dos Alsacianos, de etnicidade germânica: era socialmente melhor ser cidadão francês que súbditos do Rei da Prússia. Mas será o Estado da periferia do capitalismo capaz de uma tal garantia de progresso?

Quando um Estado é tido, antes de mais, como predador, até mesmo cleptócrata, não só não reforça a «produção da nação», como provoca reacções anti-estaduais que seguirão as linhas de mobilização

⁶ Não vou, de todo, induzir aqui um debate sobre o federalismo, mas sobre a natureza pluri-identitária do próprio Estado. O exemplo britânico é historicamente interessante na medida em que a identidade britânica contemporânea não é a federação de três nações, mas a pan-identidade destas, a nação das nações da Grã-Bretanha.

disponíveis na população, muitas vezes as linhas étnicas e até etno-religiosas. Além disso, o facto do Estado africano, além do seu comportamento predador, não ser espacial e estruturalmente representativo dos povos parcialmente presentes no seio das suas fronteiras, enfraquece consideravelmente os processos de identificação.

É, portanto, necessário reverter completamente a problemática. A crise do Estado em África, em geral, não é uma crise do Estado-nação, é, pelo contrário, a crise da ausência dos Estados-nação, a crise dos Estados-território com falta de uma legitimação moderna. De qualquer forma, confundimos crise da ideologia dos Estados (seguramente «estado-nacionalista») com a própria crise do Estado. As duas crises são bem reais e simultâneas (crise da ideologia «estado-nacionalista», crise do Estado não nacional), mas não podemos deduzir daí que o modelo do Estado-nação é inadequado para África. Bem pelo contrário, esta forma de organização política (ou as suas premissas) foi inicialmente destruída pela conquista colonial.⁷ E em seguida, a colonização, período de recuo das tradições estaduais em África, em nada a favoreceu.⁸ Nem tão pouco uma descolonização, com fronteiras fixas sem uma consulta às populações. A crise é originária, mas foi agravada pela imposição do universalismo abstracto da ideologia «estado-nacionalista» em espaços que, salvo raro excepção, não são nacionais⁹.

Neste quadro geral, os PALOP têm isto de específico, o de terem sido muito radicais na negação étnica (pensamos sobretudo nos três países continentais, sendo diferente o caso dos dois arquipélagos

⁷ Não quero dizer com isto que todos os Estados africanos pré-coloniais eram Estados-nação, mas alguns de entre eles poderiam ser assim caracterizados.

⁸ A administração colonial não poderia ser considerada como um «Estado colonial». A sua estrutura não visava de todo a preparação da criação de novos Estados. Havia sim um aparelho colonial do Estado, mas o Estado colonial não era senão o Estado metropolitano. Mesmo que a colonização tenha produzido efeitos identitários, a administração colonial não podia ter sido o lugar de fusão do Estado-nação devido à sua relação com os colonizados. Como sublinha Jean-François Bayart, a muito longo-prazo, a «tendência é para o Estado» na sociedade africana, mas ele subestima o facto de que a colonização é um período contra-corrente desta tendência (*L'historicité de l'État import*, Paris, FNSP, Les Cahiers du CERI n° 15, 1996).

⁹ Bem entendido que existem outros factores de crise. Espaços contemporâneos como o Burundi (que retoma praticamente na sua totalidade o espaço do reino pré-colonial) ou a Somália (que é etnicamente homogênea mesmo se o espaço somáli internacionalmente reconhecido não agrupe todos os Somalis) estão em situação de guerra civil ou inter-clânica, latente ou aberta, desde há muitos anos.

crioulos¹⁰). Existem razões históricas para isto, que têm a haver tanto com a própria história dos movimentos de libertação como com a colonização portuguesa, as quais é necessário abordar neste momento. É preciso, contudo, calcular em que medida este radicalismo provocou rupturas, e qual foi o papel do colonialismo tardio (1961-1975).

Radicalização política e nacionalismo

As razões da radicalização das frentes de libertação das colónias portuguesas, e em particular da Frelimo¹¹ – que teve o percurso evolutivo mais profundo – são ao mesmo tempo internas e externas ao seu respectivo país.

As razões externas são as mais óbvias. Por um lado, elas revelam, em primeiro lugar, mais da natureza política do regime metropolitano a partir de 1926-33 e até 1974 (*Estado Novo*)¹², do que da natureza da colonização portuguesa¹³ que, precisamente por causa das suas características, continha em si factores favoráveis a uma descolonização «à

¹⁰ A Guiné-Bissau, Angola e Moçambique possuíam, como outros países continentais africanos, estruturas sociais linhageiras, clánicas e étnicas (por outro lado, as tribos, enquanto que organizações políticas, desapareceram em boa parte). Os arquipélagos crioulos como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, produtos da escravatura, que em muito fracturou as culturas africanas, têm estruturas sociais muito comparáveis às das Antilhas.

¹¹ Frelimo, Frente de Libertação de Moçambique, criada em Dar Es-Salaam, a 25 de Junho de 1962.

¹² Existe um debate sobre a natureza do salazarismo (fascismo ? nacional-cristianismo ? autoritarismo conservador ?). Jacques Georget (*Le salazarisme, histoire et bilan*, Paris, Cujas, 1982), António Costa Pinto (*O salazarismo e o fascismo europeu, problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Estampa, 1992), Yves Léonard (*Salazarisme et fascisme*, Paris, Chandeigne, 1996.), recusam a caracterização de fascista do salazarismo devido às diferenças de ideologia, de processos de tomada de poder, da ligação mantida com outras estruturas políticas conservadoras (Igreja, etc.). Sem negar nenhuma das diferenças políticas e ideológicas entre o salazarismo e o nazismo ou mussolinismo, Michel Cahen mantém esta caracterização devido à própria função, corporativa e totalitária do Estado Novo («Salazarisme, fascisme et colonialisme. Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception», Lisboa, Instituto superior de economia e gestão, Centro de estudos sobre África e do desenvolvimento, Junho de 1997, multigr. «Documentos de trabalho», 47), no prelo, em França).

¹³ O facto de manter a caracterização « fascista » para o regime metropolitano do *Estado Novo* não significa que o aceite para a colonização («colonial-fascismo», característica utilizada pelas guerrilhas africanas das colónias portuguesas para distinguir as colonizações francesa e inglesa), já que esta última é o produto histórico do capita-

brasileira» (a perspectiva de «Novo Brasil» foi sempre, aliás, a obsessão de A.O. Salazar). O *Estado Novo* impôs a necessidade de lutas armadas, recusando qualquer evolução, mesmo depois dos avisos que foram a revolta da Baixa de Cassanje (Angola, inícios de 1960), o motim de Mueda em Moçambique (16 de Junho de 1960), o ataque às prisões de Luanda (Angola) por militares africanos no dia 4 de Fevereiro de 1961, a grande revolta do norte de Angola na Primavera de 1961, a perda de São João de Ajudá aquando da independência do Benim e, por fim, na Índia, a perda de Goa, Damão e Diu, em Dezembro de 1961. Desde 1961 em Angola, 1963 na Guiné e 1964 em Moçambique, que Portugal se confrontou com lutas armadas que duraram entre dez a treze anos. Ora a duração de um processo de luta armada provoca evidentemente fenómenos de radicalização.

Contudo, é preciso notar que a radicalização dos meios de acção não produz automaticamente a do programa político. Mesmo se este último foi ganhando, indubitavelmente, um teor cada vez mais marxista, não se pode deduzir daí nem um parentesco entre a Frelimo (ou o MPLA¹⁴) e os partidos comunistas cubano e vietnamita, por exemplo, nem uma ruptura com a ideia portuguesa de nação que havia penetrado profundamente nos meios *assimilados* e crioulos¹⁵ que formavam o núcleo das direcções dos movimentos de libertação. Se o modelo *político* «marxista» e «soviético» foi largamente discutido e citado, o modelo *social* português expresso especialmente pela via da imagem da cidade colonial “limpinha” e ordenada dos anos cinquenta, salvaguardado pelos dirigentes após a sua partida para o estrangeiro, foi muito discreto mas certamente muito poderoso.

lismo mercantil e contemporâneo português, e não da natureza do regime político português a partir de 1930. As tentativas de «duplicar» além-mar as estruturas corporativas ou fascistas foram fracas e sancionadas pelo fracasso.

¹⁴ MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, criado em Junho de 1960, em Tunes.

¹⁵ No império português, os crioulos não são principalmente os brancos nascidos nas colónias, mas sobretudo os mestiços, e mais genericamente, todos aqueles que têm uma cultura portuguesa, mesmo sendo negros. Os *assimilados* eram os africanos negros a quem era reconhecida a cidadania portuguesa, em razão da sua ideologia assimilacionista. Contrariamente a um mito tenaz, mestiços e assimilados nunca constituíram mais do que uma ínfima minoria da população. Em 1961, todos os africanos foram declarados cidadãos, o que, no entanto, não lhes concedeu o direito de voto.

O partido único e a «população reaccionária»

Depois da mudança da política americana, no final da era Kennedy, o apoio dos Países de Leste aos movimentos de libertação não exerceu apenas uma influência «socializante». Mesmo se a educação marxista em geral – mas que de início vinha mais do Partido Comunista Português (PCP) do que dos Países de Leste¹⁶ – levava, obviamente, a um certo radicalismo, nada nos mostra, pelo contrário, que a União Soviética tenha tentado «radicalizar» as posições dos partidos africanos. Se ela não gostava nada de um Eduardo Mondlane não era porque ele era moderado mas porque era «americano»¹⁷. O que foi, sem dúvida, reforçado pelo apoio soviético foi a ideia de unicidade nacional e de partido único: é significativo, por exemplo, que o MPLA e a Frelimo tenham adoptado o «centralismo democrático» como modo de trabalho *interno* do movimento, (a saber, precisamente o inverso da definição de princípio leninista que considera a actividade em direcção ao exterior) desde o início, mas esperaram quinze anos ou mais para adoptar oficialmente o «marxismo-leninismo». Este «centralismo democrático» é, desde o início, o vector de produção da homogeneidade interna das frentes, protótipos da nação, antes de ser alargado ao país inteiro. Esta influência «soviética» pró partido único integrava-se na altura no panorama internacional: o comité de descolonização da ONU e da OUA exigiam que em todo o lado (colónias portuguesas, Namíbia, África do Sul, Sara ocidental) existisse apenas uma única frente. Mas esta exigência provinha não somente da necessária unidade na luta mas de um princípio político, o da qualidade de «representante único e legítimo do povo de...», que estava aglutinado ao movimento reconhecido. Isto significava nada menos do que uma política internacional de apoio à implantação dos partidos únicos no Estado independente, mas com implicações concretas desde a luta de libertação. Todos os movimentos procuraram ser o «representante único e legítimo do povo de

¹⁶ Judith Manyà, *Le parti communiste portugais et la question coloniale (1921-1974)*, tese de ciências políticas, Bordéus, Institut d'études politiques, Dez. 2004.

¹⁷ Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, fez os seus estudos na África do Sul, em Portugal, depois nos Estados Unidos. Professor na Universidade de Siracusa, foi muito encorajado pelo Departamento de Estado americano e pelos Tanzanianos para fundar a Frelimo, em 1962.

...», isto é, todos foram levados por uma ideologia de partido único. Ora esta postura não era só em relação aos rivais eventuais (provocando violências internas nas lutas de libertação), mas implicava também uma certa relação com a população, com a sociedade africana que supostamente podia ser representada por um só partido, que ainda por cima era muito pouco democrático no seu funcionamento. Politicamente, desde o começo, a sociedade africana é negada na sua diversidade. Ou pelo menos, esta diversidade não era politicamente pertinente, ou mesmo, considerada como francamente «reaccionária».

Devemos colocar também aqui a questão das razões da captação feita por um certo marxismo das elites africanas «crioulas». Para além do apoio desconfiado de um PCP, isto está relacionado com a história social da reprodução das elites africanas no decurso da colonização portuguesa contemporânea, principalmente durante o Estado Novo. Esta impediu tanto o aparecimento de um proletariado negro estável, por causa do trabalho forçado e dos freios impostos à industrialização, como a génese duma vigorosa pequena burguesia africana envolvida no comércio e na produção (plantações, oficinas, etc.), já que este espaço social de criação de riqueza era quase totalmente ocupado pela colonização branca. Isto explica que, em todos os PALOPs, mas em particular em Moçambique, a pequena elite *assimilada* e mestiça tenha sido quase exclusivamente confinada a trabalhos burocráticos no aparelho de Estado ou serviços ferro-portuários, e a empregos subalternos do sector terciário. Ela pouco derivava das antigas elites africanas do período precedente, fraccionadas na altura das guerras contra os *prazos*¹⁸ e da conquista efectiva do território e, por fim, especialmente em Moçambique, económica e socialmente marginalizadas

¹⁸ Os *prazos* foram um fenómeno quase único em África de africanização de uma instituição europeia: tratava-se, no início, de terras doadas pela Coroa Portuguesa a «capitães» por um prazo de três gerações, a cargo destes últimos e dos seus descendentes que representavam a autoridade real. Pouco a pouco, através de mestiçagens em alianças matrimoniais, os *prazeiros* tornaram-se autênticos chefes africanos sub-estaduais, dotados de exércitos de milhares de escravos-soldados, os quais Portugal teve muita dificuldade em vencer no século XIX. Sobre este aspecto, veja-se Allen F. Isaacman, *Mozambique: The Africanization of a European Institution - The Zambezi Prazos, 1750-1902*, Madison, 1972, e Allen F. Isaacman & Barbara S. Isaacman, *Slavery and Beyond. The making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-Central Africa, 1750-1920*, Portsmouth (NH), Heinemann, 2004.

aquando da mudança da capital, no início do século xx, da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, no extremo sul, uma cidade criada praticamente *ex nihilo* para as necessidades do porto de Delagoa Bay.

A micro-elite moçambicana moderna foi assim o produto quase exclusivo das características da colonização portuguesa do século xx. Situados essencialmente em Lourenço Marques, estes pequenos centros de elites eram social, cultural, ética, e muitas vezes mesmo, religiosamente exteriores à população (cujas regiões mais fortes demograficamente se localizavam no centro e norte). Sofriam a opressão portuguesa mas não tinham um modelo alternativo disponível uma vez que eram eles próprios um produto desse mesmo Estado português. O marxismo de tipo soviético apareceu como algo que podia contribuir para reverter o domínio português, contudo, o ideal que ele oferecia era, paradoxalmente, muito próximo do modelo social português: nação homogênea, partido único, corporativismo sindical e associativo, língua única, papel central do Estado, etc. Este marxismo *poderia* assim corresponder ao *habitus* de uma micro-elite de funcionários públicos e do sector terciário, *poderia* fazer parte do seu mundo imaginário a fim de exprimir o *desejo de uma nação portuguesa que fosse sua*.

Mas isto não significa que a maioria dos *assimilados* e dos mestiços tenham sido, por sua vez, tentados por este marxismo: pelo contrário, até ao final deste período, estes sectores eram sim conservadores e alguns até fizeram parte dos *retornados*.¹⁹ Mas um crioulo de Luanda, mesmo conservador, podia achar compreensível e como fazendo parte do seu mundo, o discurso marxizante do MPLA; enquanto que o discurso do FNLA²⁰, fortemente impregnado com valores negrófilos e

¹⁹ A caótica descolonização portuguesa provocou um afluxo de *retornados* considerável, provavelmente cerca de 500 mil pessoas (para um Portugal de nove milhões de almas), às quais é necessário juntar os re-emigrados da África do Sul, do Brasil, da Austrália e do Canadá. Uma minoria destes *retornados* eram mestiços ou mesmo negros assimilados, ou ainda indianos (especialmente ismaelitas), que «retornavam» a um Portugal que eles nunca tinham conhecido.

²⁰ A Frente Nacional de Libertação de Angola estava notoriamente ligada a um segmento da família real do Congo, e principalmente à etnia Bakongo. O FNLA, na sua guerra aberta contra o MPLA, desenvolveu um discurso fortemente anti-mestiços (contra os «os filhos dos colonos») e de autenticidade africana. Responsável pela grande revolta do norte de Angola, e operando a partir do Zaire, o FNLA era sustentado pelo regime de Mobutu e pelos Estados Unidos.

anti-mestiços, o perturbava social e mentalmente. Da mesma maneira, a moçambicana Frelimo poderia fazer parte do universo mental de elite *assimilada* de Lourenço Marques. O marxismo aparecia, desde logo, num contexto de luta armada inevitável, como a expressão de um nacionalismo «modernista». É a forma, trazida por uma minoria radical e aceite por sectores maiores das elites, encontrada para exprimir a sua ocidentalização subalterna. Fez diminuir, mas fez não desaparecer, o peso de outros modelos, como mostrará, mais tarde, por exemplo, o fascínio de Samora Machel pelo N'Gungunhana²¹. Toda a política dos primeiros anos de independência visará não tanto «socializar» mas enquadrar a população para a modernizar de forma autoritária, para a *nacionalizar*.

Assim, o paradigma nacional é indissociável do paradigma da modernização autoritária. Trata-se de criar o Homem Novo – vocabulário contextualmente maoizante para exprimir a nação – pela destruição não tanto do capitalismo mas mais das relações sociais originais no seio do campesinato, isto é, daquilo que é socialmente totalmente estranho à elite (então estigmatizado como «obscurantismo», «feudalismo», «tribalismo»). A *produção*, isto é, a *extensão* da nação a toda a população é o fio condutor do projecto político da Frelimo, desde a sua criação como frente «nacionalista» em 1962, à Frelimo «nacionalista-revolucionária» de 1969, à Frelimo «marxista-leninista» de 1977, e, por fim, à Frelimo nacional-liberal pós-1989. Este fio condutor é bem mais importante que a radicalização ou que o marxismo como tal por uma razão simples e poderosa: só a «nação» pode operar a legitimação moderna de Moçambique, tal como ele é na sua definição colonial, e legitimar assim aos seus olhos, o papel da elite crioula historicamente produzida neste contexto. Não se *imagina* a possibilidade de construir um Estado sem nação, unido exclusivamente em torno de uma garantia de progresso trazida às populações pela nova República.

²¹ Samora Machel que sucedeu, em 1969, a Eduardo Mondlane à frente da Frelimo, tornou-se o primeiro presidente de Moçambique independente (25 de Junho de 1975). Orador com um forte carisma, reclamava-se do marxismo-leninismo e tentava obter a admissão do seu país na CAME, da qual esperava os meios para um rápido desenvolvimento. Mas, ao mesmo tempo, procurava servir-se do apoio de N'Gungunhana, o último imperador do Estado nguni de Gaza e símbolo oficial da resistência, vencido pelos Portugueses em 1895 e cujas cinzas ele repatriou, com pompa e circunstância, dos Açores.

Dois mitos opostos?

O leitmotiv ideológico do Portugal colonizador era: «*Moçambique só é Moçambique porque é Portugal*». Tratava-se obviamente de legitimar o papel de ocupante, mas também de recordar – por boa fé ou cinismo – que este pedaço recortado sobre os rios do oceano Índico não tinha outra razão de existência senão a da conquista portuguesa; e também de negar às identidades diversas historicamente presentes no seio do território colonial toda e qualquer capacidade de evoluir, de se federar e de se «nacionalizar» que não fosse dentro da nação portuguesa.

Pode-se considerar que se tratava de uma afirmação colonialista clássica segundo a qual os grupos étnicos (as «tribos», as «raças» indígenas) não saberiam viver em paz senão com a pesada mão europeia (portuguesa). Encontra-se aqui o habitual paradigma de «dividir para reinar», o colonizador aproveitando a ocasião para sublinhar as divisões étnicas. Na verdade, a política portuguesa foi extremamente hesitante neste ponto: se existiram, evidentemente, comportamentos coloniais propícios a encorajar a divisão dos colonizados nas empresas e plantações (dormitórios separados segundo as origens étnicas etc.) e mesmo na administração, a desvalorização de um grupo implicava a valorização de outro, o que era muito perigoso. E não se deve esquecer o factor «ignorância»: ainda em 1940, depois de «450 anos» de colonização²², a administração dos recenseamentos era, em Moçambique, incapaz de inventariar os grupos étnicos do país, só o conseguindo fazer, com muito esforço, em 1950, e de forma mais ou menos correcta apenas em 1960! Como «dividir», se se ignorava até as possíveis linhas divisórias?

É interessante constatar, deste ponto de vista, que a utilização do factor étnico durante a guerra colonial (1961/1964-1974) nunca foi sistemática, ou foi utilizada a posteriori? - quando o antagonismo era já claramente expresso pelos interessados. Podemos supor, com certeza,

²² O mito da colonização plurisecular portuguesa em África só faz obviamente sentido em pontos ínfimos do território. Em 98 % das terras, a conquista efectiva teve lugar, *grosso modo*, nas mesmas datas que para as colonizações francesas, inglesa ou belga, ou seja, alguns anos depois do Congresso de Berlim. Uma geração de militares portugueses, forjada nessa ocasião, desempenhou um grande papel no golpe de Estado de 1926, os «centuriões de 1895».

que a Pide portuguesa²³ teve um papel na activação do antagonismo entre os bakongos e os ovimbundus de Angola, e nos antagonismos internos dos bakongos, que levaram à cisão da FNLA e ao aparecimento da Unita formada por quadros ovimbundus²⁴ e cabindas²⁵ em 1965-66. Mas não foram estes serviços secretos portugueses que inventaram, nem mesmo agravaram, estes antagonismos: os massacres dos trabalhadores *contratados* ovimbundus das plantações portuguesas de café, no norte de Angola, aquando da revolta da Primavera de 1961, estavam ainda na memória de todos.²⁶ Pode-se pensar também que o General A. Spínola, governador da Guiné activou, contra os balantas, costeiros e animistas, a aliança com os muçulmanos com a sua tática dos «Congressos dos povos da Guiné». Mas a aliança «estrutural» entre hierarquias muçulmanas, mandinga e papel, e a administração colonial portuguesa «católica» existia desde há muito tempo. Se os portugueses tinham boas relações com estes grupos, e relações mais difíceis com as sociedades costeiras acéfalas, bijagós ou balantas, era porque os

²³ A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide), polícia política, apareceu nas colónias a partir de 1960.

²⁴ Unita, União Internacional para a Independência Total de Angola. A Unita apareceu em 1965-1966 como um cisão do FNLA. Inicialmente, uma pequena formação, instrumentalizada pelos serviços secretos portugueses na luta contra o MPLA, a Unita conseguiu, contudo, desenvolver-se fortemente depois de 1974, com o apoio da China maoísta e sobretudo da África do Sul do apartheid, utilizando muitas vezes as redes protestantes do congregacionalismo americano no maior grupo étnico angolano, o dos ovimbundus (centro-sul). Mais tarde, o afundamento militar do FNLA deixou a Unita como única força militar de oposição ao MPLA, apoiado pelos cubanos e soviéticos. A seguir ao reconhecimento político tardio do regime do MPLA pelos americanos e israelitas em 1992, a Unita foi finalmente vencida militarmente em 2002.

²⁵ Os cabindas são um ramo da população bakongo que vive no enclave de Cabinda, no norte do estuário do Congo (sem continuidade territorial propriamente dita com Angola). Cabinda formava uma colónia separada de Angola até 1956, ligada administrativamente a Angola desde essa data. Aquando das negociações de descolonização, Portugal aceitou considerar Cabinda como parte integrante de Angola, a pedido das frentes de libertação e apesar da recusa de diversos grupos de cabindas não reconhecidos. Existe aí, desde então, uma guerrilha independentista endémica.

²⁶ Os ovimbundus foram recrutados à força pelos portugueses para trabalharem nas plantações do café no norte de Angola durante o «boom cafeeiro». Ora essas terras haviam sido expropriadas durante os anos cinquenta, espoliando os bakongos. Para estes últimos, os ovimbundus trabalhavam, assim, para o colonizador. Na altura da grande revolta da Primavera de 1961, muitos bakongos, e sem dúvida alguns guerrilheiros do FNLA, massacraram não somente portugueses brancos e mestiços, como também muitos ovimbundus.

primeiros tinham uma organização política claramente hierarquizada, quase «feudal» e compreensível para os portugueses, e não porque eram mandingas ou papéis; e porque os segundos viviam praticamente em «anarquia», praticamente sem chefaturas facilmente contactáveis e manipuláveis e não por serem bijagós ou balantas.

Por fim, temos, em Moçambique, exemplos de tentativas militares de manipulações étnicas que foram recusadas. Quando a Frelimo matou os *régulos*²⁷ ngunis de Cabo Delgado, os administradores propuseram lançar contra ela os ngunis da Angónia e do sul²⁸, o que não foi aceite. Quando os peritos dos SCCIM²⁹, tendo feito um bom trabalho de recuperação junto das hierárquicas muçulmanas da província de Nampula e de Cabo Delgado, largamente conquistadas à «subversão», sugeriram a criação de «milícias muçulmanas» contra a «Frelimo ateia», na realidade milícias macuas³⁰ contra a Frelimo maconde³¹, isto foi recusado pelo comandante-chefe Kaulza de Ariaga como contrário à política portuguesa e de consequências imprevisíveis. E se, muitas vezes, os GEs, os GEPs e os *Flechas*³² foram recrutados entre os Macondes, isto não foi fruto de uma especial manipulação étnica (pouco rentável no caso), mas simplesmente do facto que se recrutava maioritaria-

²⁷ Chefes tradicionais reconhecidos pelos portugueses.

²⁸ Aquando do Mfecane (a grande migração nguni do século XIX), as chefaturas ngunis estavam implantadas não só em Gaza, mas em diversos outros pontos do Moçambique actual, especialmente na região da Angónia (cujo nome faz lembrar os Angunes, ou Ngunis) e no extremo norte, em Cabo Delgado. Neste último caso, é necessário notar que se as famílias dos chefes eram ngunis, a maioria da população era maconde.

²⁹ SCCIM, Serviços de Centralização e Coordenação de informações de Moçambique. Os SCCIM eram um (excelente) serviço de análise e de peritagem, mas não uma polícia. Dependiam do Governador-Geral e não da Pide ou do exército, e agremiaram o que se fazia de melhor naquilo que podemos chamar de antropologia colonial aplicada.

³⁰ Os macuas (ou makhuwa) são o maior grupo étnico de Moçambique, mas tiveram apenas um papel secundário na luta armada de libertação.

³¹ Os macondes são um pequeno grupo étnico, a cavalo entre as fronteiras da Tanzânia e de Moçambique, que seguiram, em massa, a Frelimo na revolta contra os Portugueses, a partir de 1964. Assim, a sua importância na luta de libertação foi desproporcionada em relação ao seu peso demográfico. Historicamente, os macondes e os macuas mantinham relações tensas que remontavam ao período do tráfico de escravos.

³² GEs, GEPs: Grupos especiais, Grupos especiais paraquedistas, unidades de contra-guerrilha formadas exclusivamente de guerrilheiros negros trãnsfugas dependentes do exército; os *Flechas*, muito importantes em Angola mas menos em Moçambique, obedeciam ao mesmo modelo mas dependiam da Pide.

mente entre os guerrilheiros «retornados» e que muitos desses guerrilheiros eram macondes.

De resto, se manipulação existiu podemos ver os seus resultados a longo prazo. Assim, na Guiné-Bissau, o PAIGC³³ teve dificuldades reais de implantação nas zonas muçulmanas mandinga e papel, utilizadas pelos portugueses. Mas uma vez no poder, conseguiu criar uma aliança do mesmo tipo que existia, como já vimos, no tempo dos portugueses (entre o Estado moderno – agora independente – e as hierarquias muçulmanas), chegando mesmo a nomear para ministro um grande comerciante muçulmano de Gabú, antigo deputado «fascista» na Assembleia nacional portuguesa! Esta política foi conduzida ao mesmo tempo da viragem económico neo-liberal (a partir de 1985) favorável, entre outras, às redes de comércio mandingas, e ruínosa para a economia do arroz dos balantas, baluarte da luta anti-portuguesa. Assim, estes últimos votaram massivamente na oposição em 1994 e 2000. Afastado do poder pela guerra civil de 1998-99 e pelas eleições de 2000, o PAIGC conservou o melhor da sua implantação nestes mesmos meios muçulmanos que tinham sido largamente instrumentalizados pelos portugueses durante a guerra de libertação.

Mais do que uma manipulação aberta e sistemática das realidades étnicas, o que era muito mais importante no ideal colonial português era a negação da existência de todas as etnicidades, de toda a cultura própria à África. Havia habitantes, certamente, indígenas na sua maior parte, mas não estavam dotados de estruturas sociais e culturais relevantes do ponto de vista da modernidade. A identidade só podia, portanto, provir do exterior da sociedade africana. Este é o sentido profundo do slogan «*Moçambique só é Moçambique porque é Portugal*». Portugal levava o facto nacional – o seu – a uma massa dispersa de habitantes.

Isto significa que, considerando os africanos como uma tal massa dispersa de indivíduos, a colonização não foi uma opressão *nacional*,

³³ O PAIGC, Partido Africano da Independência de Cabo Verde e da Guiné, fundado por Amílcar Cabral em 1956, proclamou unilateralmente a independência em 1973, apesar do assassinato do seu fundador no ano anterior. Situação singular, o PAIGC, partido único, gerou dois Estados separados, a Guiné-Bissau e as Ilhas de Cabo Verde até 1980, data na qual um golpe de estado confirmou a cisão e acabou com o sonho de Cabral duma fusão progressiva dos dois países.

mas somente socio-económica? Claro que não foi nada assim, mas o que foi oprimido foi o conjunto dos povos e etnicidades (ou nações) de Moçambique e não um «Moçambique » feito essência.

Frente a esta negação das africanidades e dos modos de vida social que lhes estavam ligados, a luta da libertação procurou unificar os colonizados. No entanto, o processo não foi linear nem trouxe uma significação unívoca.

A elite e o maconde

Pode-se mesmo dizer que, inicialmente, em Moçambique, se tratou do encontro de duas trajectórias que não tinham muita coisa em comum a não ser – o que foi fundamental – a opressão colonial.

É frequente ler, apesar dos progressos da pesquisa histórica, que a Frelimo foi fundada no dia 25 de Junho de 1962 pela unificação de três movimentos «regionais», a Manu, maconde, a Udenamo tida como do sul, e a Unami, tida como sendo do centro (da Zambézia)³⁴. Esta história, que é a versão oficial, é muito funcional e «etapista»: movimentos sobretudo regionais, até étnicos, unificam-se «nacionalmente», fechando assim a «etapa precedente» proto-nacionalista e abrindo a via à nova nação. Na realidade, apenas a Manu entrou na Frelimo, por decisão pessoal do seu presidente (mesmo se este e a maioria dos dirigentes tivessem saído dela rapidamente), a Udenamo dividiu-se em dois blocos desde antes do Congresso, e a Unami nunca aceitou o selo da Frelimo e conservou sempre independente a sua estrutura. A Udenamo não era de todo um grupo do «sul», mas já uma organização plenamente multi-étnica com efectivamente muitos militantes do sul mas também muitos macondes vindos de outra organização a *Mozambique African Association* (MAA) formada entre os trabalhadores emigrados das plantações de sisal do Tanganyika e do Quênia. Era, aliás,

³⁴ Manu, *Mozambique African National Union*, União Nacional Africana de Moçambique, formada em 1960, em Dar es-Salaam e Mombaza, sobre o modelo da TANU e da KANU (*Tanganyika African National Union, Kenyan African National Union*), Udenamo, União Democrática Nacional Africana de Moçambique, fundada em 1960, em Bulawayo (Rodésia). Unami, União Nacional de Moçambique Independente, pequeno grupo fundado também em 1960, no Malawi.

por isso que a Udenamo era a secção moçambicana da CONCP³⁵. A Frelimo surgiu, na realidade, como uma organização nova, saída, ao mesmo tempo, da pressão e da rivalidade da TANU de Julius Nyerere, e do Gana, de Kwame N’Krumah, e que integrou, desde o início, uma direcção essencialmente sulista³⁶.

Contudo, ao mesmo tempo, desde a repressão da revolta de Mueda (16 de Junho de 1960), que os macondes, como grupo, queriam, massivamente, fazer guerra aos portugueses e estavam prontos a seguir a primeira organização que se prestasse a isso. A sua hesitação entre a Manu e a Frelimo durou, aliás, até Agosto de 1964, antes de avançarem em favor da Frelimo³⁷. Houve, portanto, uma verdadeira intersecção de duas trajectórias históricas muito diferentes, a de elementos da pequena elite do extremo sul urbano e a de uma revolta africana mobilizada à volta de linhas identitárias étnicas macondes. Esta intersecção permitiu, certamente, o alargamento inter-étnico da luta: mas não invalidou em nada, nas bases camponesas, a característica duma mobilização anti-colonial de fundamento social, cristalizada em redor de vectores étnicos de reconhecimento.

Com efeito, a guerra que os macondes queriam fazer contra Portugal era emancipalista, mas ao mesmo tempo, no sentido literal do termo, profundamente «reaccionária». Não esqueçamos que a colonização portuguesa do planalto, e mais genericamente de todo o imenso norte moçambicano e de muitas outras regiões do interior, tinha sido extremamente recente – durante e até ao final da Primeira Guerra Mundial – e que a lembrança do período de «antes da chegada dos portugueses» estava ainda muito viva. O objectivo era expulsar os portugueses, uma *reacção* para restabelecer a situação anterior. Isto não impediu projectos

³⁵ CONCP, Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, criada em Rabat, em 1960, que reunia partidos goeses de oposição (até aos finais de 1961), o PAIGC, o MPLA, o CLSTP (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, que mais tarde se tornou o MLSTP, Movimento de Libertação de STP) e a Udenamo (depois Frelimo). A CONCP foi o vector de uma verdadeira geração política de partidos das cinco antigas colónias portuguesas de África, todos adeptos de um nacionalismo radical, de tendência mais ou menos marxizante, e formados especialmente por elites (diversamente) crioulas.

³⁶ Sobre a necessária releitura da história da fundação da Frelimo, veja-se Michel Cahen, «The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress», *Africana Studia* (Porto), II, Nov. 1999 (publicada em 2000), p. 29-46.

modernistas com raízes locais como aqueles dos macondes, que tendo conhecido o capitalismo colonial britânico em Tanganyika, desejavam desenvolver em Moçambique actividades económicas idênticas àquelas que conseguiram desenvolver além-Rovuma³⁸. Todavia, se estes projectos específicos não eram nada «tradicionais», não tinham como objectivo «Moçambique». Houve a tendência de considerar esta «limitação» local como uma prova de fraqueza etnicista na tomada de consciência política: que o era, certamente, do ponto de vista das condições concretas da luta a levar a cabo, já que o território de dominação portuguesa era mesmo «Moçambique». Mas ao mesmo tempo, porque é que a maturação nacionalista maconde tinha que tomar como medida um «Moçambique» que não lhe era pertinente? Oprimida social e economicamente, estes africanos revoltaram-se primeiro segundo as linhas de aglomeração e segundo a linguagem disponível, a da sua própria identidade.

Geraram-se então dois quiproquós básicos que explicam os sucessos iniciais e as dificuldades posteriores. Os camponeses queriam a partida dos portugueses, a Frelimo também: seja o slogan «Uhulu!»³⁹ ou «Independência!», significava a partida dos colonos para uns e a criação de um Estado moçambicano para os outros, mas no imediato a guerra era a mesma; foi o *quiproquo nacional*. Isto chegou a um ponto que, em 1977, dois anos depois da independência, aquando da «campanha de estruturação do partido»⁴⁰, muitos macondes recusaram aceitar a carta da Frelimo alegando que: «a Frelimo somos nós!». Quando o slogan era «*Abaixo os exploradores!*», os camponeses pensavam ainda nos colonos e também nos africanos «modernos» que os exploravam, inclusivé nas zonas libertadas, e desejavam reencontrar a agricultura

³⁷ Michel Cahen, «The Mueda Case...», *op. cit.*

³⁸ O Rovuma é o rio fronteiro entre Moçambique e a Tanzânia.

³⁹ *Uhulu*, em ximaconde, ou *Uhuru*, em kiswahili, significam «liberdade».

⁴⁰ Depois de ter adoptado o «marxismo-leninismo» em Fevereiro de 1977, a Frelimo abandonou a sua natureza oficial de «frente» pela de «partido *de vanguarda* da aliança trabalhadores-camponeses». Contrariamente à «frente», houve então, e ao mesmo tempo, uma selecção (e expulsão) e um recrutamento de aderentes para o «partido». Esta campanha foi motivo de reuniões no decurso das quais a população inteira, assim de facto integrada, deveria dizer se os candidatos à adesão eram dignos de tal promoção. Os macondes, que se consideravam «membros fundadores» recusaram, muitas vezes, participar neste processo selectivo do «partido Frelimo».

tradicional; enquanto que a Frelimo via nisso a adesão à causa revolucionária da destruição do «feudalismo», isto é, da destruição da agricultura tradicional e da sua própria organização social. Mas no imediato, as tarefas da guerra fizeram aceitar as medidas revolucionárias como imperativos temporários: é o *quiproquo socialista*.

A dinâmica militar da guerra de libertação permitiu a duração destas contradições, mesmo com crises. Não foi necessariamente assim quando o Estado independente procurou aplicar a sua política de modernização autoritária hostil à sociedade camponesa. Oposta tanto às relações sociais originais no seio do campesinato, como ao *big men* que lentamente emergiam, a Frelimo não foi somente hostil aos «contra-revolucionários» ou aos «burgueses», mas oposta a meios sociais e étnicos com trajectórias diferentes das urbanas e terciárias, que eram as da sua direcção.

Assim, o leitmotiv da Frelimo, «*Do Rovuma ao Maputo, um só povo, uma só nação*»⁴¹ não foi só um apelo à unidade voluntária, ou mesmo, à unicidade obrigatória: era a negação da própria existência das identidades realmente vividas no seio da população, às quais se opunha o projecto de uma identidade nova, definida geograficamente (Moçambique) e linguisticamente (o português) mas exterior à vida das pessoas⁴². A Frelimo, como Portugal, teve de utilizar uma identidade exterior às identidades sociais existentes a fim de legitimar a sua acção. Esta «cultura política» relativa ao projecto nacional é infinitamente mais importante e durável que o recurso instrumental ao marxismo, que, na realidade, nada mais é do que um aspecto contextual.

O mito português «*Moçambique só é Moçambique porque é Portugal*» e o mito frelimista «*Do Rovuma ao Maputo, um só povo, uma só nação*» são, assim, politicamente opostos ao projecto de Estado, mas culturalmente muito próximos. É por isso também, e segundo a proposição do sociólogo moçambicano Luis de Brito, que não qualifico esta política de «nacionalista» (nem mesmo de «estado-nacionalista»), mas de

⁴¹ Maputo é o rio fronteiro, no extremo sul, entre Moçambique e a África do Sul (Maputo tornou-se assim o nome da capital, antiga Lourenço Marques).

⁴² Sobre a negação das formações sociais camponesas pelos intelectuais do poder moçambicano, veja-se especialmente Christian Geffray, «Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d'une méconnaissance scientifique», *Politique Africaine*, n° 29, mars 1988, p. 71-85.

«nacionista». Um conceito já de nada serve se exprimir no mesmo vocábulo coisas muito semelhantes: o nacionalismo, como já vimos, é, sem dúvida, multiforme, mas só pode ser relativo ao que já é nacional. O projecto de criar uma nação abstracta, de confundir a sua proclamação com a sua existência e a sua gestação, não exprime uma realidade nacional massiva, mas um projecto elitista anti-democrático: este projecto «quer» uma nação, é nacionista, uma postura de natureza política e consequentemente bem diferente. Deste ponto de vista, o Portugal fascista era nacionalista já que procurava impor uma nação, sendo ela estrangeira. Mas se já era delicado utilizar o mesmo conceito para nacionalismos opressores (pangermanismo, assimilação colonial portuguesa) e nacionalismos de libertação (polacos, irlandeses, bascos, etc.), é necessário recusar a sua utilização quando não existe, concretamente, uma nação, ou uma identificação nacional em jogo.

Esta proposição conceptual que distingue o nacionalismo do nacionismo não deslegitima, em nada, a luta anti-colonial, mas chama a atenção para o que, justamente, é o fundamento dessa legitimação: a revolta económica, social e cultural de populações oprimidas para expulsar o invasor, independentemente da vontade de uma elite em criar um novo Estado respeitoso do domínio de definição colonial, e, em acréscimo, de o *disfarçar* com uma «nação».

Guerra de libertação e guerra civil

Poderíamos afirmar, e com razão, que a guerra de libertação, apesar da intensidade da sua duração, teve efeitos de unificação: a mistura de guerrilheiros de origens diferentes, as deslocações das populações, etc., teve necessariamente efeitos identitários. Isto é certamente correcto, mas relativo. Em primeiro lugar, o recrutamento no exército colonial pode ter tido os mesmos efeitos, em favor da portugalização; em segundo lugar, o processo guerrilheiro e das zonas libertadas só abrangeu uma minoria de pessoas, e foi, sobretudo, muito curto em relação ao que foram os processos históricos de cristalizações identitárias que deram lugar às nações, isto é, a *sociedades* inteiras.

Deste modo, as zonas libertadas de Moçambique são, ao mesmo tempo, um fenómeno de importância considerável e limitado. Num artigo de 1994, e utilizando todos os dados disponíveis, pude calcular

que, em 1967, entre 350 000 e 400 000 pessoas viviam nas zonas libertadas de Moçambique, isto é, tinham escapado, completamente e de forma duradoura, ao controle das autoridades portuguesas. Isto pode parecer pouco, comparativamente à população de cerca 7,5 milhões de habitantes. Todavia, em condições de guerrilha, isto era considerável e não reflectia a influência mais global da Frelimo, que os serviços de informações militares estimavam em cerca de 1,5 milhões de pessoas. Demograficamente, as zonas libertadas abrangiam, contudo, apenas uma pequena minoria, mesmo se, a partir de 1970, elas se tivessem estendido em direcção ao sudoeste do país.

De acréscimo, esta minoria era geográfica e etnicamente muito descentrada, como se pode ver no quadro seguinte que reagrupa as informações dos serviços de conselhos militares portugueses em 1967:

Grupos étnicos	Populações na «zona libertada»	% em relação ao total das populações libertadas	% em relação ao total deste grupo étnico
Suaíles (Swahilis)	2 000	0,64	47,61
Macondes	178 000	57,84	94,68
Ajáuas (Yaos)	77 000	25,02	60,62
Macuas-Lómués	8 000	2,59	0,25
Angunes (Ngunis)	5 700	1,85	3,48
Sengas	12 000	3,89	45,97
Cheuas	5 000	1,62	12,75
Nianjas-Niassas	20 000	6,49	60,06

Fonte: M. CAHEN, «Mozambique, histoire géopolitique d'un pays sans nation», *Lusotopie* (Paris, L'Harmattan), juillet 1994: 213-266.

Assim, o grupo maconde foi « subvertido » a 95 % e representa sozinho 58 % da população total das zonas libertadas, enquanto que no país ele representa apenas 2,5 % da população « indígena » total de Moçambique.

Em 1967, as zonas libertadas estavam em vias de se estender na zona de Tete, no «cabo» Sudoeste localizado entre a Zâmbia e a Rodésia, em torno da barragem de Cahora-Bassa cuja construção se iniciava⁴³.

⁴³ Vemos no quadro que os grupos Sengas e Cheuas, a oeste a norte de Tete, estão já «contaminados pela subversão».

Iriam abrir-se, nos anos seguintes, a outros grupos étnicos mais ao sul.⁴⁴ Mas foram também «impedidas» noutras zonas setentrionais, não tanto em função da contra-guerrilha» ou da acção psicológica portuguesa, mas por razões históricas internas das sociedades moçambicanas. O facto dos macondes terem sido os porta-vozes da insurreição travava a sua difusão entre os macuas, não por causa de «tribalismos atávicos», mas devido à lembrança dos raides macondes e de uma relação diferente em relação à colonização⁴⁵; as diferenças entre a costa dos antigos sultanatos escravistas e o interior ainda se fazia igualmente sentir. Quero dizer com isto que, numa situação onde «Moçambique» era uma realidade bastante abstracta para muita gente, a história local podia fazer que um grupo étnico (pela imagem que se tinha dele) fosse tido como um inimigo pior que o colonizador português. Deste modo, as grandes chefaturas macuas do interior tinham ajudado os portugueses a vencer a resistência aguerrida dos sultanatos costeiros mesmo antes da Primeira Guerra Mundial⁴⁶. A guerra de libertação não aconteceu numa sociedade unificada ou «pacífica» de Bons Selvagens, mas numa sociedade devastada por séculos de tráfico de escravos, conquistas e guerras antigas, etc.

Após a independência em 1975, foi evidente que a extensão a todo o país, agora em paz,⁴⁷ da «experiência das zonas libertadas» vivida, ainda por cima, em condições de guerra, só poderia tornar-se num enorme e opressor voluntarismo político por parte das elites politico-militares da Frelimo. Mas a dita experiência das «zonas libertadas» não foi simplesmente considerada como generalizável agora que todo o país era uma zona libertada. Ela foi mitificada no seu próprio

⁴⁴ Em especial as populações dos diversos ramos chonas (teve, manica, ndau...).

⁴⁵ As zonas das populações macuas ou macuas-lómués, como a Zambézia, eram as zonas da mais antiga colonização portuguesa. A seguir a uma breve tentativa em 1964, a Frelimo só conseguiu começar aí a luta armada em Julho de 1974, quando as negociações com Portugal já tinham sido iniciadas.

⁴⁶ Sobre estas guerras, veja-se René Pélissier, *Naissance du Mozambique. Résistances et révoltes anticoloniales (1854-1918)*, Orgeval, Editions Pélissier, 1984, 2 vols; Malyn Newitt, *A History of Mozambique*, Londres, Hurst, 1995; Leroy Vail & Landeg White, *Capitalism and Colonialism in Mozambique. A Study of Quelimane District*, Londres-Nairobi-Ibadan, Heinemann, 1980.

⁴⁷ Mesmo que o movimento rebelde, a Renamo (*Resistência nacional de Moçambique*), tenha sido criado em 1977, a guerra civil só se estendeu verdadeiramente a partir de 1982-83.

contéudo: assim, as «aldeias comunitárias» reagrupavam, sem dúvida, a população, mas na realidade não produziam praticamente nada em comum, excepto o que dizia respeito ao abastecimento dos guerrilheiros; os comités populares «eleitos» estavam sob a apertada dependência das estruturas militares; as chefaturas tradicionais, em princípio suprimidas, continuariam a desempenhar frequentemente um papel importante – e se esse papel foi diminuído nos macondes é porque as chefaturas eram uma instituição débil nesta sociedade, relativamente acéfala, etc. Isto significa que se a guerra de libertação trouxe, inegavelmente, efeitos unificadores, ela produziu também efeitos de guerra civil e de divisão. Uma guerra de libertação de uma dezena de anos é muito insuficiente para provocar a emergência de um forte sentimento pan-étnico. Um sentimento forte anti-colonial pode ser suficiente, no entanto, para provocar a emergência de um desejo de República independente, sem os portugueses, de um *Governo da nossa cor*. Mas entre a libertação da «terra», um *governo da nossa cor* e a independência de Moçambique, existem todos os quiproquos evocados anteriormente, que só podiam ser resolvidos numa dinâmica democrática. Ora a estrutura do partido único, de um Estado-partido e de um partido-nação, opunham-se a isso.

O anti-colonialismo identitário

A história da resistência africana «secundária»⁴⁸ contém, no entanto, muitos exemplos de revoltas, manifestações e associações que exprimem um anti-colonialismo pronunciado sem exprimirem, contudo, uma visão política «moçambicana». Estudei, em particular, o caso do *Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala*, autêntica organização nacionalista ndau⁴⁹, responsável pelas manifestações em 1953 no

⁴⁸ Retomo aqui por comodidade a distinção clássica entre «resistência primária» (resistência à conquista colonial) e resistência secundária (resistência à presença colonial), mesmo que se trate apenas de dois «pólos» conceptuais com consideráveis situações intermédias.

⁴⁹ Os ndaus são um ramo das populações Chonas (ou Shonas) que se estende do Zimbabué ao oceano Índico. A província de Manica e Sofala tinha uma história particular no seio de Moçambique, já que ela representava o essencial do Território de Manica e Sofala dado em concessão à Companhia de Moçambique, companhia majestática de capitais principalmente britânicos (1891-1940). Esta particular

centro do país, e proibida em 1956; ou o caso da revolta de Mueda⁵⁰, considerada oficialmente, contudo, como a data de nascimento do «nacionalismo moçambicano». Com base nos problemas sociais e económicos provocados pela colonização, as populações revoltaram-se segundo linhas de mobilização fornecidas pelo seu quadro comunitário ordinário, que chamamos de étnico. A expressão de uma identidade real, neste caso étnica, foi a resposta a um problema social: a contradição era social, a mobilização foi identitária. É aquilo que chamo de anti-colonialismo identitário, na medida em que é uma identidade historicamente cristalizada e portadora de sentido que serve de quadro de mobilização, e não «Moçambique» (ou outra identidade territorial proclamada). Podemos dizer também que se trata de nacionalismos de nações que nunca chegaram a sê-lo.

Efeitos paradoxais do colonialismo tardio

A teimosia do salazarismo em não fazer a descolonização levou, então, a guerras de libertação bastante longas, que provocaram fenómenos de radicalização. Quais foram, no entanto, os efeitos a longo-prazo?

Houve uma captação, por um certo marxismo, das elites anti-coloniais radicais, e o conceito «fabricado» por Moscovo para exprimir isso foi a «revolução nacional democrática» (RND), a que Pequim, tal como Samora Machel, acrescentaram o «popular» (RNDP). A RND(P) enquadrou, assim, conceptualmente, numerosas correntes africanas, de Sékou Touré a Modibo Keita, passando por Kwame N'Krumah e Patrice Lumumba. Mas vale a pena reflectir um pouco no sentido internacional da expressão. Com efeito, para Moscovo, mesmo no caso de uma Angola e de um Moçambique independentes, oficialmente

história favoreceu a maturação precoce de um nacionalismo anti-colonial ndau de forte cariz congregacionista americano. Sobre o Centro Negrófilo de Manica e Sofala, veja-se em particular Michel Cahen, «L'anticolonialisme identitaire: conscience ethnique et mobilisation anti-portugaise au Mozambique (1930-1965)», Colette Dubois, Marc Michel & Pierre Soumille eds, *Frontières plurielles, Frontières conflictuelles en Afrique subsaharienne*, Paris, L'Harmattan, 2000, p. 319-333; bem como o capítulo 12 de Michel CAHEN, *Os outros. Um Historiador em Moçambique, 1994*, Basileia (Suiça), P. Schlettwein Publishing Foundation, 2003.

⁵⁰ Michel Cahen, «The Mueda Case...», *op. cit.*

«marxista-leninista», ficou sempre claro que o MPLA e a Frelimo não eram comunistas, que não faziam parte do campo socialista. Eles entravam na categoria dos movimentos em favor do «desenvolvimento não capitalista». Mas esta expressão, forjada para valorizar a aliança com estes movimentos, significava que estes não eram socialistas (sem dúvida, «não capitalistas», definição negativa, mas sem caracterização positiva, «socialista»). Isto provinha, na realidade, da ideia de que a África do século XX estava realizando, depois da Europa do século XIX, a sua «etapa da revolução burguesa», frequentemente entendida pela tradição marxista como sinónimo de etapa de revolução nacional. Tínhamos então aqui um enorme mimetismo ideológico, aplicar a África o modelo europeu legitimador. Contudo, nos anos sessenta, era pouco rentável qualificar os aliados anti-colonialistas africanos de movimento realizando a etapa da revolução burguesa ... Eram, portanto, qualificados de RND(P).

Mas isto teve, a nível ideológico, um efeito igualmente poderoso de confusão entre a criação de um Estado novo, independente, e de uma nação nova. A guerra de libertação anti-colonial *era* a revolução nacional, portanto a criação da nação; se as outras identidades (étnicas, por exemplo), mantivessem uma expressão política própria, eram, portanto, contra-revolucionárias. A radicalização, causada pelo facto de se recorrer a conceitos soviéticos ou chineses, veio reforçar, portanto, o paradigma do «nacionismo», de que falamos já anteriormente.

O resultado para a independência foi, sem dúvida, o aparecimento de regimes políticos radicais, na vanguarda do anti-colonialismo (guerra latente ou aberta com a Rodésia do Sul e a África do Sul etc.), mas cuja estrutura em nada rompeu com o modelo social português de uma «nação de funcionalismo público». O facto de ser anti-português não constituiu uma ruptura com o modelo, o inimigo continuou a ser o modelo. O tipo de Estado instituído, com o seu partido único, as suas «Organizações democráticas de massa», a sua cobertura por estruturas de enquadramento («Grupos dinamizadores»), o seu corporativismo sindical («Conselhos de produção» em Moçambique), a sua mitologia da nação homogénea, o seu Estado como principal actor da economia, a sua função publica hipertrofiada, levaram a uma relação de paternalismo autoritário com a população. A população deve ser «organizada», ela só se torna «povo» quando esta tarefa é conseguida;

antes, ela era apenas constituída por *elementos da população*⁵¹, expressão que demonstra bem a negação das formas originais de organização social que já vimos nos slogans «*Moçambique só é Moçambique porque é Portugal*» e «*Do Rovuma ao Maputo, um só povo, uma só nação*».

Uma descolonização precoce, cerca de 1961-62, teria certamente permitido a uma parte bem mais importante da população colonial (portuguesa metropolitana, portuguesa de África, creoula, indiana...) de continuar onde estava, levando a independências do tipo brasileira ou zimbabueana, cheias de contradições, mas abertas à expressão da pluralidade dos meios sociais, crioulos, bem como bantus, e assim mais propícias, imagina-se, a uma dinâmica de luta de classes. Paradoxalmente, o «marxismo-leninismo» de cunho bantu, negou estas lutas, sublimando-as na identidade política abstracta do Estado «operário-camponês» e da nação.

Aliás, a fase «socialista» do estado moçambicano independente,⁵² devido à radicalização provocada pela política militar portuguesa e ao seu colonialismo tardio, manteve, paradoxalmente, uma forma de Estado muito próxima do modelo salazarista. Foi com a viragem neoliberal do fim dos anos 80 que se operou a verdadeira ruptura. Moçambique tornou-se, a partir daquele momento, um vulgar país de África, portanto neocolonial, mas «afastado» de Portugal e sem uma metrópole particular como referência: a sua «capital neocolonial» situava-se mais perto das sedes das organizações financeiras internacionais do que em Lisboa⁵³. E, após 1992, o melhor amigo de Angola foram os Estados Unidos e Israel...⁵⁴.

⁵¹ Sobre o vocabulário político popular de Moçambique contemporâneo, veja-se M. CAHEN, *Les Bandits...*, *op. cit.*, bem como, do mesmo autor, «Entrons dans la nation. Notes pour une étude du discours politique de la marginalité. Le cas de la Renamo du Mozambique», *Politique africaine*, n°67, 1997, p. 70-88.

⁵² O caso moçambicano é certamente mais significativo do que o de Angola, na medida em que a Frelimo foi perdendo, progressivamente, o controle do território, devido ao desenrolar da guerra civil, enquanto que o MPLA se viu imediatamente confrontado com uma guerra entre os três movimentos (MPLA, FNLA e Unita) e nunca controlou, antes de 2002, a totalidade do seu território.

⁵³ Apesar da criação da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), em 1996, Portugal nunca conseguiu estabelecer um «pré-quadrado» africano à maneira francesa, dedicando menos de 99% da sua cooperação exclusivamente à «África lusófona» e a Timor oriental.

⁵⁴ A política americana foi muito diferente para os vários PALOP: mesmo no momento de maior radicalismo o Estado da Frelimo foi sempre reconhecido pelos USA, enquanto

* * *

Estas reflexões não retiram nada à profunda legitimidade dos movimentos anti-coloniais de libertação, nem subestimam a base social de massa desta aspiração. Trata-se simplesmente de sublinhar que o anti-colonialismo e o nacionalismo são tendências históricas que se cruzam, sem dúvida alguma com frequência mas que não podem ser confundidas. É necessário analisar cada processo histórico no seu tempo e contexto próprios e, nessa circunstância, analisar o anti-colonialismo africano fora do mimetismo ideológico saído das revoluções nacionais europeias do séc. XIX e do início do século XX. Pela minha parte, não mais utilizarei, portanto, salvo no caso incontestável de nações já constituídas, a expressão «luta de libertação nacional».

que Angola, devido à presença cubana não o era (mesmo estando lá as sociedades petrolíferas americanas e sendo os seus poços de petróleo defendidos pelos soldados ... cubanos contra os ataques dos rebeldes patrocinados pelos... Estados Unidos).

MOÇAMBIQUE: 30 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

Felizardo Bouene*

1. Introdução

Em primeiro lugar, procuro neste artigo inserir Moçambique no contexto da realidade africana geral, na altura da partilha de África. Explico as razões da dominação da África e a resistência ao domínio estrangeiro.

Em seguida, destaco os dois traços marcantes do início da independência: o dismantelamento do Estado colonial e a simultânea criação do poder político baseado na doutrina marxista-leninista, erguendo do nada e rejeitando o *modus vivendi* da sociedade tradicional, um novo Estado.

Foco depois o problema da guerra civil, o acordo de Nkomati e a viragem política operada no quinto congresso da FRELIMO com o abandono do marxismo-leninismo e a adopção da democracia multi-partidária e da economia de mercado.

Finalmente, realço o período da reconciliação nacional, nomeadamente a assinatura do Acordo Geral de Paz e as suas consequências políticas e económicas.

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

2. A dominação colonial de África e de Moçambique

No princípio da década de 1880, o quadro político da África banta é caracterizado pelo domínio dos Africanos, com a excepção de alguns territórios situados na orla marítima e das colónias britânicas do Cabo e do Natal. Vinte anos depois, encontramos uma situação política radicalmente diferente: poucos são os territórios dominados pelos africanos, dado que a maior parte foi dividida pela Grã-Bretanha, Alemanha, França, Bélgica, Portugal e Itália. De um momento para o outro, as relações comerciais deixavam de se operar numa base de igualdade política, de Estado para Estado, para uma base de desigualdade. Por que razão as potências europeias conseguiram conquistar a África?

Em primeiro lugar, foi através do conhecimento. Os missionários, no seu múnus evangelizador, puderam, desde séculos, contactar com os povos africanos e estudar a sua filosofia de vida. Ora, este conhecimento foi útil para as potências europeias, porque lhes permitiu elaborar planos para actuar junto dos Negros. No domínio do conhecimento, foi ainda importante a acção dos exploradores, que estudaram o terreno, a economia e a estrutura da sociedade africana na sua múltipla dimensão.

Outra razão que explica o êxito da conquista europeia, foi o avanço da medicina, sobretudo a descoberta do quinino, cujo uso debelou muitas doenças africanas. A África, portanto, deixou de ser um território tão temível para os Europeus.

Em terceiro lugar, a África, nesta época, está envolvida em guerras intestinas, quer entre Estados, quer no interior dos Estados.¹ A Europa, pelo contrário, atravessa, não obstante várias situações de tensão, um período sem hostilidades.

¹ Como ilustração, refiram-se os conflitos entre Achanty e Fanti, ou entre Baganda e Banyoro. Veja-se a propósito, Boahen, A. Adu (direcção de), *Histoire Générale de l'Afrique*, vol. VIII, UNESCO, Paris, 1989, pág. 54.

A Revolução Industrial perfilou-se também como um factor de avanço da Europa em relação à África. Por um lado, possibilitou a fabricação em série de bens manufacturados, bens esses que eram comercializados numa relação de troca geralmente favorável à Europa.² Por outro lado, gerou uma divisão internacional do trabalho que reservou para a África o menor papel de fornecedor de matérias-primas, sua principal riqueza, sem voz activa na definição da política económica internacional.

O factor militar, foi de todos, o mais preponderante. Com efeito, a Europa possuía uma enorme superioridade bélica. Tinha exércitos profissionais de homens treinados, mercenários que recrutava quando necessário, arsenal militar mais moderno; peças de artilharia, espingardas, metralhadoras e até veículos motorizados na fase final das campanhas. A situação africana era justamente a antítese; os homens para o combate eram recrutados circunstancialmente; grande parte das armas eram obsoletas, tanto as tradicionais bantas como as que haviam sido vendidas pelos europeus.

A luta era, enfim, desigual. A Europa não teve, conseqüentemente, grandes dificuldades em dominar a África em termos militares.

A materialização da derrota africana traduziu-se na partilha e posse efectiva dos territórios africanos, de acordo com a Conferência de Berlim.³

² Segundo dados do economista argentino Raul Prebisch, citado por A. J. Avelãs Nunes, *fazendo igual a 100 a quantidade de produtos industriais que podiam obter-se em 1876-1880 com uma determinada quantidade de bens primários, o índice baixou para 84,6 no período de 1901-1905, para 67,3 no período de 1921-1925, para 64,1 no período de 1936-1938, e para 58,7 em 1946-1947*. Vide A. J. Avelãs, *Teoria Económica e Desenvolvimento Económico*, Caminho, Lisboa, 1988, pág. 164. Na página seguinte da obra do autor que estamos a citar, verificamos que a causa da deterioração dos termos de troca reside na diferente estrutura da oferta e da procura dos produtos industriais (produzidos no centro) e dos bens primários (produzidos na periferia).

³ Esta Conferência foi convocada por Bismarck, com o objectivo de tentar harmonizar os interesses das potências europeias em África, tendo tido início em 15 de Novembro de 1884. Além da Alemanha, estiveram presentes na Conferência a Áustria, Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia. vide A. Da Silva Rego, *O Ultramar Português no século XIX, 1834/1910*, ed. Lisboa, pág. 205

É assim que Moçambique se torna uma colónia portuguesa, após dura resistência. A título de exemplo, refira-se que quando António Enes pretende ocupar o Império de Gaza, encontra pela frente o exército de Gungunhana, que defronta os Portugueses nas batalhas de Magule, Coolela e Mafucue, entre outras. Algumas vitórias alcançadas pelas tropas de Gungunhana, comandadas pelo induna Maguiguane⁴ fizeram por momentos crer ao povo, que seria possível resistir ao domínio português. Na batalha de Macontene, Maguiguane foi derrotado, ficando aí momentaneamente enterrado o sonho de resistência.

Seguiu-se a fase da administração colonial.

Pode-se discernir essencialmente um duplo modelo de colonização: um de cunho latino; outro, de cunho britânico e germânico. Este é um governo indirecto⁵, que reserva um espaço de jurisdição e de autonomia política para os chefes tradicionais bantos.

O modelo latino é caracterizado pela ideia de assimilação, ou seja, a concessão paulatina aos autóctones dos direitos da potência colonizadora, bem na linha da tradição dos Romanos a quem não repugnava a atribuição do estatuto de “*cives romanus*” aos povos conquistados. Quer isto dizer que o direito da potência colonial vigorava uniformemente em todas as colónias, sem distinção da especificidade de cada território.

O poder colonial pretendia que os Moçambicanos renunciassem à sua identidade cultural, aos seus costumes, às duas instituições tradicionais e abraçassem a cultura de Portugal e o seu modo de vida, que apregoava serem símbolos de civilização. Compreende-se, portanto, que o Ministério das Colónias afirme que *entre as nossas maiores*

⁴ No exército de Gungunhana, induna era comandante de uma força equivalente a batalhão. Maguiguane era comandante e chefe de todo o exército, que teria cerca de 15.000 homens, dos quais 2.000 equipados com espingardas. Sobre este assunto, vide Frelimo, *História de Moçambique*, Porto: Afrontamento, s/d, pág. 69.

⁵ Para designar este governo está vulgarizada a expressão *indirect rule*. Neste sistema os Britânicos e os Alemães governavam indirectamente por intermédio dos chefes tradicionais, sobretudo nas unidades políticas maiores, já que nas de menor dimensão os métodos do governo inglês e alemão aproximavam-se do latino.

necessidades políticas, morais e económicas de potência colonial sobressai a de se nacionalizarem e civilizarem esses milhões de seres humanos, em relação aos quais os nossos deveres de soberania não ficam em plano inferior aos dos nossos direitos. É absolutamente preciso. É absolutamente preciso chamá-las da barbárie e da selvajaria em que se encontram em grande parte para um estado social progressivo em que elas tenham cada vez mais as vantagens morais e materiais da família bem constituída (...)⁶.

3. A nova resistência e a Independência

A resposta às quotidianas violências psicológicas e físicas foi a organização da resistência em novos moldes e a luta pela independência do país.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962, inicia a luta armada dois anos depois, libertando várias áreas do domínio português, onde desenvolve um modelo de organização política, baseado no centralismo democrático.

A independência de Moçambique, ocorrida em 25 de Junho de 1975, trouxe profundas mudanças políticas na sociedade em geral.

A primeira preocupação do poder da FRELIMO após a proclamação da independência foi adoptar o modelo de organização posto em prática durante a luta de libertação. Mas que pretendia a FRELIMO quando lutava contra o poder colonial? Almejava essencialmente várias coisas em simultâneo: restituir a soberania aos Moçambicanos, construir um Estado sob os escombros da divisão étnica e edificar um Estado marxista-leninista sob as ruínas do estado colonial.

O governo da FRELIMO entendeu que era necessário efectuar a transformação das estruturas do poder colonial, convertendo-as em instrumentos ao serviço dos camponeses e operários. Se a destruição

⁶ Decreto-Lei n.º 39666. Diário do Governo. 1ª Série, n.º 110 (84-05-20).

do aparelho colonial tinha toda a lógica face a uma nova realidade política, o pôr entre parênteses os valores tradicionais vai revelar-se pouco avisado e de consequências nefastas para o governo e para a sociedade. Para o governo, porque a sua base de apoio vai diminuir, e para a sociedade, porque as comunidades perderam o seu equilíbrio psicológico.

Os Estados africanos, tanto os que trilharam a via de organização ocidental, como os que preferiram perfilar o modelo marxista-leninista, ao não valorizarem a herança cultural dos seus povos, criaram focos de conflitos absolutamente previsíveis. Na verdade, os Bantos não perdem de um momento para o outro as suas características intrínsecas com a inserção num mundo globalizado. Perseguem sempre o equilíbrio: equilíbrio ecológico e equilíbrio das relações humanas, necessários para a sobrevivência material e espiritual, o que pressupõe padrões de comportamento. Os indivíduos podem gozar de direitos, desde que cumpram os seus deveres com a comunidade (DAVIDSON 1981, pág. 6) O equilíbrio almejado é mantido pela sociedade banta ao longo do tempo e assenta na harmonia com a terra e com os antepassados. Há uma relação permanente entre os vivos e os mortos da mesma linhagem, caracterizada através de cerimónias religiosas.

Em Julho de 1975, na primeira sessão do Conselho de Ministros, o governo *decidiu a extinção das regedorias, estruturas que pela sua natureza feudal e pela colaboração que prestaram ao colonialismo são incompatíveis com o poder popular.*⁷

De um só golpe eram amputadas as chefias das sociedades tradicionais, sem uma separação do trigo e do joio, e, sem uma análise cuidada do problema para se ter conhecimento do que eram realmente as regedorias.

O passo seguinte foi a instauração das aldeias comunais, o que, de acordo com o modelo socialista, iria facilitar a produção colectiva desestruturando simultaneamente a organização tradicional das popu-

⁷ A Principal Legislação promulgada pelo Governo da República Popular de Moçambique. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1975

lações; estas, ao serem obrigadas a abandonar as suas casas, perdiam os seus símbolos, como os locais de homenagem aos antepassados. Aquilo que era propalado como feudalismo e obscurantismo tinha um significado importante para o equilíbrio psicológico e social das populações. As autoridades tradicionais continuavam a ser consultadas e as cerimónias tradicionais realizavam-se clandestinamente. Os Grupos Dinamizadores, entretanto criados, não podiam substituir, por falta de legitimidade aos olhos das populações, as autoridades tradicionais. O descontentamento do povo será capitalizado pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

4. O desmantelamento do Estado Colonial, a criação de bases para a formação do Estado Socialista e a eclosão da guerra civil

A herança do colonialismo foi pesada, sobretudo nos domínios da saúde e da educação. Em 1974, havia um médico por cada 17.349 habitantes e mais de metade dos profissionais de saúde encontravam-se na cidade capital, então Lourenço Marques; no domínio do ensino, a taxa de analfabetismo era de 93%, havia 3.800 estudantes universitários, dos quais apenas 40 negros.⁸ A administração do território, a estrutura económica e social do país, gizadas para alcançar os objetivos do poder colonial e completamente dominadas pelos Europeus já não se adequavam à nova realidade política do Estado moçambicano.

A realização do III Congresso da FRELIMO foi determinante para a construção dos alicerces do novo Estado. A Resolução n.º 15/77 de 23 de Dezembro afirma que *a eleição das Assembleias do Povo em todos os escalões constitui um passo decisivo na implementação das decisões do III Congresso da FRELIMO e forjou novas condições objectivas e subjectivas na construção da nova sociedade e da edificação do Estado Democrático Popular.*⁹ Não se tratava apenas de substituir o Estado colonial por outro dirigido pelos autóctones, como ocorreu em muitas colónias africanas, mas sim de um Estado à imagem das instituições

⁸ Cadernos do Terceiro Mundo, Abril de 1984, Ano VII, n.º 65, pág. 29

⁹ Principal Legislação promulgada pelo governo da República Popular de Moçambique, Vol. V, Imprensa Nacional de Moçambique, Resolução n.º 15177, pág. 289

vigentes nas zonas libertadas durante a guerra e segundo o modelo das democracias populares dos países de Leste da Europa. Conscientemente, pretendia-se vincar a diferença em relação aos outros Estados africanos, porque acreditava-se ser possível moldar uma sociedade diferente, livre das amarras do colonialismo e daquilo que se acreditava ser o feudalismo. O Comité Central da FRELIMO e a Assembleia Popular de Moçambique, numa exortação conjunta, chegaram a afirmar que *já não são os feudais, os régulos(...) quem escolhe os dirigentes do Povo*.¹⁰ Era o socialismo científico, que sem cuidar da avaliação da realidade social e ancestral do Moçambicano, procurava edificar do nada um modelo estatal centralizador. A Resolução n.º 15/77 é clara quanto à sede onde reside o poder. Nela se afirma o *princípio segundo o qual o Conselho de Ministros é o órgão central de direcção do Estado com funções de execução, decisão e controlo ao nível nacional (...) com base nas Leis e Resoluções da Assembleia Popular, e da respectiva Comissão Permanente nas decisões do Presidente da República*.¹¹ O modus operandi do centralismo democrático atinge não apenas o partido, mas o próprio aparelho de Estado; os dirigentes das instituições intermédias, das Províncias às Aldeias comunais, respondem perante o Presidente e o Conselho de Ministros. Era a assunção clara, em sede da organização do poder estatal, da doutrina do marxismo-leninismo. Representando o mundo rural cerca de 80% dos habitantes do país, a criação das Aldeias Comunais tornava-se vital para o incremento da produção agrícola e para o reagrupamento dos serviços e das infra-estruturas do campo. (ENDERS, 1977 pág. 117) As Aldeias Comunais onde imperavam os grupos dinamizadores, eram considerados pelo governo a coluna vertebral do desenvolvimento do campo.¹²

Nesta fase ainda assistimos à implementação da política por objectivos, como a ofensiva da produção (1976), a luta contra a corrupção (1981) e a operação produção (1983), que considerava a agricultura como centro a merecer a atenção de todos os Moçambicanos. (ENDERS 1977, pág. 117)

¹⁰ Idem, Exortação, pág. 748

¹¹ Principal Legislação, op. Cit., Resolução n.º 15/77, pág. 290

¹² Principal Legislação, op. Cit., Resolução n.º 10/77, pág. 285

No quadro geopolítico e no campo das tradições africanas o governo da FRELIMO encontra forte oposição. Externamente, porque a Rodésia de Yan Smith e a África do Sul do *apartheid* se sentem ameaçadas com a implementação de um regime marxista, situado nas antípodas da sua visão do mundo; internamente, porque as populações, não podendo cumprir os ritos tradicionais, carecem de um esteio de equilíbrio, e as autoridades tradicionais, consideradas feudais, ficam perplexas e ofendidas com as medidas do governo.

Criados os condimentos, assistimos ao eclodir da guerra civil a partir de 1977.

Os serviços secretos rodesianos haviam criado a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) com um duplo objectivo: destabilizar o governo da FRELIMO e criar empecilho à actuação da ZANU, movimento de guerrilha a favor da independência autêntica da Rodésia, diferente da proclamada unilateralmente pelos colonos em 1965, sob a direcção de Yan Smith. A ZANU tinha liberdade de movimentos em Moçambique.

Nos seus ataques, a RENAMO tinha como alvo os bens económicos, escolas, hospitais, vias de comunicação e tudo o que representasse o Estado moçambicano; as populações foram severamente punidas, maltratadas, raptadas, seviciadas e mortas para pretensamente mostrar que o governo da FRELIMO era incapaz de lhes oferecer segurança.

A RENAMO, que, após a subida ao poder da ZANU no Zimbabwe (antiga Rodésia do Sul) se locupletou com os apoios da África do Sul do *apartheid*, não era verdadeiramente uma força política, porque não tinha um programa político. Nem isto, era uma preocupação sua. Na verdade, *o presidente da RENAMO Afonso Dhlakama (...) diz que o seu objectivo com a guerra não é a vitória, mas sim transformações na sociedade moçambicana* (ABRAHAMSSON, e NILSSON 1988, pág. 162) O apoio militar e financeiro do governo sul-africano seria suficiente, na opinião dos líderes da RENAMO. Como estes não acautelaram o futuro, que ditou a necessidade de transformar o movimento em partido político, concorrendo às eleições, as famílias e as aldeias destroçadas

durante a guerra civil, fizeram questão de mostrar nas urnas que há limites a ter em conta na luta política; como veremos mais adiante, a RENAMO não ganhou nenhuma eleição legislativa ou presidencial até hoje.

A África do Sul encarregou-se também de sabotar directamente a economia moçambicana, diminuindo o tráfego ferro-portuário, não cumprindo integralmente os acordos sobre os trabalhadores das minas a partir de 1978 e fazendo incursões directas no solo moçambicano, deixando um rol de destruições, sob pretexto de que Moçambique albergava elementos do Congresso Nacional Africano (ANC). A Comissão Nacional do Plano fez a seguinte avaliação dos prejuízos directos sofridos pela acção de grupos apoiados pelo governo sul-africano: de 1982 a Agosto de 1983 as perdas em dólares dos Estados Unidos foram de 334 milhões; a sabotagem provocou a destruição de 400 casas comerciais em 1982 e 500 no ano seguinte; cerca de 500 escolas ficaram inactivas, afectando 90 mil alunos e perto de 140 aldeias foram derrubadas.¹³ Não foram tidos em conta, por serem difíceis de avaliar, os prejuízos indirectos.

Apesar das dificuldades, não esmoreceu o empenho para continuar na senda do desenvolvimento, que deveria chegar ao campo, onde se encontrava a esmagadora maioria da população. No tempo colonial o mercado de alimentos beneficiava poucos, beneficiava sobretudo os colonos. Tornava-se preciso, que todos fossem abrangidos. Os desequilíbrios tornaram-se evidentes, porque já não havia a repressão colonial para esconder a fome. É neste quadro que, em 1983, o IV Congresso da FRELIMO elege a produção agrícola como prioritária para o auto-abastecimento das famílias. Esta política visava valorizar o homem do campo e estancar a especulação dos bens alimentícios.

5. O Acordo de Nkomati e a viragem política

Nas relações internacionais, a via diplomática é um dos meios usados para solucionar problemas com que se defrontam os Estados.

¹³ Cadernos do Terceiro Mundo, op. Cit., pág. 32

A África do Sul, cansada dos conflitos com Angola, Lesoto e Zimbabwe e pressionada pelo peso dos problemas económicos, não descartou a possibilidade de negociar a paz com Moçambique. 16 de Março de 1984 é o dia escolhido por Samora Moisés Machel, presidente da República Popular de Moçambique e Pieter Willem Botha, Primeiro Ministro da República da África do Sul, para assinar o Acordo de Nkomati, que valoriza o respeito da soberania nacional, apela à não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e elege o uso de meios pacíficos para a resolução de divergências. O artigo três, ponto 1, do Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança entre o Governo da Republica Popular de Moçambique e o Governo Republica da África do Sul é elucidativo quanto ao propósito dos dois governos. Reza o seguinte: *As Altas Partes Contratantes não permitirão que os respectivos territórios, águas territoriais ou espaço aéreo sejam utilizados como base, ponto de passagem ou de qualquer outra forma por outro Estado, Governo, forças militares estrangeiras, organizações ou indivíduos que planeiam ou se preparem para levar a cabo actos de violência, terrorismo ou agressão contra a integridade territorial ou independência política da outra, ou que possam ameaçar a segurança dos seus habitantes.*¹⁴

Pacta sunt servanda, foi o que pensou o governo moçambicano quando assinou o acordo que, a ser cumprido, permitiria, a recuperação económica do país. O que se verificou em termos práticos foi a continuação da guerra civil, com a África do Sul a lavar as mãos como Pilatos, negando o envolvimento no apoio à RENAMO. Foi necessário repensar a política, de molde a conseguir mais apoios financeiros para suprimir carências, nomeadamente junto das organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) e o Banco Mundial. A situação internacional e a correlação de forças das principais potências políticas do Mundo aconselhavam mudanças.

É neste contexto que Moçambique inicia a viragem política a partir do V Congresso da FRELIMO, em 1989, O Partido põe de lado as referências ao marxismo-leninismo e abraça o modelo político do socialismo democrático.¹⁵

¹⁴ Acordo Nkomati, Republica Popular de Moçambique, 1984.

¹⁵ L'Afrique Politique – *Islams D'Afrique: Entre le Local et le Global*. Paris: Karthala, 2002.

A Organização do Estado sofre profundas mudanças, a economia de mercado toma claramente o lugar da economia planificada e o Estado adota uma nova constituição em 1990.¹⁶

Há um esforço de conciliação com as forças descontentes com o governo: os grupos religiosos, o empresariado e os camponeses pobres que arcaram com as dificuldades. O que facilitou o entendimento das populações foi o esforço do Governo da FRELIMO para devolver a dignidade aos Moçambicanos no domínio político e económico, apesar de alguns erros estratégicos, como, de acordo com o descrito atrás, fazer tábua rasa das tradições. No campo social foram grandes os avanços na educação e na saúde.

A grande conciliação foi o fim da guerra civil, com o acordo assinado em Outubro de 1992, em Roma.

6. O Acordo Geral de Paz e a implementação da democracia representativa

A distensão na cena internacional em finais da década de noventa, em consequência de maior diálogo e entendimento entre as superpotências, vai facilitar os movimentos de aproximação entre os actores políticos da África Austral e do interior de Moçambique. Alguns factos testemunharam-no: Em Janeiro de 1990, o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano anuncia ao país uma nova Constituição, que consagra um sistema de democracia multipartidária e representativa, uma economia de mercado e um sistema judicial independente, constituição essa que seria aprovada em Novembro do mesmo ano; em Março de 1990, O Presidente de Klerk da República da África do Sul, proclama publicamente que não apoia a RENAMO; em Julho do mesmo ano, iniciam-se em Roma conversações entre o governo moçambicano e a RENAMO, com vista ao cessar-fogo e à obtenção da paz no país.¹⁷ O Acordo Geral de Paz foi assinado em 4 de Outubro de 1992

¹⁶ A Constituição de 1990 defende os princípios da liberdade política e da democracia representativa. A Constituição entra em vigor em 200 aprofunda as mudanças operadas em 1990.

¹⁷ Guia do Mundo, Trinova, 2000, pág. 334.

na presença de inúmeros representantes da comunidade internacional, o que revela o interesse mundial na pacificação de Moçambique e daquela área do globo.

O período de reconciliação nacional que se inicia, num novo contexto mundial de ausência de guerra fria, mas com outro cenário de entendimentos políticos entre Estados, gera expectativas de progresso e de criação de ambiente de bem estar em populações longamente fustigadas por guerras: primeiro, a guerra de libertação nacional, depois, a guerra civil.

O mundo dos negócios também estava atento às novas oportunidades que se-lhe-abriam; que, a concretizarem-se, também seriam benéficas para o desenvolvimento do país. O cumprimento do Acordo Geral de Paz, sobretudo em matéria política e de segurança, foi importante para a confiança dos agentes económicos nacionais e internacionais. Assim, em Outubro de 1994, sob a supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), realizaram-se as eleições presidenciais e legislativas, que deram a vitória a Joaquim Chissano e ao partido FRELIMO, ficando a RENAMO em segundo lugar. Em 1999, nas segundas eleições gerais, o cenário repetiu-se; em 2004 também, agora com um novo Presidente, Armando Guebuza, do partido vencedor, FRELIMO.

Podemos inferir que a ausência de programa político por parte da RENAMO durante os anos da guerra civil, contentando-se apenas com o objectivo de forçar mudanças no sistema de governação, foi um factor penalizador nas pugnas eleitorais do pós-guerra; do mesmo modo, as ausências de escrúpulos nas chacinhas ocorridas em algumas localidades criaram um efeito de repulsa em quem as sofreu.

A FRELIMO beneficiou do facto de ter sido uma força atacada e, sobretudo, por ter organizado a luta pela independência do país e nunca se ter aliado, nem que fosse por razões tácticas, a nenhum Estado, estrutura política ou militar, inimigos do povo moçambicano. Embora tenha flectido no que respeita à sua ideologia inicial, não abdicou nas questões essenciais do rumo político, como devolver a dignidade ao

povo e criar condições para usufruto da sua riqueza nacional.¹⁸ Refira-se que já em Maio de 1997, em virtude da força negocial do governo da FRELIMO, o Estado português afirma que abdica da barragem de Cahora Bassa e vai privatizar os seus 82%.¹⁹

Além disso, apesar da guerra, os indicadores no domínio social foram favoráveis ao governo, como vimos atrás. A título de exemplo, diga-se que a taxa de analfabetismo reduziu-se em 1997 para cerca de 60%.

Nos anos seguintes à assinatura do Acordo Geral de Paz, na euforia da implementação da democracia representativa, surgem, no espectro político, novos partidos, que, no entanto, manifestam dificuldade em se afirmarem no terreno. Abrem, contudo, um espaço de debate político, o que se afigura positivo para a renovação do país. O confronto de ideias é sempre importante para o progresso de qualquer sociedade.

7. Conclusão

Não sendo Moçambique uma ilha, procurei, primeiro, um enquadramento da problemática da dominação dos países africanos no período da Conferência de Berlim de 1984-85.

A resistência inicial à ocupação estrangeira, teve a sua continuidade, com a luta de libertação protagonizada pelo FRELIMO, a partir de 1964.

Podemos distinguir essencialmente dois períodos, após a independência: o período revolucionário e de guerra civil (de 1975-1992) e o período de conciliação nacional (1992 em diante).

Neste momento Moçambique está em busca dos melhores caminhos para a concretização dos seus ideais políticos. Está a rever o que fez e aquilo que pode fazer, para não perder a sua autenticidade africana.

¹⁸ Sobre este assunto, o discurso do Presidente Samora Machel em 24 de Junho de 1975 é extremamente eloquente.

¹⁹ Guia do Mundo, op. Cit., pág. 335. Em finais de 2005, Portugal e Moçambique formalizaram por acordo a devolução da barragem aos Moçambiquanos.

Moçambique é um espaço aberto economicamente; é igualmente um espaço de abertura no debate de ideias, em busca de soluções para a realização do progresso, o progresso idealizado pelo fundador da FRELIMO, Eduardo Mondlane.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders, *Moçambique em Transição*. Goteborg, Padrin, 1988.

ACORDO NKOMATI, República Popular de Moçambique, 1984.

A NOSSA LUTA É UMA REVOLUÇÃO, Nacionalizações – Moçambique. Lisboa, CIDAC, 1976.

BOAHEN, A. Adu – *Histoire Générale de l'Afrique*, vol. VIII. Paris: UNESCO, 1989.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, Abril de 1984, Ano VII, n.º 65.

CLINE, Sibyl W. – *RENAMO, em defesa da democracia em Moçambique*. Washington, 1989.

DAVIDSON, Basil – *Os Africanos*. Lisboa: Ed. 70, 1981.

Decreto-Lei n.º 3966. *Diário do Governo*. 1.ª Série, n.º 110 (54-05-20).

I Encontro dos Ministros responsáveis pela administração eleitoral dos Países Africanos de Expressão Portuguesa e de Portugal – Julho de 1994. Volume IV República Popular de Moçambique, Constituição, Lei Eleitoral e Legislação Complementar. Lisboa, MAI/STAPE/Edições 70.

ENDERS, Armelle – *História da África Lusófona*. Mem Martins, Editorial Inquérito, 1997.

FRELIMO – *História de Moçambique*. Porto, Afrontamento, s/d.

GUIA DO MUNDO, Trinova, 2000.

NUNES, A. J. Avelãs – *Teoria Económica e Desenvolvimento Económico*. Lisboa, Caminho, 1988.

PRINCIPAL LEGISLAÇÃO PROMULGADA PELO GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, IV e V VOLUME. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1977.

A TERCEIRA VITÓRIA DA FRELIMO EM MOÇAMBIQUE: MARGINALIZAÇÃO POLÍTICA OU ESTABILIDADE ECONÓMICA?

Rita Pais*

O Sistema Político em Moçambique

No ano em que se celebram os 30 anos da Independência, Moçambique vive ainda o rescaldo das terceiras Eleições Gerais realizadas em Dezembro de 2004. As eleições representam, do ponto de vista formal, o funcionamento do regime democrático e o bom desempenho político que garante o desembolso de fundos por parte da comunidade doadora. Mas a realização de eleições esconde outros factores de crise, que se prendem em parte com a não consolidação de uma cultura democrática.

Uma das maiores fragilidades do sistema político moçambicano é o facto de a disputa eleitoral se centrar quase exclusivamente em torno de apenas dois partidos: a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Esta polarização resulta da configuração política forjada pelo conflito armado.

De facto, ao contrário do que aconteceu noutros países africanos, os principais partidos políticos em Moçambique formaram-se antes da transição para o regime democrático (CARBONE,2003,pag.5). O socialismo implementado pela Frelimo no período pós-independência não deixava espaço para a emergência de outras forças políticas ou de

* Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa

qualquer tipo de oposição ao regime. Característica, aliás, que parece ser comum a outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) - “no que respeita às antigas colónias portuguesas, e particularmente Moçambique, a cultura política foi forjada pela luta armada de libertação” (LÁLÁ e OSTHEIMER, 2003, pag.4). Ou seja, a legitimidade da Frelimo enquanto partido no poder advém, em grande parte, do papel preponderante que desempenhou na luta de libertação.

Mas a concretização de sucessivas medidas que prejudicavam principalmente as populações rurais do Centro e Norte do país (o reassentamento forçado de populações através do projecto das Aldeias Comunais e o favorecimento de uma elite política originária do Sul, entre outras) levou a uma erosão dessa legitimidade.

O descontentamento geral das populações rurais foi aproveitado pela Renamo que, tendo sido criada e apoiada a partir do exterior (pelos governos da antiga Rodésia e da África do Sul), formou assim as suas bases de apoio social. A Renamo tornou-se na única força visível de oposição ao regime da Frelimo, embora essa oposição tenha sido essencialmente armada e baseada na luta de guerrilha.

Do ponto de vista político, a organização administrativa da Renamo era bastante frágil. Mas a guerra civil promoveu a formação de duas frentes socio-políticas rivais, que controlavam diferentes zonas do território moçambicano. A distribuição das forças beligerantes foi o que acabou por definir a actual distribuição do eleitorado: as províncias em que a influência da Renamo foi maior correspondem hoje às zonas de origem da maioria do seu eleitorado, sendo que o mesmo se verifica relativamente à Frelimo.

Portanto, as duas frentes da guerra civil acabaram por ser as mesmas que actualmente dominam o espaço político. O forte antagonismo entre Frelimo e Renamo não se dissipou após o fim do conflito, e acabou por abafar outras forças opositoras (a oposição não-armada) desde o início do processo de transição. De facto, o Acordo de Paz assinado em 1992 resultou de negociações apenas entre a Renamo e a Frelimo, com a mediação de actores internacionais.

A exclusão de outras forças políticas do processo de democratização, a par dos baixos resultados obtidos com a campanha de educação eleitoral e educação para a democracia¹, contribuiu para que o eleitorado mantivesse uma percepção polarizada do cenário político, transpondo a rivalidade do conflito armado para um contexto de paz.

Eleições Gerais

O sistema político moçambicano é, portanto, claramente bipartidário. Os resultados das eleições de 1994 e 1999 ilustram-no bem: a Frelimo conseguiu 44.33% dos votos em 1994 e 48.54% em 1999, e a Renamo 37.78% (1994) e 38.8% (1999). Os partidos mais pequenos em competição (no total 18) apenas conseguiram alcançar a barreira dos 5% de votos, que lhes garante assento no Parlamento, através da Coligação União Democrática (PALMO, PANADE e PANAMO²) em 1994, e em 1999 através de uma coligação de 10 partidos menores com a Renamo (a RUE – Renamo União Eleitoral).

As eleições que decorreram entre 1 e 2 de Dezembro de 2004 tiveram resultados semelhantes, que vieram confirmar a preponderância dos dois partidos no cenário político Moçambicano e afastar a hipótese, que alguns analistas previam possível, de o Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) surgir como uma alternativa viável.

No entanto, a diferença de votos entre a Renamo e a Frelimo aumentou visivelmente. A Frelimo conseguiu 63,7% dos votos contra 31,7% da Renamo nas Presidenciais, e 62,03% contra 28,73% nas Legislativas. A vitória confortável da Frelimo, poderá ter sido potenciada

¹ Como explica João Bernardo Honwana, embora a maioria da população não tenha tido dúvidas relativamente à eleição de um líder (Presidente da República), o papel dos partidos políticos e do Parlamento não foi totalmente compreendido pelo eleitorado. HONWANA, João Bernardo, *The United Nations and Mozambique, A Sustainable Peace?*, Cadernos do Lumiar 7, IEEI, 1996, p.36.

² PALMO - Partido Liberal e Democrático de Moçambique; PANADE - Partido Nacional Democrático; PANAMO - Partido Nacional de Moçambique.

pelo elevado nível de abstenção (57%), uma vez que o maior número de abstenções se registou entre os eleitores da oposição – a Renamo passou de 2.1 milhões de eleitores em 1999 para 1 milhão em 2004.

Tabela 1
Resultados da Eleições Presidenciais de 2004

Candidato	Partido	% Votos
Armando Guebuza	FRELIMO	63.74
Afonso Dhlakama	RENAMO	31.74
Raul Domingos	PDD	2.73
Yaqub Sibindy	PIMO	0.91
Carlos Reis	MBG	0.87

Fonte: *Mozambique Political Process Bulletin*, n°31, European Parliamentarians for Africa (AWEPA) 2004.

Tabela 2
Resultados das Eleições Legislativas de 2004

Partido	% Votos
FRELIMO	62.03
RENAMO	29.73
PDD	2.00

Fonte: *Mozambique Political Process Bulletin*, n°31, European Parliamentarians for Africa (AWEPA) 2004.

O mau resultado da Renamo pode ser explicado, em parte, pelo facto de, como aponta o relatório FAST (MACAMO,2005), o eleitorado Frelimo ser mais fiel.

Além desta, podem ser apontadas outras razões, como a falta de organização da Renamo durante a campanha e a adopção de uma “estratégia de derrota”, baseada em discursos de vitimização do partido, com referências frequentes às fraudes eleitorais de 1994 e 1999 (o que pode ter conduzido os eleitores à ideia de que seria inútil votar na Renamo)³.

³ *Mozambique Political Process Bulletin*, n°31, European Parliamentarians for Africa (AWEPA), 2004.

Apesar de as eleições terem sido declaradas livres e justas, algumas irregularidades foram detectadas. O Carter Center denunciou o desfazamento entre os editais e as contagens reais dos votos em algumas estações de voto; problemas com o software; invalidação de votos e desconfiança entre os representantes partidários do Secretariado Técnico da Administração Estatal (STAE).

As irregularidades, denunciadas pelos partidos da oposição, foram de alguma gravidade, e podem mesmo ter custado dois lugares no Parlamento à Renamo, mas não seriam suficientes para retirar a vitória à Frelimo, uma vez que a diferença entre os dois partidos era demasiado grande.

O facto de Dhlakama ter, inicialmente, rejeitado por completo os resultados, reclamando para si a vitória, em lugar de ter exigido que as irregularidades detectadas fossem esclarecidas, e de ter-se visto, posteriormente, forçado a assumir a derrota, pode tê-lo desacreditado perante a comunidade internacional e o eleitorado.

Fragilidades da Oposição

Na verdade, a vitória da Frelimo resulta também, em grande parte, das fragilidades da oposição. Por um lado, os partidos mais pequenos não têm expressão junto do eleitorado, por outro, a Renamo apresenta graves falhas organizacionais.

Quando o processo de transição para o multipartidarismo se iniciou, as estruturas políticas da Renamo eram extremamente frágeis, os procedimentos internos de organização pouco eficazes e a sua presença no terreno com baixo nível de coordenação. A Renamo, que nunca havia constituído um partido político, mantinha-se uma organização militar, de guerrilha, com as estruturas administrativas muito pouco desenvolvidas e sem uma política coerente.

No período pós-conflito, a ONUMOZ (a Missão das Nações Unidas para a manutenção e consolidação da paz) estabeleceu um fundo de apoio para a transição da Renamo de força de guerrilha para partido

político. Embora esse fundo tenha permitido a participação da Renamo nas eleições de 1994, através da capacitação logística do partido, a Renamo apresenta ainda hoje falhas na sua organização partidária.

Essa incapacidade de organização no terreno pode ajudar a explicar o facto de se manterem as divisões regionais de apoio partidário forjadas durante a guerra civil, e de a Renamo reunir votos apenas nas regiões tradicionalmente apoiantes do partido (as províncias do Centro), onde estabeleceu as suas bases de apoio social.

Para lá de não conseguir penetrar nas zonas dominadas pela Frelimo, a Renamo perdeu eleitores mesmo nas províncias em que reuniu mais votos nas eleições anteriores, essencialmente pelo facto de não ter uma estrutura de mobilização eficaz.

Tabela 3

Número de Assentos no Parlamento ganhos pela Frelimo e Renamo nas eleições de 1994, 1999 e 2004

Círculos Eleitorais		Frelimo			Renamo		
		1994	1999	2004	1994	1999	2004
Sul	Maputo Cidade	17	14	14	1	2	2
	Maputo Província	12	12	12	1	1	1
	Gaza	15	16	17	0	0	0
	Inhambane	13	13	15	3	4	1
Centro	Sofala	3	4	6	18	17	16
	Manica	4	5	7	9	10	7
	Tete	5	8	14	9	10	4
	Zambézia	18	15	19	29	34	29
Norte	Nampula	20	24	27	32	26	23
	Cabo Delgado	15	16	18	6	6	4
	Niassa	7	6	9	4	7	3
Total		129	133	160	112	117	90

Fonte: RUIGROK, Inge, *Mozambique's 2004 General Elections*, op.cit., 2005. e CARBONE, Giovanni M., *Emerging Pluralist Politics in Mozambique: the Frelimo-Renamo Party System*, op cit., 2003.

Dhlakama mantém uma estrutura partidária demasiado centrada no líder, controlando o funcionamento da organização e impedindo o desenvolvimento de uma estrutura eficaz e efectivamente democrática (RUIGROK, 2005).

A política da Renamo de promover a formação de uma nova geração de políticos, mais jovens e com qualificações profissionais que os permitam representar eficazmente a Renamo nas instituições governamentais, parece contraditória com a estratégia de Dhlakama de afastar todas as figuras proeminentes do partido que possam constituir uma ameaça à sua autoridade⁴.

Além de, evidentemente, esta centralização no líder minar a mobilização do eleitorado a nível local, cria ainda mais dificuldades estruturais e de organização administrativa. Essa é uma das razões pelas quais é tão difícil à Renamo movimentar-se no seio das instituições governamentais.

De facto, a Renamo apresenta uma incapacidade enorme em fazer qualquer tipo de oposição séria ao partido no poder, que não seja através do boicote de eleições, como aconteceu nas eleições locais de 2003, ou da formação de “governos sombra”, que impedem o normal funcionamento das instituições de governação⁵.

Talvez em parte por essas fragilidades, mas também porque a Frelimo exerce o poder de forma isolada, o partido é muitas vezes excluído dos processos democráticos.

No recente Conselho de Ministros Alargado (a governadores provinciais, deputados e outros dirigentes políticos), convocado por Guebuza, nenhum membro da oposição esteve presente, nem mesmo Afonso

⁴ Um dos casos paradigmáticos dessa estratégia foi a expulsão de Raúl Domingos, actualmente líder do Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD), após este ter conseguido um acordo sem precedentes com a Frelimo para a nomeação de três governadores provinciais da Renamo.

⁵ Recentemente, em Agosto de 2005, e na sequência de alegadas irregularidades nas eleições intercalares que tiveram lugar em Maio, a Renamo empossou um governo paralelo na cidade de Mocimboa da Praia. As sucessivas acções de protesto culminaram em confrontos com a polícia e com apoiantes da Frelimo, que resultaram na morte de cerca de doze pessoas.

Dhlakama, enquanto membro do Conselho de Estado (SAVANA, 15/07/05).

Tal como acontece com o PARPA (Plano de Acção para a Redução da Pobreza), cuja discussão tem estado afastada do espaço parlamentar e, portanto, dos partidos da oposição, o governo tende a sobrepor as suas competências com as do partido.

Os partidos mais pequenos, que nas últimas eleições não conseguiram qualquer assento no Parlamento, têm graves dificuldades em penetrar neste sistema partidário dicotómico.

As dificuldades são também de ordem financeira, uma vez que apenas os partidos com assento no Parlamento têm acesso a financiamento estatal. Nas primeiras eleições, em 1994, reclamaram fundos governamentais e internacionais que possibilitassem a competição com a Frelimo e a Renamo. O governo acabou por disponibilizar cerca de 15 mil dólares e a comunidade internacional 100 mil dólares.

Contudo, os problemas mais graves da “oposição não-armada” prendem-se com o facto de ter surgido no início do processo de transição para o multipartidarismo, quando as duas forças contendentes na guerra civil estavam já profundamente enraizadas junto das populações. As suas bases sociais de apoio são demasiado frágeis e a tarefa de mobilização do eleitorado tem-se revelado extremamente difícil desde as eleições de 1994, uma vez que largas regiões do país estão sob o controlo de um dos dois principais partidos.

Portanto, o sistema bi-partidário forjado pela guerra-civil constitui um enorme entrave à consolidação da democracia e à constituição de um ambiente político dinâmico.

A pressão da Comunidade Internacional

Paradoxalmente, a boa governação, transparência política e o funcionamento de um regime multipartidário são condições essenciais para garantir a assistência dos doadores internacionais.

O período da reconstrução pós-conflito, levada a cabo sob as diretrizes de Programas de Ajustamento Estrutural, levou o país a uma situação de forte dependência da ajuda externa. E os desembolsos da comunidade doadora dependem em grande medida das provas de bom desempenho, não só económico, mas também político.

Contudo, a pressão internacional pode criar um desfazamento entre o “processo” e o “produto: a necessidade de realizar em pouco tempo eleições gerais (como prova formal da instituição de um regime democrático) resultou em falhas no processo real de democratização, que implica acções mais morosas e profundas para o desenvolvimento de bases económicas, políticas e sociais correspondentes a um regime democrático (HONWANA, 1996).

Moçambique é geralmente apontado como um caso de sucesso na transição democrática. Aparentemente o sistema político funciona: têm sido realizadas eleições com regularidade, o governo tem prosseguido no processo de liberalização da economia e, excluindo alguns incidentes pontuais, os níveis de conflito interno são relativamente baixos (MACAMO, 2003).

Do ponto de vista do crescimento e desenvolvimento também se têm verificado progressos significativos. Entre 1997 e 2000 Moçambique registou uma Taxa de Crescimento média de 9% (acima da média dos países africanos). O governo tem conseguido manter a estabilidade macro-económica e atrair Investimento Directo Estrangeiro (que se reflecte sobretudo na implementação de grandes projectos capital-intensivos como a fundição de alumínio MOZAL, o Corredor de Maputo, ou a exploração de areias pesadas em Chibuto).

A opinião geral dos doadores, é de que Moçambique tem realizado progressos “impressionantes”⁶ e que a concretização do PARPA tem trazido resultados importantes no alívio da pobreza e no desenvolvimento do país.

⁶ IMF ‘impressed’ with Mozambican Reforms, Agência de Informação de Moçambique, 26/07/05.

Recentemente (Julho de 2005) o Fundo Monetário Internacional (FMI) realizou um novo desembolso, de 2.4 milhões de dólares no âmbito da iniciativa Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF) e com o objectivo de financiar a segunda fase do PARPA. Estes fundos foram desembolsados no seguimento de uma avaliação positiva da *performance* económica do país. Dessa avaliação resultou também uma série de recomendações para a implementação de reformas de “segunda geração”, que visam em grande medida o sector público.

As reformas económicas e a implementação do PARPA são elementos chave na estratégia de intervenção dos doadores internacionais. Especialmente o plano de alívio da pobreza tem sido considerado um sucesso, e portanto a vitória da Frelimo nas últimas eleições foi entendida pela comunidade doadora como um factor de continuidade e estabilidade.

Muito embora os partidos da oposição e as Organizações da Sociedade Civil tenham uma participação muito fraca naquele que é o grande projecto de desenvolvimento social do país, os países e organismos multilaterais doadores parecem minorar esse problema em favor de uma continuidade na implementação do PARPA.

De facto, a entidade britânica que coordena a assistência do Reino Unido a Moçambique – DFID (Department for International Development) – no *Country Assistance Plan 2002-2007* expressou bem esta visão que associa a Frelimo à estabilidade socio-económica.

Segundo aquele organismo, a vitória da Renamo nas eleições de 2004 acarretaria vários riscos: a fragilidade da estrutura organizacional do partido comprometeria a eficácia da actuação do governo; a relação entre o governo e as estruturas da Administração Pública (maioritariamente associada à Frelimo) poderia ser conflituosa; a implementação do PARPA poderia sofrer atrasos e recuos, uma vez que a Renamo está pouco familiarizada com o projecto.

A posição da comunidade internacional é, portanto, claramente favorecedora da continuidade política com vista à manutenção de uma estabilidade económica e social relativa. Ou, como refere Fernando

Balthazar de Lima, “A comunidade internacional (...) tem vindo a insistir (...) na necessidade de acomodação política, por forma a afastar a instabilidade, inimiga declarada do desenvolvimento económico de que o país tão desesperadamente necessita.”(LIMA,2000).

Marginalização Política ou Estabilidade Económica?

É claro que o facto de a comunidade doadora apontar Moçambique como um caso de sucesso de transição democrática e económica exerce alguma pressão para que a situação política se mantenha. O volume da ajuda prestada a Moçambique (um dos maiores beneficiários da ajuda prestada pela Comissão Europeia e pelos países membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento - CAD) precisa de ser justificado com o bom desempenho do país, o que de facto tem acontecido. Mas uma mudança política, especialmente se essa mudança significa que um partido com fraca organização administrativa, afastado da maioria dos processos e instituições democráticos do país, extremamente centrado no seu líder e moldado ainda pelo legado da guerra civil assume o governo, é um risco demasiado grande que os doadores internacionais não estão dispostos a correr.

Apesar disso, a boa governação e um maior grau de transparência política são exigências sérias quando se trata de desembolsar novos fundos. E, portanto, a pressão da comunidade internacional é exercida nos dois sentidos: por um lado troca-se algum tipo de “acomodação política” pela estabilidade económica que permite aos doadores executar as suas estratégias de desenvolvimento; por outro exigem-se melhores níveis de governação democrática.

E, também por isso, apesar de o sistema bi-partidário continuar a dificultar a consolidação da democracia e a promover um certo grau de marginalização de outros partidos políticos e de Organizações da Sociedade Civil (OSC), alguns avanços têm sido feitos.

É bastante evidente que ainda existe uma identificação grande entre as instituições governamentais e as estruturas do partido no poder, um acesso dificultado dos partidos menores ao Parlamento e aos processos de governação, uma falta de transparência política e

uma clara dificuldade em partilhar o poder⁷. A Frelimo e a Renamo continuam a dominar a cena política, sem abrir espaço a novas forças partidárias. As OSC que participam na discussão dos projectos nacionais de grande envergadura são, frequentemente, coordenadas por movimentos cristãos liderados pelo Reverendo Arão Litsuri, tradicionalmente aliado da Frelimo.

Todavia, alguns sinais positivos têm demonstrado que pode haver uma mudança gradual no ambiente político moçambicano. Neste momento está em curso a Revisão da Lei Eleitoral, na qual, além da Renamo, outros partidos da oposição foram convidados a participar. Os símbolos nacionais, particularmente a bandeira, criticados por muitos por serem demasiado expressivos dos princípios da Frelimo, estão também a ser revistos, muito embora haja vozes dissonantes dentro do próprio partido (como é o caso de Marcelino dos Santos). A discussão e implementação da segunda fase do PARPA, por exigência do FMI, incluirá Actores Não Estatais. E, naquilo que parece ser uma iniciativa de extrema importância, os partidos da oposição uniram-se para criar o Centro de Promoção para a Democracia Multipartidária, cujo objectivo será capacitar os partidos mais pequenos.

Apesar de existirem os elementos formais de um regime democrático, a Democracia em Moçambique é ainda muito frágil e não está consolidada.

Mesmo com a abertura a mais partidos, os votos continuam a concentrar-se na Frelimo e Renamo, resultado da história recente de conflito.

Os baixos níveis de escolaridade e o isolamento das populações rurais (que constituem a maioria da população moçambicana) contribuem também para que haja pouca mobilização política e para que o eleitorado se mantenha fiel aos dois partidos que conhece e em que tradicionalmente vota.

⁷ Alguns autores referem-se ao sistema político moçambicano como aquele em que "the winner takes all", à semelhança de muitos Estados africanos onde a perda das eleições significa a exclusão dos processos de governação.

Além disso, não há discussão inter-partidária, uma vez que extensas regiões do país são controladas por um dos dois partidos maiores, o que leva a que se crie uma homogeneidade de opinião política pouco saudável numa Democracia. E mesmo a imprensa, capaz de suscitar alguma discussão política, parece marginalizar os actores políticos fora do sistema bi-partidário, dando especial atenção às disputas entre a Frelimo e a Renamo.

O que falta em Moçambique é uma cultura democrática, uma vitalidade da sociedade civil e uma dinâmica de discussão e debate político.

Uma maior consciencialização e acção cívica por parte do eleitorado não é algo que se consiga por imposição dos doadores internacionais. É um processo longo, que, ironicamente, depende em grande medida do sucesso da implementação do projecto de alívio da pobreza. Será o acesso à escolaridade, à saúde e a redução dos níveis de pobreza que contribuirá para uma maior participação da população na vida política e para a transformação do sistema bi-partidário.

Por enquanto, para a maioria dos moçambicanos, Democracia significa, não tanto a protecção dos direitos e liberdades dos cidadãos e a existência de uma maioria decisora, mas a igualdade no acesso à alimentação, habitação e educação⁸.

BIBLIOGRAFIA

CARBONE, Giovani M., *Emerging Pluralist Politics in Mozambique: the Frelimo-Renamo Party System*, Development Research Center, Londres, 2003.

HONWANA, João Bernardo, *The United Nations and Mozambique, a Sustainable Peace?*, Cadernos do Lumiar 7, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

⁸ Inquérito Nacional de Opinião Pública 2001, Centro de Estudos da População, mimeo. CARBONE, Giovanni M., *Emerging Pluralist Politics in Mozambique: the Frelimo-Renamo Party System*, op cit., 2003: p. 21.

HONWANA, João Bernardo, *Notes on challenges to peace consolidation: the case of Mozambique*, Paper apresentado na Conferência “Os Desafios das Relações Europa - África”, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 23-24 Outubro 2003.

LÁLÁ, Anícia e OSTHEIMER, Andrea E., *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)*, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

LIMA, Fernando B., *À Espera da Terceira Força*, O Mundo em Português, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Dezembro 2000.

LUNDIN, Iraê Baptista, *Will Mozambique Remain a Success Story?*, African Security Review, vol.9, n°3, Institute for Security Studies, 2000.

MACAMO, Elísio, *Semi-annual Risk Assessment*, FAST Update, Swiss Peace, 2005.

OSTHEIMER, Andrea E., *Transforming Peace into Democracy: Democratic Structures in Mozambique*, African Security Review, vol. 8, n° 6, Institute for Security Studies, 1999.

OSTHEIMER, Andrea E., *Mozambique - The Permanent Entrenchment of Democratic Minimalism?*, African Security Review, vol. 10, n° 1, Institute for Security Studies, 2001.

RUIGROK, Inge, *Mozambique's 2004 General Elections*, African Security Review, vol.14, n°. 1, Institute for Security Studies, 2005.

Mozambique Political Process Bulletin, n°31, European Parliamentarians for Africa (AWEPA) 2004.

UK Department for International Development, *Country Assistance Plan 2002-2007*.

IMF ‘impressed’ with Mozambican Reforms, Agência de Informação de Moçambique, 26/07/05.

CABO VERDE TRINTA ANOS DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Daniel A. Pereira*

O ano de 2005 foi vivido, em Cabo Verde, sob o signo do 30º aniversário da independência nacional. E imprimiu-se a esse momento uma particular intensidade.

Quando se conhece o ponto de partida, a 5 de Julho de 1975, talvez se compreenda melhor a relevância e, quiçá, o patriotismo com que foi assumido esse momento muito especial na vida de um jovem país.

Na verdade, das ilhas sahelianas do Cabo Verde de 2005, que ascendia à independência em 1975, pertença do grupo atlântico da Macaronésia, que inclui, igualmente, os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, já nada havia, tal a transformação que sofreu nos últimos trinta anos.

A desesperança, criada, desenvolvida e interiorizada pelo atavismo, provocado por uma conhecida história de seca e fome cíclicas, através do qual o nosso arquipélago se tornara tristemente célebre, ao longo de séculos, cedeu lugar à esperança e à crença mais íntima, face aos resultados conseguidos, a todos os níveis (falaremos disso mais adiante), fruto do labor dos cabo-verdianos e da cooperação internacional;

* Diplomata, antigo Director Geral do Gabinete de Estudos, Documentação e Assessoria e do Centro de Estudos Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde e autor de vários livros da área da História de Cabo Verde.

A descrença nas nossas possibilidades, imposta por uma natureza ignara e inclemente, mas também inculcada através de uma mentalidade de subserviência, que o colonialismo, subtilmente, deixou que invadisse o nosso âmago, deu lugar à crença dos cabo-verdianos nas suas capacidades para superar todas as dificuldades, mesmo as impossíveis, como aquelas que poetas nacionalistas, a exemplo de Ovídio Martins, passaram a transmitir às novas gerações, como a imagem das cabras, que nos ensinarem a “comer pedras para não perecermos”;

Recuperada a esperança, a crença, a própria estima e a autonomia de decisão, parte-se, então, para a aventura, empolgante, da construção de um Estado, reivindicada pela pré existência de uma Nação, paradoxal por ter acontecido num contexto histórico colonial, classificado, precisamente por isso, por certos cientistas sociais e políticos, como algo que, como uma construção histórica, aconteceu independentemente da vontade dos homens.

Foi a fina percepção desse facto, corporizada pela sagacidade dos dirigentes nacionalistas da época, designadamente Amílcar Cabral, antecedido já pelos nativistas da segunda metade do século XIX e primeira do século XX, que explica a luta vitoriosa pela independência. Uma primeira vitória, conseguida, desde logo, contra um adversário melhor armado e bem equipado. Do outro lado, a força das convicções, a ideia do restabelecimento da dignidade perdida, por via da recuperação da história e da cultura usurpadas, razão de ser última da própria independência almejada.

Conquistada a soberania nacional, eis que surge o primeiro grande embate/desafio: o da construção de um Estado, que muitos pensavam ser algo impossível, porque com os recursos disponíveis tal empresa se revelava, na aparência, inviável economicamente. Provou-se, no entanto, exactamente o contrário do propalado pelos profetas da desgraça: que o Cabo Verde independente não sobreviveria seis meses.

Efectivamente, a riqueza das ilhas de Cabo Verde, resumia-se, em 1975, ao seguinte: mais de 70% da população analfabeta; pobreza e miséria crónicas; 200 USD de PIB per capita; 6 médicos, 2 liceus, pouco mais de duas dúzias de estabelecimentos de instrução primária; um tesouro público exaurido e tecnicamente falido; ausência quase

total de recursos naturais exploráveis e de infra-estruturas, estradas, portos, aeroportos, saneamento básico; um povo indómito e corajoso, que se recusava a vergar ao peso da natureza ou da história, ingratas a vários títulos.

Foram estas as condições de arranque. E convenhamos que elas não eram nada auspiciosas. Por isso, utilizava, ainda há pouco, a terminologia, a “aventura”, para qualificar o processo da construção do nosso Estado.

Passados que foram trinta anos sobre o início da nova aventura cabo-verdiana, historicamente falando, a primeira foi o da ocupação humana do nosso espaço, para onde tiveram de ser transportadas todas as condições para permitir esse desiderato, são por demais evidentes os ganhos obtidos:

- a construção de novos portos e aeroportos;
- aumento significativo da rede de estradas de penetração, calçadas, numa primeira fase, agora asfaltadas, melhorando as condições dos transportes e das comunicações entre os diversas cidades e vilas das ilhas;
- centenas de estabelecimentos de ensino primário, atingindo, praticamente, todas as aldeias do país, onde 100% das crianças em idade escolar têm acesso ao sistema de ensino, obrigatório e gratuito, até ao sexto ano de escolaridade;
- cerca de uma dezena e meia de liceus, para apenas falar da ilha de Santiago;
- escolas técnicas em diversas ilhas; institutos superiores de formação de professores do ensino secundário e do magistério primário; o nascimento da Universidade privada, nos últimos cinco anos, e agora o arranque da Universidade pública;
- várias centenas de médicos e enfermeiros, que trabalham em vários hospitais centrais, com diversas valências;
- hospitais regionais, centros e postos de saúde, espalhados um pouco por todo o país;
- a proliferação de clínicas privadas e consultórios médicos nos principais centros populacionais;

- condições e qualidade de vida da população, amplamente melhoradas, ainda que persistam, naturalmente, bolsas de pobreza, entre outros.

Do mesmo modo, uma enorme explosão se fez sentir no campo cultural, com o nascimento de arquivos, bibliotecas e museus, a defesa do patrimônio histórico nacional construído, a afirmação de diversos aspectos da cultura cabo-verdiana, essência da Nação, como a música, a dança e a literatura, com um enorme surto da editoração, em diversas vertentes da produção literária, nas artes, ganhando a expressão cultural de Cabo Verde alguma notoriedade internacional, sobretudo nos campos da música e da literatura.

Foram precisamente os índices de desenvolvimento humanos atingidos e o incremento significativo do PIB que empurraram Cabo Verde para fora dos Países Menos Avançados (PMA). Apesar de tudo, o país continua a ser considerado, pelo próprio sistema das Nações Unidas, que decidiu a saída de Cabo Verde dos PMA, como dos mais vulneráveis do mundo, tais são as suas debilidades, económica e ambiental sobretudo.

Contrariando todos os prognósticos iniciais, Cabo Verde é, hoje, um país socialmente coeso, politicamente estável e maduro, constituindo um exemplo de Estado de Direito Democrático em África, onde as instituições funcionam normalmente, a alternância democrática é uma realidade, depois de uma transição política, considerada, também ela, pela comunidade internacional, como exemplar, em que os direitos, liberdades e garantias estão perfeitamente delimitados e defendidos, constitucionalmente e por instituições de justiça independentes do poder político, característica essencial dos Estados democráticos modernos.

Obviamente, o esforço consentido não foi pequeno. Nem os cabo-verdianos estiveram sozinhos neste empreendimento e nos resultados conseguidos. Mas só se pode sentir justificado pelo que Cabo Verde conseguiu alcançar em todos estes anos de independência, com muitas apostas decididamente ganhas, tanto na área da saúde, como do

ensino, além do relativo desenvolvimento económico, com o PIB per capita a atingir, actualmente, os 1500/1700 USD, multiplicando por oito os valores de 1975.

Mas pode-se afirmar, com alguma propriedade, que o segredo daquilo que o país conseguiu atingir, ao longo deste tempo, deve-se, em grande medida, à política externa implementada por sucessivos Governos de Cabo Verde, que se tem mantido fiel a certos e determinados princípios basilares. Pela sua importância crucial na estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, falaremos, de seguida, sobre essa importante matéria.

Diplomacia para o desenvolvimento

Falar da diplomacia cabo-verdiana nestes últimos 30 anos empurra-nos, necessariamente, a ir beber à fonte da Luta de Libertação.

Assim, é preciso saber que o patriotismo e o nacionalismo de Amílcar Cabral se manifestaram, sobretudo, de uma forma que se pode considerar fundamental e crucial, marcando, em profundidade, todo o percurso da luta travada pelo PAIGC - a não hipoteca ou alienação de princípios, particularmente no que dizia respeito à manutenção de uma determinada *independência de pensamento e de acção*. Neste quadro, os apoios e ajudas eram aceites sem que fossem acompanhadas de condições políticas incompatíveis com esses princípios.

Por isso, para a concretização de tais princípios no domínio político, era necessário orientar-se por soluções adequadas. E, apreciando o ambiente internacional e a correlação de forças da época, a fórmula encontrada para conduzir a política externa foi diversificar os contactos e alianças de maneira a gerir a relativa e difícil autonomia e independência face aos aliados “naturais” e tradicionais, salvaguardando, com perseverança, a coerência no respeitante aos interesses políticos mais nobres.

Também, só o génio prospectivo de A. Cabral para antecipar não só as excelentes relações que viriam a ser entretecidas, ao longo dos

tempos, entre Cabo Verde e Portugal, ao distinguir, de forma clarividente, o que era o regime colonial/fascista e o povo português, mas também concebendo a CONCP, organização directamente precursora dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), lançando as sementes fecundas da futura Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Esta fórmula de sucesso foi implementada em Cabo Verde, desde a independência, conquistada a 5 de Julho de 1975. Opção que não foi isenta de consequências e exigências no desempenho da política externa do país, nos tempos subsequentes. É assim que se explica, também, a adesão ao Movimento dos Não Alinhados e ao Grupo dos 77.

Quem conheceu as difíceis condições de arranque, à data da independência, de um país pequeno e sem recursos para fazer face aos enormes desafios do processo de desenvolvimento, o mínimo que se pode dizer da escolha de Cabo Verde é que ela era tanto arrojada quanto corajosa. Uma aposta de alto risco que, em face dos resultados obtidos, não poderia deixar de ser alvo dos melhores encómios da comunidade internacional.

Desde logo, foram demonstradas ambição e crença nas capacidades de um povo, habituado aos maiores desafios e a vencer todas as calamidades.

Contrariando os mais cépticos, Cabo Verde cresceu e avançou. E as vitórias alcançadas, no plano externo e de desenvolvimento económico, constituem justo orgulho de todo o seu povo, que se armou com o escudo da Nação para mostrar que nada é impossível, quando existe querer, vontade, perseverança e, sobretudo, engajamento em torno do grande desígnio nacional, que continua a ser o desenvolvimento e o bem-estar de todos os cabo-verdianos, onde quer que se encontrem.

Mas para além da crença, houve que mobilizar amigos, parceiros para a causa. E a diplomacia cabo-verdiana não se poupou a esforços

nesse sentido. E desde início, para demonstrar a seriedade de propósitos começou-se a dar sinais claros, à comunidade internacional, de que a postura de Cabo Verde iria ser salutar e de abertura, mas coerente com os princípios norteadores da acção externa cabo-verdiana, em defesa dos interesses nacionais.

A diferença com determinadas práticas, infelizmente bastante comuns na época, começava a ser marcada, de imediato, com a forma como a ajuda prodigalizada pela comunidade internacional foi utilizada pelos governos de Cabo Verde para a geração de recursos para o desenvolvimento, através da sua comercialização, e não para a distribuição gratuita às populações, o que, como se sabe, só contribuiria para manter a dependência externa do país. É assim que surgem os chamados fundos de contrapartida, que passariam a constituir uma exigência dos doadores internacionais a todos os beneficiários da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Foi, deste modo, crescendo a credibilidade e prestígio internacionais do país, hoje considerados como um recurso estratégico de Cabo Verde em matéria de relações externas, capitalizando sempre mais meios para o financiamento do seu desenvolvimento.

Mas os créditos não ficaram por aí. O país quis ser útil no concerto das Nações, quando se tratava da busca de soluções pacíficas para os litígios, muitas vezes sangrentos, entre os Estados. E nesse quadro, o papel facilitador de um pequeno país como Cabo Verde na resolução do conflito na África Austral, como o conflito angolano, envolvendo a África do Sul, tropas cubanas em solo de Angola, tem o seu quê de importância e valor.

Fazendo parte, desde os finais dos anos 80, do Comité *Ad Hoc* da Organização da Unidade Africana (OUA) para a África Austral, já antes, a ilha do Sal fora cenário de consultas secretas, tripartidas, entre a África do Sul, Angola e Cuba, visando a retirada cubana e sul-africana de Angola e a solução desse mortífero conflito.

E essa acção de bons ofícios de Cabo Verde acontecia na sequência de uma das mais brilhantes vitórias diplomáticas de Cabo Verde na cena internacional.

Efectivamente, no contexto da luta anti-apartheid, o país esteve sob a ameaça de sanções por parte da OUA, por causa da passagem dos aviões da South Africa Airlines (SAA) no aeroporto do Sal. A argumentação político-diplomática cabo-verdiana não só conseguiu evitar as sanções como contribuiu para aumentar o prestígio do país no seio da organização pan-africana, o que levou, por proposta de Angola, à nossa integração nonreferido Comité *Ad Hoc*.

De referir, ainda, o facto de Cabo Verde ter dado uma grande contribuição para as negociações entre representantes do Governo minoritário branco da África do Sul e a SWAPO visando a independência da Namíbia, tendo os primeiros encontros directos entre as duas partes tido lugar na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente.

É, também, nos anos 80 que Cabo Verde assume a Presidência, durante quase uma década, da Comissão Preparatória para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Direito do Mar.

De igual modo, durante o biénio 1992/93, Cabo Verde fez parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro não permanente, cargo para que foi eleito brilhantemente. A essa vitória mais, da diplomacia cabo-verdiana, não estão alheios o prestígio e credibilidade internacionais que o país foi angariando ao longo de todos esses anos.

Recorde-se que, durante esse mandato, cuja presidência esteve a nosso cargo, em Julho de 1992, se discutiram importantes e candentes questões internacionais da altura, como a Líbia, a Somália, a Bósnia Herzegovina, Angola e África do Sul, entre outras, e teve lugar a única Cimeira do Conselho de Segurança, realizada até ao presente momento.

E eis que, na actualidade, novos e formidáveis desafios pespontam no horizonte da diplomacia cabo-verdiana, num mundo ainda mais competitivo, globalizado, em que o mar das relações internacionais se encontra cada vez mais encapelado.

Trata-se, agora, de responder às exigências da mudança de estatuto do processo do nosso desenvolvimento, passando Cabo Verde de País Menos Avançado (PMA) a País de Desenvolvimento Médio (PDM).

Não serão, certamente, poucos os obstáculos que teremos de transpor. Mas o povo cabo-verdiano, como no passado, saberá estar à altura das responsabilidades cometidas. E não estaremos sós nesse trajecto, como nunca estivemos.

Por alguma razão Cabo Verde foi, tem sido e continuará a ser, no plano externo, um país de consensos. Diplomáticamente falando, importa negociar, convenientemente, a “transição suave” no seio das Nações Unidas, tanto mais que, nessa matéria, não existem muitas experiências onde ir beber. O único caso que se conhece, em termos internacionais, de graduação de um país de uma para outra etapa de classificação em matéria de desenvolvimento, é o de Botswana. Só que este último dispõe de apreciáveis recursos minerais como, por exemplo, os diamantes. E recursos, seja de que tipo for, é coisa de que Cabo Verde carece sobremaneira.

Mantém-se, porém, firme a nossa capacidade de enfrentar e superar os difíceis obstáculos na corrida rumo ao desenvolvimento sustentado deste país que tanto amamos. A integração de Cabo Verde no programa Millenium Challenge Account (MCA) dos Estados Unidos e o facto de o respectivo compacto ter sido negociado de forma rápida, e sua assinatura ter já acontecido desde Julho de 2005, ano do trigésimo aniversário da independência, é já de si um sinal claro da determinação da diplomacia cabo-verdiana em ultrapassar todas as dificuldades da sua difícil mas orgulhosa caminhada como Estado livre e soberano.

Acrescente-se a tudo isso, a nossa estratégica diplomática para a obtenção de uma Parceria Especial com a União Europeia, cujo

contorno ainda não se encontra perfeitamente definido, porque estamos perante uma proposta, em construção, na discussão da qual o pragmatismo e a vontade política devem prevalecer, tratando-se de algo que interessa às duas partes em presença, no mundo da globalização e onde a segurança é, cada vez mais, uma exigência do nosso tempo e do futuro da Humanidade. Além do mais, é preciso considerar que o correspondente a 45% da população actual de Cabo Verde (cerca de 480 mil habitantes) reside na Europa e este é um elemento não despreciando, a que importa conferir o seu justo valor.

Trata-se, todavia, de um projecto a longo prazo, uma autêntica corrida de fundo, que exige paciência e perseverança, considerando os objectivos propostos, ao qual se devem agregar outras âncoras de desenvolvimento, previamente identificadas, seja em África (CEDEAO, Angola, África do Sul), América Latina (Brasil) ou América do Norte (Estados Unidos da América), país onde existe uma expressiva comunidade imigrada de origem cabo-verdiana, considerado, não apenas por isso, estratégico para o desenvolvimento de Cabo Verde, tendo em linha de mira, sobretudo, aspectos de fundo relacionados com a segurança do país e de uma zona, a África Ocidental, que vem ganhando estatuto de região de importância geo-económica mundial, dada as suas imensas potencialidades em recursos energéticos fósseis, importância tanto maior, quanto a instabilidade da região do Médio Oriente vai em crescendo, face ao agravamento da situação no Iraque e do conflito israelo-palestiniano, para só citar os casos mais emblemáticos e mediáticos.

GUINÉ-BISSAU: 30 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

Leopoldo Amado*

Após o fim da II guerra mundial, em 1945, o Governo português procurou disfarçar os aspectos mais salientes do regime fascista, alardeando o seu intransigente anticomunismo. Aproveitou o período da guerra fria para estreitar alianças com os países ocidentais, e assim se cobrir com uma capa de responsabilidade internacional. A luta do povo português contra o fascismo e o irreversível movimento dos povos africanos para a independência acabaram por influenciar também o Governo português, de forma a criar nos anos 50 a teoria da “Pátria multirracial”. A propósito, evoquem-se as palavras de Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Salazar que, com espanto para o historiador Basil Davidson, afirmara nos anos 60 que “(...)só nós, antes de quaisquer outros, trouxemos para a África a noção de direitos humanos e de igualdade racial. Só nós praticamos o princípio do multiracialismo, que todos hoje consideram a expressão mais perfeita e avançada de fraternidade humana e de progresso sociológico (...) As nossas províncias estão mais desenvolvidas, são mais progressivas em todos os aspectos, que qualquer território recentemente independente da África ao sul do Saara, sem excepção (...)”¹.

Na sua forma mais extrema, estas concepções manifestavam-se sob a forma do darwinismo racial, que hierarquiza as raças, condenando as raças consideradas inferiores não apenas à submissão mas também ao desaparecimento. Esta doutrina esteve presente, ainda que de forma mais atenuada, por exemplo em Armindo Monteiro, um dos autores materiais do Acto Colonial, ao afirmar que a selecção

* CEAUP. Doutoramento em História Contemporânea pela Universidade de Lisboa.

¹ Nogueira, Franco, *The Third World*, pp.154-155.

natural levaria ao aniquilamento de parte das raças negras, incapazes de escalarem as ásperas sendas da civilização. No entanto, outra parte conservar-se-ia para povoar a selva, dando ao país os trabalhadores agrícolas e os soldados de que necessitava. Segundo esta concepção, “os negros seriam sempre uma força subordinada, pois só os brancos são capazes de planificar uma acção, de organizar um trabalho”. Estamos, agora, em presença da doutrina da necessidade económica, que justifica a expansão colonial com o facto de o país precisar de assegurar a posse de meios capazes de satisfazer as suas necessidades económicas. Armindo Monteiro dizia, inclusivamente, que “cumprenos aumentar as necessidades do negro”, acrescentando ainda que: “cada nova necessidade – no vestuário, na alimentação, nos objectos de uso comum – que o negro adquira, terá repercussões felizes no comércio e na indústria”.

Na óptica dos dirigentes do Estado Novo, as colónias tinham uma dupla função do ponto de vista económico: por um lado, fornecer à indústria nacional matérias-primas baratas; e, por outro, consumir produtos portugueses excedentários, designadamente o vinho e os “tecidos pintados para indígenas” (como rezava a pauta). Nos anos 40 o próprio Salazar considerava lógica a solução de que “as Colónias produzam e vendam à Metrópole as matérias-primas”. Consequentemente, a Lei Orgânica do Ultramar estabelecera dois objectivos fundamentais para a política económica em África: o metódico aproveitamento dos recursos e possibilidades naturais em prol da economia da Metrópole e a transferência da mão-de-obra excedente para os territórios ultramarinos. Assim, a fixação de colonos portugueses foi, pois (e desde sempre), um objectivo prosseguido pelo Estado colonial português, apesar da dificuldade que amiúde se lhes deparava: a quase inexistência de indústria nas colónias e o baixo preço da mão-de-obra africana (comparativamente à europeia), que não facilitavam tal fixação. Por isso mesmo, o Governo de Salazar acabou por ensaiar (de resto com fracos resultados) um sistema não muito original de povoamento, o dos colonatos.

Mas, a maioria dos dirigentes e teóricos do regime continuava a contrapor a civilização europeia e ocidental a um pretensoz vazio cultural

dos africanos. A própria legislação manteve o Estatuto dos Indígenas². E só com o início da guerra de Angola, o Estatuto foi revogado. No entanto, a população negra, na sua maioria, continuou excluída da cidadania e do sufrágio universal, tanto mais que Salazar dizia que “a cidadania é um nobre conceito legal e leva séculos a criar um cidadão³”. Aliás, a doutrina da superioridade racial dos colonizadores defendia que a expansão colonial seria um direito de raças superiores destinadas, por força da sua superioridade, a dominar.

Em 1961, nas vésperas das guerras coloniais vs guerras de libertação, essa existia potencialmente nas colónias africanas uma ténue prosperidade, embora a mesma, em grande parte dos casos, não se tivesse ainda cumprido integralmente. Contudo, as possessões africanas eram encaradas também como um meio para atingir a grandeza renovada de épocas anteriores e, como tal, exigiam um compromisso. A vocação imperial portuguesa fazia parte da natureza constitucional do ser português. A Nação compreendia territórios na Europa, na África Ocidental, na África Oriental, na Ásia e na Oceânia, pelo que não renunciava aos direitos que tinha ou que pudesse vir a ter sobre qualquer outro território (Constituição de 1933, art. 1.º). Foi igualmente nesse período que, curiosamente, o Estado Novo passou de simples postulados teóricos ou ideológicos para acções fortemente repressivas que recaíam sobre o emergente movimento nacionalista nas colónias.

A tudo isso acrescia ainda o facto do indígena ser submetido ao imposto de palhota na Guiné, profundamente injusto e de carácter geral (tanto mais que ele era obrigatório tanto para os pobres como para os ricos), o que fazia com que os merceeiros aumentassem enormemente o preço das mercadorias de uso corrente importadas. No domínio da assistência sanitária, o panorama não era menos desolador. Segundo

² Amílcar Cabral considerava não ser exagerado afirmar que se o Estatuto dos Indígenas fosse aplicado em todas as partes “integrantes de Portugal” com o mesmo rigor que na Guiné Portuguesa, pelo menos cerca de 50% da população da “metrópole” seria considerada indígena. Chamava ele a atenção para o facto de existirem na altura 40% de portugueses analfabetos que, portanto, não falavam e nem escreviam correctamente o português..

³ Cf. Salazar, António de Oliveira, in entrevista ao New York Times, 31 de Maio de 1961.

Teixeira da Mota, a totalidade dos serviços oficiais de saúde, em 1954, contava apenas 18 médicos, 2 farmacêuticos, 4 enfermeiras e 36 enfermeiros, 62 auxiliares de enfermagem, 1 parteira e 37 parteiras auxiliares. E mesmo assim, só o hospital de Bissau, principalmente destinado ao uso de europeus, empregava 7 desses médicos, todas as enfermeiras e 16 das parteiras auxiliares. Isto queria dizer que todo o resto da população rural dispunha, na melhor das hipóteses, de apenas 11 médicos e 3 dentre estes estavam normalmente a gozar férias em Portugal. Assim, o resultado prático da administração portuguesa, no que diz respeito a serviços de saúde, era a provisão de 1 médico para 100 000 africanos, enquanto que a provisão de enfermeiras e parteiras era pouco melhor. A maioria das 300 camas de hospital existentes na colónia concentravam-se em Bissau, e fora da capital havia apenas um hospital.

No capítulo do ensino, apesar de os “indígenas” terem o direito ao ensino e à educação moral, cívica, intelectual e física (art. 6.º do Estatuto), este preceito era normalmente desvalorizado pela praxe educacional que objectivava promover uma identificação dos africanos com os valores que defendia o Estado Novo, segundo a lógica de oferta de uma “formação de cidadãos capazes de compreender plenamente os imperativos da vida portuguesa, interpretá-los e transformá-los numa realidade constante, a fim de assegurar a continuidade da nação”. Aliás, os livros escolares reflectiam tais propósitos. Um missionário protestante conta como ficara espantado ao constatar que os livros dos alunos africanos “eram exactamente os mesmos que tinha visto em Portugal”. Assim, o livro de leitura da 4.ª classe “dedicava uma página a Moçambique e outra a Angola”, sendo todo o resto sobre Portugal, não obstante a escolaridade não atingir o universo das crianças em idade escolar. No final dos anos 50, “a percentagem dos jovens em idade escolar que recebiam instrução escolar era em Angola de 8 %, em Moçambique 24% e na Guiné de 7,3 %⁴.

Na Guiné o ensino que era quase inexistente até aos anos 50 foi confiado às Missões Católicas a partir de 1940, contando-se na altura

⁴ Newitt, Malyn, *Portugal in Africa*, p. 140.

55 escolas com 1.979 alunos, das quais 45 eram de um nível rudimentar, não se assinalando qualquer escola de nível secundário. Quando muito, 1% de toda a população podia vangloriar-se de possuir alguma educação elementar; mas só 0,3% tinham alcançado a situação de assimilados e podiam esperar ir um pouco mais além. Somente em 1958, foi criado em Bissau o primeiro liceu que nem sequer atingia a cifra dos 400 alunos, dos quais, aliás, 60 % eram europeus. Dos poucos africanos que chegavam ao ensino secundário, a maioria esmagadora frequentava as escolas técnicas e profissionais. Nessa altura, pura e simplesmente não existia nenhuma escola de nível superior. Em 1961, apenas 11 guineenses tinham obtido um diploma de Estudos Superiores, atingido uma licenciatura universitária em Portugal — e todos eles como “portugueses assimilados”⁵.

Quanto à leis que regiam o trabalho e as relações laborais, o “indígena” tinha em termos formais a liberdade de escolha de trabalho (art. 33.º), embora essa liberdade fosse desapreciada perante a admissão do trabalho obrigatório (art. 26.º do Estatuto e arts. 293.º e 301.º do Código de Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África, aprovado pelo Decreto n.º 16 199, de 6 de Dezembro de 1928). Com efeito, o art. 26.º previa a possibilidade das penas de prisão poderem ser substituídas por trabalho obrigatório. Já o Acto Colonial, aprovado a 8 de Julho de 1930, admitia, expressamente o trabalho obrigatório. É porém alterado em diversos pormenores em 1935 e 1945, respectivamente pelas leis de revisão constitucional n.º 1900, de 21 de Maio de 1935, e n.º 2009, de 17 de Setembro de 1945. Mas, da incorporação do Acto Colonial na Constituição de 1933, resultou, conseqüentemente, a incorporação no diploma fundamental português do trabalho obrigatório (art. 20.º do acto Colonial). Depois da revisão constitucional de 1951, a norma do art. 20.º do Acto Colonial passa a corresponder ao art. 146.º da Constituição (Lei de revisão constitucional n.º 2048, de 11 de Junho de 1951). Portanto, mesmo que proibido pelo art. 144.º da Constituição, que estabelece que “o trabalho dos indígenas contratados para serviço do Estado ou dos corpos adminis-

⁵ *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*, PAIGC, 1974, p. 199.

trativos é remunerado”, o trabalho obrigatório é admitido em casos restritos pelos artigos 146º e 147º (em execução de decisões judiciais de carácter penal ou para cumprimento de obrigações fiscais).

Na Guiné a situação era um pouco melhor. Como havia poucos colonos, também havia pouca mão-de-obra forçada, pelo menos dessa forma directa, excepto quanto às necessidades ocasionais de administradores de distrito que precisavam das estradas limpas ou dos seus quintais e hortas mondados. Quanto ao resto, a posição era muito semelhante à de Angola e de Moçambique. Economicamente, a colónia era administrada como um apêndice de Portugal – ou, melhor, da empresa monopolista Companhia União Fabril (CUF) –, fornecendo a Portugal importações coloniais baratas em troca de exportações portuguesas, com os termos contratuais fixados de tal maneira que a balança de pagamentos entre os dois territórios fosse tão favorável quanto possível à metrópole. Esta estrutura, como é óbvio, apenas consentia um “desenvolvimento” realmente mínimo nos modos de vida dos africanos, e nunca se pôs sequer o problema de diminuir, ainda que ligeiramente, os lucros fabulosos das empresas coloniais, para com o excedente tentar levantar um pouco o nível de vida dos africanos. Pior ainda: os interesses realmente enormes da Companhia União Fabril na exploração colonial da Guiné, há muito vinham levando a gente mais céptica de Lisboa a chamar àquela guerra “a guerra da Companhia”. Detendo um monopólio virtual de todo o tráfego de importação e exportação com a Guiné, quer em nome próprio, quer através de companhias suas associadas, a CUF tinha alguns milhares de empregados, uma linha de navegação própria, indústrias secundárias, etc.. Através da família Melo, a sua propriedade estava intimamente ligada a outros interesses privados monopolistas em Portugal, tais como a indústria do aço, que, como outros interesses económicos importantes em Portugal, estão por sua vez intimamente ligados a grupos financeiros estrangeiros, da Grã-Bretanha, da França, da Alemanha Ocidental, etc..

Em 1962, por exemplo, a CUF assinou um importante contrato com a *Société Française d' Études et de Financements Industriels*, no qual se previa um investimento de montante considerável de certa empresa francesa. Em 1963 a CUF obteve grandes créditos de fontes

francesas e alemães ocidentais, e entrou numa sociedade para a produção de têxteis com a *Ludlow Corporation*, dos Estados Unidos da América. Caso típico aplicável à maioria das grandes empresas portuguesas. Assim sendo, se a repressão na Guiné se pode chamar “a guerra da Companhia”, não seria errado chamar-lhe também a guerra de muitas companhias não portuguesas. Nos anos que antecederam imediatamente a eclosão da guerra, na Guiné, como em Moçambique e em Angola, existia a obrigatoriedade de praticar culturas industriais para exportação a preços fixos: cerca de 50 000 famílias africanas da Guiné eram obrigadas a produzir amendoins nessas condições.

Como aconteceu noutras regiões da África, esta obrigatoriedade das culturas industriais veio diminuir severamente a produção de alimentos para uso doméstico e aprofundar a pobreza e subalimentação dos camponeses. Não é, por isso, surpreendente que a situação sanitária, por volta de 1950, se tivesse tornado uma desgraça. Em relação aos direitos de participação política, o sistema político e administrativo colonial tinha como essência privar os povos colonizados de toda a soberania, de lhes negar o direito de escolherem o seu destino e decidirem dos seus próprios assuntos. Os súbditos indígenas são privados de todos os direitos, entregues ao arbítrio dos funcionários vindos da “Metrópole” e nomeados pelas autoridades do país colonizador. O papel das eleições e das Assembleias eleitas era puramente formal, não podendo as mesmas serem consideradas livres, nem mesmo em Portugal, onde dominava um regime fascista. Na Guiné, até 1961, a maioria da população, qualificada de “não-civilizada”, nem sequer dispunha destes direitos formais. Em 1950, dispunham desses direitos somente 8.320 indivíduos (numa população total de 550.000 habitantes), dos quais 2.263 brancos, 4.568 mestiços e 1.478 negros. Assim, após “cinco séculos” de presença portuguesa “civilizadora”, esta não tinha admitido ao título de “civilizados” mais do que 0,3 % da população do país. O africano, para ser classificado como “civilizado”, devia ler e escrever correctamente o português, ter um “bom comportamento e hábitos cívicos” (o que implicava a prática regular da religião católica), ter um rendimento suficiente e ter prestado o serviço militar. Em contrapartida o português, mesmo analfabeto, era considerado automaticamente como “civilizado”.

A Inglaterra dá a independência às colónias em rápida sucessão, a começar pelo Gana em 1957 — estejam ou não preparadas para isso — ao mesmo tempo que os governantes mencionam nos discursos a tese dos “ventos da mudança”, para furor dos dirigentes portugueses. A França decide concentrar as forças na Argélia com forte colonização branca, e dá a independência às colónias da África negra, a começar pela Guiné Conakry, em 1958. Uma vez iniciado, o movimento das independências é extremamente rápido. Em 1957 já eram 6 os países independentes em África. Em 1960 são já a maioria do continente e, entre eles, há 4 vizinhos das colónias portuguesas (Senegal, Guiné, Congo e Zaire) que condenam a política de Lisboa. Os movimentos autonomistas do Império português têm pela primeira vez retaguardas seguras a partir das quais podem começar uma guerra de guerrilhas. A situação na ONU sofre também uma alteração drástica, com a entrada de 16 Estados africanos em poucos meses. É uma mudança de fundo, mas não provoca qualquer adaptação nos objectivos da política portuguesa, havendo antes, pelo contrário, um endurecimento da posição tradicional.

Posto que, a “manutenção do ultramar” é a vertente principal da política externa portuguesa nos finais dos anos 50, à qual tudo o resto se subordina. A posição é simples: o Ultramar é Portugal e, logo, não há lugar a qualquer autodeterminação. Aliás, em 1960, ano em que ascendem à independência diversas colónias de língua francesa, como o Congo Leopoldville (depois Congo-Kinshasa) e altura em que o Governo português nutria de alguma simpatia na ONU, a sua posição é ilustrada pelo facto de, a 30 de Novembro de 1960, Arnaldo Schultz, Ministro do Interior de Salazar e que veio a ser posteriormente Governador da Guiné, ter declarado à imprensa que “Portugal manterá terá todos os seus territórios, com todos os seus filhos vivos ou mortos”.

Porém, quando as Nações Unidas adoptaram a Carta que reconheceu o direito de todos os países à autodeterminação, o Governo colonial português apressou-se a modificar a sua Constituição; substituindo o termo “colónia” por “província ultramarina”, o que permitia afirmar que não havia colónias e, por conseguinte, a não obrigatoriedade de apresentar relatórios a apresentar sobre os “territórios africanos”. No

entanto, o rebotar da guerra colonial, em 1961, fez convergir os interesses de toda a burguesia na salvaguarda das colônias, amortecendo contradições e fortalecendo momentaneamente o bloco social de apoio do regime colonial-fascista. Reforçou-se, conseqüentemente, o espaço de cultores da ideologia colonial que se multiplicavam à medida em que a consolidação do Estado Novo se tornava uma realidade.

2. A guerra colonial vs guerra de libertação

Uma das exigências que marcou profundamente o período pós segunda guerra mundial e que transformou mesmo a composição da comunidade internacional teve a ver com a eclosão de um amplo movimento dos povos no sentido da sua emancipação relativamente ao jugo colonial. Todavia, apesar desta aspiração consubstanciar o Pacto da Sociedade das Nações, aludindo mormente o direito dos povos de disporem de si, este princípio cedo se transformou num direito internacional próprio com a adoção da Carta das Nações Unidas e, num momento posterior, com os dois pactos internacionais de 1966 relativos aos Direitos Humanos.

Do lado de Portugal, não obstante os “ventos da mudança” que propiciavam aqui e acolá as condições necessárias para outorgar independência aos povos colonizados, o regime do Estado Novo persistiu na via da manutenção das colônias, tendo desenvolvido uma guerra em três frentes (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), a ponto de as questões coloniais virem a tornar-se numa das questões mais candentes da História de Portugal no terceiro quartel do Século XX.

Porém, na senda da sua luta pela emancipação e ante a impossibilidade de materialização prática do direito de autodeterminação pela via pacífica, os povos colonizados, sob forma organizativa de uma guerra de libertação nacional, viram-se na contingência de legitimar o uso da violência armada naquilo a que qualificaram de “supremo recurso”, colocando-se, no plano internacional, desde logo, inúmeros problemas, seja relativamente à personalidade jurídica a conferir aos movimentos de libertação ou às regras a aplicar aos territórios libertados e adminis-

trados por estes movimentos, seja relativamente ao estatuto a atribuir neste contexto ao combatente da liberdade.

Ora, para o desfecho da guerra colonial/anti-colonial da Guiné-Bissau, concorreram igualmente factores de extrema importância quais sejam o apoio quer do bloco comunista e do mundo ocidental e ainda a vasta corrente de solidariedade que se manifestou na época em favor do PAIGC, indiciando esses valores morais e políticos um contexto em plena mutação e, no qual, um número considerável de Estados condenaram a dominação colonial como ilegal, afirmando o direito de todos os povos – colonizados inclusive – de decidir do seu próprio destino. Na senda dos esforços de adaptação e posterior reconhecimento desses novos direitos internacionais, o caso da guerra da Guiné-Bissau, pelo seu relevante papel, constituiu-se em contribuição única no desenvolvimento do direito internacional, na medida em que objectivava não somente a criação de um Estado independente mas igualmente a obtenção, pela via da força, da aplicação dos Direitos Humanos. É este posicionamento de princípio que conferiu à História do nascimento do Estado da Guiné-Bissau especificidades próprias que, cumulativamente, se constituíram num desafio lançado pela aspiração irreduzível de um povo cujas acções libertárias se procuraram inscrever nos objectivos das Nações Unidas.

Assim, apesar da exiguidade do actual território da Guiné-Bissau e da sua reduzida importância demográfica e económica, a guerra colonial nele desenvolvida entre 1964 e 1974, concorreu significativamente para – juntamente com a frente de Moçambique e Angola – condicionar a evolução política e económica de Portugal num período particularmente decisivo da História portuguesa e das suas ex-colónias. Nesse contexto, importa ressaltar as flagrantes particularidades que fizeram da guerra desenvolvida na Guiné-Bissau um caso específico, entre outras razões, porque:

- Foi uma guerra – segundo Amílcar Cabral – “desenvolvida não contra o povo português, mas contra o colonialismo português”;
- Uma guerra de guerrilha contando com combatentes aguerridos;

- Uma guerra que contava com uma organização social e económica nas zonas militarmente controladas;

- Uma guerra cuja correlação de forças no teatro das operações militares pendia a favor do PAIGC;

- Uma guerra que acabou por consolidar a sua supremacia militar com a utilização de meios bélicos sofisticados, nomeadamente contra o domínio da aviação portuguesa;

- Uma guerra que acabou por reduzir a acção militar do exército português aos aquartelamentos disponíveis;

- Uma guerra que contava com uma forte componente político-militar e diplomática;

- Uma guerra de cujo substrato ideológico não se identificava com o comunismo internacional, mas fundamentalmente assente nos princípios do Pan-africanismo, nos postulados das Nações Unidas e no dos Direitos Humanos;

- Uma guerra que procedeu em 1974 à proclamação unilateral do Estado da Guiné-Bissau, reconhecido na altura por mais de oitenta países;

- Uma guerra que, no fundo, acabou por catalisar o processo que conduziria posteriormente à revolução democrática de 25 de Abril de 1974 e assim propiciar as condições de acesso à independência de outras ex-colónias portuguesas em África;

- Uma guerra que, por ocasião do 25 de Abril e acontecimentos subsequentes, acabou por forjar as condições de uma descolonização que não se verificou no sentido formal do termo, uma vez que a gravidade da situação no plano estritamente militar era – diferentemente das outras guerras anti-coloniais do Império Colonial Português – um dado adquirido;

Segundo palavras de Fernando Neves, “O PAIGC é certamente o mais prestigioso e o mais eficaz de todos os movimentos de libertação das colónias portuguesas, como o seu fundador Amílcar Cabral, era o mais prestigioso e eficaz de todos os seus dirigentes revolucionários. Animado pela “arma da teoria” (grande e marxista, mas enraizada e literalmente “eticizada”) de Amílcar Cabral (considerado um dos grandes teóricos do movimento revolucionário mundial, ao lado de um Fanon, de um Guevara de um N’krumah...), o PAIGC foi acumu-

lando vitórias militares e sobretudo construindo uma sociedade nova, todo que naturalmente se coroou na declaração unilateral da independência⁶.

Ora, a luta de libertação nacional vai justamente buscar os seus fundamentos últimos nos direitos fundamentais, porque se baseava no direito à autodeterminação dos povos colonizados; na luta pelo restabelecimento da legalidade internacional e dos direitos do homem; inscrevia-se no movimento geral de libertação dos povos colonizados apoiados pelo direito internacional; visava a conquista dos direitos e liberdades do homem, uma luta para a paz. Para Amílcar Cabral a libertação nacional era um acto de cultura e factor de cultura. E cultura um factor de resistência à dominação estrangeira. Portanto, a luta de libertação era uma prova de identidade e de dignidade humana. Quando o PAIGC perde as esperanças de conseguir uma solução negociada com as autoridades coloniais e envereda pela luta armada como única alternativa possível para a obtenção da independência, decidiu também que essa acção não deveria desencadear-se nas cidades (fortalezas do colonialismo), mas sim nos campos. Em Janeiro de 1963, os combatentes do PAIGC iniciaram as suas operações militares no Sul e, em Junho desse mesmo ano, no Norte. A luta em breve se estende a outras áreas rurais do território. Em Julho desse mesmo ano, abre-se a frente Norte e as forças portuguesas vão perdendo o controle de vastas áreas do espaço guineense. Em Cassacá, de 13 a 17 de Fevereiro de 1964, realiza-se nas regiões libertadas o I Congresso do PAIGC, onde se estabelecem novas políticas sociais e económicas, destinadas a consolidar os êxitos militares nas áreas que vão sendo progressivamente libertadas. No fim do mesmo ano, abre-se a Frente Leste e a luta generaliza-se a todo o território. Em 1969, cerca de 2/3 do território guineense deixou de estar sob o controlo das autoridades portuguesas.

Para lá dos aspectos meramente bélicos decorrente da guerra colonial/guerra de libertação – acontecimento histórico de exaltação inquestionável na História recente da Guiné Bissau – e apesar da forma brilhante e altruísta com que o PAIGC a conduziu, a luta de libertação nacional, na sua própria natureza intrínseca, engendrou uma violência

⁶ Neves, Fernando, *As colónias portuguesas e o seu futuro. Elementos para uma análise da estrutura colonial portuguesa*. Paris, 1974. p.98 e segs.

que enraizou como herança negativa, aliás, fenómeno esse em cujas reminiscências é possível descortinar manifestações que se projectam recorrente e negativamente na teia do relacionamento social, sobretudo nos meandros da luta pelo poder. Aliás, a simples mobilização de milhares de camponeses que foram de um momento para o outro armados em termos modernos acarretou sem dúvida uma considerável dose de violência psíquica cujas reminiscências no imaginário colectivo se projectam negativamente na sociedade actual. Dir-se-ia, evidentemente, que a própria guerra de 11 anos contra o Exército português representa em termos de simbologia uma representação social carregada de violência que se manifesta socialmente de maneira diversa, mesmo entre aqueles que não tiveram qualquer participação nela.

3. OS DESAFIO DA INDEPENDÊNCIA

Efectivamente, a luta de libertação, na qual todas as etnias e classes sociais guineenses tomaram parte, embora de forma desigual, acabou por funcionar como laboratório onde se experimentaram as estruturas de um novo Estado, ao mesmo tempo que se forjava a embrionária consciência nacional, apesar de essa consciência nacional ser insuficiente para gerar um maior sentido de nação que derivasse da acção conjunta de três factores essenciais: a comunidade de tradições, de necessidades e de aspirações. Outrossim, a jusante e a montante do processo histórico da luta de libertação, é ainda preciso assinalar as inúmeras contradições não totalmente resolvidas entre os guineenses, quer as que se reportam ao período pré-colonial e colonial, às quais vieram associar-se as contradições geradas no próprio processo da luta anti-colonial, numa mescla de ideários em que coabitam várias heranças culturais com a emergente e embrionária consciência nacional, sem que esta se sobrepusesse ou fizesse desaparecer qualquer das outras.

Com efeito, o poder emergente que assumiu o país nas condições da independência, incapaz de adaptar o figurino do aparelho estatal colonial ao ideário da libertação, acabou *lato sensu* por herdar as estruturas do aparelho estatal colonial. Efectivamente, ao herdar o aparelho de Estado colonial, o PAIGC agravou a situação de concen-

tração de poderes, com todas as mazelas e disfunções que isso acarreta, tanto mais que, ao carácter excessivamente centralizador do Estado colonial, se juntou no período pós-independência a feição não menos centralizadora com que o PAIGC administrava a estrutura político-militar e civil nas áreas libertadas através do Centralismo Democrático, sintomaticamente, traço ideológico sobremaneira omnipresente e excessivamente utilizado nos primeiros anos da independência. Consequentemente, a macrocefalia dos principais centros urbanos e sobretudo de Bissau, a capital, foi um elemento desmobilizador de consideráveis franjas das regiões rurais, afastando deste modo o país do concurso de uma franja cuja importância é incontornável nos esforços de desenvolvimento e modernização do país. Associou-se ainda a esta prática política e institucionalizada a excessiva estatização das actividades económicas, acabando por abafar "(...)a vitalidade das estruturas não-centrais, como matou no germe todas as iniciativas do espaço não-Estatal. Tudo que se tentava definir como não Estatal era considerado anti-Estatal. Contrariamente ao que preconizava o Estado emergente da luta de libertação, a sociedade nunca foi algo monolítico isto é algo que representasse um bloco unitário de interesses, mas uma configuração em que o Estado deixa de ser um elemento redutor, aglutinador de todos os interesses, e se transforma num entre os vários e diversos actores sociais e políticos, embora sempre cobiçado por cada um destes grupos na procura de realização de interesses parciais. Resumindo, o Estado não permitiu que a sociedade evoluísse no sentido da pluralização do espaço público (...)"⁷.

É nessas condições que a Guiné-Bissau ascende a independência, procurando o PAIGC – Partido único de matriz revolucionária anti-capitalista autocrático. – acautelar os propósitos da construção de um país por um lado e integrar-se no concerto das Nações, por outro. Ou seja, num primeiro momento, o novo Estado criado irá fundamentar-se e ser formalmente influenciado por dois factores: os princípios e o sistema que orientaram a luta de libertação nacional e o sistema dos

⁷ Cardoso, Carlos, *Da Abertura 1 à abertura 2: Os desafios da Transição política na Guiné-Bissau*. <http://www.codesria.org/archives/ga10/papers/ga10-12/urban/carlos/htm>.

países que durante essa luta auxiliaram o PAIGC, na media em que no período pós-independência, denominado período da reconstrução nacional, o processo de articulação fundamental o país com o exterior operou-se através da cooperação preferencial com os países comunistas, expressa nas mais diversas modalidades, desde a concessão de bolsas de estudo até à cooperação técnica. Não obstante o Partido rejeitar a qualificação formal de Partido marxista-leninista – ao invés do que ocorre quer em Angola, quer em Moçambique – os seus princípios fundamentais assentavam na direcção colectiva, no centralismo democrático e na democracia revolucionária⁸. Aliás, constitucionalmente, o Estado é concebido como uma estrutura orgânica subordinada e instrumental, vocacionada para a realização do programa e objectivos do PAIGC, resultando desta concepção de Estado um regime político e um sistema de Governo monolítico, com forte pendor ditatorial, com todo o seu cortejo de atroz repressão.

A 14 de Novembro de 1980, registou-se o primeiro golpe de Estado, entretanto baptizado “Movimento Reajustador de 14 de Novembro”, isto é, poucos dias após a Assembleia Nacional Popular ter procedido a reforma global da Constituição de 1973 com a aprovação simultaneamente de uma nova Constituição e de uma Lei de Trânsito Constitucional, nos termos da qual a nova Constituição só entraria em vigor em 1 de Janeiro de 1981, mantendo-se até aí a vigência da Constituição de 1973. Com o golpe de Estado, nem a nova Constituição nem normas de transição chegaram sequer a ser publicadas. Apesar de serem profundas e multifacetadas as causas desta sublevação, na media em que ocultam inúmeras contradições mal resolvidas ou mal digeridas que se reportam ao período da luta de libertação nacional, também é possível decortinar nelas as causas de natureza económica, as de índole militar e as que igualmente se relacionam com as liberdades políticas, cristalizadas estas últimas na grave e intensa controvérsia de que se rodearam os debates que antecederam a aprovação da nova Constituição que, entretanto, não chegou a entrar em vigor⁹.

⁸ Andrade, Mário de, *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral*, Lisboa, 1976.

⁹ Forrest, Joshua B., *Autonomia Burocrática, Política Económica e Política em Estado “Suave”: O Caso da Guiné-Bissau Pós-colonial*, in Soronda - Revista de Estudos Guineenses, INEP, Bissau, n.º 15, Janeiro, 1993, p. 79.

Como quer que seja, o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 revelava pela primeira vez depois a independência que a questão dos combatentes da liberdade da pátria no pós-independência era um problema gravíssimo para qual o Estado teria de encontrar uma fórmula que afrouxasse as enormes expectativas sociais por ele criadas durante a luta de libertação, problema esse que, aliás, como veremos adiante, tem constituído um verdadeiro calcanhar de Aquiles aos sucessivos Governos, justamente porque se mantém transversal como causa recorrente das sucessivas crises e ciclos de instabilidade político-sociais que a Guiné-Bissau vem experimentando nos últimos anos.

Nos finais da década de 80, a Guiné-Bissau continuava a figurar no grupo dos países mais pobres do Mundo, fruto da política e dos planos económicos desajustados, implementados após a independência por um regime autoritário de Partido único. Por isso, a Guiné-Bissau não fugiu à regra de vários países africanos que, extremamente dependentes do exterior, foram obrigados a, como única alternativa, recorrer à parceria com organizações financeiras internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, aplicando programas de estabilização e ajustamentos estruturais, visando dessa forma equilibrar o défice económico-financeiro. Com efeito, a partir do início dos anos 90 iniciou-se um processo político que, visando a democratização do País, se convencionou em denominar como “processo de transição democrática”. Este processo político-jurídico, no sentido de que concluiu com a consagração de um novo tipo de Estado, sistema de Governo e regime político, apresenta-se, na sua outra face, consequentemente, como um fenómeno, ou se quisermos, um “processo constitucional”, que outrossim conduziu à instauração de uma nova ordem constitucional. O processo de transição democrática teve a sua origem sobretudo em circunstâncias de origem externa, destacando-se entre elas as de matriz económica.

Através do Programa de Estabilização Económica e Financeira, implementado em 1983, posteriormente substituído em 1986 pelo Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), negociado com o Banco Mundial e o FMI, tentou-se implementar no país um plano de desenvolvimento que acabou por originar, na prática, a ruptura com o anterior

modelo de planificação da economia de inspiração marxista¹⁰, a sua substituição pelo modelo de economia de mercado e a conseqüente constatação da incompatibilidade de harmonização entre esta nova opção económica e a estrutura monolítica do poder político.

Perante o insucesso da política de Ajustamento Estrutural nos países africanos, o Banco Mundial, no seu relatório de 1989, afirmava que para ultrapassar a crise de desenvolvimento em África eram necessários “esforços sistemáticos para formar uma estrutura pluralista, uma vontade firme a respeitar, um Estado de Direito e também uma protecção forte da liberdade de imprensa e dos direitos humanos”. A exigência de reformas políticas acaba por se transformar numa condicionante para concessão de ajuda internacional. Por outro lado, para além desta incontestável condicionante exterior, paralelamente, assistia-se ao colapso do socialismo na União Soviética e na Europa do Leste, o que, de uma forma menos significativa, acabou também por influenciar na Guiné-Bissau o advento da ideologia liberal, a qual, rapidamente, criou condições para o abandono da ideologia marxizante ou de matriz marxista até então vigente. Porém, menos significativos para a transição democrática foram factores de ordem interna.

Apesar de existirem no país graves problemas sociais resultantes da aplicação do PAE, que originaram reivindicações, quer de funcionários públicos, quer de intelectuais e mesmo de estudantes; apesar de terem começado a exteriorizar-se graves cisões no seio do Partido no poder, nomeadamente com a Carta dos 121, subscrita por um conjunto de militantes, o PAIGC, não escolheu, num primeiro momento, a liberalização política. Defrontando-se com a impossibilidade prática de compatibilização de um sistema de economia livre com um sistema político monoliticamente estruturado, o Partido no poder limitou-se a constatar a inviabilidade da abertura política. Daqui resultou que ambos os processos, liberalização económica e posterior liberalização política, não tiveram na sua base uma escolha soberana do poder político, inversamente decorreram sob a égide de uma intensa pressão económica internacional, derivada da necessidade premente de obtenção a

¹⁰ Modelo adoptado pela Constituição guineense de 1973 e mantido pela Constituição de 1984 - cf. respectivamente art. 3º e 14º e art.º 3º dos anexos III e IV.

curto prazo de novos recursos que permitissem satisfazer o serviço da própria dívida externa e evitar a criação de incontrolláveis focos de descontentamento popular.

O primeiro sinal de abertura verificou-se em 1989, aquando o discurso do Presidente do Conselho de Estado¹¹ na secção ordinária da ANP, onde referiu a necessidade de “edificação de um Estado de Direito na Guiné-Bissau”. Lançando com essa intenção o impute de um processo que, cinco anos depois, culminaria com a realização das primeiras eleições presidenciais e multipartidárias. Este discurso define o contexto preliminar da abertura política. Entre 27 de Agosto e 1 de Setembro de 1990 teve lugar a terceira reunião ordinária do Comité Central do PAIGC, órgão máximo do Partido entre Congressos, e nela são apresentados para discussão três documentos fulcrais da transição: o anteprojecto da Plataforma Programática da Transição e os anteprojectos relativos ao Programa e Estatutos do PAIGC¹².

O anteprojecto da Plataforma Programática da Transição, constitui o documento orientador e fundamental que prevê no quadro da futura revisão constitucional as seguintes opções: uma forma de Governo baseada na separação dos poderes, o sufrágio universal directo, o sistema de Governo presidencial, as futuras liberdades de formações políticas, de imprensa e sindical e um calendário de transição. De 20 a 25 de Janeiro de 1991, sob o lema “Renovação, Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia”, realiza-se em Bissau o II Congresso Extraordinário do PAIGC, e, entre as decisões tomadas, destaca-se o aditamento de um ponto ao texto da Plataforma consagrado à despartidarização das Forças de Defesa e de Segurança e a opção por um sistema de Governo semi-presidencialista, em vez do presidencialismo previsto naquele texto inicial.

¹¹ O Presidente acumulava as suas funções com as de Chefe do Governo, Comandante Supremo das FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo - e Secretário Geral do PAIGC, mantendo-se no exercício dessas funções até à realização das eleições pluralistas, nas quais se assumiu como candidato.

¹² Sobre os documentos de transição ver Rodrigues, Luis Barbosa, *A Transição Constitucional Guineense*, Lisboa, AAFDL, 1955, pp. 72 e segs.

No referido Congresso do PAIGC o Comité Central do Partido, fazia constar do seu relatório o seguinte: “Os grupos sociais e económicos que apareceram no nosso país em consequência das profundas transformações operadas no nosso tecido sócio-económico, desenvolveram-se de forma rápida devido, sobretudo, ao clima macro-económico que foi criado. Estamos hoje em presença de grupos que, eventualmente num futuro bastante próximo, necessitarão de se exprimir e de manifestar os seus próprios pontos de vista sobre as questões do desenvolvimento, de política e da cultura. Existem, portanto, na sociedade guineense de hoje, várias camadas sociais, ainda que com fronteiras difusas, mas cujos interesses começam a definir-se com certa clareza. É necessário que essas forças possam encontrar o quadro jurídico adequado à sua expressão organizada”. De dentro do PAIGC, militantes e responsáveis do Partido, empresários (depois da liberalização económica), serão os próximos líderes partidários. Nesse sentido, Raul Mendes Fernandes define a transição democrática como a representação política de um processo social de transformação da classe burocrática do Estado numa burguesia comercial e fundiária, com a consequente reposição do papel do Estado “nacional” no contexto das relações de força internacional – ONU, BM e FMI – e, ao nível interno, na maior atomização das classes populares através da multiplicação dos Partidos, sindicatos, associações e ONG’s (Organizações Não Governamentais), à procura, nesta fase, de uma nova legitimidade¹³.

À semelhança de uma grande parte de países africanos ao sul do Sahara, na segunda metade dos anos 80, a Guiné-Bissau iniciou um processo de liberalização política, que conduziu à introdução do pluripartidarismo, à revisão constitucional e à adopção de um novo sistema eleitoral. Em 14 de Agosto de 1982, no quadro da concertação entre os Partidos legalmente constituídos criou-se a Comissão Multipartidária de Transição, um dos mais importantes órgãos do processo de transição, órgão transitório, do qual emanaram os textos de revisão constitucional, a nova lei eleitoral e propostas relativas quer ao recenseamento eleitoral, quer à criação e funcionamento da Comissão Nacional

¹³ Fernandes, Raul Mendes, *Processo democrático na Guiné-Bissau*, Soronda - INEP, Revista de Estudos Guineenses, n.º 17, Janeiro 94.

de Eleições. Um dos percalços registados no desenvolvimento das atribuições deste órgão, ocorreu quando a Assembleia Nacional, mono-partidária, órgão competente para a aprovação do quadro legal de transição, se afastou de alguns pontos relevantes constantes dos projectos de lei elaborados e aprovados no seio da Comissão Multi-partidária de Transição, nomeadamente: na questão dos poderes presidenciais, que saem reforçados em relação à proposta; e na questão da elegibilidade ao cargo de Presidente da República.

Em 1994 realizaram-se no país as primeiras eleições multipartidárias e presidenciais, nas quais saiu vencedor o PAIGC com maioria absoluta, Partido que até então detivera o poder, assim como, relativamente às presidenciais, venceu o candidato daquele Partido que, igualmente, detivera o poder de 1980 a 1994. Portanto, as eleições realizaram-se tendo como pano de fundo um novo quadro jurídico-constitucional, resultante das revisões constitucionais ocorridas entre 1991 a 1993 que institucionalizaram os princípios do Estado de Direito e da democracia participativa¹⁴. A consagração de novos direitos fundamentais, particularmente a liberdade de imprensa, puseram termo ao monopólio até então existente, criando-se um Conselho Nacional de Comunicação Social (art. 44-A), a liberdade sindical (art. 36.º-A), o direito à greve e a proibição do *lock-out* (art. 37.º-A).

¹⁴ Sobre o processo de transição política, vide as seguintes obras: (1) Rodrigues, Luís Barbosa, *A Transição Constitucional Guineense*, Lisboa, AAFDL, 1995, p. 69 e segs. Que qualifica a transição guineense, sob o ponto de vista genético, como endógena, militar, organizada, espontânea, interna, internacional, com heteroclosão, pactícia e por transacção - ob. cit. p. 177 e segs. (2) Koudawo, Fafali, *Eleições e lições, esboços para uma análise das primeiras eleições pluralistas na Guiné-Bissau*, Bissau, Ku Si Mon, 1994, págs. 7 a 43 e 55 segs.; do mesmo autor, *Pluralismo Político na Guiné-Bissau (uma transição em curso)*, INEP, Bissau, 1996; ainda do mesmo autor, *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, INEP, Bissau, 2001, p. 129 e segs. (3) Cardoso, Carlos, *A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil*, in Soronda - Revista de Estudos Guineenses, Bissau, n.º 17, Janeiro, 1994, págs. 5 a 30. (4) Fernandes, Raul Mendes, *Processo democrático na Guiné-Bissau*, in Soronda - Revista de Estudos Guineenses, n.º 17, Janeiro, 1994, p. 31 a 43; do mesmo autor, *Partido Único e Poderes Tradicionais*, in Soronda - Revista de Estudos Guineenses, n.º 16, Julho, 1993, p. 48 a 50. (5) Mendy, Peter Karibe, *A emergência do Pluralismo Político na Guiné-Bissau*, in AA. VV [Coordenação de Fafali Koudawo e Peter Karibe Mendy], *Pluralismo Político na Guiné-Bissau - Uma Transição em Curso*, INEP, Bissau, 1996, p. 39 e 40.

Porém, neste ambiente deletério, sobretudo matizado pela luta pelo poder, é escusado dizer-se que a diversidade de formações políticas e o salutar jogo democrático que a mesma suscita acaba por ser utilizado com intuítos eleitoralistas, contribuindo o mesmo para tornar ainda mais vulnerável a incipiente consciência nacional forjada durante a luta de libertação e, conseqüentemente, não se apresentando como factor abonatório diante da necessidade de consecução de grandes consensos em torno das opções e políticas decisivas em matéria do desenvolvimento. A este aspecto colateral, altamente condicionante e induzido pelo emergente pluralismo democrático, acresce ainda toda uma carga de história política recente e que tem a ver com tradição, rixas individuais (amiúde transpostas para os meandros da luta pelo poder), tricas, lutas intestinas, quezílias, golpes de Estado, eliminação física ou política que, a seu modo, influenciam sobremaneira o sentido do exercício de cargos públicos. A atestar este facto no caso da Guiné-Bissau – para já não mencionarmos as contradições e clivagens decorrentes da luta de libertação que frequentemente explicam novas e recorrentes clivagens e contradições – bastaria evocarmos, a partir da História recente do país, os casos mais conhecidos: em 1980 de Nino Vieira, em 1985, ou ainda a de João da Costa, em 1993. É igualmente escusado constatar-se que por um lado a decorrência de situações políticas desta natureza denunciam um profundo enviezamento do sistema democrático, o que acaba por limitar as possibilidades reais e práticas de participação dos cidadãos na gestão dos assuntos públicos.

No entanto, a segunda revisão constitucional ocorre ainda nos finais do ano de 1991, tomando corpo na Lei Constitucional n.º 2/91, de 4 de Dezembro, publicada em Suplemento ao B.O. n.º 48/91, que, menos importante que a anterior revisão constitucional, prossegue o caminho da separação entre o Estado e o Partido, alterando os art. 59.º e 66.º da Constituição de 1984 e aditando o art. 70-A. Nesta Lei Constitucional retira-se ao Bureau político do PAIGC o direito de participar nas reuniões da Assembleia Nacional Popular (art.59.º), o Presidente do Conselho de Estado deixa de dever fidelidade total aos objectivos do PAIGC (art. 66.º) e cria-se o cargo de Primeiro Ministro (art.70.º-A).

A quarta revisão ao texto constitucional de 1984, ocorrida depois eleições legislativas e presidenciais de 1994, consta da Lei Constitucional n.º 1/95, de 1 de Dezembro, publicada no Suplemento ao B.O. n.º 49/95, adapta o capítulo do “Poder Local” ao espírito de um Estado de Direito unitário e descentralizado e instituiu autarquias locais com a realização das correspondentes eleições, concluindo o ciclo iniciado em 1991 de conformação jurídico-constitucional do novo sistema instituído. Os novos princípios constitucionais ganham corpo através da concretização ordinária resultante da elaboração de novas leis que solidificaram o quadro jurídico da transição democrática, passando o mesmo a influenciar decisivamente a matéria dos direitos fundamentais, precisamente na medida em que faz sobressair as garantias de igualdade no contexto das relações indivíduo-Estado.

Já, fora deste quadro, enunciada a adesão do Estado guineense à UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental), procedese à última das revisões constitucionais ao texto de 1984, que teve directamente a ver com o ajustamento das normas constitucionais a essa Organização Regional. A Lei Constitucional n.º 1/96, de 4 de Dezembro, publicada no B.O. n.º 50, de 16 de Dezembro de 1996, revoga os art. 13, n.º 2 e 86.º alínea c) da Constituição, retirando-se ao Estado os poderes de detentor dos instrumentos de emissão monetária e de controlo, através do Banco Central, das operações sobre o ouro e as divisas e retirando-se do âmbito da Assembleia Nacional Popular a competência exclusiva de legislar sobre o sistema monetário.

Porém, passados cinco anos da realização das primeiras eleições, o país foi de novo a votos, não obstante a guerra civil de quase um ano (Junho de 1998 a Maio de 1999) e que destruiu praticamente as parcas infraestruturas do país. Nestas eleições, o PAIGC que estivera no poder desde a independência, perdeu as eleições a favor de Kumba Yalá e o Partido de que é líder - o PRS (Partido a Renovação Social) - foi igualmente vencedor das eleições legislativas e assumiu a governação do país. Ora, apesar de ainda estarem por provar as acusações dirigidas ao PRS segundo as quais o seu projecto político comport(ou) àquilo a que comumente se designa por “balantização do poder”, o certo é

que durante o período em que este Partido esteve no poder, descurou-se consideravelmente a necessidade do estabelecimento de um largo equilíbrio étnico na representação social do poder, chegando a Guiné-Bissau ao ponto de ter, durante o consulado do PRS, um escol considerável de elementos da etnia balanta: Presidente da República, Primeiro-Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal de contas, vários ministros, para já não referenciar a presença de inúmeros titulares de cargos públicos oriundos da etnia balanta que, aqui e acolá, ocuparam funções de destaque nas estruturas intermédias e locais da estrutura do Estado.

É verdade que o PRS sempre se reclamou como uma formação política vanguardista relativamente às camadas mais desfavorecidas da população e aos camponeses, aliás postura essa normalmente desenvolvida em oposição aos chamados “pessoal da praça (urbanos), tanto mais que desde os primeiros anos do pós-independência que esta clivagem, herdada do período colonial, se constitui num bicho de sete cabeças para o poder emergente no período pós-independência, sem que tivesse conseguido afrouxá-la. Pelo que o PRS encontrava desavisadas adesões ao seu discurso incendiário sobretudo junto dos assalariados urbanos e de uma certa camada marginal. É nestas circunstâncias que PRS e Kumba yalá ascendem ao poder na sequência das eleições presidenciais e legislativas realizadas em 1999, o que desgastou consideravelmente a governação e o discurso da democratização do país, de resto, remetido quase que unicamente para as elites políticas, numa altura em que o próprio Kumba Yalá e o núcleo duro do PRS foram acusados de conluio na conspiração que conduziu à morte do Brigadeiro Ansumane Mané (sintomaticamente da etnia mandinga), líder vitorioso da rebelião que protagonizou a guerra civil na Guiné-Bissau.

Sem nos atermos demasiadamente com a problemática que suscita a pretensa ou real “balantização do poder”, convenhamos que se assistiu na Guiné-Bissau, no período do consulado do PRS, a uma prática política que, voluntariamente ou não, reforçou a tendência que já se gizava de definhamento do papel do Estado: incapacidade técnica e política dos titulares dos cargos públicos; a deliberada perversão das regras democráticas para fins políticos e eleitoralistas; acentuada

erosão do espírito da observância estrita das normas e das leis; excessiva personalização do poder; e, entre outros, um ambiente fortemente matizado por longas e duras lutas fratricidas pelo controle das estruturas do poder que afectaram claramente a necessária unidade nacional em volta dos aspectos cruciais do desenvolvimento e a democratização do país, aliás, aspectos estes que contribuiram decisivamente, entre outras explicações plausíveis, para o golpe de Estado que derrubou o Presidente Kumba Yala.

4. Conclusões e Perspectivas

A guerra civil que ocorreu entre Junho de 1998 e Maio de 1999 não somente representou o culminar de uma série de clivagens da sociedade guineense, mas revelou igualmente a vulnerabilidade da democracia, na medida em que durante a sua ocorrência paralisou completamente a acção do Estado, afectando profundamente as instituições democráticas. Recentemente, contras as expectativas mais optimistas, o antigo Presidente da República, Nino Vieira, apresentou-se como candidato às eleições presidenciais de Julho de 2005 que acabou por vencer. Porém, estas eleições tinham sido organizadas a fim de permitir ao país o regresso à ordem constitucional, pondo fim ao longo período de transição que se mantinha no país desde 1999, altura em que terminou o conflito político-militar que abalou o país. Antes das eleições presidenciais, no quadro do chamado processo de normalização política e democrática do país, organizaram-se eleições legislativas que foram ganhas pelo PAIGC, tendo sido nomeado o seu Presidente, Carlos Gomes Júnior, para as funções de Primeiro-Ministro. Porém, apesar da legitimidade deste, o Governo do PAIGC por ele liderado foi exonerado pelo Presidente Nino Vieira, que recorreu aos poderes discricionários que lhe conferem a constituição, dando a ideia de que a tão desejada estabilidade política ainda está longe de se verificar, a tomar os últimos acontecimentos ocorridos em conta. Curiosamente isso acontece quando aparentemente todos os actores políticos do país e a própria comunidade internacional estavam profundamente empenhados na estabilização política e democrática do país.

Na sequência da exoneração do Governo do PAIGC liderado por Carlos Gomes Júnior, Nino Vieira deu posse a um Governo liderado por Aristides Gomes, ex-Director de campanha da candidatura. Nino Vieira, teve que incluir – por força dos compromissos assumidos com as formações políticas ou individualidades que o apoiaram durante a campanha eleitoral – elementos indicados pelos respectivos partidos, sem que previamente tivessem sido estabelecidos critérios atinentes à competência ou ao perfil dos mesmos. Assim sendo, o actual Governo que é composto de pelo menos 5 ou 6 sensibilidades político-partidárias, ressentem-se internamente com a ausência de comunhão de pontos de vista e coesão política suficientes, susceptíveis de garantir o êxito na implementação das grandes opções do Governo em matéria de gestão corrente e da promoção do desenvolvimento. Para além destes aspectos que ofuscam a almejada estabilidade política, acresce o facto de o PAIGC não se conformar com a exoneração do Governo, quer recorrendo aos tribunais no intuito de conseguir a revogação da medida, quer preparando as condições no sentido de dificultar no máximo o Governo presidido por Aristides Gomes no parlamento, quando este tiver que aí apresentar o seu programa de Governo e o respectivo orçamento.

Como quer que seja, situações dessas remetem-nos claramente para a constatação de que um dos problemas básicos que se coloca com maior acuidade na Guiné-Bissau atém-se justamente com a necessidade de redefinição e reorganização do aparelho de Estado com base em largo consenso nacional que resultaria da imperativa auscultação de largas franjas da população guineense. Tal auscultação é tanto mais necessária se atendermos ao facto de a dinâmica das relações sociais no período pré-colonial e colonial se nos apresentar hoje como pesada herança cultural, cujas reminiscências se fazem ainda sentir, quer pela via do condicionamento dos níveis da coesão social e do sentido da Nação, quer pela via do grau de participação nos esforços do desenvolvimento através da noção de cidadania.

Acresce ainda o facto de igualmente não se terem realizado eleições autárquicas (previstas na lei) e o de algumas vozes da sociedade civil terem começado recentemente a denunciar a existência de quase que uma autonomização das estruturas e autoridades do Estado relativamente ao poder central, agravada ainda pela inexistência da presença do Estado, pura e simples, em certos casos e localidades. Acresce a

este estado de coisas, a extrema indefinição do papel das autoridades tradicionais, revelando o Estado da Guiné-Bissau, neste particular, as gritantes dificuldades do poder central em estender a autoridade do Estado às populações camponesas. Na medida em que em casos confirmados de ausência parcial ou total da presença do Estado, iniciativas espontâneas têm vindo ultimamente a ser registadas no sentido de transformar os ex-Comité de tabancas¹⁵ (aldeias) se não em autoridades representativas do Estado, pelo menos em interlocutores locais creíveis. É caso para dizer que, na Guiné-Bissau, à ténue democratização do sistema político – formalmente que seja – não correspondeu uma descentralização de poderes.

Aliás, o enfraquecimento do Estado e das instituições democráticas figuram igualmente na Guiné-Bissau como a principal causa da incapacidade do Estado em usar das suas atribuições, mesmo das mais elementares. Efectivamente, é na sua acção administrativa que ressaltam os bloqueios que condicionam negativamente a possibilidade do Estado em realizar uma efectiva reforma fiscal, baseada no princípio de justiça fiscal e social; Impossibilidade de observância e cumprimento estrito dos compromissos internacionais; Impossibilidade de garantir o controle dos bens públicos perante a exponencial corrupção; Impossibilidade de garantir uma utilização devida e transparente das ajudas e apoios ao desenvolvimento; Impossibilidade de garantir a estrita observância dos direitos humanos; Impossibilidade de manter as missões diplomáticas no exterior; Impossibilidade, enfim, de garantir a persecução de uma política assente nos postulados do bem público, portanto, tendente a garantir a melhoria das condições de vida dos cidadãos, sobretudo nos sectores prioritários, como sejam a saúde e a educação. Em suma, a violência gratuita (psicológica, física ou económica) que é frequentemente projectada contra os cidadãos sob a forma de restrição da liberdade de opinião ou perseguição aos opositores políticos, não representa senão a manifestação *in extremis* das fraquezas do Estado em lidar com as suas próprias dificuldades nas atribuições específicas.

¹⁵ Autoridades que o PAIGC criou nas aldeias da Guiné-Bissau e que tinham prerrogativas políticas e estatais no contexto do Partido único.

Porém, esta situação de instabilidade política, de per si, remete-nos para o facto de as mesmas decorrerem paradoxalmente das inúmeras e emaranhadas contradições, de vária índole, acumuladas durante a fase colonial e pré-colonial e também durante a luta de libertação, a qual, como se sabe, foi dos mais brilhantes movimentos de luta pela emancipação em África. Igualmente, no período subsequente à independência nacional, estas contradições, associadas às anteriores, continuaram a lavrar-se, a ponto de se transformarem no prolongamento natural das questões mal digeridas durante a luta de libertação. A essas e outras contradições, somaram-se, após a independência, outras tantas que surgiam sempre em jeito de novos problemas, mas possuindo quase todos eles marcas profundas de um passado mal digerido ou simplesmente ignorados e mesmo recalcados, tal a força da ideologia da libertação, que exigia que tudo se aceitasse, em nome da unidade e do seu objectivo fulcral. Assim sendo, urge a constatação da necessidade da estabilidade institucional na Guiné-Bissau, ou seja, um clima de paz e estabilidade que garanta o regular funcionamento das instituições, capaz de fazer face a aberrante promiscuidade, praticada sobretudo pelos altos funcionários de Estado em conluio com os sectores especulativos e parasitários da economia nacional, não abrindo esta prática senão a opção e perspectivas de um desenvolvimento pretensamente baseado na iniciativa privada quando, na realidade, toda a máquina administrativa e económica assenta numa mescla onde é difícil o discernimento entre o património do Estado e da agiotagem.

Hoje, porém, que o país se encontra não somente perante uma crise política profunda, mas igualmente numa crise económica sem precedentes e sobretudo perante uma crise de liderança, que vem transformando a Guiné-Bissau numa nova Somália (já se fala da Guiné-Bissau, nos areópagos internacionais, como um exemplo de mais um Estado falhado) é imprescindível que se proceda a uma profunda moralização da vida pública e à modernização do aparelho de Estado que devem ser os antídotos à reinante corrupção e à necessidade inadiável de se conferir credibilidade interna e externa ao Estado.

O SEMI-PRESIDENCIALISMO E O CONTROLO DA CONSTITUCIONALIDADE EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE¹

Gerhard Seibert*

Introdução

Declarado independente em 1975, desde 1991 que o pequeno arquipélago de São Tomé e Príncipe (STP) tem tido um desempenho interessante no capítulo da democratização e da consolidação do regime democrático. O país realizou pacificamente cinco eleições legislativas e três presidenciais, que todas foram consideradas livres, justas e transparentes por observadores internacionais, e cujos resultados foram reconhecidos e aceites por todos os partidos e candidatos. Neste aspecto, STP é uma *success story* da democratização em África. Não obstante de muitos constrangimentos estruturais, sem clivagens étnicas, religiosas e linguísticas, a pequena sociedade crioula insular parece possuir algumas das condições propiciadoras de êxito dum sistema multipartidário. Enquanto há trinta anos a escolha dos dirigentes são-tomenses para um Estado de partido único socialista era condicionada pela recusa da descolonização por parte do regime salazarista nos anos 60 e 70 e o conseqüente apelo dos nacionalistas luso-africanos aos países socialistas para apoio, assim como pela conjuntura política global naquela altura, durante a transição política

* O autor é bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e investigador do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Lisboa.

¹ O artigo é baseado nas comunicações 'Aspectos do Semi-Presidencialismo em S.Tomé e Príncipe' e 'O Controlo da Constitucionalidade em S.Tomé e Príncipe', apresentadas pelo autor na conferência internacional sobre "Constitucionalismo e Práticas Constitucionais em Países Lusófonos", Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, 4, 5, 8 e 9 de Novembro de 2004.

em 1989/90 a opção dos são-tomenses pelo sistema governamental da sua democracia multipartidária foi guiada pelo exemplo de Portugal pós-25 de Abril.

Em ambos os casos, considerações relativamente ao desenvolvimento sócio-económico do arquipélago, às suas dimensões geográficas e demográficas reduzidas e às suas deficientes capacidades institucionais desempenharam um papel subordinado. Contudo, as realidades de um pequeno país como STP são bem diferentes, não apenas em termos do desenvolvimento económico. Condicionada pelas suas dimensões exíguas e pela insularidade, a vida social e política é marcada em grande medida por uma mentalidade provinciana. Entre a pequena elite local, muitos se conhecem pessoalmente e alguns estão ligados por laços familiares. A distância social e física entre governantes e governados é curta e muitos cidadãos conhecem em pormenor a vida pessoal dos dirigentes. Num tal ambiente, a política nacional muitas vezes assemelha-se à micro-política: as acções políticas derivam essencialmente de relações pessoais baseadas no contexto individual, ao invés das relações institucionalizadas e indirectas e dos contactos formais, dominantes em sociedades de países grandes e desenvolvidos.² Não admira que a política em STP é fortemente personalizada, enquanto questões pessoais são frequentemente politizadas. Este artigo examina dois aspectos cruciais do jovem regime democrático em STP, nomeadamente o funcionamento do sistema semi-presidencial e o controle da constitucionalidade. Não se trata de uma abordagem teórica, mas de uma perspectiva da *law in action*, da realidade empírica da temática.

O sistema semi-presidencial

A Constituição democrática de STP, baseada no exemplo português de 1976 e ratificada por referendun popular em Agosto de 1990, adaptou um sistema de governo semi-presidencial de pendor presidencial. Conforme o artigo 76 (artigo transitório 80 da nova Constituição aprovada em 2003, até à data da entrada em vigor dos novos artigos 80 a 82) compete ao Presidente da República, entre outros:

² Duverger 1983: 69.

- b) Dirigir a política externa do País e representar o Estado nas relações internacionais
- c) Dirigir a política de defesa e segurança
- g) Nomear, empossar e exonerar o primeiro-ministro
- i) Presidir ao Conselho de ministros sempre que o entenda
- o) Dissolver a Assembleia Nacional, em caso de grande crise política, consultando os partidos políticos com assento na Assembleia Nacional

A primeira versão desta Constituição, elaborada pelo constitucionalista português Jorge Miranda e financiada pela Cooperação Portuguesa, não incluiu os amplos poderes executivos do presidente. Contudo, estes haviam sido concebidos posteriormente em São Tomé à própria medida pelo então presidente Manuel Pinto da Costa (1975-1991), pouco predisposto a exercer funções meramente representativas. Na altura em que a Constituição foi redigida não havia dúvidas nas hostes do então partido único do país, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), de que Pinto da Costa iria ser o primeiro presidente democraticamente eleito de STP. Este episódio também mostra bem o grau da personalização da política em STP que até pode afectar questões constitucionais. Finalmente ele nem sequer participou nas primeiras eleições presidenciais livres de Março de 1991 para evitar uma humilhação pela derrota nas urnas.

A coabitação entre o governo e um presidente com competências governamentais suplementares nas áreas da política externa e da defesa facilitou uma série de conflitos entre os órgãos de soberania, que às vezes levaram até à paralisação da acção governativa. De facto, frequentemente a actuação governamental do presidente não foi suplementar, mas competitiva. Alguns dos conflitos resultaram na demissão do primeiro-ministro pelo presidente. Duas vezes, em 1994 e em 2001, o presidente dissolveu a Assembleia Nacional e anunciou eleições antecipadas, embora o partido no poder mantivesse uma maioria absoluta na Assembleia Nacional.³ Desde as primeiras eleições

³ É notável que em ambas as eleições os respectivos partidos perdessem a sua maioria absoluta, enquanto o partido do presidente conseguiu aumentar os seus assentos na Assembleia Nacional. Isso pode ser interpretado como aprovação eleitoral da decisão presidencial.

multipartidárias em Janeiro de 1991 houve dez governos constitucionais e dois chamados governos da iniciativa presidencial. Em quatro anos o actual presidente Fradique de Menezes, eleito em Julho de 2001, demitiu, em circunstâncias diferentes, quatro primeiros-ministros.

Governos desde 1991

Presidência de Miguel Trovoada (1991-2001)

Daniel Daio, PDC-GR⁴, Fevereiro de 1991 a Abril de 1992

Noberto Costa Alegre, PCD-GR, Maio de 1992 a Julho de 1994

Evaristo Carvalho, governo da iniciativa presidencial, Julho a Outubro de 1994

Carlos Graça, MLSTP/PSD⁵ + CODO⁶, Outubro de 1994 a Janeiro de 1996

Armindo Vaz, MLSTP/PSD + CODO + ADI⁷, Janeiro a Novembro de 1996

Raul Bragança, MLSTP/PSD + PCD-GR, Novembro de 1996 a Janeiro de 1999

Guilherme Posser da Costa, MLSTP/PSD, Janeiro de 1999 a Setembro de 2001

Presidência de Fradique de Menezes (desde 2001)

Evaristo Carvalho, governo da iniciativa presidencial, Set. de 2001 a Abril de 2002

Gabriel Costa, Governo de Unidade Nacional, Abril a Setembro de 2002

Maria das Neves, MLSTP/PSD + MDFM⁸ + ADI, Out. de 2002 a Julho de 2003

Maria das Neves, MLSTP/PSD + MDFM + ADI, Agosto de 2003 a Março de 2004

Maria das Neves, MLSTP/PSD + ADI + Uê Kedadji⁹, Março a Setembro de 2004

Damião Vaz d'Almeida, MLSTP/PSD + ADI + Uê Kedadji, Set. de 2004 a Maio de 2005

Maria do Carmo Silveira, MLSTP/PSD, Junho de 2005 a Abril de 2006

Os frequentes conflitos e mudanças de governos resultaram numa instabilidade política que, por sua vez, afectou negativamente o desempenho do governo e, conseqüentemente, o desenvolvimento sócio-económico do país. Apesar de o país ter recebido largos montantes disponibilizados pela ajuda externa, entre 1990 e 2002 o crescimento anual do PIB per capita era -0.4 por cento.¹⁰ Segundo um inquérito efectuado em 2001, 54 por cento da população de STP vive na pobreza, enquanto em 1991 apenas 36 por cento se encontrou nesta situação.¹¹ É óbvio que num outro contexto estrutural e sócio-histórico o efeito negativo da instabilidade política relativamente ao desempenho da economia tivesse sido menos grave. Mas num pequeno país, onde a administração pública está tão estreitamente ligada ao poder político e não existe uma economia autónoma e não controlada pelo Estado, esta consequência era inevitável. Enquanto o sistema semi-presidencial de pendor presidencial contribuiu para esta instabilidade, não pode ser considerado a principal causa dos conflitos. Na minha opinião a própria causa tem mais a ver com o carácter e as particularidades do Estado neste pequeno e pobre país de apenas 150,000 habitantes. A economia de STP é a mais pequena economia em África, com um PIB de cerca de \$60 milhões e um rendimento por capita de \$338 (2003).¹² Devido à fraqueza do sector privado, o Estado continua ser o maior empregador, o maior consumidor e monopoliza e controla a maior parte dos recursos do país, nomeadamente a ajuda externa que sustenta a economia e o

⁴ Partido de Convergência Democrática - Grupo de Reflexão, criado em 1990, vencedor das primeiras eleições livres de 1991.

⁵ Em Outubro de 1990, o MLSTP reconstituiu-se, incorporando a designação Partido Social-Democrata (PSD) e assumindo a sua nova aliança com o PSD português, na altura no poder. O MLSTP/PSD regressou ao poder nas eleições antecipadas de Outubro de 1994.

⁶ Coligação Democrática de Oposição, pequeno partido que na altura não tinha assento no parlamento.

⁷ Acção Democrática Independente, partido criado por seguidores de Miguel Trovoada nos fins de 1992.

⁸ Movimento Democrático Força de Mudança, fundado por apoiantes de Fradique de Menezes em Dezembro de 2001.

⁹ Uma aliança de cinco pequenos partidos, formada para as eleições de Março de 2002.

¹⁰ UNDP 2004, p. 186.

¹¹ EIU Country Report São Tomé and Príncipe, Janeiro de 2002, p. 29.

¹² IMF Country Report No. 04/108, Abril 2004, p. 7.

próprio Estado. Ao mesmo tempo o sector privado é muito fraco é directa ou indirectamente dependente deste Estado e dos seus agentes. Nestas condições a competição política não é apenas uma luta pelo poder político por si, mas também pelo acesso aos fundos públicos e a sua distribuição entre as respectivas clientelas políticas.

De facto, a causa por vários conflitos políticos em STP, incluindo aqueles entre o governo e o presidente não foram simples divergências políticas em termos programáticas, mas a competição pelo controlo de projectos e fundos. Teoricamente motor de desenvolvimento para todos, como regulador da economia, o Estado tornou-se meio de sobrevivência para alguns e de enriquecimento para poucos. O escândalo financeiro do Gabinete de Gestão das Ajudas (GGA), que abalou o país em 2004 e levou à demissão da primeira ministra Maria das Neves (MLSTP/ PSD)¹³, é apenas um recente exemplo disso. Este departamento governamental sob tutela do Ministério do Comércio gere as contrapartidas em moeda local da comercialização da ajuda externa, sobretudo a ajuda alimentar. Conforme o compromisso assumido com os doadores estes fundos são destinados para o financiamento de projectos sociais e infra-estruturais para o desenvolvimento do país. Em vez disso, desde a sua criação em 1993 o GGA concedeu ilegalmente créditos e pagamentos para serviços não prestados a membros da classe política e outras pessoas destacadas da sociedade. Trata-se de uma espécie de privatização do Estado por interesses pessoais ou de grupo.

Um exemplo da competição pelo acesso a fundos públicos como verdadeira causa de um conflito político-constitucional é a demissão do primeiro-ministro em Julho de 1994. Em 24 de Abril de 1992, o ministro da Economia e Finanças do governo cessante, Norberto Costa Alegre, foi unanimemente escolhido pelo partido maioritário, o PCD-GR, para substituir o primeiro-ministro Daniel Daio, demitido pelo então presidente Miguel Trovoada naquele mês. Relutante, o presidente Trovoada só nomeou Costa Alegre a 11 de Maio. Disse-se na altura que o presidente tinha considerado a alternativa de dissolver a Assembleia Nacional e convocar eleições antecipadas, abrindo assim caminho

¹³ Em Maio de 2005 o Ministério Público em São Tomé constituiu Maria das Neves formalmente arguida neste caso.

à criação de um novo partido político que apoiasse as suas posições políticas. Contudo, terá chegado à conclusão que não estavam ainda reunidas as condições para isso. Na sequência da derrota do PCD-GR nas primeiras eleições autárquicas realizadas em Dezembro de 1992, ganharam ímpeto as exigências da oposição para que fosse demitido o governo Costa Alegre e formado um governo de unidade nacional. O governo recusou esta proposta, argumentando que contrariava a vontade expressa pelo eleitorado nas legislativas de Janeiro de 1991, em que o PCD-GR ganhara 54 por cento dos votos. Em Maio de 1993 uma tentativa do MLSTP/PSD, então oposição parlamentar, de derrubar o governo de Costa Alegre por uma moção de censura foi rejeitada pelos 28 votos do PCD-GR. Com efeito, a moção de censura era mais uma via de acesso a fundos governamentais e não uma forma de fortalecer o grau de responsabilização política do governo.

Em Abril de 1994, numa entrevista televisiva por ocasião do terceiro aniversário da sua investidura, o presidente Trovoada dissociou-se definitivamente da política económica do governo do PCD-GR. Contudo, desmentiu categoricamente alegações segundo as quais estaria a sabotar a política governamental por atrasar a promulgação de cerca de 60 decretos submetidos pelo governo, tendo sublinhado que, se os decretos não haviam sido promulgados em tempo devido, havia razões justificadas para o seu veto. Reagindo à entrevista, o PCD-GR publicou um comunicado acusando o presidente de ter arbitrariamente impedido a realização de projectos com impacto social, de modo a prejudicar a imagem do governo aos olhos da população poucos meses antes das eleições legislativas, então previstas para Janeiro de 1995. Em Junho de 1994, o PCD-GR emitiu outro comunicado, acusando Trovoada de 'obstrução sistemática' do programa do governo e de 'constituir o mais activo opositor do PCD-GR'. O partido referiu-se à recusa do presidente de promulgar dois decretos governamentais que criaram duas linhas de crédito para pequenos empresários, como parte do projecto da Dimensão Social do Ajustamento, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento em cerca de \$2 milhões e chefiado por Alda Bandeira, mulher do primeiro-ministro Costa Alegre. Trovoada via estes projectos como um fundo para sustentar os partidários e clientes do PCD-GR.

Por fim, a 2 de Julho, o presidente Trovoada demitiu o primeiro-ministro Costa Alegre. O decreto presidencial referia ser necessário 'pôr fim a um mau relacionamento político, que se agrava, entre o Presidente da República e o chefe do Governo.' Trovoada acusou o partido no poder de ter repetidamente questionado os poderes constitucionais do chefe do Estado. Ele queixou-se que embora tivesse vetado um decreto governamental sobre a atribuição de facilidades de crédito, este tentara contornar o veto presidencial, emitindo um simples despacho normativo. Na realidade, as principais causas dos problemas entre o presidente e o governo era a desconfiança mútua¹⁴ e a competição pelo controlo dos fundos estrangeiros, além dos fundos da Dimensão Social de Ajustamento, sobretudo o projecto de uma zona franca em São Tomé, então proposta por uma empresa francesa. Esta tinha prometido angariar \$54 milhões em termos favoráveis para a primeira fase do projecto, mas os custos de toda a infra-estrutura foram estimados em \$97 milhões. A empresa francesa reivindicava direitos comerciais exclusivos, amplos privilégios fiscais e direitos soberanos dentro da zona franca. Porém, o governo recusou-se a aceitar o projecto francês na sua versão original, exigindo algumas alterações. Pretendia o governo manter a autoridade, organização e controlo da zona, deixando a gestão a cargo da empresa francesa. Estas exigências foram rejeitadas pelos franceses. O governo afirmou repetidas vezes que Trovoada retaliou a recusa do contrato da empresa francesa, boicotando e atrasando sistematicamente a política sócio-económica do governo. Por sua vez, o chefe do Gabinete da Presidência sugeriu que o próprio governo fizera atrasar deliberadamente o projecto, porque uma empresa local de consultoria ligada ao partido no poder estava interessada em administrar a zona franca.

Em 5 de Julho, Trovoada nomeou para o cargo de primeiro-ministro o seu confidente Evaristo Carvalho, ministro da Defesa no governo de Costa Alegre. Dois dias mais tarde Carvalho apresentou o seu governo, cujo tempo de vida seria curto, uma vez que a 10 de Julho o presidente dissolveu a Assembleia Nacional, anunciando eleições legislativas

¹⁴ Os líderes do PCD-GR e Miguel Trovoada já estiveram em campos opostos no caso de um grande conflito durante o processo da descolonização em 1974/75.

antecipadas para 2 de Outubro. Ao dissolver o parlamento, Trovoada impediu que a maioria parlamentar do PCD-GR confrontasse o novo governo com uma moção de censura. Uma vez empossado, o governo de Evaristo Carvalho demitiu alguns deputados e militantes do PCD-GR das suas funções no aparelho de Estado. As duas linhas de crédito foram imediatamente extintas, enquanto o projecto da zona franca nunca se realizou. Resumindo, perante as características do Estado e das lutas políticas em STP o sistema semi-presidencial de pendor presidencial por si não pode ser culpado como a principal causa dos conflitos entre os órgãos do poder.

Um outro fenómeno interligado do sistema semi-presidencial em STP é a participação mais ou menos activa do presidente na política partidária do país que claramente não está prevista na Constituição que diz que 'as funções de Presidente da República são incompatíveis com qualquer outra função pública ou privada.' (novo Artigo 79). Apesar desta incompatibilidade, os dois detentores do cargo de Chefe de Estado criaram os seus próprios partidos políticos ou, melhor dito, mandaram os seus seguidores fundar o partido, porque devido à Constituição não podiam assumir abertamente a liderança do partido. Após as eleições presidenciais de Março de 1991, amigos de Miguel Trovoada tinham encetado planos para estabelecer o seu próprio partido intitulado União Social-Democrata (USD), mas foram dissuadas pelo então presidente, que achava não ser ainda a altura oportuna. Finalmente, nos finais de 1992, após a primeira ruptura entre Trovoada e o PCD-GR, os apoiantes do presidente Miguel Trovoada fundaram a Acção Democrática Independente (ADI), que concorreu às eleições autárquicas como grupo de intervenção cívica, transformando-se formalmente em partido político em Março do ano seguinte. Os dirigentes do partido eram conhecidos apoiantes e amigos do presidente e os seus assessores na presidência, que sempre procuraram identificar-se com as posições e interesses de Trovoada. A liderança do ADI foi assumida pelo jurista Gabriel Costa, na altura assessor presidencial para assuntos políticos e jurídicos.

O actual presidente Fradique de Menezes seguiu o exemplo do seu predecessor. Em Dezembro de 2001, cinco meses depois da sua eleição

como presidente, o ex-membro do MLSTP/PSD (até 1993) e ex-deputado do ADI (1994-1998) mandou constituir o Movimento Democrático Força de Mudança (MDFM), cuja sigla também é interpretado como Movimento de Defesa de Fradique de Menezes. Neste caso o primeiro responsável do partido foi um alto funcionário da empresa privada de Menezes. De facto, o partido presidencial não é baseado em programas políticas, mas serve para defender os interesses do presidente e da sua clientela. Baseia-se inteiramente na personalidade do seu líder tutelar. Por conseguinte, não é provável que o partido surja a defender quaisquer posições não coincidentes com os do Chefe do Estado. Enquanto Miguel Trovoada sempre desmentiu o seu papel activo em qualquer política partidária, Fradique de Menezes já confessou que era “líder virtual” do MDFM. Que o sucesso de um tal partido depende muito da pessoa do presidente e o seu papel de patrono mostra o declínio do ADI depois da eleição de Menezes como presidente. Com Miguel Trovoada fora do palácio presidencial, nas eleições antecipadas de Março de 2002 o partido perdeu oito dos seus dezasseis assentos no parlamento, embora tivesse formado uma aliança eleitoral com quatro pequenos partidos, o Uê Kedadji.¹⁵ Nestas eleições o recém-criado MDFM, unido com o PCD numa lista comum, ganhou 23 dos assentos na Assembleia, um menos do que o MLSTP/PSD.

Devido ao carácter conflituoso do sistema semi-presidencial de pendor presidencial nunca faltaram ideias ou intenções de fazer uma revisão constitucional para clarificar os artigos ambíguos relativamente às competências dos órgãos do Estado e alterar o sistema actual em um sistema presidencial ou manter o semi-presidencialismo, porém, de pendor parlamentar. Mas durante a presidência de Miguel Trovoada nunca houve uma maioria suficiente na Assembleia Nacional para efectuar uma revisão constitucional. Um motivo para a criação do ADI era inviabilizar uma maioria favorável ao sistema de pendor parlamentar. Finalmente, foi mais um conflito entre o presidente e o governo que facilitou a alteração do sistema governamental em STP. Em Setembro de 2002 a polémica demissão do primeiro-ministro Gabriel

¹⁵ Em Agosto de 1992 o ADI saiu desta aliança.

Costa pelo presidente Fradique de Menezes foi também contestada por muitos deputados do próprio partido do presidente. Muitos destes deputados da bancada MDFM/PCD eram, como o próprio Gabriel Costa, antigos membros do ADI. Esta contestação criou pela primeira vez uma maioria de dois terços de deputados da Assembleia Nacional, necessária para modificar a Constituição. No mês seguinte a Assembleia iniciou a revisão constitucional para clarificar os artigos ambíguos que, desde 1991, tinham facilitado vários conflitos político-constitucionais entre o presidente e o governo. As emendas apresentadas reduziram os poderes do Presidente da República reforçando as competências do governo e do parlamento (ver os novos Artigos 80, 81 e 82). Era óbvio que a decisão contra a alternativa do sistema presidencial não fosse uma simples questão constitucional, mas estava directamente ligada à pessoa do presidente no poder. O presidente Menezes condenou ferozmente a pretendida revisão como uma revolução de palácio e ameaçou dissolver a Assembleia Nacional, caso não chegasse a um consenso comum relativamente às modificações constitucionais. Não obstante, no início de Dezembro de 2002 os 52 deputados presentes na sessão da Assembleia Nacional aprovaram unanimemente as emendas da Constituição que entrariam em vigor no fim do mandato do presidente em 2006.

Em vez de promulgar o novo texto constitucional, no início de Janeiro de 2003, o presidente devolveu-o à Assembleia Nacional, alegando a existência de 35 erros ortográficos. Esta corrigiu os erros, reenviando o documento ao presidente. Como o parlamento recusou a proposta de Menezes de submeter as emendas a um referendo popular, em 17 de Janeiro de 2003, o presidente vetou a nova Constituição. Ao mesmo tempo, anunciou que vetaria a Constituição pela segunda vez, se o parlamento não tomasse em consideração as suas sugestões, embora a Constituição não permitisse um segundo veto presidencial. Para evitar a reapreciação das emendas pela Assembleia, no dia 21, Menezes dissolveu-a e anunciou eleições antecipadas para 13 de Abril. O conflito foi resolvido por conversações realizadas entre as partes com mediação da então primeira-ministra, Maria das Neves (MLSTP/PSD), e da presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Alice Carvalho. Em 24 de Janeiro, o presidente Menezes e representantes da Assembleia Nacional assinaram um memorando de entendimento, segundo o qual

o presidente revogou o decreto de dissolução da Assembleia e promulgou parte da revisão constitucional e esta aceitou submeter os artigos da nova Constituição referentes aos poderes do presidente ao um referendo popular antes do termo do mandato do presidente, em simultâneo com as eleições legislativas em Março de 2006.

No entretanto, os defensores da nova Constituição semi-presidencial de pendor parlamentar argumentaram que um tal referendo seria inconstitucional, visto que o Artigo 71, 3 da Constituição de 2003 explicitamente exclui do âmbito de referendo as alterações à Constituição. Era óbvio que esta posição fosse contestada pelo presidente, constituindo matéria para mais um conflito político-constitucional. No seu segundo congresso em Abril de 2004 o MDFM declarou a luta pelo sistema presidencial como prioridade da sua futura actuação. No seu discurso por ocasião da inauguração do governo da primeira ministra Maria do Carmo Silveira (MLSTP/PSD) em Junho de 2005, Menezes recordou-lhe explicitamente de cumprir o memorando assinado em 2003.¹⁶ Contudo, logo a seguir uma maioria da Assembleia Nacional rejeitou o pretendido referendo popular como inconstitucional. Em resposta, os apoiantes de Menezes declararam que o referendo não seria sobre a própria Constituição, mas sobre o sistema governamental, quer dizer a favor ou contra o sistema presidencial. Na sua alocução por motivo do 30º aniversário da Independência Nacional de STP em Julho desse ano, Fradique de Menezes avisou os deputados da Assembleia Nacional que arriscariam um conflito político maior se não cumprissem o memorando, realizando o referendo popular até ao fim do ano. Contudo, em Outubro o constitucionalista português Jorge Bacelar Gouveia embaraçou Menezes quando declarou durante uma visita a São Tomé que um tal referendo sobre o sistema governamental era inconstitucional. O constitucionalista explicou que o memorando de entendimento era inválido, visto que não se podia sobrepor à Constituição. Não obstante, o Presidente Menezes continuou insistir na realização do referendo garantido no memorando. Finalmente, porém, em Janeiro de 2006 o Presidente Menezes formalmente adiou oficialmente a realização do referendo porque percebeu que constitu-

¹⁶ Discurso do Presidente da República por ocasião da Investidura do Governo de Maria do Carmo Silveira. São Tomé, 9 de Junho de 2005.

cionalmente não tinha nenhum instrumento que lhe facultaria a sua convocação.

Contudo, não obstante a posição da maioria parlamentar em STP, ao mesmo tempo actuam influências externas a favor do sistema presidencial. O petróleo de STP, surgido no plano económico e político do país desde a assinatura do primeiro contrato petrolífero em 1997, resultou no aparecimento de dois novos fortes parceiros bilaterais, a Nigéria e os Estados Unidos da América, ambos países com um sistema presidencial. Desde a assinatura do tratado da Zona de Desenvolvimento (de Petróleo) Conjunto (JDZ) em Fevereiro de 2001 com a Nigéria este país tornou-se inevitavelmente o mais importante parceiro de STP na região. Os EUA não têm apenas interesse no petróleo de STP, mas também na cooperação militar com STP, devido a posição estratégica do arquipélago no Golfo da Guiné, rico em petróleo. Desde quatro anos multiplicaram-se os contactos oficiais e a cooperação com os EUA. O interlocutor principal dos nigerianos, sobretudo do Presidente Obasanjo, não é o governo, mas o Presidente Fradique de Menezes. Uma vez o embaixador nigeriano em São Tomé disse-me que para o seu país era pouco compreensível que um chefe de Estado constitucionalmente não tem plenos poderes executivos. O diplomata achou estranho que um presidente africano nem sequer podia assinar um contrato de petróleo. Parece-me também que os representantes norte-americanos, tanto os do governo como os das empresas petrolíferas e outras entidades, procuram em primeiro lugar o contacto com o presidente. Suponho que muitas vezes os norte-americanos nem sequer sabem que em STP o chefe do governo é o primeiro-ministro. Mas também já aconteceu o contrário. Quando há três anos Fradique de Menezes escreveu a uma empresa petrolífera nigeriana com sede em Houston, Texas, que anulasse o contrato assinado com STP em Fevereiro de 2001, o responsável da empresa respondeu ao presidente que segundo a Constituição do seu país não tinha esta competência executiva. Seja como for, ao longo prazo, a influência destes países e o facto que na região domina o presidencialismo podia reforçar a posição dos defensores do presidencialismo em STP.

A Fiscalização da Constitucionalidade

Em STP o controlo não jurisdicional da constitucionalidade pela comunicação social e pela sociedade civil está ainda nos seus princípios. Segundo Guedes (2002:166) STP tem *uma sociedade civil deficitária em termos de participação política directo*. A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são formalmente garantidas. Contudo, na prática estes direitos são submetidos a vários constrangimentos que impedem a sua plena realização. Não existem *media* fortes e independentes no pequeno arquipélago. A rádio e a televisão são controladas pelo governo. Até 2005 jornais no próprio sentido da palavra não existiam, mas apenas uns boletins fotocopiados de poucas folhas, escritos por jornalistas locais, nomeadamente *Tribuna*, *O Parvo*, *O Semanário* e *Vitrina*, que aparecem com irregularidade em pequenas tiragens que mal chegam a quinhentos exemplares.¹⁷ Apenas em 2005 surgiram os dois primeiros semanários em formato *tabloid*, contudo, pelos vistos estes estão ligados a interesses privados e partidários. O país não tem um sector privado capaz de sustentar uma imprensa independente e livre. Além disso, a maioria dos jornalistas é inadequadamente formada e, em termos de emprego, pertence formalmente à administração pública que paga salários muito baixos. Consequentemente, à procura de vencimentos adicionais muitos jornalistas aceitam a colaboração com interesses políticos.

Além disso, o grau de organização da sociedade civil é fraco e os interesses dos seus membros estão frequentemente interligados aos do Estado. A força de uma sociedade civil depende do nível da cidadania dos seus membros. Contudo, este nível é necessariamente baixo numa sociedade marcada por uma história de trabalho forçado e regimes autoritários e em que a grande maioria da população tem pouca escolaridade e instrução, vivendo na pobreza e miséria. Um outro factor é a já referida dependência directa ou indirecta dos cida-

¹⁷ Do *Vitrina* existe também uma versão *online* que se encontra junto com o diário digital *Téla Nón* no site www.cstome.net. Um terceiro boletim na Internet é o Jornal de São Tomé e Príncipe www.jornal.st. Os referidos dois semanários chamam-se *Correio de Semana* e *Equador*.

dãos do Estado, o que dificulta a articulação de interesses organizados independentes deste Estado. É uma das razões que muitas vezes denúncias de irregularidades e abusos do poder cometidos por dirigentes são divulgadas por panfletos anónimos. Em comparação, muito menos frequente é a divulgação de cartas abertas com as assinaturas dos seus autores.

Em STP um Tribunal Constitucional como órgão jurisdicional de fiscalização da constitucionalidade foi apenas criado nominalmente pela Revisão Constitucional de Janeiro de 2003. As Constituições anteriores regulamentavam a fiscalização política de constitucionalidade pelo parlamento, nomeadamente a Assembleia Nacional Popular (ANP) de 51 deputados, escolhidos por delegados distritais que, por sua vez, eram eleitos por voto aberto, directo e público (1980 a 1991) e a Assembleia Nacional de 55 deputados, eleitos democraticamente (desde 1991).

A primeira Constituição Política de STP aprovada 'por aclamação em reunião conjunta do Bureau Político do MLSTP e a Assembleia Constituinte' em Novembro de 1975 não se pronuncia sobre a fiscalização da constitucionalidade. O Capítulo IV desta Constituição contém apenas disposições relativamente à alteração da Constituição que é possível por iniciativa de, pelo menos, um terço dos membros da ANP (Artigo 46) e 'deve ser aprovada pela maioria de dois terços dos membros' (Artigo 47,1). De acordo com o preâmbulo da Constituição, 'o povo são-tomense continuava a sua marcha irreversível a caminho da revolução democrática e popular com o fim de atingir os objectivos definidos pelo MLSTP e lutando para a construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem.'

A primeira revisão da Constituição aprovada pela ANP em 1980 atribui à si própria o direito de 'velar pelo cumprimento da Constituição e as demais leis da República e apreciar os actos do Governo ou da Administração Pública, podendo declará-las com força obrigatória geral, salvo situações criadas por casos julgados e a inconstitucionalidade de quaisquer normas' (Artigo 32 k). Tendo em conta a natureza do então regime do partido único de inspiração soviético-socialista, duvido

que a Assembleia Popular alguma vez questionasse a constitucionalidade de actos do governo. Na prática, os deputados da ANP agiam como marionetas, batendo palmas a favor do governo e ratificando por unanimidade decisões tomadas ao mais alto nível do regime.

Também os autores da Constituição democrática de STP, ratificada por Referendo Popular em Agosto de 1990, atribuíram à Assembleia Nacional a competência da fiscalização política da constitucionalidade, modificando apenas o antigo Artigo 32 k. O seu Artigo 86 p diz:

Compete à Assembleia Nacional apreciar, modificar ou anular os diplomas legislativos ou quaisquer medidas de carácter normativo adoptadas pelo órgão do poder político que contrariem a presente Constituição.

A Assembleia Nacional também decide por via incidental em casos da questão da inconstitucionalidade relativamente a sentenças dos tribunais (Artigo 111). A questão podia ser levantada oficiosamente pelo tribunal, pelo Ministério Público ou por qualquer das partes. Admitida a questão da inconstitucionalidade, o incidente sobe em separado ao parlamento, que decidirá.

De facto, embora tivesse poderes para tal, a Assembleia Nacional nunca se pronunciou formalmente sobre questões de inconstitucionalidade conforme os Artigos 32 k ou 111.¹⁸ Contudo, isso não significa que não houve questões relativamente à constitucionalidade de actos legislativos e administrativos ou na matéria da violação de direitos humanos ou civis. Conhecidos são, por exemplo, os casos de arguidos que ficaram detidos em prisão preventiva fora do prazo estabelecido pela lei. Mas ninguém levou estas violações dos direitos civis até à Assembleia Nacional. Um outro exemplo conhecido é a constante violação do Artigo 119 da Constituição de 1990 (o Artigo 141 da revisão de 2003), segundo o qual os órgãos do poder local têm

¹⁸ Agradeço esta informação a Carlos Neves, vice-presidente da Assembleia Nacional de STP, a Gabriel Costa, ex-primeiro ministro (2002) e a Albertino Bragança, deputado do PCD.

um mandato de três anos. De facto, as eleições autárquicas em São Tomé realizaram-se apenas uma única vez, em Dezembro de 1992. Desde então os membros das seis Assembleias Distritais em São Tomé nunca mais foram eleitos, principalmente devido à ausência da vontade política das autoridades nacionais. A mesma anomalia ocorreu no Príncipe, onde as eleições regionais, introduzidas pela concessão da autonomia política a esta ilha em 1994, foram realizadas apenas uma vez só, em Março de 1995. Várias vezes políticos, deputados e a população chamaram a atenção a esta violação da Constituição, porém, a Assembleia Nacional nunca tomou uma decisão formal relativamente a esta anomalia nos termos do Artigo 86 p.¹⁹

Possíveis explicações para a inércia da Assembleia Nacional na matéria da fiscalização da constitucionalidade são as suas fracas capacidades institucionais e a sua relativa fraqueza política perante os outros órgãos da soberania. Muitos dos deputados não possuem uma formação adequada e frequentemente não dispõem do conhecimento necessário para eficientemente desempenhar o seu papel. Estes constrangimentos também se reflectem nas dificuldades que a Assembleia Nacional enfrenta no cumprimento do seu papel legislativo. Não obstante, a Assembleia Nacional actuou uma vez numa questão constitucional quando impediu um vazio de poder institucional causado pelo atraso das eleições presidenciais ao prorrogar o mandato de Trovoada em Abril de 1996.

Em Janeiro daquele ano, devido a problemas técnicos com o recenseamento eleitoral, a Comissão Eleitoral Nacional (CEN) pediu que fossem adiadas as eleições presidenciais anunciadas pelo presidente Trovoada para 3 de Março, dado que uma emenda à Lei Eleitoral aprovada em Setembro de 1995 impunha um novo recenseamento eleitoral. Ao contrário do que sucedia anteriormente, a nova legislação exigia que os cartões tivessem fotografias dos titulares, mas

¹⁹ Por exemplo, em Junho de 2004, uma delegação do Príncipe entregou ao presidente Fradique de Menezes uma petição com mais do que mil assinaturas, exigindo a realização das eleições regionais nesta ilha, repetitivamente adiadas desde 1998, até ao fim do ano.

na realidade o país não dispunha de meios financeiros, técnicos e logísticos para recolher 50 mil fotografias dentro do período oficial de recenseamento que era de 45 dias. O problema foi resolvido graças à ajuda dos países doadores que ofereceram máquinas *Polaroid*, rolos fotográficos e outros materiais necessários. Em resposta ao pedido da CEN, no mês de Fevereiro, a Assembleia Nacional solicitou ao presidente Trovoada o adiamento das eleições e aprovou uma resolução estabelecendo que estas deveriam ter lugar antes do dia 2 de Julho.

Em finais de Março, o presidente marcou as eleições para 30 de Junho. Como o mandato de Trovoada terminava oficialmente a 3 de Abril, exactamente 24 horas antes, a Assembleia aprovou uma legislação que prorrogava o mandato presidencial até à investidura do próximo presidente ou por um período máximo de cinco meses. Contudo, o mandato prorrogado não incluía a contestada prerrogativa de dissolver o parlamento (Artigo 76a da Constituição de 1980). A lei visava evitar um vazio de poder institucional que teria sido criado após o fim do termo original de cinco anos de Trovoada. Na altura o constitucionalista Jorge Miranda, autor da Constituição são-tomense, saudou a decisão de se prorrogar o mandato do presidente, como 'a mais natural e adequada solução'.

Além disso, no âmbito do sistema semi-presidencial, houve vários conflitos político-constitucionais relativamente aos poderes executivos do Presidente da República, que foram resolvidos sem o apelo à Assembleia Nacional, que, aliás, estava activamente envolvida em todos estes litígios. Factor positivo de todos os conflitos foi que na pequena sociedade crioula de STP os políticos têm a capacidade de resolver conflitos sem recorrer à violência física. A reposição da ordem constitucional por via de negociação com mediação externa no caso dos golpes de Estado de 1995 e de 2003 é um outro exemplo desta capacidade.²⁰

²⁰ Sobre os dois golpes de Estado ver Gerhard Seibert, São Tomé and Príncipe: Military coup as a lesson? 1996, *LUSOTOPIE. Enjeux contemporains dans les espaces lusophones* 1996, págs. 71-80, Paris: Éditions Karthala. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/seibert96.pdf> e idem, The Bloodless Coup of July 16 in São Tomé e Príncipe. *LUSOTOPIE* 2003. Violences et Contrôle de la violence au Bresil, en Afrique et a Goa, págs. 245-260, Paris: Éditions Karthala. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/seibert2003.pdf>

Não obstante, em todos os conflitos os custos políticos e sócio-económicos foram muito elevados. Um destes litígios foi a acima referida demissão do primeiro-ministro Norberto Costa Alegre (PCD-GR) em 1994. Neste caso o governo aceitou contra a sua vontade a decisão do presidente, visto que em 1992 constitucionalistas portugueses confirmaram a constitucionalidade da demissão do primeiro-ministro por decreto presidencial. Um outro exemplo foi o já mencionado braço-de-ferro do presidente com o parlamento no início de 2003. Então chegaram a São Tomé através da comunicação social lusa comentários públicos de constitucionalistas portugueses que desaprovaram como inconstitucional a actuação do presidente. Estes exerciam provavelmente uma certa influência na actuação do presidente. Contudo, como já foi referido antes, o próprio conflito foi resolvido por negociações internas com mediação da primeira-ministra e da presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Um outro conflito anterior foi resolvido com a referida intervenção formal de constitucionalistas portugueses, que produziram pareceres jurídicos, enquanto que num caso seguinte o presidente venceu o braço-de-ferro com o governo depois de um impasse de cinco meses. Vamos ver os pormenores e o contexto político destes casos um a um.

Caso 1

Demissão do primeiro-ministro Daniel Daio (PCD-GR) em 1992

Pouco depois das primeiras eleições democráticas, no início de 1991, surgiram problemas entre o presidente Trovoada e o governo do PCD-GR relativamente aos poderes constitucionais dos dois órgãos de Estado. O PCD-GR, que na altura tinha 33 assentos na Assembleia Nacional, manifestou-se favorável a uma revisão do sistema semi-presidencial da Constituição. O partido contestou os direitos do presidente de controlar a Defesa e os Negócios Estrangeiros, de presidir ao Conselho de Ministros sempre que o entendesse e de demitir o Governo sem consentimento do Parlamento. Em seguida houve divergências entre o governo e o presidente em relação à assinatura de um programa com as instituições de Bretton Woods e várias propostas de negócio estrangeiras para o país. Em Abril de 1992, a oposição organizou uma

manifestação, exigindo a demissão do primeiro-ministro Daniel Daio por este ter aceite as drásticas medidas económicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington. Em defesa do seu primeiro-ministro, o PCD-GR anunciou, a 12 de Abril, que iria submeter ao parlamento uma moção de confiança ao governo.

Em 21 de Abril, os partidos da oposição, MLSTP/PSD e CODO, organizaram mais uma manifestação da população em protesto contra alegados métodos políticos autoritários do governo e contra a aceitação das medidas de austeridade impostas pelo FMI. No dia seguinte, véspera da votação da moção de confiança, Trovoada demitiu o primeiro-ministro Daniel Daio, argumentando que as instituições do Estado não estavam a funcionar bem, que se rompera o diálogo entre o presidente e o chefe do governo e que não havia perspectivas de consenso. Trovoada negou explicitamente que a demissão fosse um ajuste de contas pessoal com Daio, que foi chefe das forças de segurança aquando da sua detenção em 1979.²¹ A demissão do primeiro-ministro foi saudada pelos partidos da oposição, que se declararam prontos a participar num governo de unidade nacional. Porém, o governo resistiu, a pretexto de que constitucionalmente só podia ser demitido por uma moção de censura da Assembleia Nacional. O então ministro da Justiça, Olegário Tiny, denunciou publicamente a demissão de Daio como um golpe constitucional. Finalmente o PCD-GR só aceitou a decisão de Trovoada depois dos constitucionalistas portugueses Marques Mendes Guedes e Vital Moreira se terem deslocado a São Tomé a pedido do presidente e interpretado o texto constitucional a favor da sua posição. Perante o impasse que existia naquela altura em São Tomé e a ausência de uma instância imparcial local para interpretar a Constituição, era lógica é compreensível a iniciativa de recorrer a pareceres de constitucionalistas portugueses, tanto mais que o texto são-tomense é baseado na Constituição portuguesa e da autoria de juristas portugueses.

²¹ Detido pelas forças de segurança do regime em Outubro de 1979, o então ministro Trovoada passou 21 meses na prisão, sem acusação formal e sem julgamento, antes de ser posto em liberdade em Julho de 1981.

Caso 2

Estabelecimento unilateral de relações diplomáticas com Taiwan

Em Maio de 1997, tanto o governo de coligação do MLSTP/PSD e PCD-GR, chefiado por Raúl Bragança (MLSTP/PSD) como a Assembleia Nacional opuseram-se à decisão unilateral do presidente Trovoada de estabelecer relações diplomáticas com Taiwan. Na altura a República Popular da China, desde 1975 um importante país doador de STP, suspendeu as relações diplomáticas com o arquipélago, interrompeu os programas de cooperação e exigiu o reembolso, dentro de 90 dias, da dívida bilateral de STP no valor de \$17 milhões. Em troca pelo reconhecimento diplomático, Taiwan prometeu ajudas de \$30 milhões durante um período de três anos. Trovoada declarou que perante a situação precária de STP, esta ajuda não podia ser rejeitada. Contudo, o governo questionou a competência do presidente nesta decisão e declarou que as ajudas prometidas por Taiwan não podiam recomensar pela perda da cooperação de muitos anos com a China Popular. Desde 1975 Pequim tinha oferecido doações no valor total de \$33 milhões e concedido empréstimos isentos de juros de \$19 milhões. Consequentemente, o governo recusou-se de aceitar ajudas de \$4.3 milhões postas à disposição por Taiwan e proibiu os seus representantes de receber quatro altos diplomatas taiwaneses, enviados para representar o seu país em São Tomé. Durante o empate entre o presidente e o governo existiam até duas embaixadas chinesas em São Tomé. Finalmente, em Outubro o governo retirou a sua oposição ao reconhecimento de Taiwan 'para evitar um conflito aberto com o presidente'. Este litígio político-constitucional foi resolvido graças à chamada *cheque-book diplomacy* dos taiwaneses, que convenceu governo e parlamento da vantagem de aceitar a decisão do presidente.

Foi a revisão constitucional de 2003 que também criou um Tribunal Constitucional em STP, que é composto por cinco juizes, designados pela Assembleia Nacional (Artigo 132, 1). Ao mesmo tempo, mantém-se integralmente a antiga disposição da fiscalização política da constitucionalidade pela Assembleia Nacional (novo Artigo 97 q). É notável que além de STP e Cabo Verde, onde a constituição de um tribunal constitucional está prevista na revisão constitucional de 1999, apenas

nove Estados membros da União Africana tenham nominalmente um tribunal constitucional, nomeadamente África do Sul, Benin, Egípto, Gabão, Guiné Equatorial, Madagáscar, República Central Africana, Seichelas e Togo. Nas Seichelas, também uma pequena sociedade crioula insular, um Tribunal Constitucional existe apenas nominalmente, pois, de facto, é uma divisão do Supremo Tribunal, com os mesmos juizes. De entre os outros pequenos Estados insulares de África, nos Comores a fiscalização da constitucionalidade cabe a um Supremo Conselho da República e nas Maurícias uma Câmara Constitucional do Supremo Tribunal desempenha este papel.²² É obvio que em Cabo Verde e em STP a escolha de constituir um próprio Tribunal Constitucional fosse mais influenciada pelo exemplo da antiga potência colonial do que por considerações da dimensão demográfica, do desenvolvimento sócio-económico do país ou das capacidades institucionais em termos dos recursos humanos e dos meios técnicos e financeiros disponíveis.

Em STP o Tribunal Constitucional ainda não foi implementado apesar de já estar na agenda de trabalhos da Assembleia, que deve preparar uma Lei de instalação do referido Tribunal. O Artigo 156 regulamenta, que enquanto o Tribunal Constitucional não for legalmente instalado, a administração da justiça em matéria de natureza jurídico-constitucional passa a ser feita pelo Supremo Tribunal de Justiça.²³ Enquanto exercer as funções de Tribunal Constitucional, o Supremo Tribunal de Justiça, de três juizes, é composto por mais dois juizes conselheiros, dos quais um é eleito pela Assembleia Nacional e um é nomeado pelo Presidente da República (Artigo 157). Contudo, somente depois de mais do que dois anos e meio após a aprovação da revisão constitucional, em Outubro de 2005, foram empossados os dois juizes conselheiros para integrarem o Supremo Tribunal de Justiça.²⁴ Devido a esta anomalia existia durante meses um vazio

²² Kritzer 2002.

²³ Nota-se que, desde 1991 até à criação de um Tribunal de Contas em 2003, legalmente o Supremo Tribunal de Justiça também funcionava como Tribunal de Contas, porém, na prática nunca exercia estas funções (Guedes et al. 2002:79; Seibert 2001:287).

²⁴ Justino Veiga e José Paquete, nomeados pelo Presidente Menezes e pela Assembleia Nacional respectivamente.

institucional relativamente ao controlo da constitucionalidade o que constituiu na opinião do ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça são-tomense, Pascoal Daio, “em última análise uma denegação de justiça em matéria constitucional na ordem jurídica de STP.”²⁵ De facto, parecia que a nomeação dos dois juizes conselheiros não era uma prioridade na agenda política dos órgãos de Estado em STP.

No início de Novembro de 2004, o Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Silvestre da Fonseca Leite, levantou publicamente a questão da inconstitucionalidade dos Artigos 2, 104 e 185 do Projecto Lei de Revisão da Lei Eleitoral de 1990, que torna o direito de voto um dever obrigatório e sanciona drasticamente os cidadãos que não participem no escrutínio. Na altura o país não tinha tido um Tribunal Constitucional em funcionamento para fiscalizar a constitucionalidade da nova legislação eleitoral, caso esta lei fosse aprovada sem alterações. Neste caso parecia pouco provável que, conforme o Artigo 97 q, a Assembleia Nacional questionaria a constitucionalidade da sua própria legislação.

Este vazio institucional prolongado devido à morosidade da tomada de decisões pelos órgãos de soberania reflecte também o mau funcionamento das instituições em geral e do sistema judicial em particular. Outro exemplo disso é que nos finais de 2000 o Conselho Superior Judiciário, o órgão de autogoverno da magistratura em STP, não se tinha reunido durante mais de dois anos.²⁶ Outros constrangimentos que afectam a justiça são a escassez dos recursos humanos e a falta de meios financeiros. Contudo, não apenas a falta de meios e de pessoal adequadamente formado, mas também a primazia da política, das conexões pessoais e das obrigações mútuas que os juizes mantêm a nível privado numa sociedade pequena e pobre, têm dificultado a implantação de um sistema judicial funcional, imparcial e independente em STP. Apesar da Constituição democrática estabelecer a existência de um sistema judicial independente, na prática os juizes não são necessariamente imparciais, expostos que estão a subornos, a intimi-

²⁵ Comunicação pessoal, 21 de Outubro de 2004.

²⁶ Guedes et al. 2002 :88.

dação política e outros tipos de interferências externas. Em Fevereiro de 2004, o *Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor* do Departamento de Estado norte-americano escreve no seu relatório sobre STP:

*A Constituição providencia uma judiciária independente, porém, o sistema judicial foi frequentemente sujeito a influência ou manipulação políticas. O Governo tem poderes importantes relativamente à judiciária, incluindo a fixação dos salários dos juizes e todos os funcionários da Justiça. Os salários governamentais permaneceram baixos e suspeita persistiu que juizes podiam tentar aceitar subornos...Na prática, a infraestrutura judicial sofreu de constrangimentos orçamentais graves, facilidades inadequadas e a falta de juizes e advogados formados o que causou atrasos de 3 a 9 meses para levar casos para o tribunal e dificultou muito as investigações em casos criminais.*²⁷

Na situação reinante, perante os constrangimentos estruturais do aparelho judiciário e a falta da imparcialidade dos tribunais relativamente ao poder político em STP, o Tribunal Constitucional terá imensas dificuldades em efectuar devidamente a sua tarefa da fiscalização da constitucionalidade. Antes de se realizar um projecto tão ambicioso, tem-se de fortalecer e institucionalizar o Estado de Direito democrático em geral, e a magistratura do país em particular. Guedes (2202:113) diz a este respeito com toda a razão que

...só cultivando o estabelecimento de uma massa crítica de cidadãos empenhados na criação e na defesa de um poder judicial forte e independente, que seja mediador eficaz entre as pessoas e entre as pessoas e o poder público, se pode esperar vir a preencher essa expectativa crescente. Ou seja, quanto mais as estruturas judiciárias se fortaleçam em meios e em mão-de-obra que as habilitem a servir a sua população, mais o Direito fará parte da vida de STP.

²⁷ US State Department. Country Reports on Human Rights Practices 2003. Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor. February 25, 2004

Conclusões

Sem dúvidas, a natureza e certas ambiguidades do sistema semi-presidencial de pendor presidencial têm facilitado vários conflitos entre o presidente e o governo, provocando tensões e impasses políticos que afectaram negativamente o desenvolvimento sócio-económico do pequeno país. Na prática houve uma tendência da presidencialização do sistema, uma extensão do poder presidencial, o que se reflecte também na constitucionalmente duvidosa criação de partidos políticos para defender as posições do chefe de Estado. Contudo, a causa principal dos conflitos não pode ser atribuída ao sistema semi-presidencial por si. De um modo geral, tais conflitos entre os órgãos de Estado resultaram em primeiro lugar da luta pelo controlo dos fundos monopolizados pelo Estado. Por isso, é pouco provável que a alteração do sistema de governação em um semi-presidencialismo de pendor parlamentar pode acabar com os litígios políticos entre os órgãos de soberania. Além disso, relativamente à redução das competências executivas do presidente a revisão constitucional está longe de ser definitiva. A votação ao seu favor na Assembleia Nacional nos fins de 2003 realizou-se numa altura em que a posição de Menezes era fragilizada. Também em 2005 a Assembleia Nacional ganhou nesta matéria. Contudo, o Presidente Menezes espera que depois das eleições legislativas de 26 de Março de 2006, o cenário político seja ao favor do referendo. Também factores da natureza político-regional e a influência dos importantes parceiros bilaterais Nigéria e EUA podem desempenhar um papel neste assunto, a favor dos defensores do modelo presidencial.

Devido ao reduzido grau da cidadização da sociedade civil por um lado e a dependência directa e indirecta de muitos cidadãos de um Estado onnipotente por outro lado, a fiscalização não jurisdicional é inevitavelmente muito pouco desenvolvido em STP. Uma melhor implantação do Estado de Direito democrático, o desenvolvimento do sector privado da economia, e o melhoramento do nível do ensino e da instrução da população podem contribuir para reforçar a posição da sociedade civil. A ausência da fiscalização da constitucionalidade pela Assembleia Nacional deve-se também a fraca implantação dos princípios do Estado de Direito democrático e a debilidade das insti-

tuições políticas e jurídicas. Por outro lado, a inexistência do controlo pela Assembleia também mostra que uma tal fiscalização política não é funcional. Os dirigentes políticos do pequeno país conseguiram resolver todos os conflitos político-constitucionais através de negociações e dentro do quadro constitucional. Apesar dos elevados custos políticos e económicos dos conflitos, a disposição a e capacidade de resolver conflitos por negociações são inestimáveis. Finalmente desde Outubro de 2005 STP tem, conforme o artigo 157 da Constituição, o Supremo Tribunal de Justiça formalmente operacional para exercer o controlo da constitucionalidade. Na situação actual do país e, tendo em conta a sua debilidade institucional, parece inadequado e exagerado de, como está previsto na revisão constitucional de 2003, atribuir tal competência a um próprio Tribunal Constitucional. Pelos menos por enquanto, uma melhor solução no âmbito das realidades, capacidades e necessidades do pequeno país é o alargado Supremo Tribunal de Justiça para assegurar a fiscalização jurisdicional da constitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA

I Encontro dos Ministros responsáveis pela Administração Eleitoral dos Países Africanos de Expressão Portuguesa e de Portugal – Julho de 1994. Volume V. República Democrática de S. Tomé e Príncipe. Constituição, Lei Eleitoral e Legislação Complementar. Lisboa, MAI/STAPE/Edições 70.

DUVERGER, Maurice, *Sociologia da Política. Elementos de Ciência Política.* Coimbra, Livraria Almedina, 1983.

GUEDES, Armando Marques et al. *Litígios e Legitimação. Estado, Sociedade Civil e Direito em S. Tomé e Príncipe.* Coimbra, Almedina, 2002.

KRITZER, Herbert M. (ed.), *Legal Systems of the World. A Political, Social and Cultural Encyclopedia*, 4 vols., págs. 1403-1409, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2002.

República Democrática de S. Tomé e Príncipe (RDSTP), *Colectânea de Legislação 1975 a 1989.* Vols. I-VI. São Tomé, 1991.

SEIBERT, Gerhard, *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Vega, 2001 (2ª edição 2002)

Idem, *São Tomé and Príncipe*. In: Herbert M. Kritzer (ed.), *Legal Systems of the World. A Political, Social and Cultural Encyclopedia*, 4 vols., págs. 1403-1409, 2002, Santa Barbara, ABC-CLIO.

Idem, *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, 2ª edição revista e actualizada, Leiden, Brill Academic Publishers 2006. United Nations Development Programme (UNDP), *Human Development Report 2004*. Nova York.

**PROBLEMÁTICAS DAS SOCIEDADES
ISLÂMICAS AFRICANAS**

“ISLÃO NEGRO” VERSUS “VERDADEIRO ISLÃO” - DILEMA OU SINTOMA DE PERSISTENTE E INJUSTIFICADA DISCRIMINAÇÃO DOS MUÇULMANOS AFRICANOS SUBSAARIANOS?

Eduardo Costa Dias*

Na África Subsaariana, não só as relações entre as diferentes populações muçulmanas nem sempre são, do ponto vista religioso, social e político, “inequivocamente” relações de igualdade, como ainda em certas regiões, nomeadamente naquelas onde muçulmanos negros e muçulmanos ditos de origem árabe partilham o mesmo espaço, essas relações são por vezes de grande conflitualidade.

Na actualidade, de entre os múltiplos exemplos de relações de extrema desigualdade ou de conflitualidade larvar entre muçulmanos, os casos do Darfur (Sudão) e da Mauritânia, pela sua perseverança e extensão, adquirem, cada um à sua maneira, um valor quase emblemático das difíceis relações, em África¹, entre populações ditas negro-muçulmanas e arabo-muçulmanas ou arabizadas.

Trate-se, em ambos os casos, da persistência até aos nossos dias de situações que, em certas regiões africanas, são quase fundadoras das relações desiguais entre africanos negros muçulmanos e africanos árabes muçulmanos. De um lado, populações que por vezes convertidas na mesma época ao islão se distinguem pela suas práticas culturais e religiosas; de outro, populações negróides dominadas por uma elite, no caso do Darfur originária do Nilo e no da Mauritânia do Magreb, árabe ou arabizada que utiliza a sua maior proximidade cultural e religiosa com o presumido “centro” do islão” como instrumento de

* ISCTE, Lisboa.

¹ Neste texto o termo África é empregue com o sentido de África Subsaariana.

dominação, ver mesmo em alguns casos, de sujeição pessoal dos muçulmanos negros².

Estes exemplos, que relevam de uma situação gritante de dominação de uns muçulmanos por outros, retratam bem a situação vivida ainda hoje em algumas regiões muçulmanas de África.

Daí que, aproveitando-se da evidência que foi no passado a ocorrência de múltiplas situações de relações escravocratas³ e da permanência ainda nos nossos dias de múltiplos resquícios dessas relações⁴, alguns autores procuram justificar, por exemplo, a reiterada prática de depreciação das práticas muçulmanas dos africanos pelos defensores de uma pretensa ortodoxia arabo-muçulmana pela ocorrência e permanência de uma “apelante” ideologia racista em relação aos muçulmanos negros⁵.

² Muito embora ambas as situações tenham o mesmo pano de fundo – os resquícios das relações escravocratas, a natureza dos conflitos é bastante diversa. No caso do Darfur estamos da presença de um conflito armado em que milícias de “muçulmanos brancos” (milícias janjaweed) sudaneses procuram desalojar da região as comunidades muçulmanas negras (fur, zaghawa e masaleet); no da Mauritânia trate-se de um conflito “brando” entre o grupo senhorial dos beydanes o servil dos haratines originado pela da permanência de facto de relações de escravatura apesar da sua abolição oficial na década de 80 do século XX. Sobre o caso do Darfur ver, para além dos incontornáveis estudos de Cunnison e Jones (1972) e O’Fahey e Spaulding (1974), Harir e Tvedt (1994) e o atualizado artigo de Willemse (2005); sobre o a situação dos *haratines* na Mauritânia ver, entre outros, Diallo (1993), Ould Saleck (2003) e Villasante de Beauvais (2000).

³ “Au fur et à mesure de l’avancée de la puissance musulmane et de la religion islamique en Afrique Noire, un nombre croissant de royaumes noirs fut accepté dans la maison de l’Islam et ces récits extravagants sur les manières et les coutumes des Africains se firent de moins en moins fréquents. Mais l’idée que les musulmans africains étaient en quelque sorte différents des autres musulmans et que l’Afrique était une source légitime d’esclaves subsista, largement répandue malgré les réfutations (B. Lewis, 1993:83)”

⁴ Ainda hoje, apesar de oficialmente abolida a escravatura, na Mauritânia, no Chade, no Sudão, no Zanzibar (Tanzânia) ou na zonas tuaregue do Mali e do Níger, os “resquícios” das relações escravocratas configuram em bastante as relações de dominação dos “muçulmanos arabófonos” sobre os “muçulmanos negros”.

⁵ Ver, por exemplo, o peso dado à ideologia racista árabe anti-negro na argumentação desenvolvida a propósito dos posicionamentos árabes face à escravatura em Fisher (2001) ou em B. Lewis (1993). Pelo contrário, para autores como Heers (2004) e Pétré-Grenouilleau (2005), a escravatura e o tráfico de escravos não são um produto do racismo - a escravatura é um fenómeno complexo que não tem na sua origem o racismo, ainda que o racismo tenha servido a posteriori de legitimação da escravatura e do tráfico.

Todavia, estes exemplos como quaisquer outros que do mesmo tipo se possam dar, muito embora a sua importância, não reflectem de forma nenhuma as razões mais gerais do confronto de entendimento de práticas religiosas entre defensores de uma pretensa ortodoxia arabo-muçulmana e a generalidade dos muçulmanos africanos. São situações particulares, historicamente contextualizadas, irrepetíveis em outro contexto para além daquele em que ocorrem.

Do nosso ponto de vista, a questão do perseverante desdém pela práticas religiosas dos muçulmanos africanos ultrapassa em muito a relação entre o eventual sujeito racista e o seu objecto e, muito embora o problema da escravatura represente um problema real que ainda afecta, em algumas regiões africanas, as relações entre muçulmanos e seja motivo de desconfiança duradoura dos muçulmanos negros em relação aos muçulmanos africanos arabófonos⁶, não se situa directamente na sequência de nenhuma das formas de escravatura impostas em África pelos arabo-muçulmanos.

Todavia, a desconsideração a que são votadas as práticas religiosas dos muçulmanos africanos negros também não se explica, como o fizeram correntemente muitos autores ainda nas décadas de 70 e 80 do século XX, a partir de um quadro de análise que, retomando o enfatuamento da “extravagância”/“exotismo” das práticas religiosas da generalidade dos muçulmanos africanos pelos autores coloniais dos séculos XIX e XX⁷, tome como verdadeira a existência de uma forma particular de islão praticado pelos africanos negros, o “islão negro”⁸.

Na nossa perspectiva, no essencial, a questão das particularidades de algumas das práticas religiosas dos muçulmanos africanos negros – que, por exemplo, para muitos islamólogos e para os militantes dos

⁶ “In some parts of sub-Saharan Africa there are strong memories not only of Western colonialism but also of the Arab slave trade which dampens any enthusiasm for the more “Arab” forms of Islam” (Hedin, Svanberg e Westerlund, 1999: 25).

⁷ “L’Islam en Afrique noire n’est plus exotique qu’aux yeux de quelques nostalgiques de l’Islamologie et de l’orientalisme coloniaux” (Otayek, 2000:8)

⁸ A expressão “islão negro” tem, para além do quadro estrito em que se formulou - um quadro intelectual e político onde diabolização colonial do pan-islamismo, teorias da islamologia e do orientalismo coloniais e, posteriormente, teorias da negritude se misturaram - repercussões e aceitações tácitas nos actuais movimentos de *da’wa* presentes em África que procuram impor aos africanos o “verdadeiro” islão.

actuais movimentos de *da'wa* (movimentos de “refundação” do islão) em África estão em tudo ao arrepio do “verdadeiro” islão! - inscreve-se directamente nos problemas derivados da multiplicidade de imagens e entendimentos com que os crentes do Islão, uma religião de vocação universal, se defrontam, independentemente do lugar geográfico, desde há muito: policentrismo de orientação e organização, heterogeneidade de representações, polimorfismo nas mediações culturais, fluidez identitária, etc.

1. Policentrismo de orientação e organização, um dado estrutural do islão

O islão é uma religião monoteísta, semita, de vocação universal largamente divulgada em várias partes do mundo sob diversas formas de tal forma que, no seu processo de expansão, ela não só aceitou boa parte das práticas locais como ainda frequentemente se confundiu com elas para ser melhor aceite e tornou-se, na maioria das regiões onde se expandiu, um factor central da vida social, política e cultural.

Por outro lado, o islão, ao contrário do cristianismo, em particular do catolicismo, não construiu em nenhum momento da sua história um qualquer modelo centralizado e hierárquico. Daí que, o universalismo islâmico não se exprima por intermédio de um quadro institucional centralizado único que exerça a sua autoridade sobre conjunto dos muçulmanos.

Como no passado, nos nossos dias a única instituição que parece poder polarizar os muçulmanos é o *hadji*, a peregrinação a Meca. Todavia, a peregrinação a Meca – um dos cinco pilares do islão - é mais um local simbólico de unidade da comunidade dos crentes (*umma*) do que de dominação e não dá só por isso um papel particular a Arábia Saudita, nem lhe permite por si só se constituir como um centro do islão⁹.

A este quadro, potenciador do reconhecido policentrismo de orientação e de organização do islão, deve-se ainda acrescentar que a expansão do islão desde o início foi sendo sempre acompanhada de

⁹ “Mais, le “hajj”, est davantage la manifestation de l’unité de l’“umma”, que celle d’un leadership du monde arabe et de l’Arabie saoudite en particulier” (Coulon, 1976:262).

diferentes recepções da cultura árabe e da própria doutrina muçulmana, de tal forma que podemos dizer sem excesso que, no quadro da *umma* muçulmana - que nos nossos dias abrange perto de mil milhões de indivíduos dispersos pelos cinco continentes, apesar de todos os grupos (sociais, étnicos, culturais) e indivíduos usarem os mesmos signos e códigos, a apreensão dos acontecimentos de maneira diferente é a norma e não a excepção. Isto é, na *umma* muçulmana, não só quanto à vida social, política e cultural, mas também quanto à vida religiosa existe um vasto leque de formas de apreensões das significações dos ritos religiosos e das significações latentes da vida social pelos diferentes grupos e indivíduos.

Contudo, no passado como na actualidade, estas variações de apreensão das significações da vida social, política e económico e dos ritos religiosos não impediram nunca os vários movimentos ditos ortodoxos, de fazerem a sua própria escala de “muçulmanidade” de tal forma que para muitos desses movimentos de “opinião”/muitas dessas vias religiosas, por exemplo, os muçulmanos africanos negros são ainda na sua generalidade pouco mais do que *ould khadem* e a África Subsaariana muçulmana, em vários sentidos, por oposição aos territórios de tipo *Dar al-Islam* (territórios dirigidos por muçulmanos, “casa de Deus”), quase um território *Dar al-harb*¹⁰.

Para múltiplos autores que se têm debruçado sobre esta questão, esta situação de menosprezo dos muçulmanos africanos negros por parte dos movimentos ortodoxos, advém em primeiro lugar do facto da islamização em África, ao só ter convertido à cultura árabe uma pequena parte dos islamizados, ter permitido que a larga maioria dos muçulmanos negros não só não abandonasse na totalidade as formas pré-islâmicas de apreensão do real, como ainda recepcionasse de forma deturpada o próprio facto muçulmano.

Trate-se de uma questão que desde sempre dividiu quer os próprios muçulmanos, quer múltiplos analistas do “facto muçulmano” na África Subsaariana.

De facto, no que diz respeito aos analistas acima referidos, muitos, na matéria específica do problema da natureza das práticas muçul-

¹⁰ *Ould kadem* e *Dar al-harb*, literalmente, respectivamente, “filho de escravo” e “casa da guerra”/território dirigido por não muçulmanos.

manas em África caiem, ainda hoje, frequentemente em uma de duas perspectivas erróneas de análise: ou enfatizam a “peculiaridade original” de cada situação ou tomam cada prática muçulmana específica, sem mais, como mais uma de entre uma “multidão” de casos idênticos que ocorrem por toda a África¹¹.

Do meu ponto de vista, qualquer uma das duas perspectivas, que no fundo acabam por se assemelharem bastante entre si - ambas são a-históricas, ambas partilham a mesma ideia de “inferioridade” religiosa da generalidade dos muçulmanos africanos negros, toma “a nuvem por juno” e esquece, no fundamental, os particularismos de que se revestiu a “exportação” do islão para fora do seu núcleo fundador (grosso modo, a Península Arábica), os graus maiores ou menores de “inculcação” dos preceitos religiosos muçulmanos no quotidiano dos povos islamizados e as contingências históricas porque passou a islamização das diferentes populações africanas.

Tratam-se, pois, de análises que, ao observarem o islão na África Subsaariana por referência meramente à historicidade do islão no seu núcleo fundador e/ou a partir dos seus contornos mais folclóricos com que se apresenta nas várias regiões africanas, deixam de fora, em menor ou maior grau, o modo e o contexto em que a islamização foi feita em África.

De facto, não só não existe uma dita ortodoxia muçulmana, como ainda a “exportação” do islão para fora do contexto cultural do seu núcleo fundador se deve, em grande parte, à não existência efectiva dela¹².

Neste contexto, é pois natural que, para a primeira perspectiva, dado o seu sincretismo originado pela reinterpretação dos valores islâmicos à luz das particularidades culturais, o islão na África seja quase um “não-islão”.

¹¹ Muito embora esta posição continue a ter adeptos nos estudos sobre a realidade das praticas religiosas dos muçulmanos africanos, mais recentemente outros trabalhos - mais sensatamente! - tomam as diferenças de práticas religiosas, não como variações de um “modelo africano de islão” mas sim como variações de “modelos” regionais ou étnicos (modelo suali, modelo senegambiano, modelo fula, modelo nigeriano, etc.).

¹² Mesmo a grande cisão do islão após a morte do Profeta entre sunitas e xiitas se centrou inicialmente, como é sabido, em questões de legitimidade de sucessão e não na compulsão prévia de divergências teológicas ou filosóficas entre grupos.

Na verdade, para todos aqueles que entendem a religião como um corpo de prescrições e de regras neutrais, o islão praticado em África é, na maior parte dos casos, um islão “desnaturado” e os seus praticantes pouco mais do que caricaturas de muçulmanos, isto é, para muitos destes analistas, os muçulmanos em África são, na sua larga maioria, “muçulmanos por fora e africanos - *vide* ‘animistas’ - por dentro”.

Aliás, para muitos destes autores, por exemplo, não só o papel *dos marabouts* e dos comerciantes muçulmanos na expansão do islão em África é, contra toda a evidência dos factos históricos¹³, frequentemente desvalorizado em relação ao dos promotores das *djihads* dos século XVIII e XIX, como as compatibilizações impostas *manu militari* pelas *djihads* dos usos e costumes locais com os textos corânicos são vistas quase como verdadeiros retornos à ortodoxia e o papel das *djihads* na história do islão em África considerado como uma etapa decisiva na caminhada irreversível para um islão “purificado”, isto é, para um islão expurgado do seu fundo cultural africano.

No caso da segunda perspectiva trata-se, para além de um erro grosseiro, quase que só justificável pela persistente “diabolização” no Ocidente do islão, de uma perspectiva desprovida de qualquer interesse analítico já que, como se sabe, entre outros aspectos, a “vitória” da expansão islâmica para fora da Península Arábica se deveu, entre alguns outros factores igualmente importantes, ao facto desta não ser acompanhada de um quadro de preceitos, nomeadamente de comportamentos políticos e sociais, suficientemente prescritivos que, inviabilizando qualquer reapropriação menos “ortodoxa” pelas populações locais colocasse em causa a própria conversão.

¹³ “Se os mercadores muçulmanos devem ser considerados, em muitas regiões da África Tropical, como os primeiros a abrirem caminho para a eventual expansão do Islamismo, aos homens santos e aos mestres que os acompanharam e seguiram, ou a eles próprios no exercício dessas funções, incumbiu a tarefa de consolidarem o processo de conversão religiosa. Largamente separados no espaço e no tempo, estes ‘activistas’ do Islamismo exerceram uma influência notável nas comunidades onde se inseriram e nas quais muitas vezes casaram, tanto pelo ensino e pela prática, como pelos poderes místicos (*baraka*) que invocam e lhes eram atribuídos, e ainda como mediadores em assuntos seculares e religiosos, com a vantagem adicional de serem participantes de uma cultura cujos mistérios, apenas eram desvendados aos letrados” (I. Lewis, 1986:48-49)

Todavia, neste artigo, para além de não se tomar do ponto de vista social, cultural e religioso a África muçulmana como um todo, não se propõe um quadro de análise que, assentando na inventariação dos particularismos étnicos ou regionais, deduza expeditamente relações de causa-efeito entre particularismos religiosos e identidades étnicas ou regionais dos muçulmanos africanos negros.

De facto, o quadro de análise proposto neste artigo está ao arrepio das de novo muito em voga perspectivas “relativistas” que, “reclamando” o retorno ao arquétipo da “originalidade fundadora” de cada formação social africana, “sem querer” desvalorizam as condições políticas, sociais e económicas em que se processou a islamização e, decorrentemente, a própria construção do quadro relacional entre muçulmanos e Estado e se centram na valorização excessiva do papel dos “difusores primordiais” do islão e/ou da importância que teve, na configuração do “corpus religioso” e no facto da forma de recepção e difusão do islão em África não ter permitido separar as práticas religiosas em populares e eruditas.

Ao “enveredarem”, pelo “empolamento” das consequências imediatamente manifestas da natureza específica das diferentes práticas religiosas muçulmanas em África, estas análises subalternizam ou mesmo, em alguns casos, deixam de lado as condições “fundadoras” da construção do quadro relacional entre muçulmanos e Estado e o tipo de quadro societal em que se processou, por exemplo, na última metade do século XIX, a efectiva islamização de vastas regiões africanas: um quadro societal, politicamente marcado pela efectivação da dominação territorial colonial e pela consequente subordinação das autoridades “gentílicas” ao Estado Colonial e, em inúmeros locais e situações, por um indisfarçável jogo de resistência-colaboração com as autoridades coloniais por parte das elites muçulmanas¹⁴ e, social e economicamente, bastante afectado pela “desestruturação” provocada

¹⁴ “The European colonial reactions to Muslims varied from vigorous opposition to pragmatic cooperation. The colonial use of literate Muslims for local administration sometimes contributed to the consolidation and spread of Islam. [...] The attitudes of Muslims towards the colonisers also varied a great deal. Some cooperated and took advantage of colonial rule. Unlike Christianity, however, which was largely associated with the colonial powers, Islam frequently became a religion of resistance, although open revolts were rare” (Hedin, Svanberg e Westerlund, 1999:23-24).

pelo tráfico de escravos promovido pelas “elites” locais, “animistas” ou não, e pelos europeus, bem como pelas novas formas de exploração económica do território implementadas pelas potências coloniais (culturas de mercado, culturas compulsivas, controlo do trabalho “indígena”, trabalho obrigatório, etc.)

2. Islão na África Subsariana: um “mundo” de representações condicionado por uma multiplicidade de mediações

A penetração das ideias religiosas muçulmanas nas populações africanas, é, pelas razões acima enunciadas, limitada, ou melhor, as ideias religiosas da generalidade dos africanos islamizados afastam-se das do “ideal-imaginado” de ortodoxia muçulmana árabe e não afectam em alguns dos seus contornos principais o pensamento “étnico” e “animista” transmitido desde o passado mais recuado de umas gerações para outras.

No essencial, como assinala Nicolas (1978: 348) a islamização não ocasionou a conversão da maioria dos africanos islamizados à cultura árabe e ao espírito estrito dos textos corânicos. Os mandingas, os wolofs ou os fulas são mandingas/wolof/fulas e muçulmanos e não simplesmente muçulmanos.

Em inúmeros contextos islamizados africanos, a preocupação de adequação à “imaginada” ortodoxia islâmica, apesar do desejo sempre expresso e raramente levado à prática de “fazer como os árabes”, não existe e a valorização do substrato cultural étnico continua a ser notória e mesmo no interior dos ramos africanos das grandes confrarias sufistas ou das confrarias de criação africana o quase total monolitismo étnico é uma constante desde o seu aparecimento na região ou a sua criação¹⁵.

As práticas religiosas muçulmanas continuam a ser na África Subsariana, em muitos aspectos, contextuais e locais e a “produção” de identidade a ter uma profunda conotação étnica, ainda que nenhum muçulmano se defina totalmente, na actualidade, como aliás também no passado, no quadro exclusivo do seu grupo étnico.

Por outro lado, em África os muçulmanos, incluindo importantes dignitários religiosos islâmicos, praticam um sincretismo religioso

¹⁵ Na Senegâmbia, por exemplo, a *mouridiyya* é predominantemente wolof, a *tidaniyya* maioritariamente fula e a *qadiriyya* dominantemente mandinga.

donde é difícil separar totalmente, tanto do ponto de vista dos conteúdos das ideias como do da “arquitetura” das práticas rituais, as antigas formas de pensar e agir “animistas” das muçulmanas. Não sendo um fenómeno exclusivo dos africanos, nem mesmo dos muçulmanos, é em vastas áreas do continente africano a forma quotidiana de interpretar as ideias e de as colocar praticamente no saber que regula, gere e implementa os actos culturais, sociais, económicos e políticos. Do passado “animista” a larga maioria dos africanos islamizados guarda todo um conjunto de ideias e de lembranças com o qual reinterpretem o islão.

Isto é, o islão dominante nas várias regiões subsarianas, é, como no passado, um islão de profundas conotações étnicas, de *gris-gris*, de “sede” ainda essencialmente rural e, em graus diferentes conforme as zonas, confrariático¹⁶.

Não queremos com isto dizer que a presença das ideias religiosas muçulmanas não seja importante e que não seja, na actualidade como no passado, um facto incontornável. As ideias religiosas islâmicas alteraram, pelo menos nos seus aspectos formais, as práticas religiosas tradicionais, influenciaram algumas das manifestações culturais e muitas das práticas sociais, económicas e políticas e obrigaram, por exemplo, os africanos islamizados a modificarem as formas como recordam o passado e como colocam a lembrança das pessoas e das práticas a elas imputadas na contemporaneidade do presente¹⁷.

¹⁶ As confrarias sufistas, na actualidade muito presentes em países como o Senegal, a Nigéria, Quênia, Níger e Tanzânia, têm um papel histórico na expansão e configuração do islão em várias regiões africanas e, como sublinha Coulon (1976:263), “funcionam” como verdadeiros pólos de “formatação” e difusão de orientação religiosa. Por outro lado, na diáspora, desempenham um papel não negligenciável no enquadramento e na promoção da solidariedade entre muçulmanos africanos expatriados; veja-se neste aspecto, por exemplo, o papel incontornável que tem a “*mouridiyya*” no enquadramento religioso, social e mesmo económico da diáspora wolof na Europa e nos Estados Unidos.

¹⁷ “The arrival of the Arab warriors in the western Sahara not only led to profound political and social change but also to a cultural change of immense significance for the western Sahara and neighbouring territories. The Arab emigration saw the establishment of Arabic, or more specifically what is known as the Hassaniya dialect of arabic, as the lingua franca of the region. This, of course, not only anchored even more deeply Arabic culture in the western Sahara but also enabled many more people there to have access to works in arabic, on Islamic law and the Islamic sciences and thereby contributing to the islamisation of the territory” Clarke, 1982:30).

Neste último aspecto – um aspecto central da vida social, cultura, política e mesmo económica de qualquer sociedade - todo um conjunto de alterações na recordação do passado são perceptíveis quer no plano da feitura das genealogias e do entendimento da colocação dos ascendentes na histórica mítica de cada uma das sociedades islamizadas, quer, num plano mais geral, no das formas de idealizar o passado nas acções do presente.

Contudo, apesar da islamização, o que podemos chamar à falta de melhor termo de “núcleo central” da ideologia de cada sociedade muçulmana africana não se afasta da continuidade vinda do passado e de todo o conjunto de saberes introduzidos paulatinamente ao longo dos tempos, nos quais o próprio conjunto de ideais introduzidas pelo islão se integra.

As grandes dimensões do saber do passado permanecem “adaptadamente”, não são na sua generalidade tomadas como incompatíveis com as do islão e mesmo que o sejam à partida sofreram um processo de “dissimulação” pelo qual são colocadas formal e correctamente no espírito do islão.

Trata-se de um longo processo de sincretismo religioso, do qual, pela maneira como ele é inculcado nestas sociedades de tradição oral, os próprios africanos islamizados na sua generalidade não se apercebem e que só é questionado por um número restrito de eruditos. O ensino da religião é feito nas línguas maternas¹⁸, só um número ínfimo de letrados conhece razoavelmente a língua árabe¹⁹ e o conhecimento do *corpus* do islão é sempre dado a conhecer por intermediários, geralmente pouco conhecedores eles próprios dos textos

As grandes preocupações na aquisição de conhecimento religioso muçulmano são de outra natureza e prendem-se com a obtenção de um saber sobrenatural que permita, por exemplo, pela adivinhação ou pelos sonhos conhecer os “desígnios” de Alá acerca de assuntos

¹⁸ Uma análise das consequências do ensino da religião nas línguas locais em Brenner e Last (1985)

¹⁹ “Um marabout, même très savant en arabe écrit, ne parlera jamais arabe. Ou bien il le parlera avec un marabout visiteur. Mais il l'évitera, en général, parce que, du fait que l'arabe est écrit, on estime que l'utiliser pour des choses triviales de la vie quotidienne, pour discuter avec sa femme, ses enfants ou ses enfants du temps qu'il fait, et des petits problèmes, c'est abaisser la langue sacrée” (Person, 1985:45).

correntes ou extraordinários da vida social, política ou económica. Uma preocupação que, em muitos aspectos, não se afastadas das tidas antes da islamização e que é compatível, por exemplo, com a prática do esventramento do gado para adivinhar o resultado de determinados acontecimentos, com a adivinhação tendo como suporte um conjunto de figuras desenhados na areia²⁰ ou com o conjunto de cerimónias rituais que, de forma mais ou menos explícita próximas das feitas no passado em memória dos antepassados ou em honra dos totens linhageiros, se continuam a realizar frequentemente em quase todas as sociedades islamizadas africanas, por exemplo, aquando das cerimónias de início da construção de uma nova casa ou da abertura de um novo campo de cultura no mato.

As preocupações com a suposta ortodoxia, na esmagadora maioria dos sociedades africanas islamizadas, resumem-se às tidas pelos jovens que estudaram nos países árabes e que constituem no essencial as “hostes” locais dos movimentos arabófonos de refundação do islão. A sua influência na condução dos assuntos religiosos é, com excepção de situações pontuais que se localizam sobretudo na Nigéria²¹ e nas grandes cidades do Senegal, do Mali, do Burkina Faso e dos países da costa oriental de África, perfeitamente negligenciável²². Na maioria dos casos a intervenção prática das correntes arabófonas raramente ultrapassa o combate contra à dissolução dos costumes morais e o combate verbal pela aplicação das normas morais da *sharia*. O peso social e político destes “neo-arabófonos”, mesmo tendo em conta a progressão significativa das correntes “refundadoras” nas últimas

²⁰ “La forme singulière de divination, qui a pour support le sable, est probablement d’origine non islamique: toutefois, avec le temps, elle a été “islamisée” (Brenner, 1985:7).

²¹ “Nigeria is exceptional in sub-Saharan Africa in that more orthodox forms of Islam are fairly strong there” (Hedin, Svanberg e Westerlund, 1999:25).

²² The new Islamist organisations are stronger in the homogeneously Muslim North Africa than in the religiously more diverse Africa south of the Sahara. In the latter part of the continent the message of Islamists is often branded as “foreign” or “Arab”. and here the Islamist groups are usually quite small. Even the rise of Islamism has weakened Sufism in several aereas, it is still strong enough to counteract efficiently the Islamits challenge, which in certain respects comes hand-in-hand with Arabisation tendencies. In some parts of sub-Saharan Africa there are strong memories not only of Western colonialism but also of the Arab slave trade wich dampens any enthusiasm for the more “Arab” forms of islam” (Hedin, Svanberg e Westerlund, 1999: 24-25).

décadas na África Subsariana, é diminuto e as suas actividades quase que se resumem à gestão de donativos recebidos de algumas organizações muçulmanas internacionais patrocinadoras dos movimentos de *da'wa* e ao ensino num novo tipo de escolas religiosas, as chamadas escolas *arabi*²³. Todos os lugares de prestígio religioso estão ocupados por tradicionalistas das práticas locais do islão ou por dignitários das confrarias; para a generalidade da população muçulmana africana, o único saber prestigioso é o saber dos *marabouts* que combina o dos textos corânicos com o “serviço” tradicional de um “feiticeiro” africano: adivinhação, medicina tradicional, aconselhamento, etc.

Por outro lado, em relação às práticas islâmicas dos dignitários religiosos, o islão praticado pela “massa” dos crentes não é, ao contrário da situação por exemplo no Norte de África ou nos países do Médio Oriente em que existe uma separação clara, na generalidade das comunidades muçulmanas da África Subsaariana, um islão que se possa designar de popular, que suponha uma demarcação clara entre crentes anónimos e elites instruídas, mas sim um islão culturalmente específico que não distingue de facto, no plano da teologia e do entendimento das práticas religiosas, os crentes menos sabedores dos mais sabedores (Brenner, 1985:12-14).

Os dignitários religiosos africanos, na sua esmagadora maioria, não conhecem a teologia islâmica ou dela só têm alguns rudimentos e não se distinguem da “massa” dos crentes pela natureza das relações que têm com as ideias religiosas, mas sim pelo acesso que têm ao conhecimento “escondido”²⁴, isto é, ao conhecimento que permite, por

²³ As chamadas escolas *arabi* são grosso modo as escolas de *madras* existentes em outros países muçulmanos não africanos. Quase desconhecidas até há poucas décadas na generalidade dos países africanos, dispensam um ensinamento mais avançado do ponto de vista da língua árabe, dos textos corânicos e de matérias profanas. Embora o seu número tenha aumentado consideravelmente nas duas últimas décadas em quase todos os países onde os muçulmanos são majoritários ou representam fortes minorias, a sua influência efectiva enquanto veículo de inculcação de novas ideias religiosas é ainda reduzida; são sistematicamente boicotadas pelos professores das escolas corânicas tradicionais.

²⁴ Num plano mais vasto, a dicotomia saber explícito/saber não explícito, insere-se no que poderemos chamar de dialéctica entre a objectivação e a incorporação do saber islâmico africano. Na prática islâmica, embora o saber objectivado tenha um papel não negligenciável (devido aos textos), a incorporação desempenha um papel fundamental, especialmente através da recitação dos textos; objectivação e

exemplo, por intermédio da geomância, aceder à percepção do sobrenatural e ... fazer dele mesmo a sua maior fonte de rendimentos!²⁵.

Um bom exemplo da não separação nítida, nas sociedades africanas islamizadas, entre letrados e não letrados, a “massa” dos crentes, é o fascínio dos talismãs e a importância do tipo de pessoas que os fabrica. Os talismãs ditos islâmicos estão generalizados e os “amuletos animistas” – fabricados, por exemplo, a partir de chifres, dentes ou ossos de animais quase que equivalem, em termos de utilização e prestígio, aos talismãs “mais conformes” com o islão, isto é, aos talismãs feitos de papéis com inscrições de versículos do Corão metidos dentro de pequenas bolsas de cabedal²⁶.

Na larga maioria das comunidades muçulmanas africanas, raros são os indivíduos que não trazem talismãs de tipo muçulmano associados a outros de tipo “animista. Os talismãs “animistas” gozam de uma reputação de eficácia perfeitamente igualada à dos que guardam versículos do Corão, só que a função específica de cada um é diferente: os talismãs islâmicos são usados para prevenir certos acontecimentos ou resolver determinadas situações e os amuletos animistas para outros. Conforme as situações, um dignitário muçulmano” “pode recomendar ou fabricar um ou outro tipo de talismã²⁷.

incorporação coexistem nos rituais. Sobre este assunto preciso ver, entre outros, Brenner (1985:9-34) e Lambek (1993:375-429); sobre a problemática das relações, por exemplo, no oeste-africano, entre islão-poder-conhecimento, ver Brenner (2001).

²⁵ Uma das actividades mais comuns e rentáveis dos dignitários e letrados muçulmanos, em várias regiões africanas, é a de geomância ou, como popularmente é conhecida na África Ocidental, a *maraboutagem*. Trata-se, ao contrário da astrologia que se baseia nas relações e nas influencias naturais entre os astros, de uma actividade de adivinhação que fundada sobre convenções arbitrárias, com uma forte tendência para tomar os desejos por realidades e que goza de grande prestígio e popularidade: “the willingness to accept Islam [em África] rested on the following factors: first, the many points of contact between the religious frameworks [...]; secondly, the prestige of a ‘superior’ culture, whose representatives, being traders, had the goods one coveted; thirdly, the added value accorded to esoteric magic” (Goody, 1971:460). Sobre a geomância e o seu lugar no saber muçulmano africano, ver uma excelente análise em Brenner (1985:78-98).

²⁶ Sobre o problema dos amuletos no islão africano ver, entre outros, Brenner (1985), El-Tom (1987), McNaughton (1993) e Sanneh (1974).

²⁷ “Muslim clerics took over functions of the traditional priests, and even magic became the prerogative of Muslim clerics” (Levtzion, 2000:79).

Os dois tipos de talismã estão perfeitamente integrados em todas as camadas dos crentes muçulmanos africanos²⁸ e as controvérsias que dividem as várias escolas de pensamento islâmico sobre a sua legitimidade e o seu uso são, mesmo entre os letrados mais qualificados, desconhecidas ou totalmente negligenciadas.

Estas e outras “heterodoxias” dos muçulmanos africanos advêm, em grande parte, como frisam Brenner (1985) ou Levtzion (2000), da principal singularidade da forma de acesso aos saberes religioso e prático-religioso: o acesso a estes saberes deve-se sobretudo à tradição oral e não, como se podia pressupor pelo lugar fundamental dado ao Corão no islão²⁹ e como se passa em muitas outras zonas muçulmanas não africanas, à escrita.

Esta forma particular de transmissão das ideias religiosas na generalidade das comunidades muçulmanas africanas, associada à natural tendência das ideias religiosas incorporarem como suas outras ideias tornou, o islão destas populações numa religião “viva” e conjunturalizante e os *corpus* doutrinário e de prescrições do islão em elementos a vários títulos secundários³⁰.

Desta aparente não conformidade entre religião que se reclama do livro e inculcação das ideias religiosas por via da oralidade, resultam também, por exemplo, letrados com características específicas: letrados quase sem papel e livros, que se afastam das tradições verdadeiramente da escrita.

Por outro lado, os letrados deste tipo, não formam, de uma forma geral, em termos de actividades quotidianas, um grupo à parte nas comunidades africanas. São pessoas que partilham tarefas e preocupações idênticas às de todas as outras e que fundamentam o seu

²⁸ Aliás, “a teologia muçulmana é tolerante para com a adivinhação, a magia, a feitiçaria e a bruxaria. Condena seu uso ilegítimo das duas últimas, mas não põe em causa a sua eficácia. E estas actividades místicas conexas, designadas pelos mais variados nomes em língua árabe mas talvez mais vulgarmente por *sihr*, acabaram por ocupar sólido lugar de destaque na herança popular do Islamismo” (I. Lewis, 1986:98-99).

²⁹ “Ce n’est pas le moindre paradoxe de l’islam, civilisation du Livre, donc de l’écrit, que de recourir pour sa transmission à une pédagogie de l’oralité” (Santerre, 1982:337).

³⁰ “La différence essentielle entre une culture orale et une culture écrite tient aux modes de transmission. La première laisse une marge étonnamment grande à la créativité, mais une créativité de type cycle, tandis que la seconde exige la répétition exacte comme condition d’un changement positif” (Goody, 1977: 45).

prestígio intelectual, não tanto no facto de serem capazes de produzir conhecimentos verdadeiramente novos, mas sim no facto de serem capazes de, nos momentos necessários, transmitir oralmente aos outros a (sua) interpretação adequada dos factos.

Estes letrados, assumindo-se raramente como produtores autónomos de saber, arrogam-se, contudo, do estatuto de guardiães legítimos do saber religioso e de maneiras de interpretar o real que lhes foram transmitidos por outros que também já os tinham recebido de alguém num quadro de uma cadeia de transmissão (*silsila*)³¹.

3. “Islão Negro”: uma construção identitário-religiosa dos muçulmanos da África Subsariana?

Como podemos deduzir pela argumentação expressa nos pontos anteriores, a questão da identidade muçulmana na África Subsariana, como em qualquer outro local, é uma assunto que, verosimilmente termos, não pode ser analisado no singular.

Na realidade, pelo seu próprio policentrismo de orientação e organização, pela sua “abertura” a uma grande heterogeneidade de representações e pela polimorfia de mediações culturais que aceita, o islão não só não pode em nenhuma situação produzir uma identidade religiosa universal ou continental, como ainda, não pode deixar de integrar, como elementos centrais das múltipla identidades religiosas grupais com que se dá a ver (étnicas, regionais, confrariáticas, etc.), dimensões das condicionantes históricas e sociais, políticas e culturais atinentes aos diferentes grupos.

³¹ Cada saber para ser considerado legítimo tem de ser recebido pessoalmente e, quando transmitido, deve ser acompanhado da inventariação dos diferentes elos que o levam do narrador até à fonte original. O saber tem de se integrar numa *silsila*, numa cadeia de transmissão que estabelece, pela enunciação dos transmissores, a sua legitimidade: no caso do explícito, tem de se situar na linha normal de transmissão de um geração para outra e no do não explícito tem de fazer apelo ao saber dos mestres, de tal forma que, em muitos casos, a ascendência biológica acaba muitas vezes por ser obscurecida no plano genealógico pela inserção numa “árvore genealógica do saber” na qual ele se encontra assinalado como ramo terminal da “árvore” onde, por ordem inversa de antiguidade no acesso ao saber, aparecem representados, o mestre, o mestre do mestre e os seus discípulos que formaram também discípulos e todos os seus predecessores até ao putativo elemento inicial da cadeia de transmissão (Brenner, 1985:29-30; Lambek 1993:178).

De facto, o islão na África Subsariana, para além de não ser um “não islão”, não é, nem um islão nacional, nem um islão “dependente” do mundo árabe³². As identidades muçulmanas em África são múltiplas e organizam-se à volta de um conjunto imbricado de condicionantes históricas, sociais, políticas e religiosas.

Trate-se, como vimos em vários parágrafos dos pontos anteriores, de uma evidência nem sempre bem aceite/compreendida por todos, muçulmanos e investigadores incluídos.

É nesta incompreensão que, por exemplo, em parte se sustentava a tentativa antiga e que ainda hoje é sedutora para alguns sectores da *da’wa* em África, de, pela valorização de um hipotético traço de união entre várias dimensões específicas com que se apresentam as diferentes práticas muçulmanas na África Subsariana, agrupar numa mesma identidade todos os muçulmanos negros de África, o “islão negro”.

Trate-se, como foi atrás foi dito de uma expressão sedutora que tem, para além do quadro estrito em que se formulou - um quadro intelectual e político marcadamente francófono, onde demonização colonial do pan-islamismo, teorias da islamologia e do orientalismo coloniais e, posteriormente, teorias da negritude se misturaram³³ - repercussões e aceitações tácitas em muitos dos actuais movimentos de *da’wa* que procuram impor aos africanos o “verdadeiro” islão.

Por outro lado, a expressão “islão negro” não releva de qualquer reivindicação de identidade nem de uma efectiva construção intelectual de “negritude muçulmana”.

“Islão negro”, pura e simplesmente, e mesmo muito antes quer da sua recuperação pelas teses da “negritude” como um dos pilares da apologia das culturas africanas e das suas especificidades face ao

³² “Fondamentalement et traditionnellement, l’Islam africain n’est ni un Islam “national”, ni un Islam “dépendant” du monde árabe” (Coulon, 1976:274)

³³ “In the late nineteenth and early twentieth centuries the French openly manifested an aggressive attitude to Islam. Gradually, however, they adopted a more pragmatic view and showed an increased willingness to make compromises. The French colonial regime conceived os “Arab Islam” as fanatic, intolerant and aggressive and preferred more Africanised form of Islam - “l’Islam negrifié”. French scholars such as P. Marty and V. Monteil wrote several books about this “black” or “African” Islam; and during some periods the French colonialists forbid pilgrimages to Mecca in order to protect Senegalese Muslims from becoming “contaminated” by the Arabo-Islamic “infection” (Rosander e Westerlund, 1999:79).

ocidente e do aparecimento da célebre obra de Vincent Monteil (1980), é uma expressão com forte pendor pragmático onde interesses políticos e intenções científicas se misturam e cuja reivindicação por alguns dos actuais movimentos de *da'wa* na África Subsariana remete mais para a sua utilização como *sound-byte* do que para a sua aceitação enquanto efectiva construção identitário-religiosa.

Do nosso ponto vista, aliás a “recauchutagem” da expressão “islão negro” por alguns dos actuais tenores da *da'wa* em África não passa mesmo de uma simples utilização táctica e panfletária, já que como se sabe, não só o termo “islão negro” aponta para o afastamento dos muçulmanos africanos da *umma* como é por eles entendida, como ainda, na sua lógica, os diferentes movimentos de *da'wa* não tomam a África Subsariana como terreno de utilização de programas e de estratégias proselitistas específicos no combate pela “purificação” do islão.

De facto, entre outros aspectos, os actuais movimentos de *da'wa* não são, nem parentes mesmo longínquos dos movimentos de reforma do islão que, durante todo o século XIX, a partir das confrarias sufistas, por exemplo, no Senegal e na Nigéria, “abalaram” estruturas e crenças e redefiniram alguns dos pólos de orientação do islão na África Subsariana até aos nossos dias, nem “criações” intelectuais capazes de reconhecerem as especificidades das diferentes áreas culturais por onde se expande o islão.

Como nos outros continentes, em África, os actuais movimentos de *da'wa*, construídos ideologicamente e suportados materialmente sobretudo por ramos sunitas integristas do Próximo e Médio Orientes, assentam num quadro político e religioso de pan-islamismo “rigoroso” que não dá, ao contrário dos movimentos de reforma do século XIX, margem a qualquer autonomia local.

Por outro lado, a reabilitação (tardia) por algumas correntes de *da'wa* da expressão “islão negro” não deixa de ser, no plano da revisão histórica do termo, paradoxal: fez parte, durante décadas, do arsenal “científico-político” colonial de barragem ao pan-islamismo; foi rejeitado desde cedo pelos reformistas muçulmanos africanos mais iminentes dos três primeiros quartéis do século XX, como foi o caso, entre outros, de Cheikh Touré, ainda hoje uma das grandes referências dos militantes africanos de muitas das correntes de *da'wa* presentes na região da Senegâmbia.

Finalmente, importa reafirmar que a expressão “islão negro” não só, ao supor um “agrupamento” identitário extensivo a um continente marcado por uma grande diversidade de áreas culturais e de modelos de estruturação social, é uma expressão carregada de enganosas imagens desfasadas da realidade, como ainda está em contradição radical com a fluidez identitária que sempre foi apanágio do islão, pelo menos desde que este iniciou a sua expansão para fora do centro fundador, a Península Arábica.

Bibliografia

- BRENNER, Louis, 1985, *Réflexions sur le Savoir Islamique en Afrique de l'Ouest*, Talence, Université de Bordeaux I-CEAN.
- BRENNER, Louis e Murray Last, 1985, “The Role of Language in West African Islam”, *Africa*, 55: 432-446.
- BRENNER, Louis, 2001, *Controlling Knowledge - Religion, Power and Schooling In a West Africa Muslim Society*, Bloomington, Indiana University Press.
- CLARKE, Peter B., 1982, *West Africa and Islam - A study of Religious Development from 8th to the 20th Century*, Londres, Edward Arnold (Publishers) Ltd.
- COULON, Christian, 1976, “Islam Africain et Islam Arabe: autonomie ou dépendance? africanisation de l'islam ou arabisation de l'Afrique?”, *Année Africaine*, Talence, CEAN: 250-275
- CUNISSON, Ian e William Jones (eds), 1972, *Essays in Sudan Ethnography*, Londres, C. Hurst & Company
- DIALLO, Garba, 1993, *Mauritania, the other Apartheid?*, Upsala, Nordiska Afrikainstitutet.
- EL-TOM, Abdullahi Osman, 1987, “Berti Qur’anic Amulets”, *Journal of Religion in Africa*, 3: 224-244.
- FISHER, Humphrey, 2001, *Slavery and the History of Muslim Black Africa*, Londres, C. Hurst & Company.

- GOODY, Jack, 1971, *Technology, Tradition and the State in Africa*, Londres, Oxford University Press.
- GOODY, Jack, 1977, "Mémoire et Apprentissage dans les Sociétés avec et sans Écriture: la transmission du bagre", *L'Homme*, 1: 29-52.
- HARIR, Sharif e Terje Tvedt (eds), 1994, *Short-cut to Decady - The Case of de Sudan*, Upsala, Nordiska Afrikainstitutet.
- HEDIN, Christer, Ingvar Svanberg e David Westerlund, 1999, "Introduction", in Ingvar Svanberg e David Westerlund (eds), 1999, *Islam Outside the Arab World*, Richmond, Curson: 1-35.
- HEERS, Jacques, 2004, *Les Négriers en Terres de l'Islam - La Première Traite des Noirs, VII^e-XVI^e Siècle*, Paris, Perrin.
- LAMBECK, Michael, 1993, *Knowledge and Practice in Mayotte*, Toronto, University of Toronto.
- LEVTZION, Nehemia, 2000, "Islam in the Bilad al-Sudan to 1800", in Nehemia Levtzion e Randall Pouwels (eds), *The History of the Islam in Africa*, Athens, Ohio University Press: 63-92.
- LEWIS, Bernard, 1993, *Race et Esclavage au Proche-Orient*, Paris, Gallimard.
- LEWIS, Ioan, 1986, *O Islamismo au Sul do Saará*, Lisboa, CEPCEP-Universidade Católica de Lisboa.
- MCNAUGHTON, Patrick, 1993, *The Mande Blacksmiths - Knowledge, Power, and Art in West Africa*, Bloomington, Indiana University Press.
- MONTEIL, Vincent, 1980, *L'Islam Noir - Une Religion à la Conquête de l'Afrique*, Paris, Seuil.
- NICOLAS, Guy., 1978, "L'Enracinement Ethnique de l'Islam au Sud Sahara. Étude comparée", *Cahiers d'Études Africaines*, 71: 347-377
- O'FAHEY Rex S. e Jay L. Spaulding, 1974, *Kingdoms of the Sudan*, Londres, Methuen.

- OTAYEK, René, 2000, *Identité et Démocratie dans un Monde Global*, Paris, Presses de Sciences Po.
- OULD Saleck, El-Arby, 2003, *Les Haratins: le paysage politique mauritanien*, Paris, L'Harmattan.
- PERSON, Yves, 1985, “Tradition Musulmane et Tradition Africaine dans la Société Malinké”, in *Cahiers du CRA-Histoire*, 3: 39-46
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier, 2005, *Les Taitres Négreries – Essai d'Histoire Globale*, Paris, Gallimard.
- ROSANDER, Eva E. e David Westerlund, 1999, “Senegal”, in Ingvar Svanberg e David Westerlund (eds), 1999, *Islam Outside the Arab World*, Richmond, Curson: 77-96.
- SANNEH, Lamin, 1975, “The Islamic Education of an African Child: stresses and tensions”, in Godfrey Brown e Mervyn Heskitt (eds), *Conflict and Harmony in Education in Tropical Africa*, Londres, G. Allen & Unwin: 168-186.
- SANTERRE, Renaud, 1982, “La Pédagogie Coranique”, in Céline Mercier-Tremblay et Renaud Santerre (eds), *La Quête du Savoir - Essais pour une anthropologie de l'éducation camerounaise*, Montreal, Les Presses de l'Université de Montreal: 337-349.
- VILLASANTE DE BEAUVAIS, Mariella (8ed.), 2000, *Groupes serviles au Sahara: approche comparative à partir du cas des arabophones de Mauritanie*, Paris, CNRS.
- WILLEMSE, Karin, 2005, “Darfur in War: The Politicization of Ethnic Identities?”, *ISIM Review*, 15: 14-15.

ANALYSE DU CHANGEMENT POLITIQUE DANS LA RÉPUBLIQUE DE DJIBOUTI DE 1992-2005: CONTEXT ET PROCESSUS

Mohamed Abdillahi Bahdon*

Au début de la décennie 1990, deux évènements de portée mondiale occupent la réflexion et l'analyse des Sciences Sociales. Ce sont d'une part ce que Francis Fukuyama a résumé assez rapidement dans *La fin de l'Histoire*¹, c'est-à-dire la fin d'un système politique, social et

* Ph. D. PolITICAL Science, Montesquieu University Bordeaux-IV (France).

¹ Chercheur au Département d'Etat, FUKUYAMA Francis se trouve dans une position d'observateur privilégié de l'évolution des pays de l'Est. Il est l'auteur d'un célèbre article *La fin de l'histoire*, écrit en 1990 juste après la chute du Mur de Berlin et puis d'un livre, *La fin de l'Histoire et le dernier homme*, Paris, Flammarion, 1992. Pour lui, la fin de l'Histoire correspondrait à la fin d'une période de l'histoire sociale et politique dans le monde. C'est la fin d'un système qui a produit des pensées politiques et sociales en opposition à un autre système. Et donc pour l'auteur, c'est la victoire de son concurrent, le système sociopolitique basé sur la démocratie libérale et l'économie de marché. C'est le sens qu'on peut donner au sous-titre «Le dernier homme». Il ne faut pas oublier que le système communiste a connu un dégel à partir de 1985, c'est-à-dire à l'arrivée au pouvoir en ex-URSS de Michael Gorbatchev. Après la clôture de l'Histoire opérée par le communisme selon LEFORT Claude, assiste-t-on à une autre clôture celle de «la démocratie libérale» et le «marché» tout aussi «libéral» à la fin du 20ème siècle ou est-ce seulement un souffle de l'Histoire qui passe selon le même auteur? Voir «Renaissance de la démocratie»? *Pouvoirs* 1990, N°52, pp.5-22.

Mais Fukuyama n'est pas le premier auteur à évoquer une fin de l'histoire. La relecture de l'ouvrage de LEFEBVRE Henri, *La fin de l'Histoire*, édition de minuit, 1970, est aussi intéressante. L'auteur s'appuie sur les thèses marxistes pour expliquer que la fin de l'histoire est la disparition de l'Etat et de la société des classes, éléments caractéristiques de la société capitaliste. Il se livre à la définition de l'Histoire par ce qu'il appelle les 3 F: finitude, qui est la détermination et la limitation du processus, bornes inhérentes aux conditions de ce qui naît dans le mouvement; la finalité qui est une orientation, sens, destination ou destin annoncé, devenir prévisible et finalité qui est achèvement, perfection. Les trois F sont inséparables et nécessaires. Voir aussi JEANNEY Jean-Noël., *La «fin de l'histoire», faribole ou forfanterie?* Vingtième Siècle, Janvier-mars, 2001.

économique, le communisme, et d'autre part la vague de transition dite «démocratique» que beaucoup de pays de l'ex-bloc de l'Est et du Tiers-Monde² ont traversée. Pour cet auteur comme pour les libéraux, la fin du régime communiste est la victoire du régime démocratique et de l'économie libérale, qui s'imposent comme l'unique système politique et socioéconomique dans le monde. Une telle affirmation est simpliste, parce que ces systèmes se fondent sur des facteurs socioculturels, religieux et surtout du facteur temps, qui est très important dans l'analyse des sociétés humaines.

En Afrique, les mouvements de contestation sociale, qui ont lieu dans beaucoup de pays pendant la décennie 1990, sont analysés par certains africanistes comme une demande de transition démocratique. Or c'est confondre deux processus différents. Zaïki Laïdi met en garde contre une telle confusion en affirmant qu'«on a (...) eu tendance à prendre toutes les aspirations à la libération pour des aspirations démocratiques en jugeant transitoire ce que Pierre Rosanvallon appelle la «dissymétrie démocratique», autrement dit le décalage entre le développement d'une contestation politique menée au nom de la démocratie et la construction démocratique, c'est-à-dire la mise en place lente, longue et aléatoire d'institutions et de procédures d'un Etat de droit»³. Ces mouvements de contestation sociale et politique contre le pouvoir central conduisent au moins à des tentatives de changements de régimes politiques dans les pays d'Afrique subsaharienne, suivant ainsi le nouveau discours international, qui insiste sur la démocratie et l'économie libérale. Ces tentatives sont organisées par le pouvoir en place, ou par un nouveau (cas du Coup d'Etat comme au Mali). Tetfasion Medhanie étudie ce qu'il appelle les «modèles de transition démocratique»⁴. L'auteur qualifie d'emblée de démocratique

² Les bouleversements sociopolitiques, qui sont intervenus un peu partout dans le monde, ont été traduits comme des revendications pour la démocratie des peuples soumis jusque là à la dictature et l'oppression de pouvoirs qualifiés d'autoritaires, despotiques ou d'autocratiques. Cependant les diverses situations de contestation n'ont pas forcément les mêmes exigences, même si l'événement commun est la sortie.

³ ZAÏKI Laïdi, *Un monde privé de sens*, Paris, Seuil, p.57, 1994.

⁴ T. Medhanie, *Les modèles de transition démocratique*, Afrique 2000, août 1993, p.61.

un mouvement qui commence à peine à naître dans beaucoup de pays africains.

Quoi qu'il en soit, le changement politique prend une forme et un rythme propres à chaque pays; il est lié par un contexte sociopolitique local (guerre civile, coup d'Etat...). Ainsi certains pays adoptèrent l'organisation d'une conférence nationale comme le Bénin, le Congo, le Gabon, tandis que d'autres se contentent des modèles moyens médiatiques, comme par exemple la reconnaissance d'une opposition politique au régime politique et l'entreprise d'une réforme constitutionnelle. Les différentes études entreprises sur ces points montrent les succès⁵ et les échecs⁶ tant sur le plan politique que sur le plan socioéconomique. Les études sur les mouvements sociopolitiques marquent une période de l'histoire politique et sociale des peuples et des Etats africains. Des nos jours, c'est plutôt le temps des bilans qui occupe l'actualité de la recherche sur les études africaines.

L'objet de cette étude est de présenter un bilan critique du processus de changement politique vers un autre régime politique de la République de Djibouti. Il convient toutefois d'analyser le processus djiboutien dans le temps pour faire ressortir les différents éléments qui ont eu un impact important dans le développement du nouveau régime. La présente étude s'articule autour de deux principaux points, d'une part une analyse du contexte sociopolitique de l'année 1991 et les réformes politiques à la fin de l'année 1992, et d'autre part la mise en place du nouveau régime et la pratique politique institutionnelle.

⁵ En prenant comme critère la prise du pouvoir central par la voie pacifique et surtout par le processus électoral, il y a un changement politique dans certains pays de l'Afrique de l'Ouest comme le Bénin et le Mali, où la compétition électorale a conduit à un changement de président, mais aussi de la composition des parlements; celle-ci a dirigé des négociations pour la naissance d'un gouvernement entre différentes formations, par exemple au Bénin.

⁶ Dans d'autres pays comme le Congo, le Zaïre, le Togo..., l'échec est patent. Des contextes sociopolitiques tendus et l'absence de consensus entre les différents acteurs ont rendu difficile le succès des réformes. Aussi les nouveaux acteurs du jeu politique comme au Congo n'ont pas respecté les règles du jeu démocratique, par exemple en refusant d'organiser des élections. Ce qui a constitué une des causes de la guerre civile dans ce pays.

L'impact du contexte sociopolitique de l'année 1991 dans le déclenchement du processus de changement politique de la République de Djibouti

Tous les pays africains ne connaissent pas les mêmes mouvements de contestation sociopolitique, les situations politiques et les ressources dont disposent les opposants constituent des facteurs à prendre en considération. Par exemple les pays de la Corne de l'Afrique, sauf la République de Djibouti (jusqu'en 1991), sortaient de périodes de grande instabilité politique tant internes⁷ que régionales⁸.

Les conséquences politiques des mouvements populaires des pays d'Afrique de l'Ouest comme le Bénin ou le Mali ne semblent pas préoccuper le gouvernement et en particulier le président Hassan Gouled Aptidon. Ce dernier minimise l'intérêt du changement politique où certains pays se sont engagés à partir de l'année 1990. Au contraire il considère un «effet de mode⁹» la succession de conférences nationales ou de forum organisés pour répondre aux demandes de la société civile. Il faut noter que le président Hassan Gouled Aptidon n'est pas confronté à la même situation politique que certains de ses collègues africains.

⁷ La décennie 1960 est marquée par l'apparition de la rébellion érythréenne en Ethiopie, première rébellion en Afrique. Ex colonie italienne, l'Erythrée est annexée par le pouvoir impérial 10 ans après le vote d'une résolution des Nations Unies qui a confié la gestion de ce territorial à L'Ethiopie. En Somalie, l'apparition du clanisme politique a conduit au deuxième coup d'Etat de l'Afrique postcoloniale en 1969, après celui du Togo de 1967.

⁸ La Somalie et l'Ethiopie impériale, avec un régime communiste à partir de 1979, se sont livrées à des guerres pour une question de frontière mal délimitée. Lors de la constitution de l'organisation de l'unité africaine en 1963 à Addis Abéba, la Somalie et le Maroc sont les seuls pays qui se sont opposés au respect des frontières héritées de la colonisation. Mettant en pratique son discours nationaliste, la Somalie unifiée tente d'intégrer à sa souveraineté des territoires habités par des somalis, mais placés par le processus colonial européen et éthiopien dans d'autres pays. Un de ceux-ci est l'Ogaden, situé au sud-ouest de l'Ethiopie. Les guerres de ces grands pays de la Corne de l'Afrique ont eu des conséquences régionales importantes sur le plan humanitaires, mais aussi socioéconomiques. Elles ont négativement affecté les économies déjà fragiles des pays de la région avec une nette baisse des échanges commerciaux.

⁹ Dans une interview avec un journaliste du journal Jeune Afrique de juillet 1990, le président djiboutien montre son opposition à propos de l'incitation du président français à ses pairs africains pour opérer un changement démocratique de leurs régimes, et parle «d'effet de mode.» Il affirme que le peuple djiboutien sera consulté le moment venu sur ce point.

En République de Djibouti, il n'y a pas des manifestations des opposants politiques¹⁰, de mouvements sociaux manifestes, et donc les demandes de changement ne sont pas exprimées dans l'espace politique comme dans d'autres situations africaines.

Or l'évolution du contexte politique régional, marqué depuis trois décennies par des guerres civiles et des guerres étatiques en Ethiopie et en Somalie, a un impact sur le système politique et social djiboutien. En 1990, le général président Mohamed Syaad Barré a été forcé de quitter le pays, il n'avait plus aucun appui politique tant interne qu'externe, laissant le pays dans une anarchie totale. Quant à l'Ethiopie, par manque d'assistance militaire, les forces gouvernementales perdent le contrôle d'une grande partie du territoire, ce qui facilite l'avancée des rébellions érythréenne et tigréenne vers le centre du pouvoir, Addis-Abéba.

Ce sont deux événements nationaux importants pour comprendre l'instabilité politique à Djibouti au début de la décennie 1990. La fin brutale des régimes autoritaires éthiopien et somalien favorise, d'une part un marché florissant d'armes disponibles à bas prix et d'autre part la fin d'un centre politique, qui a au moins maintenu durant deux décennies la survivance d'un Etat importé ou imposé. Comme affirme fort justement Roland Marshall¹¹, cette situation est une aubaine pour le mouvement afar djiboutien quant à la facilité qui s'offrait à lui pour mener des attaques contre le pouvoir central.

¹⁰ L'absence de manifestations de caractère politique ou social ne peut être traduit par l'absence de forces politiques, c'est-à-dire d'opposants au régime; ceux-ci existent dans le pays, mais n'ont pas de moyens pour s'exprimer, d'autres se sont exilés en Europe.

¹¹ R. Marshall écrit qu' en l'espace de quelques mois, plusieurs difficultés qui avaient miné les tentatives de luttes armées vers la fin des années 1970 (lors de la constitution du Front démocratique de libération de Djibouti) étaient levées: l'armement était disponible en quantité et en qualité; l'effondrement de l'appareil d'Etat éthiopien permettait la constitution d'un sanctuaire accessible sans condition politique forte, la dissolution de la milice afar de la région autonome d'Assab offrait de réelles possibilités de recrutement de cadres expérimentés. *La fin du régime de Mengistu et la situation de la Corne de l'Afrique, L'après Mengistu dans la Corne de l'Afrique*, Relation Internationales, 1993.

Le contexte politique de la Corne contraste avec le reste du continent africain, et surtout l'Afrique de l'Ouest et du Centre, où les changements politiques s'engagent pacifiquement, même si par la suite des guerres civiles éclatent comme au Congo. En République de Djibouti, la conjugaison d'une situation régionale violente de fin de régime et l'éclatement d'une guerre civile djiboutienne constituent, paradoxalement, le déclenchement d'un processus de changement politique.

L'entreprise de changement politique dans un contexte de violence

Conscients du processus de changement qui a lieu dans une partie du continent noir et dans l'Europe de l'Est, certains dirigeants du parti unique Rassemblement Populaire pour le Progrès (RPP) se montrent favorables à un changement du système politique. C'est le cas du député feu Mohamed Ahmed Issa (ministre dans des gouvernements de Hassan Gouled des années 1980); en mars 1990, il propose au comité central du parti gouvernemental, le RPP, "l'instauration de la démocratie à l'instar de ce qui se passe dans les autres pays du continent noir"¹². Cette proposition est rejetée par les membres de cet organe présidé par le Président de la République en sa qualité de Président du parti. Si un tel résultat était liée à la position politique de ce dernier, sa conséquence ne peut être analysée à la mesure du refus ou de l'acceptation, mais plutôt d'un autre point de vue, celui de l'expression d'une différence des membres de l'unique formation politique. Cette proposition montre, si besoin est, la fin d'un consensus autour de la politique du Chef de l'Etat, dont la position faisait autorité pour toute la classe politique gouvernante.

Un tel refus n'augure pas une situation politique meilleure dans le futur immédiat, au contraire sur le terrain elle se dégrade. La Lettre de l'Océan Indien¹³ (LOI) rapporte que des actes armés sont perpétrés

¹² Lettre de l'Océan Indien du 27 mars 1990. Il signe le 17 février avec d'autres personnalités un Manifeste national favorable au multipartisme.

¹³ C'est un organe d'information bien informé, même s'il faut prendre avec précaution et mettre toujours en doute certaines analyses publiées ou les prévisions présentées sur une situation sociopolitique qui évolue. Durant l'année 1990 et le début de l'année suivante, il rapporte une série d'actes perpétrés par des groupes de personnes non identifiées. Avec le recul du temps, on peut établir la relation entre ces actes et l'apparition de groupes organisés armés dans cette partie du pays.

contre tout ce qui représente l'Etat dans le Nord du pays. L'année suivante, cette partie du pays s'installe dans une situation de plus en plus difficile, mais dont la population n'a aucune information sur ce qui se passe, l'information étant contrôlée par le pouvoir central ; il n'y a pas de journaux indépendants.

L'année 1991 est une date charnière dans l'histoire politique récente de la République de Djibouti. En effet, elle marque deux grandes périodes de l'histoire de ce petit pays de la Corne de l'Afrique: la période de «havre de pays» et celle de la «normalité régionale», c'est-à-dire de l'instabilité et du conflit civil. C'est l'année où commence une guerre civile, la première du genre. Des affrontements armés opposent les forces gouvernementales à un front armé, le Front pour la Restauration de l'Unité et de la Démocratie (FRUD) dans le pays afar à partir d'octobre 1991¹⁴. Ces affrontements mettent à jour une opposition qui n'a jamais disparu entre le pouvoir central et les anciens membres des mouvements, comme le Mouvement Populaire de Libération (MPL) et du Front Démocratique de Libération de Djibouti (MDLD). Gabriel Lamarche affirme que le «pouvoir djiboutien, qui avait toujours refusé de prendre en compte ces facteurs de crise, se trouva confronté, dès les premiers mois de 1991, à un premier mouvement armé, l'Action pour la Révision de l'Ordre à Djibouti (AROD)»¹⁵. Le gouvernement n'a pas tiré les conséquences, d'une part d'une situation politique interne qui se dégradait de plus en plus à partir du moment où la rente à redistribuer diminuait, et d'autre part les conséquences des conflits internes des pays voisins. L'apparition de ce front rebelle marque la première étape de la contestation ouverte et violente contre le régime unique et le développement d'une opposition politique. L'une des demandes de ce front est la restauration de la démocratie¹⁶. Le pays a

¹⁴ C'est un groupe qui regroupe des fronts créés et animés par des Afars, anciens combattants et ministres des gouvernements de Hassan Gouled. Le président du FRUD est le feu Ahmed Dini Ahmed, premier ministre de més 1977 à décembre 1977. Après avoir démissionné, il a créé un parti politique; il est arrêté et puis libéré sans jugement. Certains fronts existent depuis plus de 20 ans. Voir A. Coubba, *Djibouti: une nation en otage*, Paris L'Harmattan, 1993.

¹⁵ G. Lamarche, *Djibouti: la fin des beaux jours*, Politique Etrangère, Eté 1993.

¹⁶ Le mot restauration est mal utilisé, il ne reflète pas dans le contexte djiboutien une revendication sérieuse de l'existence de la démocratie. Les dirigeants politiques confondent bien souvent la courte période de pluralisme politique qui a précédé

connu à partir de 1981 l'institutionnalisation du régime de parti unique et donc le refus de toute opposition politique.

En automne 1991, l'intensité des affrontements est si forte que la situation nouvelle sociopolitique que vit le pays ne peut être occultée à population. Les parties se sentent convaincues de leur position, le discours dans un camp comme dans l'autre est si radical qu'aucune négociation n'est possible. La voie militaire s'impose comme le moyen de résoudre le problème politique et la rareté de ressources sociopolitiques. Avec une maîtrise du terrain et la position d'armes légères suffisantes, la guérilla afar contrôle les deux tiers du territoire, mais non le centre de décision politique et économique, c'est-à-dire la capitale.

Dans une telle situation, le Président de la République, Hassan Gouled, se tourne vers la France pour activer les accords dit «d'assistance et de défense à la République de Djibouti», signés quelques mois avant l'indépendance en 1977. Cependant, et suivant une interprétation française, cette assistance¹⁷ ne peut être effective que si l'agresseur est un pays étranger. Pour le dirigeant djiboutien, le FRUD représente des intérêts étrangers, autrement dit c'est une organisation étrangère. Dans ses discours, il parle de «bandits» à propos des rebelles afar. La France refuse l'application de ces accords en argumentant que «la rébellion afar était un phénomène interne»¹⁸, et donc un tel phénomène ne constitue pas une des causes de l'application de ces accords.

l'indépendance du pays. Il n'y pas de démocratie dans une situation coloniale à partir du moment où les citoyens ne sont pas libres et que ceux qu'ils élisent ne décident rien sur le futur du pays. Au contraire, il est conforme à tel contexte de demander la démocratie, c'est-à-dire créer les conditions politiques et sociales du pluralisme dans la société, de l'organisation d'un cadre favorisant l'opposition des programmes politiques, la compétition et le respect des règles du jeu politique.

¹⁷ On ne peut oublier le contexte géopolitique des accords d'assistance et de défense. En effet l'ancienne colonie française de la Corne de l'Afrique est un territoire convoité par la Somalie et par l'Éthiopie. Et d'ailleurs son indépendance est plus négociée avec ces deux pays qu'avec seulement les acteurs locaux. Il fallu attendre l'arrivée au pouvoir en Éthiopie d'un régime communiste pour que le futur de celle-ci se débloque. La révolution a lieu en 1974 et l'indépendance du Territoire Français des Afars et des Issas intervient en juin 1977, soit trois ans après. Dans son analyse sur la période de la lutte pour l'indépendance, un des anciens leaders indépendantistes, Aden Robleh Awaleh, reconnaît dans son livre *Djibouti, clé de la Mer rouge*, Paris, Caractères, 1986.

¹⁸ R. Marchall, Mitterrand, *Djibouti, et la Corne de l'Afrique*, Politique africaine, juin 1995.

Cette attitude du gouvernement français est un signe de changement symbolique dans les relations avec certains régimes politiques africains. Or, suite à ce refus, une crise naît entre les deux capitales. Le président djiboutien durcit le ton envers le gouvernement français. Selon Lemarche, la France suspend l'activité de ses coopérants, c'est «un signal politique aux autorités djiboutiennes». En 1993, le gouvernement de Balladur réduit, voire, suspend l'aide budgétaire française. Le président accuse un soutien indirect des militaires français aux rebelles du FRUD¹⁹.

L'intensification des affrontements armés a des conséquences politiques et sociales sur les populations civiles du Nord du pays; celles-ci quittent les villes, se réfugient en Ethiopie. Au niveau politique, il y a un durcissement du pouvoir djiboutien. Les affrontements qui continuent et le durcissement du pouvoir renforcent la position des contestataires de l'intérieur, membres du gouvernement et députés à l'Assemblée Nationale comme initiateur de ladite proposition d'ouverture politique, mais aussi ceux de l'extérieur, notamment les exilés qui vivent en Europe. L'émergence²⁰ de ce front ouvre donc une brèche dans le monolithisme politique instauré par un homme et sa formation politique, seule formation politique reconnue dans le pays depuis 1981. De nombreux opposants connus tant à l'intérieur qu'à l'extérieur²¹, mais qui n'avaient pas le moyens de s'exprimer, n'ont pas manqué de prêter leur voix à la contestation politique dans la capitale. La guerre, et donc la fin du «havre de paix»²², donnent l'occasion à ces derniers²³ de s'exprimer dans le pays par de manifestations multiformes. Mais le pays n'a pas connu de grandes manifestations populaires à l'image de ce qui s'est passé dans d'autres pays africains. On peut donc affirmer

¹⁹ Les militaires français sont déployés sur le terrain officiellement pour une raison humanitaire. Ils devaient assister les populations sinistrées.

²⁰ A. Coubba, *Djibouti, une nation en otage*, Afrique politique, Paris, L'Harmattan, 1993.

²¹ Le Chef de l'Etat nieait l'existence d'opposants qui appelaient au boycott des élections législatives et présidentielles qui avaient lieu simultanément en avril 1987. Voir AFP, avril 1987.

²² «Havre de paix» est une expression hautement symbolique utilisée par les autorités nationales pour marquer une différence avec la situation politique interne que vivaient les pays limitrophes comme l'Ethiopie et la Somalie.

²³ Comme dit J. J. Raynal, les courtisans de la veille se réveillent au matin opposants et face au vide du pouvoir, tout n'est pas aujourd'hui qu'opposition, op cit.

que l'action militaire menée contre le pouvoir central a été «salutaire» pour une partie de l'opinion jusque là étouffée par un système politique mis en place en 1979. La multiplication des mouvements²⁴, de façon anarchique dans le tissu social, et les défections de certains membres du gouvernement et du parti unique montrent bien l'autoritarisme d'un pouvoir présidentiel depuis l'indépendance²⁵. Cela démontre aussi la fin d'un mythe politique: la construction de l'unité nationale par un seul parti, qui tournait presque à la "déification"²⁶ d'un homme.

Si la France a refusé de prêter une assistance militaire dans la guerre contre le FRUD, la situation d'instabilité politique ne la laisse pas indifférente. La France est le parrain extérieur. C'est par une demande d'aide militaire qu'elle entre dans le jeu politique national à un moment de crise politique grave. La République de Djibouti fait partie de ce pré carré qu'il faut gérer, surtout dans cette période de troubles militaires, qui touchaient toute la Corne de l'Afrique pour une fois au même moment. Aussi l'instabilité politique d'un pays qui se trouve dans une position stratégique est plus dangereuse que celle d'un autre. Sa réaction était attendue tant par l'opposition que par le pouvoir, mais pas dans le même but. A un moment de changement politique dans les relations entre l'ex-métropole et les Etats postco-

²⁴ Comme une compétition ouverte à tout le monde, sans règles, du jour au lendemain, des groupuscules ethniques et claniques se créent et se lancent dans l'arène clanopolitique. En fait, ces petits mouvements qui émergent en surface entre 1991 et 1993, existaient déjà dans le territoire et dans les pays limitrophes comme la Somalie. D'ailleurs, la nouvelle scène politique djiboutienne à partir de 1991 rappelle beaucoup celle de la Somalie, où le clanisme politique s'exprime sur le terrain de la violence dans le vide du pouvoir central.

²⁵ En effet, le nouveau président de la République, élu par la Chambre des Députés (ancien nom du parlement monocaméral), adopte le 6 juillet 1977 un décret présidentiel par lequel il s'auto-attribue le titre de Chef de gouvernement. Acte qui a surpris la classe politique nationale, transformant le Premier ministre, selon l'expression de André Laudouze, de «premier des ministres», il n'a pas de pouvoir constitutionnel comme son homologue français.

²⁶ Comme premier Président de la jeune république, il bénéficie d'une légitimité politique et historique. Mais celle-ci s'érode avec les dégradations socio-économiques que connaît la population. Ses détracteurs ne manquent pas de montrer les dysfonctionnements du système sociopolitique, mis en place et contrôlé, selon eux par le Chef de l'Etat. Ses partisans vont s'acharner à démontrer bien évidemment le contraire, jusqu'à même le placer au-dessus des hommes pour marquer sa spécificité. Il est considéré comme un homme providentiel pour le pays et la population. D'ailleurs, les chansons du groupe de musique du parti unique font l'éloge du personnage par exemple en disant que "nous allons là où tu nous indiques, Papa Gouled".

loniaux africains, la politique djiboutienne de la France est appelée à renouveler ses objectifs et son discours. La crise politique et le conflit interne lui donnent l'occasion de la réorienter par exemple sur le thème de la démocratisation en vogue à cette époque-là, sans oublier le règlement du conflit armé entre les deux belligérants.

Après de nombreuses discussions²⁷ entre responsables djiboutiens et conseillers français, qui ont manifesté différentes positions du côté français²⁸, une rencontre au sommet entre François Mitterrand et Hassan Gouled²⁹ a lieu à Paris; elle met fin à la crise entre les capitales. Le dirigeant djiboutien s'engage à libéraliser le système politique local à sa manière, c'est-à-dire le rejet de la conférence nationale et toute mode en vogue sur le continent. Sans attendre un quelconque conseil de la part des conseillers français, il indique dans un discours de novembre 1991, soit un mois après le déclenchement des affrontements armés entre les deux parties au Nord, la voie qu'il a choisie pour opérer les changements nécessaires dans la vie politique en affirmant que: «à une date ultérieure, je consulterai le peuple djiboutien par la voie du référendum ou de la simple consultation populaire sur les changements à apporter dans le domaine politique, notamment par une représentation au sein des assemblées ainsi que la création d'organismes davantage rapprochées des populations³⁰.» Ce dernier résume dans

²⁷ R. Marshall, (Mitterrand, Djibouti et la Corne de l'Afrique, Politique africaine, juin 1995) et G. Lamarche analysent bien les rapports entre les deux capitales pendant cette période.

Les discussions entre les responsables connaissent des hauts et des bas, tant du côté français où les négociateurs se succèdent à la force des conseillers de la cellule africaine de l'Elysée, que du côté djiboutien.

²⁸ Les différentes positions françaises tenait l'opposition entre la cellule africaine de l'Elysée et le ministère des Affaires Etrangères. Le Secrétaire d'Etat aux Affaires Etrangères A. Vivien a exigé une démocratisation du régime comme les autres pays alors que P. Dijou, Directeur des Affaires politiques africaines et malgaches au Quai d'Orsay, ami de Jean-Christophe Mitterrand, conseiller auprès du Président Mitterrand, n'est pas un enthousiaste de conférence nationale pour introduire des réformes politiques. Pour ce dernier, on ne peut pas imposer un modèle de changement politique aux régimes africains.

²⁹ Il faut rappeler qu'il a utilisé les relations «d'amitié politique» qui existaient entre les deux hommes dans les années 1960, quand Mitterrand était encore un opposant.

³⁰ La Nation (journal gouvernemental) du 27 novembre 1991.

une formule lapidaire le sens de la guerre et des problèmes politiques qu'elle a créés par l'attribution de postes au gouvernement³¹.

Le processus de changement politique commence donc par la violence.

Ce discours reflète un changement de la politique du côté des autorités djiboutiennes. Sachant qu'il va contrôler le processus de changement, «imposé» par une situation militaire et par la diplomatie française, il accepte de négocier avec les rebelles, mais pose des conditions dont l'un des points importants est l'absence de tout intermédiaire entre les deux parties. Toutefois, il y a eu des tentatives de rapprochement entre les deux parties par la diplomatie française, celle de l'Éthiopie et celle du Yémen. La guerre civile continue avec moins d'intensité; après différents cessez-le-feu négociés, les forces gouvernementales ont pu reconquérir une partie du territoire occupé par le FRUD.

Sur le terrain le conflit continue, mais cela n'empêche pas que l'idée d'instaurer un changement institutionnel et politique soit désormais acquise. A cet effet, dirigeants politiques et opposition civile de l'intérieur s'accordent à mettre en place un processus. A partir de là la question qui se pose est double: quelle méthode adopter? Quel sera l'agenda des réformes? Ce sont des étapes importantes pour le passage d'une situation à une autre.

Méthode et agenda du changement politique: la lutte pour le contrôle du processus de changement entre les deux parties

A ce moment là, les deux méthodes qui s'imposaient au président de la République sont: la dialogue avec toutes les forces politiques anciennes et nouvelles, armées ou civiles, ou continuer avec la voie autoritaire, c'est-à-dire ne pas dialoguer et imposer un changement institutionnel; ce qui est différent d'un changement politique. Le dialogue peut entraîner une ouverture du système politique, puis de

³¹ Entretien avec la Revue Le Courrier ACP-CEE, N°174, mars-avril 1999. Pendant nos négociations, dit-il, avec le FRUD, nous avons compris qu'ils voulaient des postes au gouvernement”.

l'organisation d'une conférence nationale comme le Bénin ou le Mali, et enfin aboutir à l'organisation d'élections pluralistes et libres.

Après avoir reconnu la dégradation de la situation politique du pays et surtout les difficultés qu'il a eues pour avoir le soutien militaire français, le Chef de l'Etat réagit sur le plan politique. En maintenant son exclusion de tout contact avec l'opposition armée, il favorise un processus timide sur le plan législatif. Une loi d'amnistie a été votée par l'Assemblée Nationale, ce qui a permis le retour des exilés politiques comme Aden Robleh Awaleh³². Mais l'opposition demande la tenue d'une conférence nationale et la constitution d'un gouvernement d'union nationale à l'image du modèle des pays. Le pouvoir la rejette et choisit une autre voie: le recours aux travaux d'un groupe de personnalités. Il nomme une commission consultative constitutionnelle, chargée de lui faire des propositions de réformes, essentiellement constitutionnelles. Celle-ci est constituée en majorité par des proches du pouvoir. L'origine professionnelle de ses membres est variée; on trouve des hommes politiques, des hommes d'affaires, des représentants du monde religieux³³. Elle est dirigée par le Président de l'Assemblée Nationale. Certains leaders de l'opposition ont contesté sa composition. Sa constitution et l'objectif, qui lui a été assigné, montrent l'attitude d'un pouvoir fort, qui se renforce dans l'après réforme institutionnelle. Il impose des réformes et contrôle de manière ferme l'évolution politique et sociale du pays. Les séances de travail de la commission sont marquées par de fortes divergences entre les participants. Selon la Lettre de l'Océan Indien, l'avant-projet ne fait pas l'unanimité des membres de ladite commission. Cet organe d'information rapporte le refus de deux membres, le procureur général de la République et un

³² Aden Robleh Awaleh a quitté avec l'aide d'amis militaires le pays après son expulsion du parti gouvernement en 1986. Arrivé en France, il critique le régime de parti unique, crée une organisation politique avec d'autres personnalités djiboutiennes.

³³ Les relations que le pouvoir entretient avec les représentants de ces deux milieux lui sont tellement favorables, parce que le pouvoir autoritaire contrôle tout, c'est un tout, donc totalitaire. L'élite économique n'est pas indépendante de l'élite politique, quand elles ne se confondent pas, le contrôle de l'une sur l'autre et le soutien mutuel des membres favorisent une certaine identité des intérêts. La participation de l'élite économique à la commission est une manifestation concrète des relations étroites qui existent entre hommes d'affaires et hommes politiques. Ce n'est pas un fait propre aux systèmes sociaux africains; on en trouve ailleurs dans le monde. Il faut noter l'absence de tout représentant de la société.

avocat djiboutien, à participer aux travaux de celle-ci du fait du désintérêt des autres membres à débattre de leurs amendements. L'intervention de Paul Dijou, conseiller du Président François Mitterrand pour les questions africaines auprès de ces derniers pour réintégrer la commission, n'a en rien modifié leur position³⁴.

Le rapport des travaux de ladite commission est remis au Président de la République, qui est le seul à tirer personnellement une conclusion. Il est le seul à décider de la suite à donner à un tel texte.

Dès lors, tant la fixation de la date de consultation de la population (dont a fait allusion le président de la République dans son intervention du 27 novembre 1991) que les questions soumises au débat de ladite commission, relèvent exclusivement des détenteurs du pouvoir. Les propositions de l'opposition, tolérée pour le moment dans le cadre d'une timide libéralisation politique au moins sur le plan du discours, sont rejetées, comme par exemple l'existence d'un Premier ministre³⁵ qui dispose des pouvoirs constitutionnels et politiques, à l'image des régimes parlementaires ou semi-présidentiels comme la France. Ils proposent un bicéphalisme réel de l'exécutif. Le fait de doter le deuxième personnage du gouvernement des pouvoirs constitutionnels répond à un souhait de l'opposition naissante: la redistribution des ressources politiques et les prestiges liés au titre de chef de gouvernement. Cette opposition est menée par d'anciens ministres, comme feu Mohamed Djama Elabe, Mohamed Ahmed Issa, Aden Robleh Awaleh, Ahmed Dini, qui dirigent ou militent dans des mouvements politiques, armés et/ou civils.

La commission consultative constitutionnelle remet son rapport final, qui est en fait un projet de réforme constitutionnelle. Par un discours radio-diffusé le 27 juin 1992, jour de l'indépendance du pays, Le Chef de l'Etat s'adresse à la population. Le principal point politique

³⁴ Lettre de l'Océan Indien du 21 mars 1992.

³⁵ Les opposants voulaient un Chef du gouvernement, responsable devant l'assemblée nationale, donc en quelque sorte un partage du pouvoir au sommet de l'Etat. Cette demande est une stratégie politique de celle-ci qui espérait un Premier Ministre nommé dans ses rangs, en cas de réponse favorable à leur demande. Un tel cas de figure s'est produit dans d'autres pays africains à la même époque.

de cette intervention est la convocation de l'électorat pour un référendum le 4 septembre 1992 sur l'adoption d'une nouvelle constitution et l'instauration d'un multipartisme. Malgré le rejet des propositions de certains membres de la commission consultative, considérés comme soutiens de l'opposition, l'opposition civile appelle au vote du projet constitutionnel. Quant au FRUD, il lance un appel au boycott. Pour son président, ce référendum «n'était qu'une simple gesticulation du pouvoir destiné à justifier, aux yeux de l'opinion publique internationale, la mise en œuvre d'une Constitution, à la mesure du parti unique qui règne dans le pays, depuis quinze ans, par le fer et le feu³⁶». Deux questions sont soumises aux électeurs:

1° Approuvez-vous le projet constitutionnel³⁷?

2° Approuvez-vous le multipartisme limité à quatre partis?

Selon les chiffres officiels publiés par le ministère de l'Intérieur, qui ne prennent en compte qu'une partie des citoyens des régions non touchées par la guerre, la capitale, sa région et une ville du Sud-Ouest, Ali-Sabieh, 96,84% des électeurs approuvent ledit projet, qui est aussi la plus importante des deux questions du référendum³⁸. Quant à la deuxième, 96,79% se prononcent favorablement. Cependant dans le contexte sociopolitique de 1991 et 1992, marqué par les affrontements militaires qui continuent toujours dans le Nord et le Sud-Ouest du pays, l'organisation d'une consultation sur le devenir constitutionnel

³⁶ Entretien avec Ahmed Dini Ahmed. La longue marche des afars, Politique étrangère, hiver 1993, pp. 164-183..

³⁷ Le projet constitutionnel soumis au peuple est une constitution libérale par rapport aux Lois Constitutionnelles, qui ont été votées progressivement entre juin 1977 à février 1981. En effet, dans le nouveau texte, des libertés fondamentales sont reconnues aux citoyens, le titre II y est exclusivement consacré. Mais la constitution ne se limite pas seulement à une reconnaissance théorique. Il est prévu des institutions et des mécanismes qui les garantissent, comme par exemple le conseil constitutionnel, et surtout l'art.80 de la constitution qui prévoit la possibilité pour un justiciable de soulever la question de l'inconstitutionnalité d'un texte de loi ; l'affaire est transmise par la Cour Suprême, quand elle juge qu'il y a lieu de consulter cet organe pour la conformité de ce texte à la constitution. Et l'institution compétente est le conseil constitutionnel.

³⁸ Les habitants des villes du Nord, Tadjourah et Obock et les villages, situés à la frontière, se sont réfugiés en Ethiopie. Et au moment où avait lieu cette consultation, ils étaient encore en territoire éthiopien, puisque la guerre n'était pas finie. Et les deux chiffres, qui sont dans notre étude, sont ceux de l'administration du ministère de l'Intérieur. Donc nous les prenons avec la prudence qui s'impose dans l'interprétation à faire sur le plan sociopolitique.

du pays est une opération politique détournée; elle répond à un calcul politique d'un noyau dur des dirigeants proches du président, empressés de se maintenir au pouvoir. Il faut savoir que tous les partisans du parti unique et donc du système en place ne peuvent pas tous tirer profit de la nouvelle «donne politique». Dès lors, les résultats ne peuvent surprendre personne, la présence d'observateurs étrangers³⁹ ne change en rien le déroulement du processus engagé et du programme politique du pouvoir, et la stratégie mise en place par les tenants du système politique.

La nouvelle constitution est un texte différent sur le plan formel et par son adoption. C'est une constitution libérale conforme au «temps politique» que vivent l'Afrique et le monde⁴⁰. C'est un long document composé de 96 articles, où on note des nouveautés institutionnelles comme l'institutionnalisation du pouvoir de la justice (Titre VII), la création d'un conseil constitutionnel (Titre IV). Mais le point le plus important est la reconnaissance des droits et des libertés de la personne humaine (titre II), en cela c'est une avancée par rapport à la situation politique antérieure. Cependant, il n'y a pas de garantie de ces droits et libertés. Mais la forme du gouvernement est maintenue avec un pouvoir exécutif bicéphal (président de la République, qui est aussi chef du gouvernement et premier ministre); le président de la Républi-

³⁹ Ces observateurs, qualifiés par certains opposants comme des pèlerins électoraux, sont en fait dans leur majorité des parlementaires nationaux ou du parlement européen, il y a aussi des représentants d'organisations gouvernementales, comme l'OUA, La Ligue Arabe... Ils sont invités par le pouvoir en place le plus souvent à la suite d'une demande insistante de l'opposition, qui a peur des fraudes et autres malversations durant le jour de l'élection. Ces derniers n'ont ni les moyens, ni la faculté de vérifier les opérations qui précèdent l'acte de voter, de mettre un papier dans une urne. Ils répondent juste à une demande de leur parlement d'origine ou de leur organisation. L'observation des élections nationales, générales le plus souvent, est une question très sensible pour un gouvernement et c'est ce qui explique en partie la limitation du rôle de ces derniers en Afrique ou ailleurs dans le Tiers-Monde.

⁴⁰ Il est redondant de répéter que la fin de la décennie 1990 marque un tournant dans l'histoire politique de beaucoup de sociétés étatiques. Ce tournant se caractérise par le passage d'un régime politique à un autre et théoriquement les pays du sud à parti unique adoptent le libéralisme politique formel dans un premier temps par l'adoption de constitutions qualifiées de libérales par les juristes constitutionnels par le seul fait que les rédacteurs introduisent la reconnaissance de l'opposition et la compétition électorale pour accéder au pouvoir.

que est élu pour un mandat de 6 ans au suffrage universel direct et au scrutin majoritaire à deux tours; il ne peut briguer que deux mandats, suivant une des nouveautés du nouveau constitutionnalisme africain des années 1990. Le poste de Premier ministre est conservé avec les mêmes attributs que dans le cas l'ancien régime, c'est-à-dire qu'il n'est autre que «le premier des ministres⁴¹» du gouvernement. Le premier ministre et les ministres sont responsables devant le président; ils n'ont pas une responsabilité politique. Le parlement est monocaméral, l'assemblée nationale, composée de 65 députés, est élue pour un mandat de 5 ans au suffrage universel direct au scrutin majoritaire à deux tours. L'Assemblée Nationale a le droit d'interpeller les membres du gouvernement, qui sont aussi des députés, par des questions orales ou écrites. En outre et à la différence de l'assemblée d'avant 1992, elle a le droit de créer des commissions d'enquêtes parlementaires. Le président de la République est le personnage central de la vie politique du pays, il y a concentration du pouvoir politique en sa personne. Elle pose un cadre aux relations entre les pouvoirs exécutif et législatif dans le titre VI. Cependant plus qu'un cadre novateur des rapports politiques, elle délimite les compétences de ces pouvoirs et particulièrement du pouvoir législatif. Il y a un renforcement du rôle du pouvoir exécutif. Les pouvoirs du président de la République sont renforcés, en effet celui-ci partage l'initiative parlementaire avec les députés (art.59). Cette constitution remodèle un peu un régime présidentiel fort, qui a vu le jour le 6 juillet 1977, quand le président⁴² de la République, élu par l'ancienne chambre des députés (nom donné à la chambre parlementaire durant la période coloniale), prend un décret présidentiel par lequel il s'autoproclame Chef du gouvernement, ouvrant ainsi la voie à la concentration du pouvoir politique et marginalisant politiquement le Premier ministre.

⁴¹ L'expression est d'André Laudouze, Djibouti, Nation carrefour, Karthala, 1989. L'existence de ce poste répond en réalité plus à un équilibre politicoethnique qu'à des rapports politiques depuis l'indépendance du pays en 1977, ce qui rend difficile au président de la République de nommer une personne du même groupe ethnique que lui. Au même titre que les ministres, il est chargé d'un portefeuille ministériel. Ce n'est que depuis 2001 qu'il joue le rôle de coordinateur des ministres.

⁴² Le président Hassa Gouled Gouled profite d'un vide juridique pour s'autoproclamer chef du gouvernement. Il faut rappeler qu'il n'y pas de constitution qui limite les actes que peut prendre le président de la République.

A la suite des résultats du référendum, considérés comme un aval politique donné par l'électorat au pouvoir en place, un autre processus se déclenche: le développement d'un cadre juridique conforme avec la constitution libérale ainsi votée. L'Assemblée Nationale vote deux lois organiques, la première relative aux élections et la seconde relative aux partis politiques. La loi sur les élections institue, et c'est une innovation institutionnelle, une commission de supervision des élections, mais celle-ci ne donne qu'un avis au Président de la République, qui décide par décret le nombre et l'implantation des bureaux de vote⁴³. Or ce sont des questions importantes dans une compétition électorale. Quant à la deuxième loi, elle place le ministère de l'Intérieur au centre de la procédure de reconnaissance légale des partis politiques. Mais ce qui est important à signaler, c'est sa définition du parti politique. En fait le parti politique n'est pas défini par cette loi, ni par la constitution⁴⁴. Aussitôt après la publication des résultats du référendum, certains dirigeants de l'opposition déposent des demandes de reconnaissance légale au ministère de l'Intérieur.

Après l'adoption de la constitution libérale, le premier test auquel est confronté le nouveau système multipartisan est la légalisation des futurs partis politiques; leur nombre est limité à quatre pour une décennie. La question est de savoir quelle sera l'attitude du pouvoir en place qui retient les nombreuses demandes présentées pour légaliser des mouvements politicoethniques, créés anarchiquement. Serait-il libéral ou plus restrictif? Quels seront ses choix dans la procédure de légalisation? C'est sans problème que le mouvement d'un ministre du gouvernement, qui a démissionné début 1992, a été légalisé sous la dénomination de Parti du Renouveau Démocratique (PRD). Alors que

⁴³ L'article. 41 de la Loi Organique N°1/AN/92 relative aux élections prévoit clairement la compétence du gouvernement dans le nombre et l'implantation des bureaux de vote, cet article dispose que: «Après avis des commissions de supervision des élections, le président de la République, sur demande du Ministre de l'Intérieur, fixe par arrêté le nombre et l'implantation des bureaux de vote et en désigne les membres.»

⁴⁴ C'est dans le titre II de la constitution et spécialement l'art. 15 qu'on peut trouver une définition de la constitution. Il est reconnu aux citoyens le droit de constituer des associations, et en considérant la forme de la participation politique et sociale prévue par le nouveau cadre constitutionnel; le parti politique est donc une association à but non lucratif, mais dont l'objet est différent de celui des autres.

celle d'un ancien ministre, qui a démissionné en 1986 et s'est exilé en France, a rencontré quelques difficultés pour l'obtention de la reconnaissance légale de son mouvement en parti politique, le Parti National Djiboutien (PND). D'autres demandes ont été rejetées alors que la limite constitutionnelle (4) n'a été pas atteinte, sans aucune justification politique. Ce refus est interprété par le fait que les leaders des nouveaux partis sont du même groupe ethnique, même si leur composition est multiethnique. Il fallait donc attendre une demande de légalisation d'un parti dominé par l'autre ethnique. C'est une affirmation publique, mais simplement une interprétation. En dehors du parti au pouvoir, qui ne se voit pas affecté par la législation sur les partis politiques, au total il y a trois formations politiques jusqu'en 1996.

L'adoption d'une constitution libérale est une étape importante pour le changement politique et institutionnel de la République de Djibouti par rapport à la situation antérieure. Or l'analyse du processus de changement politique impose la prise en considération d'un autre facteur: la pratique politique. Elle est aussi importante qu'un texte fondamental libéral pour un nouveau contexte sociopolitique en construction. En fait, il s'agit d'étudier dans la seconde partie les sous-processus tout aussi importants comme l'organisation et les résultats des élections, l'attitude des acteurs politiques et le rôle des nouvelles institutions politiques et juridiques.

La pratique politique dans le nouveau contexte sociopolitique libéral: entre respect et contestation

La pratique est-elle liée à un contexte sociopolitique donnée ? Elle serait un ensemble de faits et actes posés par les principaux acteurs du système politique, les dirigeants politiques et les électeurs. L'instauration d'un nouveau régime politique entraîne théoriquement une pratique politique; autrement dit un type de rapports politiques, tant au sein de la classe politique (pouvoir et opposition) qu'entre la classe politique et la société. De septembre 1992 à nos jours, le temps écoulé, plus de 10 ans, peut être considéré comme suffisant pour analyser la perception des acteurs politiques et la pratique qu'ils ont des mécanis-

mes politiques et juridiques du nouveau cadre institutionnel et politique. En fait, il s'agit d'analyser si les principaux acteurs politiques respectent les nouvelles règles du jeu sociopolitique. Deux points vont être analysés dans cette partie, d'une part la compétition politique à travers l'organisation des élections pluralistes et leurs conséquences politiques, mais aussi la résolution des conflits politiques, et d'autre part les crises internes des formations politiques.

Les élections pluralistes comme support de la compétition électorale

L'élection représente un mécanisme important dans le jeu politique national et local pour un tout régime démocratique. En effet, elle manifeste l'existence du pluralisme politique dans une société. Par leur vote les citoyens sélectionnent les dirigeants politiques du pays durant un mandat.

Dans la constitution djiboutienne du 4 septembre 1992, l'élection est le mode retenu pour les fonctions politiques, comme le Président de la République⁴⁵ et les députés⁴⁶ à l'Assemblée Nationale, comme les futurs élus dans les Conseils Régionaux⁴⁷. Mais ce n'est pas une nouveauté en soi, parce que sous l'ancien régime les dirigeants étaient élus, ce qui change c'est le nouveau sens donné à l'élection. Elle est théoriquement considérée comme le support de la compétition politique engagée entre les acteurs actifs de la politique, autrement dit elle oppose plusieurs candidats; ceux qui veulent conquérir le pouvoir et ceux qui veulent s'y maintenir. Les premières élections dites pluralistes, démocratiques et libres dans l'histoire politique de la jeune République de Djibouti ont lieu le 18 décembre 1992, c'est-à-dire trois mois après

⁴⁵ L'article 23 dispose que: «Le Président de la République est élu pour six ans au suffrage universel direct et au scrutin majoritaire à deux tours. Il n'est rééligible qu'une seule fois.»

⁴⁶ L'article 46 al 1 dispose que: «Les députés à l'Assemblée nationale sont élus pour cinq ans au suffrage universel direct et secret. Ils sont rééligibles».

⁴⁷ La constitution du 4 septembre 1992 reconnaît dans les articles 85 et 86 l'existence de collectivités territoriales. Mais contrairement à d'autres domaines de la vie institutionnelle et politique, la loi sur la décentralisation n'a été adoptée qu'en juillet 2002. Or un an avant cette date, des conseils régionaux sont mis en place, ils sont présidés par le Commissaire de la République du Chef lieu du district, des okal et autres acteurs de la société civile naissante y participent. Mais ils n'ont encore pas réellement une autonomie comme prévoit la constitution.

le référendum constitutionnel. Elles ont été prévues préalablement le 20 novembre 1992, elles sont reportées à la demande de nouvelles formations politiques légalisées, qui n'ont pas eu le temps nécessaire de se préparer sur le plan politique⁴⁸ et sur le plan financier, pour réunir les fonds nécessaires de la campagne électorale.

En décembre 1992, le contexte sociopolitique est toujours tendu; les affrontements armés continuent entre les deux parties. L'opposition civile demande l'instauration des négociations de paix. Mais le souhait de négociation et de paix ne trouve pas de réponse de la part du pouvoir en place. Celui-ci poursuit son agenda politique, qui se résume à la remodelation du régime politique actuel. Les nouveaux acteurs politiques n'accueillent pas avec le même enthousiasme les conditions légales et matérielles et l'organisation des élections législatives que le pouvoir, lequel cherche une nouvelle légitimité politique. Son enthousiasme s'oppose au scepticisme affiché des partis récemment légalisés.

En fait, cette différence résulte essentiellement de l'accès et du contrôle des ressources publiques, qui déterminent plus ou moins le succès électoral. Ces ressources sont d'ordre financier, matériel (disposer des personnes qui supportent la campagne électorale et les organes et les fonctionnaires de l'Etat⁴⁹) et juridique (savoir les normes juridiques et surtout leur interprétation). L'élection se joue à ces différents niveaux, qui sont aussi importants que l'acte de vote en soi. Depuis la libéralisation politique à la fin de 1991, l'opposition djiboutienne est composée de multiples mouvements politico-claniques; elle tente de s'organiser politiquement autour d'une structure: union de l'opposition djiboutienne (ODU). A l'issue d'une réunion des leaders de ceux-ci le 18 juin 1992 à Paris, il a été décidé de boycotter les premières élections législatives à la fin de l'année. Cependant, le boycott n'est pas suivi par le

⁴⁸ Jusqu'à l'obtention de la reconnaissance légale comme parti politique, ils étaient des mouvements politiques non structurés. Le statut de parti appelle à des changements non seulement de structure, mais aussi au niveau discursif et donc cela demande une préparation dans le temps.

⁴⁹ En 1992, il n'y a pas encore un organisme public chargé de l'organisation des élections législatives et présidentielles. La nouvelle constitution n'a rien prévu et donc le nouveau processus électoral est confié au ministère de l'intérieur, ce qui met en doute la neutralité sur le plan administratif et qui justifie en partie les contestations de l'opposition tant sur le plan matériel avant la distribution des cartes électorales que les pratiques de certains présidents et membres des bureaux de vote.

PRD, qui présente des candidats aux élections législatives du 18 décembre 1992. Toutefois, la décision de participer aux élections n'a pas été le fait du prince, c'est-à-dire de la volonté du président, mais elle a été soumise à un vote du comité central, composé de 11 membres, 7 membres ont voté pour et 4 contre. Le troisième parti légal, le PND, n'a pas présenté des candidats; il a justifié son refus d'y prendre part par le contrôle du parti gouvernemental sur le processus administratif et législatif, comme la délimitation des circonscriptions électorales et la révision des cartes d'électeurs, qui n'ont pas fait l'objet d'un consensus entre les formations politiques. C'est une voie qui a consolidé une position dominante déjà dans ce parti. Son leader, Aden Robleh Awaleh, a dénoncé le scrutin retenu pour cette consultation: *winner takes all*. Le scrutin majoritaire à un tour. Selon les chiffres officiels, le RPP obtient 74,59% des suffrages exprimés, tandis que le PRD obtient 25,40%. La nouvelle législation électorale, la Loi Organique n°1/AN/29 du 29 octobre 1992, prévoit la candidature indépendante aux législatives. Mais compte tenu de la culture politique et de la nouveauté de la compétition électorale de la société djiboutienne en 1992, il n'y a de candidat indépendant aux élections législatives. C'est un point qui contraste avec la situation éthiopienne où des candidats indépendants se sont présentés et ont été élus aux premières législatives, les plus importantes⁵⁰ de ce pays voisin en juin 1994, où 42 élus nationaux n'ont pas de parti.

Ces élections sont suivies par d'autres, les premières élections présidentielles ont lieu le 7 mai 1993. Le contexte sociopolitique est toujours tendu, les tentatives de négociation entre le gouvernement et le FRUD avortent. Malgré les conditions financières⁵¹ posées pour se

⁵⁰ L'Éthiopie est passée du régime marxiste du colonel Mengistu à un régime politique libéral, même si l'idéologie du front de libération tigréenne n'est pas tellement différente en 1992. La constitution adoptée par une assemblée constituante en décembre 1994 instaure un régime parlementaire et donc les élections les plus importantes politiques au niveau national sont les législatives; le président est élu par les deux chambres du parlement. C'est une figure symbolique, il n'a pas de pouvoir politique.

⁵¹ L'art. 23 de la Loi Organique N°1/AN/92 du 29 octobre 1992 dispose que les candidats doivent déposer une caution de 5. 000. 000 FR au Trésor Public. Le montant est très élevé pour les nouveaux acteurs politiques, ce qui les dissuade à participer à la compétition électorale. La loi électorale prévoit le remboursement de la caution quand le candidat a obtenu plus de 10% des suffrages exprimés. (art. 28). Les 5 candidats

présenter à la présidence de la République, celles-ci opposent 5 candidats dont le président en exercice, Hassan Gouled Aptidon. Deux sont donnés favoris, Hassan Gouled Aptidon et le leader du Parti du Renouveau Démocratique, feu Mohamed Djama Elabé. Si le nombre de candidats peut être considéré comme un indice de l'enjeu de cette élection, il faut prendre en considération la différence que pose la loi électorale. Selon une certaine interprétation de l'art.10⁵² du décret 92-0125/PR/MI fixant les modalités d'organisation du scrutin du 18 décembre 1992, les partis politiques sont habilités à présenter des candidats aux élections législatives. Pour les élections présidentielles, la loi ne précise rien quant à la candidature indépendante. Du fait qu'il y a qu'un poste à pourvoir et l'enjeu politique qu'il représente, les candidatures indépendantes sont acceptées. Ainsi deux des cinq n'ont pas l'appui financier et l'organisation matérielle de la campagne que fournit une formation politique. Cette élection est remportée par le président de la République avec 60.76% des suffrages exprimés, suivi par Mohamed Djama avec 22.03%, Aden Robleh obtient 12.99%. Plus de 90% des suffrages sont répartis entre ces trois candidats, les deux autres se partagent un peu plus de 3% des suffrages exprimés. Le taux de participation est estimé à moins de 50% du corps électoral national.

Candidats	Nombre de voix obtenues	Pourcentage des suffrages
Hassan Gouled	45 470	60,76%
Mohamed Djama	16 485	22,03%
Aden Robleh	9 170	12,99%
Moussa Ali*	2 239	2,99%
Ahmed Abd*i	1 474	1,97%

*Ces deux candidats sont indépendants; ils ne représentent pas des formations politiques légales. Le premier est un conseiller du Président de la République et le second a été ambassadeur à Paris.

sont occupés de hautes responsabilités politiques et gouvernementales dans les années 1970 et 1980; deux ont été ministres sous Hasse Gouled Aptidon : Mohamed Djama Elabé (PRD) et Aden Robleh Awaleh (PND), un diplomate et un ex conseiller à la présidence.

⁵² Art. 10 «Les partis politiques présentant des candidats sont habilités à participer à la campagne électorale». Donc suivant cette disposition et l'adjectif «habilités», il y a lieu de penser que d'autres structures ne sont pas habilitées à participer à la campagne. Des individus sans appui partisan ne peuvent non seulement participer à la campagne électorale, mais aussi de présenter des candidats.

Ces deux premières élections pluralistes font l'objet de contestations de la part de l'opposition et de ses représentants. Cependant elles ne sont pas traduites par des actes ou des affrontements violents entre les forces de l'ordre et les supporters de l'opposition. Jouant le jeu démocratique, les perdants ont préféré choisir la voie politique pour régler ce conflit; ils déposent des requêtes pour annulation à la Cour Suprême (pour les élections législatives de 1992) et au conseil constitutionnel (pour les élections présidentielles de mai 1993), en invoquant la violation de la loi par le parti gouvernemental, la pression dont ont fait l'objet les représentants des partis dans les bureaux de vote, le bourrage des urnes... Dans les deux cas, les requêtes ont été rejetées par les organes judiciaire et juridictionnel et les résultats ont été validés. Là aussi les formations de l'opposition et leurs candidats n'ont pas appelé à des manifestations contre les décisions de l'organe constitutionnel. Fort d'une légitimité électorale, le président Hassan Gouled appelle l'opposition armée à déposer les armes et à négocier avec lui et son gouvernement. Pour lui, le FRUD n'a plus d'excuses pour continuer la guerre, car avec le référendum populaire sur la nouvelle constitution et les différentes élections, la démocratie est «instaurée», répondant ainsi à un des points du programme politique du FRUD. Après l'élection présidentielle, on note sur le terrain un changement; l'intensité des affrontements baisse, même s'il n'y a pas officiellement des négociations entre les deux parties. Mais le contexte sociopolitique est loin d'évoluer vers une stabilité politique et l'acceptation par tous les acteurs des nouvelles règles du jeu politique. Le manque de moyens financiers et matériels et l'opposition d'ambitions politiques personnelles au sein de la rébellion entraînent des divisions à la fin de l'année 1993. Cette opposition est publique; des textes émanant d'un groupe du FRUD sont publiés par la presse gouvernementale; il prétend avoir été élu à la tête de la direction du front par un congrès. On la qualifie d'aile modérée. Il est contesté par la direction officielle, représentée par l'ancien Premier ministre, feu Ahmed Dini. Marquant sa différence avec celle-ci, il décide de se rapprocher du gouvernement, tout au moins de négocier avec ses représentants. Des contacts tenus en secret entre des membres du gouvernement et cette partie de la rébellion aboutissent à des négociations dans un village du Sud-Ouest; elles aboutissent à l'accord de paix signé le 26 décembre 1994 à Djibouti, la capitale.

Cet accord a eu des conséquences politiques importantes tant au sein du parti gouvernemental que pour les représentants de cette rébellion. Le gouvernement est remanié en juin 1995 pour un objectif précis : permettre l'intégration des membres de l'autre partie signataire dans l'équipe gouvernementale, et ce suivant une disposition de cet accord. Deux membres du FRUD-moderé font leur entrée dans l'équipe gouvernementale. Les deux parties ont créé une nouvelle situation politique dans le pays. En peu de temps on est passé d'une situation de guerre à une situation où les acteurs politiques non seulement ont signé un accord, mais collaborent au sein de l'équipe gouvernementale. Et pour la première fois dans l'histoire du pays, une coalition dirige le pays. En mars 1996, le FRUD-moderé est légalisé et devient ainsi le quatrième parti politique. Le pacte gouvernemental ainsi instauré entre les deux formations conduit tout naturellement à la constitution d'une alliance électorale. En décembre 1997 ont lieu les deuxième élections législatives, le FRUD et le RPP présentant une liste commune aux élections. L'opposition reste divisée, le PRD a un nouveau président et le PND traverse des difficultés financières qui ne lui permettent pas de se présenter dans tous les districts. Il se lance dans la compétition électorale seulement dans le district d'où est originaire son président. D'ailleurs, sauf le RPP, les formations politiques ne disposent pas de délégations sur tout le territoire du pays, ce qui limite leur audience. Le PND a manqué de peu de voix pour remporter les 6 sièges du district. Le PRD a fait que lui en présentant des candidats dans 3 districts sur 5. Compte tenu de la différence infime de votes entre le RPP et le PND, si les deux formations de l'opposition avaient signé une alliance électorale, elles auraient remporté la victoire dans ce district face à la coalition RPP-FRUD. Et c'est la première fois qu'il y a des députés d'un autre parti dans le parlement djiboutien. Mais le nouveau système électoral exclut la proportionnelle; et une partie de l'électorat national qui vote pour les nouveaux partis ne sont pas représentés au parlement, ce qui ne favorise pas la transition vers la démocratie. D'autre part le parti, qui obtient plus de voix dans le district de la capitale, soit plus de la moitié des membres du parlement, remporte les élections. En 1992 et 1997, les partis de l'opposition déposent des recours en annulation au conseil constitutionnel pour divers motifs. L'institution constitutionnelle rejette tous leurs recours.

L'alliance électorale entre le Frud et le RPP n'est pas limitée seulement aux élections législatives, mais elle fonctionne aussi pour les élections présidentielles. Les secondes élections présidentielles pluralistes ont lieu le 09 avril 1999. Quatre ans après l'accord de 1994, le pays se trouve dans une situation ni de paix, parce que l'autre partie du Frud n'a encore signé un accord, ni de guerre, parce qu'il n'y a pas affrontements sérieux sinon des escarmouches. En matière de politique interne la principale nouvelle, c'est la décision du président de président Gouled de ne pas se présenter à cette élection. Elle était déjà prévisible, mais il n'avait jamais annoncé une date précise pour se retirer de la vie politique active. Lors d'un congrès, son parti désigne comme candidat Ismaël Omar Guelleh. Ce n'est pas un outsider, c'est, un personnage connu par l'opinion publique nationale. Il a été depuis les premiers mois de l'indépendance le chef de cabinet du président de la République; il est très proche de ce dernier. Suivant la méthode de son partenaire gouvernemental, le FRUD modéré organise un congrès et la principale conclusion est la non présentation d'un candidat à ces élections; il apporte son soutien au candidat du RPP. Il est opposé à un candidat soutenu par l'opposition, Moussa Ahmed Idriss. Mais ce dernier n'est pas sorti des rangs de l'opposition, il n'a pas de parti. C'est un vieux politique des années 1960, il a été député sur la liste du RPP à plusieurs reprises. Pourquoi les leaders de l'opposition ne se sont pas présentés à des élections aussi importantes comme celles-ci? On peut donner plusieurs justifications de leur attitude; premièrement ils n'ont pas les moyens pour financer la campagne électorale, et deuxièmement leurs formations sont en crise et l'illusion de gagner une compétition comme en 1993 n'existe plus. Il faut préciser que ces derniers n'ont pas de ressources suffisantes pour continuer une activité politique de plus en plus coûteuse. Ce sont le plus souvent des entrepreneurs qui dépendent des licences d'importation que l'administration centrale accorde et des rares marchés publics qui existent. Les contributions des militants, qui ne dépassent les 1000 personnes, ne sont suffisantes pour couvrir toutes les dépenses qu'occasionne une campagne électorale. Face à eux, le candidat du pouvoir dispose de ressources financières et matérielles importantes; il mobilise l'administration, il est toujours en campagne. En effet, ce sont deux facteurs importants pour la compétition électorale, et cela explique en partie les victoires

répétitives du parti et du candidat du gouvernement. En avril 1999, il n'y a pas eu de surprise. Partant favori, le candidat gouvernemental remporte largement sur son rival. Selon les résultats officiels publiés par le conseil constitutionnel, il remporte 74,09%, avec 25,78% pour l'autre candidat. Comme à l'accoutumée dans le nouveau système politique djiboutien, le candidat de l'opposition dépose une requête d'annulation au conseil constitutionnel pour fraudes, non respect de loi électorale par le parti gouvernemental, et empêchements de ses partisans dans les dépouillements... Sa requête a été rejetée.

En l'année 2001, le contexte sociopolitique est différent; le 12 mai 2001, le Frud armé d'Ahmed Dini et le gouvernement passe un accord de paix. Il met théoriquement fin à la guerre, qui a éclaté en automne 1991. En fait, elle concrétise un état de fait: la diminution des affrontements armés entre les deux parties. Autant pour le gouvernement, qui est confronté à une situation sociale de plus en plus difficile résultant de l'application du premier programme d'ajustement structurel⁵³ (PAS), signé en avril 1994, que pour la rébellion, qui n'a plus les moyens financiers, humains et matériels, il n'y avait pas d'autre sortie. La signature de l'accord bénéficie politiquement le président, qui se présente comme un homme de paix, et le dirigeant du Frud; tous participent à la paix et à la reconstruction du pays. A la suite de cet accord, des opposants politiques, des dirigeants de partis légalisés arrêtés et emprisonnés sont libérés. Cette libération est une mesure conjoncturelle, qui satisfait les conditions posées par un partenaire circonstanciel au pouvoir en place; mais elle ne répond pas à un changement de politique du président et de son gouvernement.

⁵³ La signature de l'accord d'ajustement structurel a fait l'objet d'une pression du gouvernement français. A la différence d'autres pays africains comme le Sénégal, qui ont signé des PAS dès le début de la décennie 1980, la République de Djibouti n'a pas été contrainte à tel accord. Le budget de ce pays a toujours été présenté en équilibre, mais il n'exporte presque rien. Le gouvernement de Hassan Gouled s'est obstiné à entrer en contact avec le FMI et fait les yeux doux aux pays conservateurs du monde en fermant les bars et débits de boissons alcoolisées en mars 1995 par décret présidentiel. Mais sans succès. Comme dans d'autres pays africains, les mesures adoptées par le gouvernement en vue de mettre en application le PAS entraînent de grandes manifestations syndicales. La réaction du gouvernement fut une augmentation de la répression contre les syndicats, les enseignants et tous ceux qui manifestent contre sa politique.

Le gouvernement comme la rébellion ont pris en considération les échéances électorales qui s'approchaient. En effet en décembre 2002, c'est la fin de la deuxième législative depuis l'instauration du pluralisme politique. Aussi tous les acteurs politiques attendent un changement: l'instauration du multipartisme intégral; la limitation des partis politiques à 4 ans décidée en 1992 durait seulement 10 ans. Respectant la décision et sans introduire une réforme constitutionnelle, il est mis fin à ladite limitation. Mais multipartisme intégral ne signifie pas la légalisation anarchique des mouvements politicoclaniques en partis politiques. La légalisation est aussi contrôlée. En observant les principaux dirigeants de ces nouvelles formations, on constate le retour d'anciens leaders politiques.

Nom des partis	Noms des présidents
Parti Social Démocrate (PSD)	Moumin Bahdon*
Alliance Républicaine pour la Démocratie (ARD)	Ahmed Dini
Union Djiboutienne pour la Démocratie et la Justice (UDDJ)	Ismaël Hared**
Parti Djiboutien pour le Développement (PDD)	Mohamed Daoud
Mouvement pour le Renouveau Démocratique et le Développement (MRDD)***	Ahmed Daher

* Il est un ancien Secrétaire Général du RPP.

** C'est l'ancien Directeur du cabinet présidentiel sous Hassan Gouled.

*** Ce parti remplace l'un des premiers partis de l'opposition, le PRD.

La deuxième législature dans le nouveau système politique prenait fin en décembre 2002, et donc les élections législatives devaient avoir lieu. Or pour des raisons budgétaires, le gouvernement n'a pu organiser les élections; elles ont lieu le 10 janvier 2003. Tous les partis prennent part à ces consultations. Par rapport aux élections précédentes, la stratégie des partis a complètement changé. En tirant sans doute la leçon des échecs électoraux précédents, et compte tenu de la situation socioéconomique qui ne permet à aucun parti d'avoir un budget suffisant pour payer au moins la caution exigée par la loi électorale, ils constituent des alliances électorales. Et curieusement, on observe

l'apparition des alliances électorales contre nature. Le RPP impulse un nouveau mouvement: l'union pour la majorité présidentielle (UMP), elle regroupe 4 partis: le RPP, le PND (légalisé en octobre 1992), le FRUD (légalisé en 1996) et le PSD (légalisé en 2002), la tête de liste est le Premier ministre. Face à l'UMP, il y a une autre alliance, constituée autour du leader d'un nouveau parti; elle est composée de quatre partis, tous légalisés en 2002, dénommée l'Union pour l'Alternance Démocratique (UAD): l'ARD, UDDJ, PDD et MRDD. Cela démontre une évolution de l'espace politique djiboutien. Ce n'est pas une répétition de l'union de l'opposition unie qui a été créée dès 1992, mais qui n'a pas servi en réalité au renforcement des relations politiques entre ses membres. Des leaders de cette organisation sont aussi présents et actifs dans l'UAD comme Ahmed Dini. Il faut noter l'opposition des deux hommes politiques, Moumin Bahdon et Ismaël Hared, qui ont été exclus du RPP, emprisonnés ensemble et ont milité dans une structure politique non reconnue avant de constituer chacun son parti. Le premier a rejoint l'UMP et le second l'UAD. Ces élections marquent aussi une nouveauté institutionnelle par la création d'une Commission Electorale Nationale Indépendante⁵⁴. Une telle institution a été l'objet d'une demande insistante des partis de l'opposition dès 1992 pour remplacer la Commission Nationale de Supervision des Elections, placée sous la responsabilité du ministère, ce qui attirait un soupçon de fraude par le contrôle du parti au pouvoir. Et pour la première fois, les résultats

⁵⁴ Le journal gouvernemental La Nation du lundi 2 décembre 2002 écrivait que «la CENI traduit la volonté du chef de l'Etat M. Ismail Omar Guelleh et de son gouvernement de doter la République de Djibouti d'un mécanisme national ad hoc "indépendant garantissant le déroulement d'un scrutin juste, honnête et transparent.» La loi organique n°2/AN/92 du 29 octobre 1992 stipulait dans son article 40 l'existence d'«une commission de supervision des élections chargée de l'organisation des différents scrutins du suivi et du contrôle de toutes les opérations de vote prévues dans la présente loi.» Elle a été modifiée à deux reprises, la dernière fois le 14 août 2002 pour introduire la Commission Electorale Nationale Indépendante. Si le changement de nom n'est pas tellement important, le fait qu'elle soit déclarée indépendante paraît une petite avancée vers l'institutionnalisation de l'organe de contrôle des élections. Ses membres sont des fonctionnaires, magistrats, représentants de la société civile et des partis politiques. Cependant, le jour de prestation de serment devant le Conseil Constitutionnel, les représentants de nouveaux quatre partis (ARD, UDJ, PDD, MRD) avaient boycotté la cérémonie et n'ont pas envoyé de représentants. Selon leurs dirigeants, cette institution est liée au pouvoir en place, qui la manipule.

électoraux d'un bureau de vote ont été annulés par le conseil constitutionnel. Pour la première fois aussi des députées⁵⁵ font leur entrée; 7 femmes de la coalition RPP-FRUD sont élues. D'après les chiffres rendus officiels par le conseil constitutionnel, l'UMP a remporté les 65 sièges, l'opposition rejette un tel résultat et dépose un recours en annulation. Il est rejeté par l'organe constitutionnel.

De décembre 1992 jusqu'en 1999, le processus électoral a respecté une certaine régularité, les mandats sont arrivés à terme. Il n'y a pas d'alternance au pouvoir. Par un scrutin électoral inéquitable, l'opposition n'a jamais eu de représentant à l'Assemblée Nationale, elle est toujours extra parlementaire. Le parti n'est pas conçu comme un instrument de formation, de support et de développement de l'esprit démocratique dans la société, qui doit intégrer aussi la défaite aux élections. Compte tenu des résultats des différentes élections, on peut affirmer que l'opposition a un électorat. Mais par manque d'enquêtes et de sondages d'opinion, il est difficile de connaître les catégories socioprofessionnelles qui votent pour elle. Le vote régional et le vote ethnique ne peuvent être exclus dans l'analyse électorale en République de Djibouti. Ces deux types de vote ont favorisé principalement la coalition gouvernement, le Frud modéré dans le Nord du pays, même s'il faut relativiser une telle conclusion. PRD et PND ont aussi pu bénéficier d'un nombre de votes importants dans les districts dont sont originaires leurs leaders respectifs. N'ayant pas les moyens financiers et matériels, le vote régional a été une stratégie pour ces deux partis jusqu'en 1997. Tirant la conclusion d'un système électoral et surtout d'une certaine manipulation des listes électorales – la loi électorale est modifiée à chaque élection –, aucun candidat de l'opposition n'est présenté lors de la dernière élection présidentielle en avril 2005. Les nouveaux partis de l'opposition ont demandé un changement fondamental de la loi et des garanties sérieuses pour son déroulement, et surtout le respect de l'égalité entre les candidats quant

⁵⁵ Le conseil des ministres adopte un projet du ministère de la Femme, du Bien Etre familial et des Affaires sociales, poste occupé par une femme depuis 1999, instituant un système de quota pour favoriser l'intégration de la femme dans la gestion des affaires publiques et politiques du pays. Le projet prévoit qu'au moins 10% de la représentation parlementaire soient réservés aux femmes.

aux actes administratifs; face au refus du gouvernement, ces derniers ont décidé de ne pas y prendre part. Il y avait un seul candidat en lice, le président sortant.

Les défaites subies par les nouveaux partis durant le processus électoral sont la cause principale des crises internes qu'ils affrontent depuis 1996. Quant à l'ex parti unique, les victoires successives masquent des crises en son sein. Les conflits ou crises internes des partis constituent une autre étape de la vie politique nationale.

La faiblesse structurelle des partis politiques: entre les enjeux politiques et les crises internes

Le parti politique est souvent constitué sous la forme d'une association, dotée d'un statut, d'un règlement interne et d'organes élus. Cependant à la différence d'une association de la société civile, la formation politique poursuit un intérêt politique: la conquête du pouvoir. Elle est le support d'idées et programmes d'action politique et économique d'hommes et de femmes qui ont la conviction de gouverner le pays. Comme toute organisation sociale, elle est soumise à l'opposition qu'il y a entre ses membres, surtout de l'organe directeur, ce qui entraîne un ou des conflits internes. Les conflits peuvent avoir plusieurs causes, comme le contrôle de l'appareil pour faire triompher une ligne politique déterminée. Cela pose la question de la démocratie au sein des partis politiques.

Les partis politiques djiboutiens sont confrontés à deux types de conflits internes d'ordre financier et d'ambition personnelle. Les problèmes financiers peuvent conduire à la disparition de la formation. Quant à l'ambition, elle la soumet à la volonté d'une personne. Or il ne faut pas oublier que la structure appelée parti politique en République de Djibouti est un mouvement créé par un homme pour ses ambitions politiques, et particulièrement la conquête du pouvoir étatique, à tel point qu'on l'identifie à lui. Dans la culture politique djiboutienne, l'identification de l'un et l'autre est encore forte. Le RPP a été créé en 1979 sur décision du président de la République de Djibouti pour avoir un appui «idéologique» et matériel (des actions des membres) lors des élections, même dans un régime de parti unique où il n'y a pas de compétition entre candidats.

De 1979 à 1995, le parti a servi de support médiatique, matériel et financier pour le président Gouled. Comme structure humaine et sociale, il y a des ambitions personnelles et donc la question de la succession du président s'engage à un moment donné; elle est ouverte depuis quelques années. On observe l'existence de courants, qui s'opposent sur le contrôle de la direction du parti; des alliances entre membres influents du parti et de la présidence de la République se forment. Tout se passe sous le contrôle du président fondateur. Aucun signe apparent de crise n'est perceptible. Or tout cela change avec l'évolution du contexte sociopolitique. Un des actes qui va précipiter l'éclatement de la crise est un remaniement ministériel⁵⁶ opéré en juin 1995 pour laisser une place au président et au secrétaire général de l'aile modérée du FRUD, qui ont signé un accord avec le gouvernement en 1994.

Le remaniement ministériel est un moyen de contrôle et de promotion de l'élite gouvernante qui est à la disposition du président de la République, chef du gouvernement. Le remaniement effectué en juin 1995 touche directement Moumin Bahdon Fareh, Secrétaire général du RPP, et ministre des Affaires Etrangères et de la Coopération Internationale depuis 1981. Il est nommé ministre de la Justice, des Affaires Musulmanes et Plénipotentiaires. Il refuse d'occuper ce portefeuille. Proche collaborateur du président de la République, il est considéré comme l'un de ses successeurs; la nomination à ce ministère est interprétée comme une manière de réduire ses chances de lui succéder un jour à la tête du parti. Son refus manifeste clairement la division interne au sein du parti, mais il occupe le poste sans conviction. Parmi ses concurrents, on trouve Ismaël Guedi Hared et Ismaël Omar Guelleh, respectivement Directeur de Cabinet et Chef de Cabinet de la Présidence.

Le président de la République et président du parti entre dans le jeu des alliances. La répartition de ses pouvoirs politiques entre ses proches collaborateurs peut faire pencher la balance de la succession

⁵⁶ Au lieu de remanier le gouvernement en place, le président de la République pouvait augmenter le nombre de ministres du gouvernement. Mais le contexte socio-économique du pays de ces années-là ne permettait aucune marge de manœuvre en matière de création de nouveaux postes ministériels. Le pays traversait une période difficile avec la signature du PAS en avril 1994 et donc créer de nouveaux ministères aurait augmenté les dépenses publiques..

dans un camp plutôt que vers un autre. Ainsi avant son départ à Cotonou au Bénin en décembre 1995 pour participer à une conférence entre les Chefs d'Etat de l'Afrique et de la France, il répartit ses pouvoirs entre ses collaborateurs. L'essentiel des pouvoirs est confié au Chef du Cabinet, Ismaël Omar Guelleh, sauf les questions économiques et financières qui sont confiées au Directeur du Cabinet, Ismaël Guedi Hared. Ce qui ne fait que compliquer davantage la crise du parti. Le premier gagne une bataille contre ses rivaux dans la succession, car aux ressources⁵⁷ qu'il disposait avant s'enajoutent d'autres. Il a dû mettre à profit les nouvelles ressources institutionnelles qu'il contrôle désormais à son avantage durant le long séjour médical à Paris du président de la République'– victime d'une crise, il est hospitalisé dans un hôpital parisien avant même la fin de la conférence de Cotonou. C'est en mars 1996 qu'il revient au pays, mais son retour aux affaires publiques ne résout en rien la crise à laquelle est confronté son parti. Il est difficile de réconcilier des leaders de courants qui s'affrontent sur des rares ressources politiques. Cependant en se fondant sur des informations et en recevant les acteurs de celles-ci, en mai 1996 il prend la décision d'exclure du parti Moumin Bahdon Farah, et Ismaël Guedi Hared, qui s'étaient alliés contre Ismaël Omar Guelleh; cette mesure touche aussi le ministre de la Défense, Ahmed Boulaleh Barreh. Désormais libres de toute appartenance au parti gouvernemental, ces derniers tentent d'exprimer leur opinion sur l'action du président et disent publiquement que le président de la République «gouverne le pays avec une main de fer». Or cette expression n'a pas été du goût d'un homme, considéré le Père de la Nation, donc un personnage messianique de la classe politique nationale. Ils sont traduits devant la justice et condamnés en août de la même année à 6 mois de prison ferme et 5 ans de privation de leurs droits civiques. Ils ne peuvent donc participer à aucune des élections, et la plus importante l'élection présidentielle de 1999, comme candidats libres.

⁵⁷ Il est un proche parent du président de la République. Il contrôle les medias publics de l'Information comme le journal La Nation et surtout la Radio et la Télévision. A cela il faut ajouter un poste important qu'il occupe: directeur des services secrets. Ces sont des ressources qui lui permettent d'avoir beaucoup d'influence, tant dans l'administration que dans la société.

C'est une crise médiatisée tant par la fonction des acteurs que par le statut du parti, parti dirigeant (qui a gagné toutes les élections pluralistes organisées jusqu'à présent); elle a plus de conséquences sur la vie politique que celle d'un nouveau parti, qui se trouve en phase de structuration politique.

A la même époque, les autres partis sont confrontés à des crises internes. Créés autour d'un leader politique, souvent un ancien ministre, ils regroupent des personnes ayant des ambitions politiques, parfois contraires à la politique du leader. Le PND traverse sa première crise; son président Aden Robleh Awaleh fait l'objet de l'opposition d'un membre influent pour la direction du parti; sa gestion est contestée. Le FRUD légalisé connaît au début de l'année 1999 une «rébellion» interne. Un ancien porte-parole du FRUD dans les années de la guerre civile tente un débat sur la candidature d'un membre de ce parti aux élections présidentielle d'avril 1999, alors que la direction n'a encore rien décidé. Insistant sur une candidature du parti, il s'oppose à l'attitude attentiste de la direction. Après un congrès, le FRUD apporte son soutien au candidat présenté par le RPP et devient ainsi le candidat de l'alliance RPP-FRUD. Montrant son opposition, ce militant est exclu de la formation partisane. Pour sa part, le PRD n'est pas à l'abri des convulsions internes. Mais à la différence des autres, la crise de ce dernier parti résulte d'un fait: la mort subite de son président-fondateur, feu Mohamed Djama Elabé en 1996. Deux leaders s'opposent à sa succession, un commerçant et un intellectuel, Rédacteur en chef du journal du parti *Le Renouveau*. Par un vote des membres, un nouveau président a été élu. Or le perdant s'oppose à cette décision et donc la crise continue. Au contraire des autres partis, celui-ci n'a pas été exclu. Il y a deux PRD. Or selon la législation sur les partis politiques en vigueur depuis 1992, au d'un changement de la présidence d'une formation politique, la reconnaissance de la nouvelle direction s'effectue par l'octroi d'un récépissé de reconnaissance, qui est délivré par le ministère de l'Intérieur. Le récépissé est donc délivré au nouveau président, même s'il est contesté, et donc son opposant ne peut prétendre représenter le parti. A la proclamation des élections législatives de décembre 1997, le perdant au vote interne du parti dépose une requête en annulation des élections au conseil constitutionnel pour «l'exclusion

illégal et arbitraire par le Ministre de l'Intérieur du véritable et authentique Parti du Renouveau Démocratique, actuellement présidé par Monsieur Daher Ahmed Farah des élections législatives comme dans la vie politique⁵⁸».

La nature des crises des partis politiques djiboutiens n'est pas la même, tout comme leur expression. Pour le RPP, elle est ancienne, mais se manifeste clairement et médiatisée depuis le milieu des années 1990. En fait, au-delà du contrôle du parti, qui est une question très intéressante à prendre en considération, l'opposition des acteurs porte aussi sur le contrôle des ressources publiques, les ressources qu'offre l'Etat. Il ne faut pas oublier qu'on est dans un Etat importé où la gestion est néopatrimoniale, c'est qu'elle ne se base pas sur une rationalité qui s'appuie sur le droit, mais plutôt sur le relationnel et la domination d'un groupe (élite administrative et dirigeante) sur les citoyens (la société). Elle s'exprime à travers le remaniement ministériel. Dans le cas des nouveaux partis, il s'agit fondamentalement des crises liées aux défaites électorales, mais aussi à l'impossibilité dans l'immédiat de gouverner et d'accéder à des ressources que leurs membres ne peuvent bénéficier d'autre manière: les ressources financières (par exemple l'enrichissement personnel), le prestige lié à la détention d'une partie du pouvoir d'Etat (député, ministre...). Dans leur cas, il faut noter l'impatience des entrepreneurs politiques; ils ont fortement investi dans le parti et attendent des résultats concrets en matière de représentation politique et de prestige social. Enfin il faut noter les difficultés financières, faire de la politique a un coût⁵⁹: cotisations de

⁵⁸ Le conseil constitutionnel rejette sa requête et le renvoie au Conseil du contentieux administratif. L'organe constitutionnel a considéré que l'objet principal de la requête déposée par le plaignant porte en fait sur le récépissé délivré à son opposant au vote des membres pour la présidence du parti.

⁵⁹ L'article 23 de la Loi Organique du 29 octobre 1992 sur les élections prévoit le paiement par tout candidat à la présidence de la République d'une caution d'un montant de 5. 000 000 FD au Trésor National. Cependant le candidat ne perd pas tout, parce qu'on lui rembourse la totalité de la caution à condition qu'il ait obtenu au moins 10% des suffrages exprimés selon l'article 28 de la même loi. La caution payée pour participer aux élections législatives coûte plus chère que la présidentielle, parce que le parti paye par candidat 500 000 FF; elle est prévue par l'article 34 de la loi précitée soit 32 500 000 FD, si le parti présente 65 candidats correspondant au nombre de sièges à pourvoir. Et ce montant explique la raison pour laquelle les partis politiques de l'opposition présentent moins de 65 candidats.

membres. Il faut gérer un budget réduit, il n'y a pas un financement public des partis. La loi électorale ne prévoit pas non plus un remboursement au moins d'une partie des dépenses engagées à une limite des suffrages exprimés. Et enfin l'ambition politique personnelle.

Ces crises affaiblissent plus les nouveaux partis que l'ancien parti unique, dont les membres contrôlent d'importantes ressources politiques et socioéconomiques au sens large du terme, incluant la justice, qui est utilisée pour mettre fin à une crise. Les leaders de l'opposition n'y recourent pas. La division interne des premiers est utilisée politiquement par le parti dominant, le RPP, dans la mesure où des leaders contestés par leurs compagnons ont peu de ressources politiques et sociales pour affronter des échéances politiques importantes. Par exemple, l'attribution du récépissé reconnaissant la nouvelle direction d'un parti légal peut être une ressource qui est à la disposition du parti au pouvoir; car on ne peut exclure les intentions politiques du titulaire du ministère de l'intérieur, il est un membre du parti gouvernemental.

Les situations de crise décrites dans le paragraphe antérieur posent une question fondamentale: la place des formations politiques partisans dans une culture politique où le multipartisme et l'idée de représentation sont encore très récentes. Celles-ci ne jouent pas le rôle de structure politique permettant l'apparition d'un espace politique ouvert, respectant des normes et favorisant ainsi l'enracinement des valeurs démocratiques dans la société. Elles sont plutôt un instrument à la disposition de ceux qui ont des ressources économiques et sociales; ce ne sont que des machines électorales auxquelles manquent des programmes politiques sérieux.

En guise de conclusion, il faut remarquer d'abord la banalité d'un processus de changement politique. Par la présentation et l'analyse des différents moments, on a essayé de montrer les faits et les actes des différents acteurs d'un processus long et complexe. Il faut observer le changement de la position politique du chef de l'Etat face à la nouvelle «réalité» de l'histoire politique africaine. Après un refus de suivre, selon son expression la «mode», il décide de «s'arrimer» au processus dénommé assez rapidement de transition démocratique. L'expression «accepta-

tion du changement politique»⁶⁰ qualifierait mieux la situation djiboutienne. Ensuite la mise en place d'une méthode assez simple pour introduire des réformes politiques, laquelle permet le contrôle dudit processus par le pouvoir en place, et en cela elle diffère complètement du cas béninois où le président Kérékou a été marginalisé par les membres de la conférence nationale des forces vives de la Nation, et la nomination d'un gouvernement de transition, dirigé par un premier ministre nommé par les membres de celle-ci. Enfin il faut remarquer l'absence de violence manifeste après la publication des résultats des élections premières législatives (décembre 1992) et présidentielles (mai 1993), cela n'exclut pas la violence politique depuis 1990, que ce soit la guerre civile ou des actes violents contre les partis de l'opposition dans la capitale; elle n'a pas mis fin au processus comme dans d'autres situations par exemple au Congo Brazzaville. Les perdants préfèrent le règlement pacifique des conflits politiques en recourant au conseil constitutionnel, compétent en matière de contentieux électoral. Certes, les opposants appellent à des manifestations des électeurs; une voie n'exclut pas l'autre. Une tentative de coup d'Etat avortée en décembre 2000 n'a pas eu des conséquences importantes sur le fonctionnement du nouveau régime politique.

Cependant le changement institutionnel initié en 1992 ne s'est pas traduit par une alternance au pouvoir. Le même parti dirige le pays, même si ce ne sont pas les mêmes dirigeants. Conséquence du scrutin retenu, «the weaner take all», pour les élections législatives, les partis de l'opposition sont désavantagés par rapport à un parti qui contrôle les arcanes de l'Etat et de l'administration centrale. Le parlement djiboutien n'a toujours pas de députés de l'opposition.

Les dépenses ne sont pas seulement la caution à payer, mais un ensemble d'actes matériels, de voyages à l'intérieur du pays, les affiches, la location des terrains et des salles pour les meeting... beaucoup plus importantes.

⁶⁰ Comme on a pu analysé antérieurement, le président de la République, personnage central de la vie politique nationale est résigné à entreprendre des réformes et donc de suivre la «mode» qu'il a critiquée en juin 1990 lors de la conférence France-Afrique de La Baule. Le fait d'entreprendre un tel processus n'est pas une volonté personnelle, mais plutôt elle résulte de l'influence d'un contexte mondial et africain. Le processus est considéré comme une sortie de la guerre, mais non pas comme un moyen de changer vraiment l'action politique.

Cependant depuis 1997, le nombre des partis représentés est passé de un parti à 4 (deux partis de la coalition RPP-FRUD de 1997 et 4 après l'élargissement de la coalition en 2003). L'élection n'est pas un mécanisme permettant une représentation politique sérieuse de la politique de la population par l'impossibilité pour les partis d'opposition d'avoir des députés avec plus de 40% de votes de l'électorat.

Des nouvelles institutions ont été mises en place au cours de cette période de changement comme le médiateur de la République (dont la tâche est de trouver des solutions extra judiciaires aux conflits entre administration et administrés) et la Cour des Comptes et de Discipline Budgétaire (lutter contre la mauvaise gestion des deniers et la corruption). Elles sont présentées par le pouvoir comme des avancées ou renforcement de la démocratie djiboutienne. Leur existence n'a en rien modifié l'action et la pratique politiques.

En matière de répartition des pouvoirs, le changement institutionnel n'a pas eu un impact. Le président de la République concentre le pouvoir exécutif, le premier ministre est cantonné dans un poste sans importance dans le débat politique national. Il intervient aussi dans le pouvoir législatif, la constitution prévoit un partage de l'initiative parlementaire; si les députés votent la loi, ils ne sont pas seuls à avoir l'initiative. On est plus que dans une situation de parlementarisme rationalisé. La concentration de ce pouvoir risque de poser un problème grave dans les années à venir, au cas où l'Assemblée Nationale passe sous le contrôle d'un parti ou d'une coalition de l'opposition. Entre 1993 et 2004, les leaders de l'opposition et les journalistes de la presse indépendante⁶¹ sont arrêtés, mis en prison, inculpés et libérés, de même que les leaders des syndicats des enseignants et d'autres secteurs. Le gouvernement est soumis à une forte fronde sociale depuis la signature de l'accord de l'ajustement structurel (PAS) en avril 1999. Sans doute avec une marge de manœuvre limitée sur le plan financier, le gouverne-

⁶¹ Ce qu'on appelle presse indépendante est en fait des journaux des partis de l'opposition; il n'y a pas encore des journaux appartenant à des groupes privés comme d'autres pays de la région, l'Ethiopie ou africains. Par rapport à la presse du gouvernement (journal, radio et télévision) qui dominent le marché par leur tirage et leurs prix, ceux de l'opposition expriment une analyse différente de la situation sociopolitique du pays, ce qui ne plaît pas au gouvernement.

ment privilégié plus la répression que le dialogue. Les structures de la société civile sont encore faibles et mobilisent très peu de gens à cause d'une situation de grave crise socioéconomique.

Le changement institutionnel et politique de 1992 n'a donc pas eu un impact important. La culture démocratique n'a pas encore un terrain propice pour se développer. La société comme les acteurs politiques de l'opposition sont dans l'attente de réformes politiques plus ambitieuses que celles des années 1990, qui permettent réellement la participation politique, qui ouvrent encore plus l'espace politique. Le pouvoir est formellement institutionnalisé, et l'élection est retenue comme moyen de conquête du pouvoir d'Etat, mais l'idée de perdre le pouvoir n'est pas entrée dans la culture politique des gouvernants du pays. Dans un tel contexte, l'élection n'est pas tellement un enjeu entre les forces politiques. Les leaders des partis de l'opposition ne la rejettent pas, mais contestent plutôt la pratique du gouvernement et la marginalisation dont ils font l'objet quant à l'élaboration des normes électorales votées par l'assemblée nationale, et surtout les mesures adoptées par le gouvernement sur le plan administratif, qui ne leur sont jamais communiquées. L'inégalité des ressources publiques et privées disponibles pour le pouvoir et pour l'opposition est tellement forte qu'il n'y pas réellement une compétition électorale, sinon qu'une illusion politique de compétition aux votes des électeurs. Comme on a pu observé dans la description des étapes du processus, le changement est sous le contrôle du parti au pouvoir dès le début. D'ailleurs, s'il n'avait pas un tel contrôle lui permettant d'orienter à sa faveur le futur politique du pays, le président de la République n'aurait pas décidé d'entreprendre des réformes.

Le changement politique se réduit-il seulement à une alternance au pouvoir? Non, il faut considérer la pratique qu'impriment les nouveaux dirigeants dans les relations institutionnelles et politiques. Elle est l'expression d'un pouvoir fort, qui impose le rythme et l'ordre du changement à introduire; il a encore l'esprit du parti unique où il était seul à décider sur le plan politique. Le changement se mesure à la mesure de plusieurs facteurs sociopolitiques et l'établissement de nouveaux rapports de forces entre les membres de la classe politique et la société civile, basée sur un socle juridique accepté par tous les acteurs. Les programmes politiques peuvent marquer une opposition

entre eux, cela ne fait que manifester le respect d'un pluralisme politique dans la société, par contre le respect des règles du jeu est très important; celles-ci ne peuvent être modifiées selon la volonté du prince.

Bibliographie

- AAYANG Nyongo P., (Dir), *Afrique: la longue marche vers la démocratie: Etat autoritaire et résistances populaires*, Publisud, 1988.
- ADEN R.A., Djibouti, *Clef de la Mer Rouge*, Editions Caractères, 1986.
- AKINDES F., *Les mirages de la démocratie en Afrique subsaharienne francophone*, Paris, Karthala, 1996.
- ALWANE E.H., *Djibouti: entre tensions socio-politiques sur fond de succession*, in «L'Afrique Politique Revendications populaires et recompositions politiques», CEAN-Karthala, 1997.
- ATANGANA A., *Réflexions sur les tendances récentes de la démocratie constitutionnelles*, Afrique 200, novembre 1996.
- BAYART J.F., et al, *La politique par le bas en Afrique: contribution à une problématique de la démocratie*, Paris, Khartala, 1992.
- BOULAGA F., *Les conférences nationales en Afrique noire: une affaire à suivre*, Paris, Karthala, 1993.
- CABANIS A., et Martin M.L., *Les constitutions d'Afrique francophone. Evolutions récentes*, Karthala, 1999.
- COUBBAA, *Djibouti, une nation en otage*, L'Harmattan, 1993.
- COUBBAA *Djibouti: enjeux politiques et rivalités politiques*, L'Harmattan, 1994
- Fukuyama F., *La fin de l'Histoire et le dernier homme*, Paris, Flammarion, 1992
- GOUAD F., *La République de Djibouti: naissance d'un Etat, chronologie*, Djibouti, Imprimerie Nationale, 1982.
- HERMET G., *Sociologie de la construction démocratique*, Economica, 1986.
- HERMET G., *Le désenchantement de la liberté*, Paris, Fayard, 1993.
- HERMET G., *Des élections pas comme les autres* (en collaboration avec J.J. Linz et A. Rouquié) F.N.S.P., 1978.
- HOUMED I. I., *Indépendance, démocratie, enjeux stratégiques à Djibouti*, Paris, l'Harmattan, 2002.
- HUGO Ph. et HUGOT P., *Histoire de la République. Des origines à la République*, L'Harmattan, 1985.
- KADAMY M., *Djibouti: Between War and Peace*, «Review of African Political Economy», Vol.23, Number 70, Décembre 1996.
- LAMARCHE G., *La fin des beaux jours à Djibouti*, Politique Étrangère, été, 1993.
- LAVROFF G.-D., *Les partis politiques en Afrique Noire*, Paris, Presse Universitaire de France, 1970.

- LOCHOUAN Y., *Les Afar de la Corne de l'Afrique*, Mémoire de DEA, Université Bordeaux I, 1982.
- JOSEPH E., *Le renouvellement politique en Afrique subsaharienne: Un défi pour les années 1990*, Afrique 2000, novembre 1990
- MARCHAL R., Mitterrand, *Djibouti et la Corne de l'Afrique*, Politique africaine, juin 1995
- M'BEMBE A., *Diagnostic sur les dérapages de la transition démocratique en Afrique*, Afrique 2000, Entretien, février 1993.
- MEDARD J.F., *Autoritarismes et démocraties en Afrique noire*, in Politique africaine N°4. oct. 1991.
- MARSHALL R., *L'après Mengistu dans la Corne de l'Afrique*, Relations Internationales, 1993.
- MEDHANIE T., *Les modèles de transition démocratique*, Afrique 2000, août 1993.
- MOHAMED A., *Ourron-Djibouti 1991-1994: du maquis afar à la paix de braves*, Paris, l'Harmattan, 2002.
- MONKOTAN K., *Des modes originaux d'expression démocratique en Afrique*, Afrique 2000, Novembre 1990
- OTAYECK R., *Djibouti: construction nationale et contraintes stratégiques*, CEAN, Bordeaux, 1985.
- OTAYEK R., *La démocratie entre mobilisations identitaires et besoin d'Etat : y a-t-il une "exception" africaine?* «Autrement» 1999.
- PETITVILLE F., «4 décennies de coopération franco-africaine: usages et usure d'un clientélisme», «Etudes internationales», Vol. XXVII, sept. 1996.
- OYONO D., *Du parti unique au multipartisme: environnement international et processus de démocratisation en Afrique*, «Afrique 2000», août 1991.
- QUANTIN P. et al, *Les transitions démocratiques africaines*, Paris, Karthala, 1996.
- RAYNAL J.J., *Les conférences nationales en Afrique: au-delà du mythe, la démocratie?* «Penant», octobre-décembre 1994
- SALL E., *Bicéphalisme du pouvoir exécutif dans les régimes politiques d'Afrique noire: crises et mutations*, «Pénant», sept.déc. 1997
- ZAÏKI L., *Un monde privé de sens*, Paris, Seuil, 1994.
- “La Nation” (journal gouvernemental de Djibouti),
- “Politique Africaine”, *La Corne de l'Afrique*, N° juin 1995
- “Le Progrès” (journal du parti gouvernemental djiboutien)
- “Le Renouveau” (journal de PRD)
- “La République” (journal du PND)
- “Jeune Afrique”, Supplément Djibouti Juillet 1990.
- “Politique étrangère”, hiver 1993, pp. 164-183.

**PROBLEMÁTICAS DA ESCRAVATURA
AFRICANA**

FORAM OS ESCRAVOS DECISIVOS NA ABOLIÇÃO DA ESCRavidÃO? CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DE UM LIVRO DE NELLY SCHMIDT

João Pedro Marques*

Há cerca de duzentos anos Thomas Clarkson representou graficamente a gênese do movimento de combate à escravatura como um rio de ideias que foi engrossando ao longo do tempo até se tornar uma torrente irreprimível. O retrato que Nelly Schmidt faz desse movimento no seu último livro¹ tem um aspecto radicalmente diferente do rio imaginado por Clarkson. Em certo sentido, é como se esse rio tivesse invertido o seu curso e passado a correr da foz para a nascente.

Não é, aliás, um rio de fácil navegação. Escrito numa linguagem simples, o seu livro é, ainda assim, pouco claro, porque a narrativa salta frequentemente de época e muda de objecto sem pré-aviso. Numa mesma página lemos passagens que parecem reportar-se apenas ao caso francês, entremeadas com outras que só fazem sentido se dirigidas ao conjunto do universo escravista e abolicionista. Há, também, várias inconsistências, ideias que se afirmam de forma categórica para serem negadas ou matizadas algumas páginas adiante. Acresce que os 12 capítulos em que o livro se subdivide estão imbricados de uma forma que torna a leitura algo circular. Esta circularidade resulta, também, de uma arrumação de temas propícia a induzir no leitor uma ideia peculiar sobre precedências históricas, o que não é inocente pois o livro tem uma tese central, enunciada logo no preâmbulo: “vaincre l’esclavage fut l’objectif des premiers concernés, les captifs d’Afrique

* Instituto de Investigação Científica Tropical – Lisboa.

¹ Nelly Schmidt, *L’abolition de l’esclavage. Cinq siècles de combats (XVIe-XXe siècle)*, Fayard, Paris, 2005.

déportés aux Caraïbes-Amériques entre la fin du XVe et la fin du XIXe siècle. Ce fut *ensuite* et aussi celui des abolitionnistes qui, en Occident, cherchèrent, du XVIIIe au XIXe siècle, à convaincre les gouvernements européens de la nécessité de mettre un terme à la traite négrière et au système esclavagiste” (p. 7, *italico meu*). Ou seja, as várias manifestações de resistência escrava — revoltas, fugas, conspirações — teriam como meta acabar com a escravidão, pelo que os escravos teriam sido, historicamente, os precursores do movimento que assumiria a sua feição política manifesta — a feição abolicionista — em finais do século XVIII. Esta tese da prioridade cronológica e da relevância da luta anti-escravista levada a cabo pelas massas escravas é, depois, repetida muitas vezes e de várias formas ao longo da obra.

O que desde logo merece reparo, nesta tese, é o facto de Schmidt fazer uma operação de desinserção na medida em que, como explica (p. 8), o seu estudo da luta contra a escravidão não considera factos ocorridos noutros espaços e noutros tempos. Para a autora, teria sido nas Américas que o sistema escravista fora “le plus massif et le plus durable” e um estudo alargado a outras épocas poderia produzir “des amalgames fort trompeurs” (pp. 11 e 319). Ora, atendendo a que o objectivo do seu livro é, como ela mesma enuncia, “l’étude d’idées et de combats livrés pour vaincre l’esclavage” (p. 16), uma tal desinserção é inaceitável, ainda que se perceba a intencionalidade da manobra. De facto, se considerasse igualmente a Antiguidade e a Idade Média, tanto cristã como muçulmana, Schmidt ver-se-ia confrontada com uma de duas opções, ambas muito incómodas para o seu propósito: ou teria de reconhecer que a resistência à escravidão e o correspondente anti-escravismo vinham dos primórdios dos tempos (e explicar por que razão esse anti-escravismo não produzira efeitos nessas épocas antigas); ou, então, teria de considerar que as revoltas, conspirações e fugas ocorridas antes do século XVI não eram expressões de anti-escravismo, e explicar por que motivo o não eram. Acessoriamente, teria de explicar, também, por que razão os escravos na Antiguidade ou na Idade Média se revoltavam, se não estavam sujeitos ao tal “système massif” que só se desenvolveria mais tarde, nas Américas. São, como se verifica, demasiadas explicações difíceis que a sua manobra de desinserção permite pura e simplesmente contornar, com a curiosa coincidência de retirar de cena algumas das maiores rebeliões

escravas da história. Relembre-se que na Itália Romana, por exemplo, a primeira revolta da Sicília se prolongou pelo menos por 4 anos e envolveu cerca de 70 mil escravos; e que a revolta de Espártaco durou 3 anos e poderá ter tido uma adesão ainda maior (talvez 120 mil rebeldes), sendo necessárias dez legiões para a esmagar completamente². Só por uma vez — em São Domingos — as Américas passaram por uma revolta de escravos do mesmo gabarito. Quanto à ideia de “amálgama” trata-se de um argumento de circunstância: as “amálgamas” dependem mais da qualidade do historiador do que da amplitude do tema. Mas passemos por cima desta cómoda desinserção e entremos no conteúdo da obra e no âmago da sua tese central.

Para sustentar a ideia de que os escravos teriam sido os precursores do abolicionismo, Schmidt foca a sua atenção em todas as manifestações de reactividade, de rejeição ou de desespero, colocando num mesmo saco as revoltas nas plantações ou nos navios negreiros, as conspirações abortadas, os envenenamentos dos senhores ou as fugas de escravos. Na sua perspectiva, esses fenómenos teriam a mesma natureza e um significado similar — “les phénomènes de résistance que suscite l’esclavage, quelles que fussent leur origine et leur forme, appartenait tous à un même système” (p. 8) — e até mesmo ocorrências como o suicídio, o infanticídio ou a própria sobrevivência quotidiana do escravo poderiam ser vistas como “une manière de victoire” (p. 49). É certo que muitas dessas “vitórias” não estão documentadas porque os escravos não tinham acesso à escrita e os ocidentais — incluindo os próprios abolicionistas — não reconheceram nessas iniciativas escravas qualquer sentido ou propriedade anti-escravista. “Il s’agit pourtant bien de combats contre l’esclavage”, assegura Schmidt (p. 26).

Comecemos por notar que esta a concepção englobante — que é, agora sim, uma “amálgama muito enganadora”, para usar as expressões da própria autora — não deixa praticamente espaço para a figura do escravo complacente, obediente ou submisso. A história da escravatura dos africanos — e de outros povos — remete não apenas para a explo-

² Keith Bradley, *Slavery and Rebellion in the Roman World, 140 B. C. – 70 B. C.*, Indiana University Press, Bloomington e Indianapolis, 1998 (1ª ed. de 1989), pp. 61, 64, 96-97 e 107.

ração e a resistência, mas também para a anuência e a colaboração e, nessa história, à figura do escravo rebelde contrapõe-se, na outra face da moeda, a do escravo fiel ao seu senhor. Nunca devemos minimizar o facto de que, em quase todos os casos de revolta, os revoltosos enfrentaram a oposição dos negros livres e dos escravos que preferiram permanecer leais aos seus senhores. Um exemplo, apenas, entre muitos: na revolta ocorrida em 1733 na pequena ilha de São João só 14% da população escrava terá aderido ao movimento rebelde; a esmagadora maioria permaneceu fiel e muitos tomaram parte activa no combate aos revoltosos³. Convirá não esquecer, também, que vários projectos de rebelião foram abortados ou estrangulados no berço porque esses escravos fiéis — geralmente as mulheres — os denunciaram. Para os denunciantes, o caminho da liberdade passava pela delação, pela cooperação com as autoridades brancas, pela inevitável execução dos seus irmãos de infortúnio, e não pela revolta. A ideia de que os escravos eram seres sempre prontos a derrubar o sistema escravista corresponde a uma visão ingénua sobre a natureza das relações de poder absoluto ou de dominação total em que assentava a escravatura. Se não fosse ingénua, pergunta pertinentemente Davis, como se explicaria então que dois ou três brancos adultos pudessem controlar cem ou duzentos escravos numa plantação isolada das Caraíbas?⁴

Schmidt silencia esses factos e, na ausência ou escassez de dados que lhe permitam documentar o comportamento quotidiano como um modo de resistência, cinge-se à trilogia clássica de revoltas, conspirações e fugas. Em conformidade, dedica os primeiros capítulos da obra, ao enunciado de várias revoltas cuja dimensão geralmente não quantifica, preferindo a utilização de expressões como “grandes révoltes”, “révoltes importantes”, “soulèvement d’esclaves d’envergure”, só muito ocasionalmente aludindo ao número de rebeldes envolvidos. Fala também em frequentes conspirações, adicionando-as às revoltas o que, de um ponto de vista da análise histórica, levanta alguns problemas. Deve recordar-se que as confissões dos implicados — ou supostos

³ Isaac Dookhan, *A History of the Virgin Islands*, University Press of the West Indies, Kingston, 1994, p. 169.

⁴ David B. Davis, *In the Image of God. Religion, Moral Values, and Our Heritage of Slavery*, Yale University Press, New Haven, 2001, p. 325.

implicados — em conspirações eram geralmente obtidas sob tortura e que o seu valor é duvidoso. Parece claro que, em certos casos, os brancos inventaram conspirações, o que remete para fenómenos de paranóia ou de espírito persecutório, aliás, bem conhecidos e que transcendem a problemática ou o espaço da escravidão. Trevor-Roper mostrou como, sob tortura, as pessoas confessam aquilo que os interrogadores querem ouvir e denunciam os vizinhos e os amigos, acabando por conferir dimensões enormes a pequenos e inócuos eventos⁵.

Esses aspectos não terão sido ponderados por Schmidt, cujo método de juntar no mesmo saco coisas muito diferentes leva, aliás, a situações verdadeiramente aberrantes. No fim do livro (pp. 357-360), por exemplo, a autora apresenta a longa lista do que teriam sido as revoltas escravas. E verifica-se, com espanto, que dessa lista fazem parte episódios como o caso jurídico do navio *Amistad* (1839), a edificações de *quilombos*, revoltas de natureza política ou independentista nas quais, a par de vários grupos sociais, também participavam escravos, ou, ainda, o episódio de John Brown, designado por “rébellion de John Brown en Virginie”. Como é sabido, John Brown foi um abolicionista branco — algo que Schmidt nunca refere — que, em Outubro de 1859, à frente de um pelotão de brancos e negros atacou e tomou o arsenal de Harpers Ferry, na Virgínia, com o intuito de armar os escravos e desencadear uma revolta em pleno coração do Sul escravista. Essa revolta não se verificou e Brown viria a ser enforcado.

De qualquer modo, a constante referência a rebeliões ou conspirações vagamente descritas poderá levar o leitor a supor que as Américas viveram em permanente tumulto escravo. A própria autora induz directamente essa ideia quando refere, por exemplo, os escravos “souvent rebellés” de São Domingos (p. 69). Ora, importa dizer que antes da Era da Revoluções e do abolicionismo, isto é, antes de finais

⁵ H. R. Trevor-Roper, *Religion, the Reformation and Social Change*, Macmillan, Londres, 1967 (utilizei a trad. port. de Maria do Carmo Cary, *Religião, Reforma e Transformação Social*, Ed. Presença, Lisboa, 1981, pp. 73 segs.). Para um exemplo de uma conspiração forjada ver Winthrop D. Jordan, *Tumult and Silence at Second Creek: An Inquiry into a Civil War Slave Conspiracy*, Louisiana State University Press, Baton Rouge, 1993.

do século XVIII, as Américas não terão tido mais do que 10 grandes revoltas escravas — entendendo-se aqui por grande revolta escrava um movimento insurreccional envolvendo um mínimo de 200 ou 300 revoltosos, muito aquém de acontecimentos análogos vividos anteriormente noutras regiões do mundo. Os levantamentos de escravos de pequena dimensão foram, todavia, mais frequentes nas colónias americanas do que na Antiguidade e na Idade Média europeias, o que poderá relacionar-se com o tipo de utilização que lhes era dado em cada uma dessas épocas e locais. De facto, muitas das rebeliões ocorridas no espaço colonial estalaram na zona de plantação, em especial na área de produção açucareira onde, por norma, as condições de trabalho eram particularmente desumanas. Ao invés, e se exceptuarmos o trabalho nas minas, a utilização da escravaria no mundo antigo e medieval levava à dispersão dos escravos pelas casas dos senhores, onde ficavam tendencialmente ligados a actividades domésticas. Note-se, também, que em muitas colónias atlânticas se verificava uma desproporção muito grande, por vezes suicida, entre livres e escravos que, em muitos casos, constituíam 80 a 90% da população. Desproporções deste quilate, que eram inéditas ou invulgares na história da escravatura, nem sempre eram compensadas por guarnições militares minimamente adequadas. A ilha dinamarquesa de São João, que passaria por uma revolta de cerca de 150 negros em 1773, dispunha de uma pequena milícia ineficaz e de uma guarnição militar composta por 8 homens, apenas⁶.

Estas e outras razões contribuirão para explicar a relativamente maior frequência de insurreições escravas no mundo colonial. Ainda assim, essas insurreições não tocaram todas as zonas por igual e a par de colónias propensas à rebelião — como a Jamaica — houve muitas outras geralmente poupadas ao tumulto escravo. O Brasil, por exemplo, viveu em tranquilidade relativa até finais do século XVIII. Algo de semelhante pode ser dito a respeito de Trinidad ou de Barbados, de Santa Cruz, Curaçao, Antígua ou da ilha de São Domingos, onde, ao contrário do que afirma Schmidt, as revoltas foram raras nesse período. Após ter assistido ao primeiro (pequeno) levantamento de escravos

⁶ Neville A. T. Hall, *Slave Society in the Danish West Indies. St. Thomas, St. John and St. Croix*, The University of West Indies Press, Mona, 1994, p. 11.

negros na América, no início do século XVI, a ilha atravessaria os 270 anos seguintes sem grandes sobressaltos. Seria só depois do advento do abolicionismo e da Revolução francesa que as revoltas se tornaram mais disseminadas e mais ambiciosas, como se verá adiante.

A revolta não era, portanto, tão omnipresente como Schmidt sugere. Aliás, a historiografia mais recente tem revelado que a estratégia usualmente seguida pelos escravos nas Caraíbas e outras regiões não foi a revolta mas a negociação contínua com senhores e capatazes. As suas metas tinham pouco que ver com o problema da rejeição da escravidão (tal como os brancos a entendiam) mas viravam-se para metas mais comezinhas e tangíveis: queriam mais terra e mais tempo para cultivarem para si mesmos e para venderem no mercado local; queriam recompensas monetárias pela execução de certos serviços; queriam direitos para viverem uma vida social e familiar mais plena e satisfatória (o que implicava poder casar e ter liberdade de culto religioso). Nada disso é invulgar e constitui, talvez, o típico comportamento humano numa situação de grande subordinação ou dependência⁷.

É claro que, para Schmidt, a importância das revoltas não se mediria apenas pela frequência ou pelo número de rebeldes envolvidos, mas também pelo medo que causavam. Esse medo teria minado o sistema colonial europeu “pendant ses quatre siècles d’existence” (p. 17). Estamos aqui perante uma forma indirecta de aferir um fenómeno. Pelo medo das sociedades escravocratas poderia medir-se a dimensão da ameaça escrava e compreender, em última instância, o peso que tal ameaça teria assumido na decisão ocidental de abolir a escravidão. Mas este juízo não resiste a um pequeno assomo de história comparada. Nas sociedades escravistas o medo é uma inevitabilidade — os homens não são inconscientes e sabem que é perigoso ter alguém brutalizado dentro de casa — mas as abolições não variaram na razão directa da sua intensidade ou importância. Na Grécia Antiga, os senhores receavam fortemente eventuais insurreições ou vinganças de escravos e hilotas, mas, como sabemos, esse sentimento não os levou a pôr fim à

⁷ David B. Davis, *Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World*, Oxford University Press, Nova Iorque e Londres, 2006 (no prelo; usei o manuscrito gentilmente cedido pelo autor).

condição servil⁹. É certo que nas sociedades coloniais, onde a desproporção entre brancos e negros podia atingir, como vimos, níveis perigosamente desfavoráveis aos primeiros, a ocorrência de revoltas dava normalmente origem a grandes apreensões ou pavores. Mas é igualmente verdade que, com o passar dos dias, esses sentimentos tendiam a esbater-se e que o medo nunca impediu que os senhores distribuíssem armas a alguns dos seus escravos, tal como não impediu que continuassem a praticar a escravidão. Por isso, os franceses permaneceram agarrados às suas colónias escravistas, não obstante o balanço arrepiante da revolta de São Domingos.

Foram sobretudo os abolicionistas britânicos — cujo primeiro objectivo era a abolição do tráfico — que hipertrofiaram o problema do medo para melhor defenderem a proibição da introdução de mais escravos nas colónias, e foram eles que se encarregaram de manter vivo esse temor e de o actualizar a cada novo surto rebelde. Paradoxalmente, esse aproveitamento político da ameaça escrava ocorria no momento em que muitas das revoltas começavam a enveredar por caminhos menos ameaçadores para as comunidades brancas porque começavam a visar, agora sim, uma meta anti-escravista. É que, ao invés do afirmado por Schmidt, muitas das revoltas desencadeadas antes de finais do século XVIII, bem como de algumas das que ocorreram depois dessa época, não tinham como objectivo acabar com a escravidão. O que resulta do julgamento dos revoltosos e, também, da sua actuação no terreno, revela que os objectivos mais comuns eram escapistas, retaliadores e restauracionistas, isto é, tratava-se de readquirir a liberdade, matar os brancos, destruir os engenhos e outras instalações, e, consoante a relação de forças no terreno, escapar ou dominar uma região, onde, tendencialmente se restaurariam os modos de organização social africanos, incluindo a escravidão¹⁰. O propósito dos líderes da chamada revolta de Tacky, na Jamaica, era a extinção dos brancos, a tomada do poder na ilha, onde continuariam a produzir

⁸ Yvon Garlan, *Les esclaves en Grèce ancienne*, Ed. La Découverte, Paris, 1995, pp. 178 segs.

⁹ Para os aspectos restauracionistas das revoltas escravas anteriores aos finais do século XVIII ver Eugene D. Genovese, *From Rebellion to Revolution. Afro-American Slave Revolts in the Making of the Modern World*, Louisiana State University Press, Baton Rouge, 1979, prefácio e pp. 3 e 82 segs.

açúcar graças à escravização dos negros que se recusassem a segui-los¹⁰. O mesmo se passou na revolta ocorrida na ilha dinamarquesa de São João, em 1733, onde os rebeldes se dispuseram, inclusive, a vender escravos para obterem a pólvora de que careciam¹¹. Também os revoltosos que dominaram Berbice, em 1763, reduziram os mestiços à escravidão e, naturalmente, se a admitiam no seu seio, mais facilmente a admitiam no exterior. Como Kofi, o líder da revolta, dizia numa das cartas que dirigiu ao governador holandês da colônia, os seus homens não queriam continuar escravos, e por isso se tinham revoltado; mas o governador poderia e deveria suprir a sua falta importando outros africanos: “those negroes that your honour has in the ship, they can remain slaves”¹². Esse propósito de escravização de mestiços ou negros de outras etnias — que Schmidt nunca refere — continuaria a manifestar-se em algumas revoltas do século XIX, como, por exemplo, o famoso levantamento dos Malês, ocorrido na Baía, em 1835¹³. Não era, aliás, específico do mundo atlântico. Os muitos milhares de escravos negros que, em 869, desencadearam uma rebelião de grandes dimensões no sul do Iraque, e que chegaram mesmo a tomar Baçorá, nunca aboliram a escravidão. Pelo contrário, recompuseram o sistema em proveito próprio, escravizando os prisioneiros de guerra, as mulheres e crianças capturadas durante as conquistas das cidades ou vilas iraquianas¹⁴. Mas, ainda que se refira à revolta do Iraque, Schmidt optou por ignorar esse facto.

Poderá dizer-se — e com razão — que a tese de Schmidt não assenta apenas nos fenómenos de revolta. Como o seu método analítico coloca tudo num mesmo saco, as páginas do seu livro vão entrelaçando revoltas e conspirações com fugas e a subsequente edificação de acam-

¹⁰ Michael Craton, *Testing the Chains: Resistance to Slavery in the British West Indies*, Ithaca, Cornell University Press, Nova Iorque e Londres, 1982, pp. 127 e 132.

¹¹ Dookhan, *ob. cit.*, pp. 167-168.

¹² Monica Schuler, “Akan Slave rebellions in the British Caribbean”, in Hilary Beckles e Verene Shepherd (eds.), *Caribbean Slave Society and Economy*, IRP/James Currey Publishers, Londres, 1991, pp. 379-80.

¹³ João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês em 1835*, Companhia das Letras, São Paulo, 2003, p. 268; para objectivos semelhantes na abortada revolta de 1807, ver também p. 73.

¹⁴ Alexandre Popovic, *The Revolt of African Slaves in Iraq in the 3rd/9th Century*, Markus Wiener, Princeton, 1999, em especial pp. 129-132; para as revoltas de menor dimensão ocorridas na mesma zona e envolvendo escravos negros, ver pp. 22-23.

pamentos de negros foragidos (vulgarmente designados por *marrons*). A autora identifica vários desses acampamentos, incluindo o famoso *quilombo* de Palmares, e caracteriza-os como espaços de liberdade erigidos à margem da sociedade escravista (pp. 26 e 47-48), omitindo que em alguns deles os escravos foragidos conservaram a escravidão, tal como conservaram formas de cooperação com o mundo colonial que, obviamente, não eram compatíveis com qualquer forma de anti-escravismo. É verdade que Schmidt nos informa de que os foragidos “firent aussi le jeu des colonisateurs” (p. 54), mas trata-se de uma passagem ambígua e fugidia rapidamente contrabalançada pela afirmação de que os *marrons* faziam alianças frequentes com os escravos revoltosos (pp. 64-65). Ora, nenhum *quilombo*, independentemente da sua dimensão e duração, deve ser visto como uma tentativa de destruir o sistema escravista nem, sequer, como uma rejeição absoluta desse sistema¹⁵. Os *marrons* adquiriam a liberdade para si mesmos, mas não eram geral ou necessariamente anti-escravistas. Por isso, os tratados de não-agressão estabelecidos entre as autoridades coloniais e os fugitivos irredutíveis previam, habitualmente, que a troca do reconhecimento da sua liberdade estes últimos passassem a colaborar com os brancos na captura e restituição de outros escravos foragidos. Esse método já fora utilizado na Antiguidade — as autoridades de Quios, por exemplo, estabeleceram um acordo desse tipo com os escravos rebeldes refugiados nas montanhas¹⁶ — e repetiu-se variadíssimas vezes na América escravista. Os *marrons* da parte ocidental da Jamaica, por exemplo, compravam, vendiam e possuíam um apreciável número de escravos e eram *bounty hunters*, isto é, caçadores de escravos fugitivos não apenas na própria ilha mas também no Suriname e noutros locais onde os seus serviços fossem requisitados. Além disso, ajudaram a combater sublevações nas plantações, razão pela qual eram odiados por uma parte da população escrava e adequadamente conhecidos como “the King’s Negroes”¹⁷. Em Palmares também

¹⁵ Donald Ramos, “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII”, in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, pp. 164-192.

¹⁶ Garlan, *ob. cit.*, pp. 181-184.

¹⁷ Richard Price (ed.), *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1996 (3ª ed.), pp. 22 e 148; e Genovese, *ob. cit.*, pp. 51 segs.

não se erradicou a escravidão: aqueles que viessem de *motu proprio* juntar-se aos foragidos, passariam a ser livres; mas os que fossem capturados no decorrer de um qualquer *raid*, seriam considerados cativos e iriam engrossar a camada servil do *quilombo*¹⁸. Práticas em tudo idênticas foram seguidas noutros núcleos de foragidos como, por exemplo, na ilha de São Domingos¹⁹.

Os escravos que através da fuga ou da revolta acediam à liberdade individual, não tinham como principal preocupação a libertação dos outros escravos e acabavam, por vezes, por recriar uma estrutura social que comportava a escravidão. O que não deve surpreender, uma vez que essa era a prática do tempo, tanto em África como na América. É muito desajustado, portanto, supor que por trás da fuga e da revolta estivesse necessariamente uma postura anti-escravista. Nos três primeiros séculos de vida do mundo afro-americano os escravos coloniais revoltaram-se como, já antes deles, se haviam revoltado os escravos gregos ou romanos. A sua luta visava frequentemente a vingança, a obtenção de terra e a libertação individual. Mas não visava, por norma, uma libertação global, algo de inerente e imprescindível a toda a concepção anti-escravista das relações humanas. Ao contrário do que Schmidt pensa (p. 11), reagir contra a sua sorte não equivale necessariamente a lutar contra a escravatura; também ao contrário do que pensa não houve grandes rebeliões sucessivas que só não terão triunfado porque havia uma política de controlo social muito repressiva e eficaz. Mas mesmo que tivesse havido, e que tivessem triunfado, nada indica que essas revoltas teriam originado mundos sem escravidão.

Todavia, originaram-nos na ilha de São Domingos, na viragem de Setecentos para Oitocentos, e esse exemplo de uma emancipação geral garantida pelos escravos poderia ter-se repetido a partir dessa data noutras colónias americanas. É verdade que a revolta de São Domingos resultou de uma improvável e muito específica conjugação de factores que mutuamente se reforçavam. De certa forma, foi um subproduto

¹⁸ Ronaldo Vainfas, "Deus contra Palmares. Representações senhoriais e ideias jesuítas", in Reis e Gomes (orgs.), *ob. cit.*, pp. 60-80; e Stuart B. Schwarz, *Slaves, Peasants, and Rebels. Reconsidering Brazilian Slavery*, University of Illinois Press, Urbana e Chicago, 1996, p. 124.

¹⁹ Price (ed.), *ob. cit.*, p. 141; Genovese, *ob. cit.*, p. 57.

da Revolução Francesa que vingou porque, para além de ter ocorrido na esteira da luta entre facções revolucionárias e contra-revolucionárias locais, e da guerra com a Espanha e a Grã-Bretanha, acabou por se materializar em paralelo com o esfarelamento e o colapso da autoridade branca. Mas não pode ignorar-se que, nesse cenário convulsivo, aquilo que começara por ser uma reivindicação limitada de melhoria das condições da escravidão foi-se ajustando à realidade vivida e às ideias que andavam no ar, e foi derrapando para a reivindicação da emancipação e, depois, para a luta pela independência. A partir de 1793-94, a revolta escrava entrelaçou-se com o ideário abolicionista e revolucionário e os revoltosos lutaram clara e assumidamente pelo fim da escravidão e, depois, pelo nascimento do Haiti²⁰.

Em certas colónias inglesas assistiu-se a um processo com algumas similitudes. Encorajados pelos avanços que o abolicionismo ia tendo, em Inglaterra, ou por rumores de que o rei já decretara a sua libertação, milhares de escravos em Barbados (1816), em Demerara (1823) e, depois, na Jamaica (1831) desencadearam revoltas que reivindicavam o fim da escravidão. Apesar de terem sido esmagadas com violência, essas revoltas — que, por vontade manifesta dos revoltosos, causaram poucas vítimas entre a população branca — viriam a ter influência no ritmo a que Grã-Betanha ia caminhando para a abolição. Em certo sentido, a forma como o receio das sublevações escravas foi ideologicamente utilizado pelos abolicionistas britânicos contribuiu para criar uma espécie de sistema de retroação: cada nova revolta reforçava a argumentação abolicionista; e uma argumentação abolicionista reforçada, contribuindo para um movimento abolicionista mais acutilante, ecoava nas colónias, estimulando outras revoltas²¹. Numa sociedade cada vez mais adversa à ideia de escravidão colonial, como era a britânica, a revolta de 1831 na Jamaica e os acontecimentos com ela relacionados — nomeadamente, a perseguição de que os missionários baptistas foram alvo por parte da população e das autoridades coloniais — fizeram inclinar decididamente os pratos da balança

²⁰ David P. Geggus, "The Haitian Revolution", in Beckles e Shepherd, "ob. cit.", pp. 402-418; e id., *Haitian Revolutionary Studies*, Indiana University Press, Bloomington, 2002.

²¹ João Pedro Marques, *Revoltas Escravas e Abolição da Escravidão: Entre a Mistificação e o Mal Entendido*, Alêtheia, Lisboa (no prelo).

a favor da emancipação. É evidente que o carácter auto-contido das acções escravas ajudou muito a causa abolicionista em Inglaterra. Se os escravos de Barbados, Demerara ou da Jamaica tivessem seguido o exemplo de São Domingos e massacrado centenas ou milhares de brancos, seria muito mais difícil passar a mensagem abolicionista para a população britânica e, depois, europeia²². De qualquer forma, o efeito catalizador e reorientador do abolicionismo na rebeldia escrava, é indesmentível. Basta atentar no facto de essas revoltas terem sido mais frequentes e mais amplas nas colónias de metrópoles onde o abolicionismo tinha expressão do que nas de países como Portugal, Holanda ou Espanha, onde os movimentos abolicionistas não existiam ou eram pouco influentes. Isto significa que é inteiramente insustentável a tese de que os escravos se emanciparam a si próprios. Como diz Craton, reportando-se ao caso britânico, “it would be perverse to claim that slaves actually achieved their own emancipation by resistance. The changes that occurred in 1808, 1834, and 1838 were decreed and enforced by the imperial parliament, after a majority of its members became convinced by arguments that slavery was at the same time, morally evil, economically inefficient, and politically unwise”²³.

Não foram as revoltas — acontecimentos comuns na história da escravatura — mas outros e mais decisivos factores que, em determinado momento, empurraram os povos ocidentais no sentido da abolição. Foram esses factores, com destaque para a mudança de perspectiva acerca da justiça e da necessidade da escravatura, que permitiram a construção e aplicação de uma nova norma de liberdade universal, muito diferente da liberdade individual ou grupal geralmente visada, até então, pelas fugas ou sublevações escravas. São esses factores — e não as revoltas — que constituem a variável estratégica da emancipação. Afirmar, como Schmidt faz nas conclusões do seu livro, que “chaque décret d’émancipation, qu’il s’agisse des domaines coloniaux français, anglais, espagnol, danois ou néerlandais, fut précédé d’un soulèvement d’esclaves plus ou moins long qui précipita la prise de décision” (p. 326) só pode aceitar-se no que diz respeito ao

²² Davis, *Inhuman...*, *ob. cit.*

²³ Craton, *ob. cit.*, p. 242.

caso inglês. No resto, é simultaneamente parcial e falso. Parcial, porque passa ao lado do ocorrido em Portugal, na Suécia, no Brasil ou nos novos países nascidos nas ex-colônias espanholas, onde os processos emancipacionistas foram independentes de revoltas escravas. E falso porque, a menos que se atribua ao verbo “preceder” um âmbito tão extenso que permita incluir factos ocorridos à distância de várias décadas ou de séculos, os decretos de abolição espanhóis, holandeses, dinamarqueses e franceses não foram precedidos por revoltas escravas²⁴. Acrescente-se que é inaceitável afirmar, como Schmidt também faz, que nos Estados Unidos a resistência dos escravos, bem como a fuga de milhares deles para o norte, contribuíram pelo menos tanto como a acção dos republicanos para pôr um fim à escravidão (p. 277). Como se sabe, no século XIX, houve apenas duas revoltas de escravos nesse país, a última das quais — a de Nat Turner — ocorreu em 1831, trinta anos antes da Guerra Civil, e terá envolvido 50 rebeldes. Como é sabido, também, durante essa guerra, numa altura em que o Sul estava a ser invadido por todos os lados e em que se sucediam os apelos e encorajamentos à revolta dos negros, essa revolta nunca surgiu, ainda que os milhões de escravos aí existentes se confrontassem com uma sociedade branca sulista onde, devido ao alistamento maciço da população masculina, predominavam mulheres, crianças e velhos. Isto não significa que o comportamento dos escravos tenha sido absolutamente inerte pois muitos arriscaram as suas vidas na fuga e juntaram-se em grande número às tropas combatentes²⁵. Mas a ausência de revoltas no período da Guerra Civil significa, isso sim, que a luta dos escravos pela liberdade foi feita num quadro regular, ao lado dos soldados brancos, e não num quadro insurreccional.

Da mesma forma que transmite uma imagem tendenciosa acerca do universo das resistências escravas, Schmidt traça um retrato distorcido da atitude europeia perante o problema da escravidão. A ideia principal que procura transmitir é a de alheamento, indecisão ou timidez da Europa em geral — e dos anti-escravistas em particular

²⁴ Marques, *ob. cit.* (no prelo).

²⁵ Davis, *Inhuman...*, *ob. cit.* Também havia alguns escravos nas fileiras do exército confederado, mas o seu número era de algumas dúzias, apenas, pois só mesmo nos últimos tempos da guerra os sulistas se decidiram a deitar mão desse expediente.

— face ao tráfico e à escravidão. Daí que comece por afirmar que durante dois séculos o tráfico e a escravidão se fizeram “dans un silence quasi absolu de la part de l’Europe” (p. 135) e que teria sido só em meados do século XVIII que, nas sociedades ocidentais, foram manifestadas publicamente dúvidas “sur la légitimation morale et religieuse de la traite négrière et de l’esclavage” (p. 12). Não é rigorosamente assim e a palavra “silêncio” é claramente forçada. Desde o século XV que várias vozes teceram considerações sobre o fenómeno. A primeira terá sido a de Zurara, logo no momento da chegada dos primeiros escravos a Lagos, e muitas dezenas se lhe seguiram, procurando justificar o escravismo ou, mais raramente — como foi o caso de Jean Bodin, no século XVI —, procurando condená-lo e exigindo a sua erradicação. Podemos tecer várias considerações a respeito dos juízos emitidos nessas épocas, num ou noutro sentido, mas não podemos considerar que apenas houve silêncio²⁶.

O mesmo tipo de visão desfocada acompanha, depois, toda a análise que Schmidt faz ao universo abolicionista de finais do século XVIII em diante. Num plano mais geral, é o próprio abolicionismo que é desvalorizado como um mero sucedâneo do anti-escravismo e da luta lançada pelos escravos séculos antes. Para Schmidt, o abolicionismo não seria senão o anti-escravismo de outros tempos ao qual se adicionara uma componente económica que tornava concebível a substituição do sistema escravista então existente por outras formas de organização económica e social (p. 17 e 24). Mas essa inovação, que fazia o abolicionismo mais convincente para a opinião pública, não constituiria uma ruptura com o que já vinha de trás. Daí que discorde da importância que geralmente se lhe atribui e que considera excessiva. Até porque implicaria que os libertos teriam como que uma espécie de dívida de gratidão para com os abolicionistas, sobre os quais, considera Schmidt, se terá construído uma vulgata mitológica (p. 19).

De facto, a visão desfocada também incide sobre a acção, a intencionalidade e o mérito das figuras que desempenharam um papel na abolição da escravidão. Simon Bolívar, por exemplo, é acusado de cinismo e Lincoln de ser um hesitante (pp. 253 e 277). Toda a Europa

²⁶ Ver João Pedro Marques, *Portugal e a escravatura dos Africanos*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2004, cap. 6.

é acusada de hipocrisia por, num primeiro momento, pretender abolir apenas o tráfico e não, logo de imediato, a escravidão (p. 119). Acresce que, para Schmidt, os abolicionistas não teriam ouvido os escravos, não os representavam nem conheciam os seus anseios e dificuldades, uma vez que testemunhos realmente fiáveis só teriam começado a ser recolhidos depois da Primeira Guerra Mundial, nos Estados Unidos: “Qui ces abolitionnistes de l’esclavage ont-ils écouté, dans ces conditions? Des esclaves qu’ils ne virent jamais, pour la grande majorité d’entre eux, dont ils ne s’inquiétèrent pas des revendications authentiques, ou bien les assemblées et délégués de planteurs, ou encore les Parlements européens (...)?” (p. 21).

Trata-se de uma ideia duplamente errada. Errada, desde logo, quanto aos próprios escravos e ao seu reconhecimento da importância vital assumida pelos políticos que, de algum modo, desempenharam um papel na sua libertação. Quando Lincoln entrou em Richmond (Virgínia) foi rodeado por multidões de escravos que o glorificavam como um Messias que viera libertá-los da escravidão²⁷; de forma análoga nas colónias inglesas Wilberforce era visto como um libertador, e daí o refrão da propaganda subversiva que já em 1816 ia correndo entre os escravos: “Oh me good friend, Mr. Wilberforce, make we free!”²⁸. É significativo que, mais tarde, nos primeiros tempos da emancipação, os negros tenham aderido em massa à Igreja Baptista, como forma de retribuírem uma acção e um apoio que consideravam terem sido essenciais na obtenção da liberdade²⁹. Quem ler as memórias dos escravos — que, não obstante o afirmado por Schmidt, se fizeram ouvir —, percebe a importância que para eles tinha a figura do abolicionista³⁰. Uma figura cuja fama, aliás, se estendera até África, ainda que por vezes de forma muito distorcida, e por isso houve casos em que, ao avistarem uma embarcação com pavilhão britânico, os escravos

²⁷ Davis, *Inhuman...*, *ob. cit.*

²⁸ Citado in Michael Craton, *Empire, Enslavement and Freedom in the Caribbean*, IRP/James Currey Publishers, Oxford, 1997, p. 269.

²⁹ Catherine Hall, *Civilising Subjects. Metropole and Colony in the English Imagination, 1830-1867*, Polity Press, Cambridge, 2002, pp. 11 e 105.

³⁰ O mais acessível, por ter sido publicado em português, será a autobiografia de Frederick Douglass, *Memórias de um escravo americano*, Mareantes, Lisboa, 2005 (em particular pp. 64-68 e 159-162).

transportados em navios negreiros fizeram ouvir apelos ao “Rei Jorge” para que os auxiliasse³¹.

E é, também, uma ideia errada sobre os abolicionistas que, contrariamente ao que Schmidt afirma, tinham um conhecimento notável sobre o modo como operavam o tráfico e as plantações, sobre as condições em que os escravos viviam, sobre as violências a que estavam sujeitos e, por vezes, sobre as suas aspirações. Muitos deles conheciam as colónias. Benezet, vivia na Pensilvânia; James Stephen, o estratega e ideólogo do movimento que levaria à abolição do tráfico passara parte da sua vida na Jamaica e em Barbados; Thomas Clarkson, estudou *in loco*, e com risco da própria vida, a forma como operava o tráfico a partir de Liverpool e de outros portos ingleses; James Ramsay viveu durante dezanove anos nas Caraíbas; Schöelcher visitou Cuba, os Estados Unidos e o Senegal, e passou um ano nas Caraíbas; em 1836 vários líderes abolicionistas (entre os quais Joseph Sturge) foram expressamente às *West Indies* para verificarem as condições em que se processava a transição da escravidão para a liberdade; o próprio Sá da Bandeira esteve no Brasil e, durante esse período, procurou colher dados acerca dos escravos. Os exemplos podiam acumular-se mas o que importa frisar é que toda essa gente esteve muito mais próxima do mundo dos escravos do que Schmidt — ou qualquer historiador contemporâneo — alguma vez estará. Supor que os homens do passado não interpretaram devidamente os anseios dos escravos, porque não tinham informação ou porque haveria um manto de silêncio que impedia que se falasse sobre o assunto, é levar a teoria da conspiração demasiado longe.

A visão que Schmidt transmite sobre o abolicionismo é, ainda, desfocada porque não aponta ao alvo correcto. Precisamente porque parte de uma analogia errada entre anti-escravismo e abolicionismo, a autora identifica mal o início do processo, que situa nos filósofos franceses. Ora, o facto de usar a França como ponto de partida e de referência, permite-lhe traçar, no capítulo 4, um primeiro retrato onde acentua a falta de clareza e os frequentes impasses da intenção abolicionista. Schmidt surpreende-se com as ambiguidades de

³¹ Catherine Hall, *ob. cit.*, p. 98.

Montesquieu, Voltaire e outros filósofos setecentistas, que nunca terão feito ataques indesmentíveis ao sistema escravista (p. 71). Referindo-se já não exclusivamente aos filósofos mas a todos os que, no século XVIII, poderiam ser de algum modo favoráveis à abolição, a autora reprova-lhes “l’absence d’initiative au niveau de l’action” e estranha que nenhuma voz pedisse o fim da escravidão (p. 70).

Esta última afirmação não corresponde à verdade, nem mesmo para o caso particular da França, já que Viefville des Essarts chegou a apresentar na Assembleia Nacional, em Maio de 1791, um projecto para erradicar a escravidão num prazo de dezasseis anos³². Mas o mais importante é que se trata de uma censura descontextualizada. A Índia, a China, a Coreia, o mundo islâmico, a África subsariana conheceram formas de escravidão que também correspondiam a uma “morte social”, no sentido em que Patterson usa a expressão³³. Mas Schmidt — que cita Patterson para acentuar os fenómenos de “morte social” causados pela escravidão no mundo colonial — não mostra que qualquer dessas civilizações tivesse desenvolvido um *corpus* de juízos críticos acerca da escravatura que, por comparação, fizesse com que a timidez dos filósofos setecentistas franceses fosse invulgar ou patológica. Parece, portanto, descabido censurar esses filósofos porque hesitaram ou avançaram demasiado tarde para a ideia de abolição. É claro que poderá sempre alegar-se que as censuras de Schmidt assentam num subentendido: o de que o sistema escravista criado pelos europeus nos séculos XV a XIX teria sido único no grau de violência imprimida, e que, portanto, também só ele deveria ter suscitado um nível de rejeição total. Mas, do ponto de vista intelectual, tratar-se-ia de um subentendido ou de um subterfúgio?

Dito isto, é efectivamente verdade, como Davis mostrou há muitos anos, que os filósofos franceses não fizeram ataques indesmentíveis à escravidão, nem exigiram o seu fim³⁴. E não o fizeram, muito pura e simplesmente, porque não eram abolicionistas. A importância que

³² David B. Davis, *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*, Cornell University Press, Ithaca (N.I.) e Londres, 1975, pp. 113, 116-17 e 143.

³³ Orlando Patterson, *Slavery and Social Death. A Comparative Study*, Harvard University Press, Cambridge (MA) e Londres, 1982.

³⁴ David B. Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Cornell University Press, Ithaca (N.I.), 1966.

tiveram para o movimento abolicionista foi a de terem contribuído para a criação de um espírito cada vez mais incompatível com a ideia de escravidão. Mas o movimento abolicionista não começou com os filósofos como, aliás, também não começou em França, mas sim no mundo anglo-saxónico.

Contudo, a narrativa de Schmidt não segue o filão anglo-saxónico e, após ter feito um retrato da indecisão e timidez francesa, a autora faz contrastar, no capítulo 5, essa indecisão com a iniciativa dos escravos de São Domingos que, de armas na mão, impuseram a abolição. Não deixa de ser curioso que só neste capítulo, já depois de ter analisado a revolta, Schmidt nos informe da existência de Viefville des Essarts e do seu projecto para erradicar a escravidão (que fora apresentado 3 meses antes de se ter iniciado a revolta de São Domingos) (p. 85). De todo o modo, a tónica do capítulo está colocada na descrição da insurreição de São Domingos, que a autora considera ter dado início a um triplo processo que engendraria o fim do tráfico negreiro, da escravidão e do sistema colonial (pp. 101 segs.). Atribuir à revolta de São Domingos o início do fim do sistema colonial poderá parecer insustentável quando se sabe que já antes se dera a independência dos Estados Unidos (fenómeno que, esse sim, marcou o início do processo de sucessivas independências nas colónias americanas). Parecerá ainda mais insustentável a afirmação de que a revolta teria estado na origem do processo que levou ao fim do tráfico de escravos. Mas Schmidt, que silencia o facto de Toussaint ter chegado a recorrer ao tráfico — autorizado, aliás, pela Constituição haitiana de 1801³⁵ —, vai ainda mais longe e não só atribui aos governos haitianos posteriores a 1804 uma série de medidas enérgicas contra o *odioso comércio*, creditando a sua marinha de guerra com um papel importante na luta anti-tráfico na região das Caraíbas (p. 194), como considera que os haitianos “ont joué un rôle important dans la progression (...) du processus de destruction du système esclavagiste” (pp. 104-105).

Na verdade, a emancipação no Haiti foi um acontecimento único. Estimulou a eclosão de várias revoltas na zona, mas todas foram

³⁵ Cyril L. R. James, *The Black Jacobins. Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*, Allison & Busby, Londres, 1980 (1ª ed. de 1938), p. 265; David Geggus, “The Haitian Revolution”, *ob. cit.*, p. 414.

esmagadas. Em nenhum outro local os escravos lograram a abolição da escravidão. Também não foi a partir do Haiti que o abolicionismo se propagou. Excepção feita ao apoio dado a Bolívar, em 1815, a troco da promessa de abolição da escravidão na América do Sul, o Haiti não teve uma intervenção directa nas emancipações em outros países americanos, nem mesmo nas colónias vizinhas, onde as autoridades haitianas se abstiveram de interferir, temendo retaliações. Na outra margem do Atlântico, a revolta haitiana também não foi determinante, ao invés do que Schmidt afirma (p. 69). Em 1802 os franceses restauraram a escravidão nas colónias remanescentes e só viriam a aboli-la em 1848, através de um processo político que pouco ou nada teve que ver com o que ocorrera no Haiti 55 anos antes. E nos outros países europeus os acontecimentos do Haiti atemorizaram certamente os poderes coloniais mas não constituíram um exemplo a seguir. Nenhum estado ocidental se sentiu coagido ou impelido a imitar o exemplo do Haiti. Sentiram-se, isso sim, coagidos ou impelidos a imitar o exemplo político e moral que vinha do norte dos Estados Unidos e, sobretudo, da Grã-Bretanha.

Contudo, o norte dos Estados Unidos e a Grã-Bretanha só surgem depois de nova deambulação de Schmidt pela história da indecisão abolicionista da França no período posterior à independência do Haiti, história que a autora prossegue, depois, pelos capítulos 7, 8 e 9 — os melhores do livro — até 1848. Ora, é no início do capítulo 7 que Schmidt nos proporciona uma breve resenha de 15 páginas sobre aquilo que designa por “impulso (abolicionista) anglo-saxónico”. Nessa resenha refere, naturalmente, os primeiros abolicionistas ingleses e norte-americanos (como Anthony Benezet, por exemplo) e as primeiras leis abolicionistas aprovadas no mundo ocidental. Significativamente, tudo isso surge apenas na página 136 — quase a meio do livro. Convirá frisar que Benezet publicou a sua mais famosa e influente obra em 1771, que a primeira lei de emancipação gradual nos Estados Unidos foi aprovada em 1780, que os abolicionistas ingleses lançaram a campanha política para pôr fim ao tráfico em 1787, e que todos esses acontecimentos precederam o titubeante arranque do abolicionismo em França e a revolta de São Domingos.

Esta estranha ordenação de factos históricos decorre, como é evidente, de um preconceito. Schmidt não ignora que na América do

Norte alguns estados já tinham decretado a abolição antes da revolta de São Domingos. Aqui e ali, ao longo do livro, surgem referências a esse facto. Todavia, desloca ou apaga esse conhecimento porque pretende provar que o século das emancipações foi inaugurado com a grande revolta escrava de 1791, a que se seguiram depois as outras emancipações realmente importantes (p. 13). Não é apenas a cronologia que é insólita ou enviesada. A própria filogénese que nos propõe não tem cabimento. As abolições inglesa, norte-americana, espanhola, portuguesa, brasileira, não se filiaram na revolta haitiana, mas num processo inteiramente diferente. O que inaugurou a era das emancipações foi a decisão da Pensilvânia e de outras regiões dos Estados Unidos de abolirem a escravidão, e o momento decisivo nessa era terá sido a libertação pacífica de quase 800 mil escravos nas colónias britânicas, durante a década de 1830. Foi sempre desse modo que as coisas foram entendidas por quem propôs e aprovou as abolições.

Este tipo de deslocação ou apagamento do conhecimento para melhor servir um objectivo ideológico ou a afirmação de uma tese surge em várias passagens do livro de Schmidt. Já o referi a propósito da ausência de referências ao facto de, em muitos casos, os escravos foragidos ou revoltosos terem conservado a escravidão. Um outro exemplo diz respeito ao volume total do tráfico transatlântico de escravos, um assunto que fez correr rios de tinta desde os trabalhos pioneiros de Philip D. Curtin³⁶. Graças à investigação realizada nas últimas décadas, com destaque para os estudos de David Eltis, é hoje ponto assente que esse volume terá rondado os 11 milhões de escravos. Schmidt conhece os estudos de Eltis. Ela mesma o cita, para melhor alicerçar algumas das suas afirmações, considerando-o um “spécialiste de la traite transatlantique” (p. 126). É, por isso, surpreendente que ao referir o quantitativo total de escravos exportados para as Américas, tenha preferido avançar o fantasioso e não fundamentado número de 22 a 24 milhões (pp. 120-121) em vez de recorrer aos dados de Eltis.

A parte final do livro inclui um capítulo dedicado às emancipações no continente americano, que é pouco mais do que uma listagem de nomes e acções abolicionistas algo desconexas, o que não evita, ainda

³⁶ Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: a Census*, The University of Wisconsin Press, Madison, 1969.

assim, algumas distorções importantes. Schmidt passa pela emancipação brasileira, por exemplo, sem realçar a enorme importância que o abolicionismo viria a assumir nesse país a partir de 1880. Efectivamente, o Brasil foi o único país que reproduziu o modelo anglo-saxónico, desenvolvendo, então, uma forma de anti-escravismo activista e popular, com acções de massa e de propaganda, que suscitaram forte adesão da população³⁷.

O capítulo 11 acompanha a expansão europeia em África ou na Ásia e as formas de trabalho forçado aí implantadas. O abolicionismo é, agora, descrito como um logro ou uma hipocrisia, que mascarava formas de exploração que pouco diferiam da escravidão. Neste ponto Schmidt tem toda a razão. Mas o facto de não ter feito o mesmo tipo de considerações a respeito dos sistemas de trabalho implantados no Haiti, na sequência da revolta de 1791 e da independência do país, revela claramente a parcialidade da sua análise. De facto, o novo regime laboral adoptado a partir de 1793 estipulava que os escravos que já tivessem aderido ao exército ficariam livres (sujeitos apenas à disciplina militar) mas os trabalhadores rurais continuariam obrigados a permanecer nas plantações, em condições próximas das que tinham vivido até então. É certo que o chicote foi abolido e que os trabalhadores recebiam uma pequena parte da produção. Mas podiam ser — e eram — castigados de várias formas. No sul do Haiti, onde as plantações ficaram sob a alçada do general Dessalines, a situação podia ser insuportável. Se a produtividade baixava, um trabalhador era enforcado para servir de exemplo. As resistências e até revoltas que surgiram contra esse regime militarizado foram esmagadas por Toussaint de forma rápida e sem contemplanções³⁸.

O capítulo derradeiro, intitulado “servidões contemporâneas”, é uma nova listagem das iniciativas e determinações de organizações como a UNESCO ou a Anti-Slavery International, para tentarem

³⁷ Seymour Drescher, “Brazilian Abolition in Comparative Perspective”, in *The Abolition of Slavery and the Aftermath of Emancipation in Brazil*, Duke University Press, Durham, 1988, p. 44; ver, também, Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*, University of California Press, Berkeley (Ca.), 1972.

³⁸ Carolyn Fick, “Emancipation in Haiti: From Plantation Labour to Peasant Proprietorship”, in Howard Temperley (ed.), *After Slavery. Emancipation and its Discontents*, Frank Cass, Londres, 2000, pp. 17 e. 23-27; e James, *ob. cit.*, pp. 276-79.

erradicar as actuais formas de exploração humana equiparáveis à escravatura. Schmidt, conclui dizendo que “aujourd’hui, le combat contre l’esclavage, prend la forme d’une cause perdue d’avance, celle d’arguments moraux contre des forces et des modèles économiques à toute épreuve. Les multiples aspects de la servitude semblent bien illustrer l’inefficacité complète des principes moraux face aux contraintes des relations économiques internationales” (p. 318). Ou seja, trata-se de sublinhar a ineficácia dos princípios morais e a convicção de que, sem acções no terreno, a escravidão nunca será erradicada (subentendendo-se que também no passado o não teria sido sem as revoltas escravas).

Para além das omissões e distorções, o livro tem inúmeros mal entendidos e erros de facto. Refiram-se apenas alguns: durante o século XVIII as campanhas abolicionistas dos Quakers não se limitavam ao norte dos Estados Unidos (p. 263), fizeram-se também no sul, até que, na viragem de Setecentos para Oitocentos, a maioria dos Quakers seria expulsa dessa região. Portugal não aboliu a escravidão nas suas colónias de África em 1910 (p. 282) mas sim em 1868, passando todos os escravos ainda existentes à situação de libertos, estado esse que terminaria legalmente em 1875. O tratado de Tordesilhas não visava a partilha do mundo conhecido entre Portugal e a Espanha (p. 36) pois as terras situadas para oeste do chamado meridiano de Tordesilhas ainda eram em grande parte desconhecidas. A Grã-Bretanha não interditiou o tráfico aos seus navios nacionais em 23 de Março de 1806 (p. 119) mas em 1807; a lei de 1806 destinava-se apenas a proibir o tráfico inglês para as colónias recém-adquiridas ou para os países estrangeiros. A lei emancipacionista britânica de 1833 não previa um período de aprendizagem que terminaria em 1838 (p. 119) mas sim em 1840. A Anti-Slavery Society de Londres não foi criada no fim do século XVIII (p. 14) mas em 1823 — como, aliás, a própria autora refere mais à frente (p. 139). Os tribunais de comissões mistas não foram criados “pour juger les capitaines de navires négriers” (p. 122), pois não tinham competência para tanto, mas para julgarem os navios e suas cargas. Na mesma página, a lista que Schmidt apresenta dos locais onde foram estabelecidas comissões mistas está muito incompleta, faltando nomear, entre outros, o Rio de Janeiro, Havana e Luanda.

A bibliografia usada também merece vários reparos uma vez que Schmidt recorre a várias obras com pouca credibilidade historiográfica mas em contrapartida prescinde de outras que seriam essenciais para o seu tema. No que respeita à revolta de São Domingos, por exemplo, a autora ignora completamente o trabalho desenvolvido por David Geggus, incontestavelmente o maior especialista nessa área.

Em suma, o mais recente livro de Nelly Schmidt não é uma obra que se recomende. Muito condicionado do ponto de vista ideológico, o livro assenta numa versão voluntariamente amputada do conhecimento do passado e, ao nível dos conceitos e das problemáticas, encontra-se na Idade das Luzes. Quer isto dizer que a distância que o separa dos melhores estudos sobre escravatura e abolicionismo produzidos pelas historiografias norte-americana, britânica e outras nas últimas três ou quatro décadas é abissal. Porquê, então, esta tão longa recensão? Basicamente, por duas razões. Em primeiro lugar, porque alguns leitores não terão a possibilidade de estabelecer esse tipo de comparação e poderão ser levados a pensar que aquilo que lêem no livro de Schmidt (que é, para todos os efeitos uma investigadora do conceituado CNRS) corresponderá à visão moderna e informada sobre o assunto — o que está longe de ser verdade. Em segundo lugar, e mais importante, porque este livro é o mais recente exemplo de uma tese que tem vindo a ser imposta por via política e que aspira a tornar-se na versão oficial, ensinada nas escolas. A chamada lei Taubira, aprovada pelo parlamento francês em 2001, classifica retrospectivamente o sistema escravista criado pelos europeus nos séculos XV a XIX — e apenas esse sistema, note-se bem — como um crime contra a humanidade; a lei visa também pressionar os outros membros do Conselho da Europa e das Nações Unidas para que adoptem legislação similar, e obriga o estado francês a defender a memória dos escravos e a honra dos seus descendentes. Na primeira linha dessa defesa está, naturalmente, a obrigatoriedade de afirmar que as resistências escravas foram a causa decisiva (ou, pelo menos, uma das grandes causas) do abolicionismo. Quem não o afirmar com toda a clareza, ou quem ousar questionar o sentido histórico de classificar como crimes contra a humanidade factos ocorridos em épocas e culturas que não os concebiam dessa forma, arrisca-se a grandes dissabores. No momento em que escrevo estas linhas, um dos melhores especialistas franceses de

história do abolicionismo acaba de ser alvo de uma acção judicial num tribunal de Paris precisamente por essas razões. Mas esse é um risco que Schmidt certamente não correrá. O seu livro é um hino ao politicamente correcto, ainda que fique a dever muitíssimo ao rigor historiográfico.

**NO RESCALDO DA ESCRAVATURA.
As ciências sociais chamadas à liça nos anos 30
(século XX)**

Maria Emília Madeira Santos*
Vítor Luís Gaspar Rodrigues**

*“Ceci relève de l’ethnologie et de la
sociologie bien plus que de la politique
coloniale”¹*

É bem sabido que o rescaldo da escravatura ainda hoje não terminou, e parece até reacender-se, quando e onde se pode temer, mas também quando e onde, por ideias feitas civilizacionais, não se suspeitaria a sua eclosão.

A historiografia de África tem-se ocupado da escravatura na época pré-colonial², mas, à parte raras excepções, faz silêncio sobre a existência desta instituição, ou situações semelhantes, após a extinção do tráfico negreiro transatlântico. Sobre a escravatura no século XX paira um silêncio que é preciso quebrar. Enquanto o trabalho forçado tem sido objectivo de estudos de história e antropologia, a escravatura, quer como prolongamento de situações quer como reacendimento de focos, não se tem constituído em tema de investigação.³

* Investigadora Coordenadora do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

** Investigador Auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

¹ M. Ed. De Jonghe, “A propos de l’esclavage au Congo”, *Bulletin des Scéances*, Institut Royale Colonial Belge, Bruxelles, IV, 1933, 1, p. 65.

² *L’esclavage en Afrique précoloniale*, dix-sept études présentées par Claude Meillassoux, ed. François Masprero, Paris, 1975.

³ São exemplos os estudos de Babacar Fall, *Le travail force en Afrique Occidentale Française (1900-1945)*, Ed. Karthala, Paris, 1993, e de Jules Marchal, *Travail Force pour L’Huile de Palme de Lord Leverhulme*, L’Histoire du Congo 1910-1945, Tomo 3, Ed. Paula Bellings, Borgillon, 2001.

Acresce o facto de se equiparar o conceito de escravatura à exportação de escravos e sua condição nas Américas no século XIX originando equívocos que, com a instituição da *Comissão Temporária de Escravatura*, a partir de 1922, se procurou desfazer através de esclarecimentos recorrentes, mas pouco eficazes. O próprio programa “A Rota do Escravo”, lançado pela UNESCO para quebrar o silêncio histórico e moral sobre o referido tráfico transatlântico, não se debruça sobre a luta contra a escravatura posterior à sua extinção nas colónias africanas e asiáticas.

Em 1932, passada uma década sobre a instituição da *Comissão Temporária de Escravatura*, urgia avaliar os resultados da sua actuação junto das potências coloniais, no sentido de estas impedirem o trabalho forçado e reprimirem situações consideradas semelhantes à escravatura, ainda persistentes nas sociedades designadas por “primitivas”, se bem que neste estudo nos ocupemos apenas das africanas.

Mas, tal avaliação apresentava, neste início dos anos 30, novas exigências metodológicas, para que a apreciação das práticas de colonos e africanos pudesse reivindicar um carácter científico.

Esta matéria deixava de estar ao alcance de políticos, diplomatas e africanistas, ou antes, ultrapassava-os, para se tornar num campo a explorar também por cientistas, etnólogos e sociólogos, chamados pelos respectivos governos a debruçarem-se sobre o tema, no sentido de caucionarem as suas posições políticas internacionais.

Era a época em que, concluídos os grandes trabalhos cartográficos, de demarcação dos territórios pelos engenheiros geógrafos e “pacificadas” as populações pelos militares, iniciavam os seus trabalhos de campo prestigiados etnólogos, tais como Michel Leiris (França) ou Froebenius (Alemanha) e, no caso português, António de Almeida, Mendes Correia e Santos Júnior⁴, ao serviço dos respectivos países. Pretendia-se agora ultrapassar a relação colonizador/colonizado, actuando na própria estrutura interna das sociedades africanas, ainda não suficientemente sujeitas à administração colonial, para que a

⁴ Todos estes cientistas estavam ou viriam a estar ao serviço de então Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (1928), a que se seguiu, em 1936, a Junta de Investigações Coloniais, hoje Instituto de Investigação Científica Tropical.

“missão civilizadora” europeia, as pudesse ter alienado das suas regras e valores. Na verdade tratava-se de formas de dependência, cuja lógica estava longe do desenvolvimento capitalista. Nem mesmo a articulação das economias primitivas à economia mundial, iniciada durante a segunda metade do século XIX, através da exportação de produtos naturais como o marfim, a cera e posteriormente a borracha tinham excluído essas formas tradicionais de dependência, embora tenham atingido o poder político e a “aristocracia” da corte. Mas no início dos anos trinta do século XX, os conhecimentos ocidentais sobre as sociedades tradicionais africanas estavam longe de permitir a compreensão do seu funcionamento interno.

Na Bélgica vemos o assunto entregue ao Institut Royal Colonial Belge, em 1932, e em Portugal, não tardamos a encontrar designada a Escola Superior Colonial para fim semelhante. Três etnólogos belgas foram indicados para constituírem uma comissão encarregue de redigir um *Questionário Etnográfico sobre a Escravatura*.

Vejam os que se pedia, e porque se pedia uma base científica para a política colonial no que dizia respeito à escravatura. Perante a exigência da Sociedade das Nações no sentido de se avaliar a evolução do pretendido retrocesso da escravatura em África, surge a necessidade de preparar um questionário para aplicar *in loco*, por inquiridores seleccionados de entre quadros coloniais: “a documentação que nós esperamos deles deve precisamente permitir determinar o grau de evolução que a escravatura sofreu no Congo sob a influência civilizadora das ideias europeias”⁵.

Previamente impunha-se rever o que, na realidade, se considerava escravatura e chegar a uma definição dita científica. Reconhecia-se que o conceito de escravatura divulgado pelos abolicionistas do século XIX não se aplicava às realidades sob observação. De Jonghe, um dos etnólogos belgas, socorre-se de uma bibliografia actualizada, para apreciar, antes de mais, o estado da questão em geral, e particularmente no que dizia respeito ao Congo. É evidente que à época existia já um vasto conjunto de estudos de autores consagrados sobre a escravatura em geral e a escravatura africana em particular. Os escravos da Grécia

⁵ M. Ed. De Jonghe, 1933, p. 83.

e de Roma, os servos da gleba medievais, os escravos das Américas e as situações análogas à escravatura que persistiam nas primeiras décadas do século XX, haviam dado origem a estudos em língua, francesa, inglesa, alemã, holandesa, e também portuguesa⁶.

De Jonghe passa em revista livros como o de Niebouer, *Slavery as an industrial system, ethnological researches*, La Haye, 1910, e periódicos dedicados à etnologia e à sociologia, tais como o *Mouvement Sociologique International*, e seriados de que é exemplo a *Collection de Monographies Ethnographiques*. Após análise de toda a informação disponível, a comissão belga constata em teoria, a existência de escravatura entre um grande número de populações da África Tropical⁷.

Mas é preciso esclarecer que esta conclusão resulta das exigências de uma grelha cada vez mais apertada para definir o que era e o que não era escravatura. A verdade é que os requisitos para se considerar que um indivíduo se encontrava na condição de escravo atendiam cada vez mais a pormenores, que até então não se consideravam. Isto é, a nova definição vai abranger indivíduos que antes não seriam classificados como escravos, porque não estavam sujeitos à totalidade das condições que compunham a tradicional figura do escravo. A definição apresentada em 1932 sobre a qual assentariam os trabalhos de avaliação era tão simples quanto isto: “qualquer um é escravo se for objecto de propriedade ou de posse de um senhor”.

A partir de agora, a origem da escravatura não intervém na sua identificação. Nem o estado de inferioridade ao qual o escravo pode ser reduzido, nem sequer a duração e natureza dos trabalhos que podiam ser-lhe impostos. Consideravam-se escravos não apenas os que haviam sido feitos prisioneiros de guerra ou rapina⁸, mas também os que tinham perdido a liberdade, por dívidas, por venda, por doação ou por direitos sucessórios, com a única condição de estarem na posse de um senhor, que exercia sobre eles os direitos de propriedade. Também não era indispensável que o senhor exercesse, sobre o seu

⁶ Fustel de Coulange, M. Bertrand, Nieboer são alguns dos autores referidos.

⁷ M. Ed. De Jonghe, 1933, p.78.

⁸ A relação que se tem feito entre tráfico de escravos e guerra não é tão directa como se tem pretendido durante muito tempo na historiografia. Jean Bazin, Emmanuel Terray, *Guerres de Lignages et guerres d'État en Afrique*, textes rassemblés et présentés par (...), Editions des Archives Contemporaines, Paris, 1982, pp. 30-31.

escravo, todos esses direitos de propriedade, bastava que o pudesse vender. Não era necessário que o escravo fosse compelido a trabalhos penosos, bastava que o produto do seu trabalho pertencesse ao senhor. Por fim, para se ser escravo, não era necessário ocupar uma situação inferior na sociedade e ser votado ao desprezo pelos outros.

Hoje sabemos que, em muitos casos, os escravos da corte, autênticos funcionários vitalícios, elegiam os chefes, embora entre os possíveis herdeiros legítimos. Não é de admirar que nos surjam escravos poderosos nas sociedades africanas⁹, ainda praticamente desconhecidas na Europa da época.

Permaneciam questões mal esclarecidas, tais como a diferença entre escravatura temporária por dívidas, que termina no dia em que, pelo trabalho, o devedor tenha reunido o suficiente para pagar ao credor, e aquela situação em que o credor se apodera do seu devedor e pode dispor dele sem limites. Ora quando os etnólogos falavam de escravatura por dívidas, era esta segunda forma que eles descreviam. Perante a complexidade das relações sociais africanas, os etnólogos do Institut Royal Colonial, são levados a concluir que “apesar da abundância de informação que possuíam sobre a escravatura no Congo, existiam ainda muitas lacunas, nos conhecimentos europeus sobre o assunto”¹⁰. O inquérito, sistematicamente executado no terreno e analisado no gabinete, foi apresentado à Comissão da Escravatura em Março de 1936, sob o título, “Enquête ethnographique relative au diverses formes d’avertissement au Congo”¹¹.

Através dos resultados publicados, também nós hoje podemos confirmar que a compreensão das relações internas das sociedades africanas era ainda muito deficiente. Não devemos esquecer que o inquérito foi realizado por funcionários administrativos e, quando muito, missionários. Apenas o trabalho preparatório do questionário e a análise final das respostas foram da responsabilidade de etnólogos

⁹ John Thornton, *A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800*, Elsevier, Rio de Janeiro, 2004, p. 135 e 145. Viagens e Apontamentos. Diário de Silva Porto. 2º vol., ed. Maria Emília Madeira Santos, no prelo.

¹⁰ *Sociétés des Nations. Esclavage. Rapport de la Commission Consultive d'Experts. Deuxième Session de la Commission*. C.N.C.159-M-113.1935, IV, Genève, 1 au 10 avril, 1935.

¹¹ Idem, N.C. 189 (1)-M-145.1936.6. Genève 15 au 24 Avril, 1936.

e sociólogos. A própria Comissão da Escravatura faz interpretações que revelam um grande distanciamento da realidade. Ao verificarem que a escravatura doméstica se exerce em África com suavidade, - característica próprias das sociedades africanas pré-coloniais que desconheciam - concluem que isso se deve à difusão das ideias humanitárias no país, do progresso da evolução social e económica da população ou ainda do despertar de um desejo de libertação entre os próprios escravos¹², tudo isto resultante da “civilização” conduzida pelos europeus. Na verdade tais conclusões demonstram que agora se começavam a estudar os aspectos sociais das populações colonizadas.

Em Portugal, as respostas às denúncias internacionais sobre trabalhos forçados e situações análogas à escravatura em colónias portuguesas tinham vindo a ser encomendadas a altos quadros coloniais. Era o caso das respostas elaboradas pelo director geral das colónias, para contrapor ao livro do inglês John Harris, sobre os contratados de São Tomé, e pelo ex-governador de Angola, Dr. Oliveira Santos, para contradizer o americano Edward Ross. Ambas foram publicadas em tradução inglesa respectivamente, em 1913 e 1930¹³.

Quando a Comissão da Escravatura pedira aos seus membros relatórios sobre a evolução dos últimos 10 anos, Portugal respondeu de forma simplista com os relatórios já apresentados antes, e baseados em informações de governadores coloniais, afirmando que não havia nenhum dado novo a apresentar, enquanto que a Bélgica em 1935, já anunciava o seu inquérito etnográfico. Mas a Comissão não dava tréguas. Em Outubro de 1935, anuncia a data de uma sessão extraordinária para 15 de Abril de 1936¹⁴.

¹² Société des Nations. Esclavage. Rapport de la Commission Consultative d'Experts, troisième session (extraordinaire) de la Commission. Genève, 15 au 24 Avril, 1936, pp. 27.

¹³ Portuguese Slavery. *Relatório feito pelo Director Geral das Colónias acerca do livro Portuguese Slavery escrito pelo Sr. John H. Harris*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1913. Dr. Oliveira Santos, *Reply to the Accusations Addressed to the League of Nations*, Lisboa, by Mr. Edward A. Ross against the Portuguese in Angola, 1930. Ross era um missionário americano que visitou durante menos de um mês as regiões de Malange, Bié e Bailundo, a base do seu relatório foram as informações dos missionários do terreno, seus confrades.

¹⁴ AHU, M U-GM-GNP-167-CX.5, Processo n.º 26/2, Escravatura e Trabalho Forçado. Carta do embaixador Armindo Monteiro ao MNE, 27 de Julho de 1935.

O responsável pela Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, embaixador Armindo Monteiro, em 27 de Julho de 1935, estava já ao par do programa do Comité Consultivo de Peritos em Matéria de Escravatura e pressiona o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A resposta de Portugal, provocara comentários por parte dos responsáveis: “os numerosos pedidos de esclarecimentos, requisitados pela Comissão demonstram que ela foi de certa maneira limitada no seu trabalho em consequência de insuficiências, em certos casos, dos dados que lhe foram fornecidos”. O embaixador critica asperamente a negligência dos governadores que nada disseram “sobre certos costumes sociais, práticas de família e outros pormenores da vida indígena que podem constituir modalidades de escravatura, justamente aquelas que a Comissão pretende apurar”.

A inexistência de respostas cabais seria interpretada como pretensão de ocultar ou pior que isso, ignorância sobre o assunto. Na próxima reunião não poderia haver lacunas, “no cumprimento dos nossos deveres internacionais, em matéria de delicado melindre”¹⁵. Os governadores coloniais foram então pressionados com telegramas, exigindo, ameaçando e responsabilizando-os, pela má imagem que se daria a nível internacional, se eles não cumprissem com a máxima urgência, as ordens do Ministério das Colónias.

O embaixador Armindo Monteiro, a 26 de Fevereiro de 1936 (já próximo da anunciada sessão extraordinária), insiste e explica que estas questões estão no primeiro plano das preocupações internacionais, e delas depende a defesa do Império Colonial: “refiro-me aos nossos processos de tratar com as populações indígenas, de estudar os seus costumes, de as trazer à colaboração voluntária e civilizadora do trabalho”. No mesmo ofício indigna-se, porque o Bureau International du Travail pedia informações sobre a mão-de-obra indígena (leia-se trabalho forçado) e ficara sem qualquer resposta, “julga V. Ex^a admissível que seja Portugal a única nação colonial, que não responde a um questionário sobre mão-de-obra indígena?”¹⁶.

¹⁵ AHU, *Idem, ibidem*.

¹⁶ *Idem, Ibidem*. Carta de Armindo Monteiro ao Secretario de Estado da Sociedade das Nações, 26 de Fevereiro de 1936.

As respostas tardavam, mas acabaram por ir chegando, umas dentro do prazo, outras não, e a 10 de Abril, cinco dias antes da sessão, as informações dos governadores eram enviadas pelo Ministério das Colónias ao Ministério dos Negócios Estrangeiros¹⁷.

Elaboradas pelos quadros administrativos coloniais, as informações permitiram preparar um relatório incompleto, mas apresentado a tempo de ser publicado nas Actas da reunião de 15 de Abril de 1936¹⁸. A análise deste relatório, que não vamos fazer aqui, permite-nos verificar que os governadores, embora continuando a alegar o cumprimento dos aspectos formais consagrados nos diplomas legislativos, o que sabemos não corresponder à realidade, - como seja a situação dos contratados em São Tomé ou o trabalho forçado para particulares - não podem deixar de se debruçar sobre assuntos que agora estavam sobre a mesa, como seja, a condição social da mulher africana, e do *mundkar* indiano, ligado à propriedade rural, a especificidade da servidão doméstica, etc. Mas agora exigia-se outro tipo de respostas, que implicava um trabalho de campo orientado, e uma análise sistemática das informações recolhidas. No mesmo volume de Actas reproduziam-se os primeiros resultados do Inquérito em curso no Congo Belga, acompanhados de uma carta etnográfica, permitindo situar todas as populações abrangidas. Embora saibamos que o colonialismo belga no Congo foi dos mais duros e violentos, os administradores coloniais e os etnólogos tinham feito um trabalho de qualidade. O relator da sessão baseado nesse texto, afirmava que “uma profunda evolução (...) marcou neste domínio o período de ocupação europeia, nas regiões equatoriais submetidas à influencia da Bélgica”. Os estudos reunidos pelo Instituto ““permitem numa visão de conjunto, avaliar a amplitude dessa evolução”. Digamos que as conclusões agradavam a gregos e troianos.

Na verdade era este o modelo bem aceite pela Comissão da Escravidão, da Sociedade das Nações, e os africanistas, em Lisboa, tinham já compreendido que era este o tipo de resposta que deviam dar.

¹⁷ *Idem, Ibidem*, Carta do Director Geral da Administração Política e Civil, ao Director Geral da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 10 de Abril de 1936.

¹⁸ *Société des Nations. Esclavage. Rapport de la Commission Consultive d'Experts troisième session (extraordinaire) de la Commission*. Genève, 15 au 24 Avril 1936. VI. P. 91-96.

A dois de Março, enquanto se pressionavam os governadores coloniais, o Conselho Superior Colonial, na pessoa do seu presidente, Conde de Penha Garcia, também Director da Escola Superior Colonial, já cometia a Lopo Vaz de Sampaio e Melo, professor da cadeira de Etnografia Colonial, a organização de um questionário que correspondesse ao modelo desejado por aquele areópago¹⁹.

O Ministro das Colónias ordenava que fosse feito um vasto inquérito “sobre os problemas sociais da chamada Escravidão ou Servidão...buscando o máximo de informações possíveis, sobre a existência nos usos e costumes gentílicos, de situações sociais que possam caber mais ou menos dentro da definição de escravatura. Exigia-se agora um “estudo metodológico e científico destes problemas” e responsabilizavam-se os administradores das circunscrições coloniais, eles próprios antigos alunos daquela Escola, pela concretização do Inquérito, “elaborado por um técnico eminente em Etnografia e Política Indígena”.

O crivo apertava-se e correspondia agora às exigências científicas modernas, tanto mais que, como veremos, o questionário elaborado por Lopo Vaz se baseou no do Institut Royal Belge²⁰.

Estamos agora perante o “Questionário Etnográfico” a usar no “Inquérito sobre a existência da Escravidão ou Servidão, nas colónias Portuguesas e Modalidades dos Costumes Indígenas, que podem ter aparência de Servidão e Escravidão”²¹.

O primeiro aspecto específico deste questionário e que o afasta da documentação internacional sobre o assunto é a utilização do vocábulo escravidão e não escravatura. Trata-se de uma questão que envolve o formal e o conceptual. Questão essa que, levantada nos anos trinta, perdura até aos dias de hoje, visto que dela se ocupa Igor Kopytoff, num estudo recente, sob a designação de “Slavery and Freedom: Western Concepts and African Realities”²².

¹⁹ AHU, Gabinete dos Negócios Políticos, SR, 167, Acórdãos Convenções e Tratados Internacionais, Cx.5, 2 de Março de 1936.

²⁰ Idem, Ibidem, 16t de Julho de 1936.

²¹ AHU, UM-GM-GNP-167-cx5. Inquérito sobre a existência da escravidão ou servidão, Lisboa, 30 de Abril de 1936.

²² Igor Kopytoff, Suzanne Miers, *AFRICAN “Slavery” and Institution of Marginality*, Bloomington, Indiana University Press, 1987.

Quer Lopo Vaz, em 1936, quer Igor Kopytoff em 1987, se insurgem contra o uso indiscriminado do termo escravatura. De facto, este termo dificulta a discussão sobre o assunto, porque reflecte uma imagem criada no tempo do tráfico de escravos transatlântico, debatida e publicitada pelo movimento anti-esclavagista, do século XIX, e aceite como a única forma de escravatura.

O conceito de escravatura de europeus e americanos, criado para a realidade transatlântica, está longe de coincidir com a realidade africana e outras. Quando se pretende no século XX, extinguir a escravatura em áreas de onde eram originários os antigos escravos exportados para a América, surgem uma série de equívocos. Aquilo que se designava por Escravatura na luta abolicionista, já não corresponde ao conteúdo do conceito construído pela Comissão da Escravatura, mas o vocábulo mantém-se. Por outro lado, e para ampliar os equívocos, o expediente encontrado pelos colonizadores, para substituírem o trabalho escravo, por outras formas de trabalho forçado²³, obedecendo a regras europeias, incompreendidas pelos africanos e deturpadas pelos colonizadores, não caía na malha da escravatura, tal como ela era entendida pela Comissão. Para os Europeus, um homem livre que assina um contrato está a ser tratado correctamente, segundo as leis do trabalho. Para o africano que sai da sua terra e fica isolado, sob o chicote do capataz, sem capacidade de rescisão do contrato ou de fuga, a condição é muito semelhante à escravatura²⁴. Este homem de facto não é livre, porque assinou um contrato cujos termos não conhece e o colocam numa situação análoga à escravatura. Mas perante os conceitos europeus ele não é escravo, porque não se exercem sobre ele os atributos do direito de propriedade.

A verdade é que, quer a Comissão da Escravatura da Sociedade das Nações quer o Bureau International du Travail continuaram a

²³ "(...) le procès du travail forcé qui constitue de prolongement de la traite négrière (...)". Babacar Fall, *Le travail forcé en Afrique Occidentale Française (1900-1945)*, Karthala, Paris, 1993, p.7.

²⁴ "(...) des déplacements massifs de populations entre les zones pourvoyeuses de main-d'oeuvre et celles mises en valeur, créant ainsi des distortions (...) », Idem, *Ibidem*, p. 9. "Le contrat de travail au Congo était pure hypocrisie (...) " p. 96. Jules Marchal, *Travail Forcé pour L'Huile de Palme de Lord Levehulme. L'Histoire du Congo 1910-1945*, Tomo 3, Editions Paula Bellins.

utilizar o vocábulo escravatura para a África. Na introdução ao questionário português fica esclarecido que em português *escravatura* significa tráfico de escravos (considerado extinto) ao passo que *escravidão* é a designação característica do estado social de quem é escravo de outrem.

Não deixa de ser útil realçar que, de forma semelhante, Lopo Vaz de Sampaio, em 1936, e I. Kopytoff, em 1987, denunciam o mesmo fenómeno de desajustamento entre significado e significante. A diferença é que o primeiro aponta a deficiência para a língua francesa e o segundo para a língua inglesa, dada a evolução da língua franca da diplomacia nos 50 anos que os separam.

Diz o primeiro: “compreende-se que os franceses, dispondo do mais pobre, ainda que tão admiravelmente polido, idioma neo-latino só tenham a palavra *esclavage*, para designar, indistintamente, quer o tráfico, quer o estágio social. Nós (...) é que não temos o direito de (...), não nos prevalecermos da nossa língua, e deixar de chamar as coisas pelo seu verdadeiro nome”.

Confirma o segundo: “Moreover foreign terms will often captured the essence of an institution better than current English terms (...). In brief, in searching for new concepts we can begin to act on the safe assumption that Providence did not create the English language to be the one and ideal meta-language for describing social phenomena in all their complex variations around the world”²⁵.

Mas, as semelhanças não terminam aqui. I. Kopytoff pretende encontrar terminologias atendendo a que o vocabulário dos estudiosos, tal como a linguagem escrita, tem a sua própria dinâmica. Ele sugere que “Slaves used as servants might be called household slaves. This is less ambiguous than *domestic slaves* in British literature often means slavery as practiced in Africa by Africans. This might better called *African internal slavery*”²⁶.

Na Escola Superior Colonial, em 1936, parece já existir um conhecimento das sociedades africanas com base experimental, embora ao serviço de objetivos colonialistas e “civilizacionais”. Para o professor de Etnologia Colonial era bem claro que a escravidão ainda existente

²⁵ I. Kopytoff, op. cit., p. 78.

²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 77.

entre os africanos estava longe do estado social dos escravos, que nas colónias modernas dos europeus, tinham sido pertença dos plantadores brancos. Ele critica a designação de *escravatura doméstica* dada aos resíduos de escravidão africana pelos eruditos, não correspondia ao conceito que dela tinham os membros do “Bureau International du Travail”. Mas discorda também destes por considerarem que se trata de uma simples reincidência da total privação de liberdades e direitos que caracterizava a situação da escravatura colonial.

Na verdade, segundo o “africanista” Lopo Vaz, seria bem mais legítimo chamar-lhe *servidão doméstica*. Esta terminologia correspondia à situação dos servos que faziam parte da família e apenas estavam separados dos homens livres por algumas diferenças de classe e de hierarquia, o que diferia muito da ideia que muitos ditos “civilizados” faziam daquela instituição. O escravo ou servo podia chegar a ser chefe, a cuja autoridade se submetiam os demais homens livres.

Aliás apenas persistia a *servidão doméstica*, por dívidas, ou crimes muito graves, mas ainda assim, com um carácter temporário. Quanto à escravidão, todos os africanistas, políticos, cientistas, missionários, são unânimes em considerar, e o professor da Escola Colonial confirma-o: “pode afirmar-se que os povos colonizadores extinguíram, em África, as suas principais fontes [da escravidão] que eram a guerra e a captura. Na verdade, não foi a acção civilizadora que terminou com a arregimentação de escravos, por meios violentos, foi a extinção do tráfico para o exterior, a abolição da escravatura no interior das colónias, nas plantações e trabalhos públicos”, leia-se “forçados”.

Quanto à situação das mulheres nas sociedades africanas. O *lobolo* não era mais que a inversão das instituições europeias do dote, resultado de diferentes costumes e de posições que a mulher ocupava na economia da família. Mas, por serem diferentes, não são necessariamente condenáveis e muito menos podem ser considerados sintomas de vestígio de escravidão.

O que ressalta desta introdução ao questionário etnográfico são dois aspectos importantes.

Em primeiro lugar a compreensão de que a *servidão doméstica* é uma instituição que se cruza com a família e deixa ao servo as mesmas oportunidades que tem o homem livre, apenas com alguns direitos, muitas vezes formais, cerceados. O *lobolo* e a *servidão* por dívidas,

não são mais do que regras estabelecidas em resultado de realidades sociais e no sentido de estabelecer equilíbrios ancestrais.

Em segundo lugar a convicção de que as formas violentas de capturar escravos e de os traficar, quer interna quer externamente, estavam extintas e que o trabalho forçado não consistiria uma forma análoga à escravatura.

Segue-se o inquérito com 61 itens agrupados em seis títulos: Introdução a preencher pelo Chefe do posto administrativo de cada circunscrição; nomes dados nas línguas locais aos escravos (ou servos); origens locais da escravidão (ou servidão doméstica); tratamento dado aos escravos (ou servos); condicionalismos da escravidão (ou servidão cessante); influência da escravidão (ou servidão) na vida familiar, na vida social e na vida política da sociedade indígena.

Os temas abordados revelam a clara noção prévia de que o vocábulo da língua local é aquele que melhor pode captar, a essência da condição do escravo (ou servo) e até a origem dessa condição, e também que a servidão não exclui o indivíduo dos laços familiares, dos actos sociais e da participação política.

De acordo com o ritmo da administração ultramarina, as respostas foram chegando com irregularidade, ao longo de mais de seis anos, outras nunca foram remetidas e hoje param em lugar incerto. Em, 1943 os documentos, ou parte deles, tinham sido cedidos a título de empréstimo para estudo e pretendia-se recuperá-los para publicação²⁷. No entanto, nenhum relatório completo foi elaborado sobre as informações recolhidas no terreno.

A análise aprofundada do inquérito e também de duas colecções de respostas detectadas será feita no estudo de conjunto, que nos propomos elaborar sobre o tema agora abordado. Precisamos no entanto de fazer desde já notar a ausência de qualquer menção ao trabalho forçado, expediente colonial para continuar a utilizar a mão-de-obra africana em condições de exploração relativamente às populações, quer pela prestação de serviços gratuitos ao Estado em obras públicas e também a particulares, quer pelos contratos que podemos chamar de longa distância, como é o caso de S. Tomé.

²⁷ AHU, Gabinete dos Negócios Políticos, SR 167, *Acordos Concessões e Tratados*, Cx. 5.

Já na década de 50, a Organização das Nações Unidas que sucedera à Sociedade das Nações, considerou oportuno chamar a si a responsabilidade de fazer respeitar a Convenção da “Comissão da Escravatura” assinada em Genebra em 25 de Setembro de 1926.

Para tal foi nomeada uma Comissão de Redacção encarregue de redigir um projecto suplementar de actualização e estabelecer um protocolo de emenda, apresentado a todos os membros da ONU em 1953. O governo português ainda não tinha respondido em 1955.

A questão era a de que este novo articulado considerava o transporte de escravos em alto mar um acto de pirataria, punido como tal. E, como é sabido, havia denúncias das péssimas condições de transporte dos contratados, quer de Angola quer de Cabo Verde, destinados ao trabalho das roças de S. Tomé. Em plena ditadura de Salazar (1954) a decisão foi a de não dar resposta ao Secretariado da ONU por “não se admitir a possibilidade de Portugal se ligar por instrumentos diplomáticos pelos quais as suas acções ficariam sujeitas à apreciação de organismos estrangeiros”²⁸.

As entidades constituintes da Comissão de Redacção organizaram-se de acordo com os vários pontos que a Convenção deveria abranger e com os objectivos específicos de cada uma dessas entidades.

Assim os dez Estados ali representados preocupavam-se principalmente com problemas de soberania expressos no direito recíproco de inspecção dos navios suspeitos de se dedicarem ao tráfico e de apreensão dos que fossem encontrados. O Bureau International du Travail tinha especialmente em vista as instituições consideradas paralelas da escravatura e ligadas às formas de prestação de trabalho forçado. Por fim a Sociedade Anti-esclavagista dava especial atenção à escravatura, ao regime de casamento como instrumento de fácil legitimação dessa condição das mulheres, e outras formas de dependência, como a das *muitsai* da China.

Emergia, no entanto, um consenso: “abstraindo da forma flagrante da escravatura, existem ainda, em diversas regiões do globo, um certo número de costumes ou de práticas análogas ou conformes à escravatura nos seus efeitos”²⁹.

²⁸ AHU, UM-GM-GNP-167- Cx 5.

²⁹ *Apud* Adriano Moreira, “Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1956” in *Ensaio*, n.º 34, Série Estudos de Ciência Política e Social, Lisboa, JIU, 1960.

Em 30 anos de esforços concertados, a nível internacional contra a execrável instituição, o que pode concluir-se é que, do ponto de vista quantitativo, ela terá cedido visivelmente, mas, na perspectiva da qualidade, parece terem sido sempre encontradas formas de a recriar e afinal actualizar a sua função. Aos investigadores das ciências sociais cabe trazer o seu estudo até aos nossos dias, por mais incómodo que isso seja para civilizações que estão a entrar num novo milénio.

Recensões

Adelmir Fiabani

Mato, Palhoça e Pilão. O Quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)

Editora Expressão Popular, São Paulo, 2005

José Capela

Este estudo remata com uma análise à evolução semântica a que o termo *Quilombo* foi sujeito nos anos oitenta do século XX. Diligências políticas levaram a que a Associação Brasileira de Antropologia formulasse um critério para a definição histórica do Quilombo com aplicação específica a casos actuais. Para além do caricato de que possa revestir-se o despropósito, verifica-se aí até que ponto a presença simbólica do escravismo pesa no consciente social brasileiro.

A grande envergadura atingida pela quantidade dos escravos foragidos com todas as consequências inerentes é um dado recorrente nas sociedades escravistas e, no Brasil, surgem cadenciadamente estudos a propósito. No caso em apreço, a Parte I é dedicada à historiografia do Quilombo abordada de uma forma crítica, embora sucinta. Desde o holandês Gaspar van Barleu (1584-1648) com a *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*, passando pelo baiano Rocha Pita (1660-1739) com a *História da América Portuguesa*, passando por Gilberto Freire, Gorender, Reis/Gomes, Maestri e muitos outros até à história de finais de oitocentos, contada por Eduardo Silva, no século XXI, de *As camélias de Leblon*.

A carga emocional que marca indelevelmente grande parte da bibliografia referida não tolheu o sentido crítico do autor pelo que essa Parte I do estudo se torna do maior proveito a quem pretenda abordar o tema. Da mesma utilidade próxima se reveste a Parte III que comporta as «Visões da Antropologia sobre o Quilombo». Que a Antropologia e os Quilombos se perfilam no *ethos* brasileiro, de tal fará prova a promulgação do decreto de 10 de Setembro de 2001 que invoca a ocupação de terras por quilombos em 1888 para reconhecer a propriedade actual sobre as mesmas terras quando ocupadas por remanescentes desses

mesmos quilombos. E decreto com suporte historiográfico e antropológico subscrito pelo Presidente, antropólogo de profissão. A densidade de carácter psicológico com que estas questões estão a ser debatidas no Brasil é deveras estimulante e transparece claramente destas páginas. Também por isso se lêem com prazer não menos que com o proveito de melhor conhecer a sociedade brasileira, inclusive na sua relação com o passado.

Alberto da Costa e Silva

. *Um Rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*
Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2003

. *Francisco Félix de Sousa, Mercador de Escravos*
Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2004

. *Das mãos do Oleiro Aproximações*
Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2005

José Capela

Três publicações de um autor para quem a missão da diplomacia se traveste claramente em via privilegiada para o conhecimento da História. E por quem, cumulativamente, a Diplomacia nos é convincentemente apresentada como sujeito, ela própria, da História. A marca indelével disso mesmo vai ressaltando, agora e logo, dos escritos dispersos em periódicos desde 1961 e reunidos nos dois primeiros volumes mencionados. Beneficiando da aparência da crônica descomprometida, moldada embora em magnífica prosa onde o colorido não consegue ofuscar o aticismo, a informação e a interpretação históricas são nos sugestivamente debitadas. O conjunto de textos relativos às relações entre o Brasil e a África Negra constituem uma análise fina às relações estabelecidas, nomeadamente às que se processaram pela via diplomática. Para além dos tratados, das missões, do oficial e do oficioso. Também o cultural em todas as suas formas e desvios e o comercial. Do comércio, em primeiro lugar o de escravos. Relevando o enriquecimento humano e civilizacional sem esquecer a motivação substantiva dos proveitos materiais que eram a razão última de tais movimentações humanas. Desde logo uma perspectiva segundo a qual e como havia quem pensasse no Senado brasileiro quando se discutia a abolição: «A África civilizava a América». Como a Conferência de Bruxelas que calçou as esporas do anti-escravismo ao mesmo tempo que programava a ocupação colonial de África. A chamada de atenção para a circunstância de entre as razões que possibilitaram aos europeus a conquista de África se contar não menos que a qualidade do armamento a cola-

boração dos próprios africanos. Agora e logo a observação percutente, também síntese: «Com ou sem remorsos, a escravidão foi o processo mais importante da nossa história» e «até hoje não se estudaram, de uma perspectiva basicamente africana os quilombos». Isto mesmo referido ao Brasil. Que diríamos nós relativamente a Portugal, Angola e Moçambique?

As invocações de Gilberto Freire transformam-se no seu resgate inteligente: Em *Casa Grande & senzala* «Gilberto Freire declarava em voz alta que o Brasil não era uma nação branca que tinha negros. O negro estava em todos nós e sem o negro não teria havido nem havia o Brasil». Também *Aventura e Rotina* em cujas páginas perpassa o Portugal e Colónias do Estado Novo. E cuja ausência de crítica é explicada com a boa educação de Gilberto Freire «incapaz de ofender ou magoar o hospedeiro». Seria. Em 1968, de passagem no Recife, ouvi-o, na fundação Joaquim Nabuco, apostrofar de forma quase soez, em conferência pública, o então universalmente conhecido e venerado bispo Dom Hélder Câmara. Mas é através da visão espectral de Gilberto Freire que o autor nos serve a construção do Brasil a partir de uma simbiose com raízes simultaneamente em Portugal e na África. O Portugal e a África a partir dos quais o autor visiona essa construção, são um Portugal e uma África dispensados da tacanhez física e mental metropolitana. Brasileiro, liberto das peias do reinol paroquial, o observador percutente abarca a grandeza do espaço e nela a pletora cultural dos povos. Vistos de fora e de tão longe Gilberto Freire e (pela via deste) Costa e Silva são porventura quem melhor captou e quem melhor sintetizou o *ethos* colonial moçambicano (nele incluída como sua expressão a Ilha dos Amores).

Se Gilberto Freire é elevado ao pedestal que, porventura, de direito é o seu, por sua vez Costa e Silva, ao fazê-lo da maneira que o faz, revela uma perspicácia e um conhecimento apurado das realidades históricas e sociológicas do universo que abarca as áreas geográficas actualmente designadas lusófonas.

Sendo, por um lado, Gilberto Freire abundantemente invocado ao longo destas páginas ao mesmo tempo que em Portugal se procura libertar o inventor do «lusotropicalismo» do anátema sobre ele outrora cominado, por outro lado surgem os nomes daqueles que estão agora a ser designados no Brasil como «clássicos» da sua história económica,

a saber: Caio Prado Junior, Celso Furtado, Josué de Castro. Recurso a favor da decifração dos caminhos percorridos pela história do Brasil, deparamo-nos com autores que, nomeadamente no caso de Celso Furtado, debitaram à acção política uma marca intelectual assinalável com repercussão universal.

Biografia que foi aspiração de escrita do autor desde a adolescência, a paixão pela história e pela aventura transpira das páginas dedicadas ao mercador de escravos, Francisco Félix de Souza. Mais uma vez, não desdenhando botar mão da conjectura, o autor nos seduz com uma narrativa em que a história se transforma em aventura e em que somos cinematograficamente absorvidos. Dom (no final da vida) Francisco Félix de Souza, porventura prototipo de negreiro, oriundo de Salvador e instalado em reino africano, exportador de escravizados. A pletora das interrogações excede o das respostas conclusivas, estas, mesmo assim, bastantes para o conhecimento do personagem, da sua acção e do meio em que actuou. A actividade dominante é o tráfico de escravos. Tudo gira à sua volta. Pela via desse trato aquela África chegava à Europa e às Américas e o mundo de então chegava àquela África. Não são os hiatos na documentação que impedem o autor de nos debitar, como é seu timbre, toda a informação disponível sobre o titular da biografia, desde a morfologia física até ao carácter e comportamentos profissionais e sociais, conjecturando situações, sugerindo hipóteses, advogando respostas perfunctórias que sejam. Esta não é uma historiografia quântica ilustrada com números e gráficos. É uma narrativa problemática e problematizante que nos elucida sobremaneira tanto quando afirma como quando supõe. E elucida sobre a actividade comercial da captura, armazenamento e exportação como quanto ao ambiente físico, cultural e político em que a mesma se desenvolvia.

Não será um tratado para figurar nas notas de pé de página das teses académicas mas é certamente e simultaneamente uma obra assinalável na elucidação do *background* material e cultural de uma actividade pilar do mundo moderno de que hoje desfrutamos.

Robert William, Fogel

The Slavery Debates. A retrospective 1952-1990

Louisiana State University, Baton Rouge, 2003

Maciel Santos

Para ilustrar o volume do campo científico de que se propõe fazer um balanço, Fogel sugere uma pesquisa das palavras “*slavery*”, “*anti-slavery*”, “*abolition*” e “*slave trade*” no catálogo on line de livros da Biblioteca do Congresso Americano. Constatado o super - afluxo dos anos 1960, a pesquisa deverá também incidir sobre as recensões e notas de leitura que as revistas científicas - the “*New York Review of Books*, *the New York Times Book Review*, etc. se viram obrigadas a dedicar-lhe regularmente. E para ser realmente exaustiva deverá também incluir, a partir da segunda metade da década de 1970, os semanários de actualidades (*Time*, *Newsweek*), as entrevistas e os programas televisivos com as novas autoridades da área. Deste conjunto sai facilmente a explicação para o êxito alcançado pelo conhecido tele-folhetim *Roots*, realizado a partir do *best seller* com o mesmo nome de Alex Halley, numa altura em que o terreno tinha já sido suficientemente desbravado para o grande público.

Não constituindo portanto uma novidade nos Estados Unidos, a temática da escravatura continuou a registar uma considerável produção bibliográfica durante as décadas seguintes. Como entretanto a pesquisa se estendeu aos países da América Latina, a relativa perda de velocidade da produção norte-americana não foi suficiente para impedir que este campo continuasse um dos mais prolixos da historiografia contemporânea.

Como explicar este movimento e qual foi o seu legado, são os dois objectivos do ensaio de Fogel.

I – A gênese do revisionismo

O ensaio começa de modo quase auto-biográfico, contextualizando o ambiente acadêmico dos anos 1950 nos EUA. Sendo a escravatura um dos factores explicativos da guerra civil americana, é evidente que o debate sobre as sociedades escravagistas do Sul remontava ao século XIX. No entanto, foi no pós-guerra que se reuniram as condições históricas para rever de alto a baixo o que até então aparecia como conclusões estabelecidas.

Principal causa dessa revisão: o paradoxo entre a ideologia igualitária dominante nos EUA (sistematizada durante a guerra nas instâncias oficiais para se opôr à ideologia racista do nacional-socialismo) e a prática segregacionista dos *Southern States*. Este paradoxo, que remontava igualmente ao fim da Guerra Civil, acentuara-se com o regresso da Europa dos militares afro-americanos, com o movimento dos Direitos Civis, e com a conjuntura das descolonizações europeias. Mais do que nunca, a *intelligentsia* norte-americana se sentia compelida para legitimar cientificamente o anti-racismo, e daí que uma nova geração de investigadores se tenha lançado contra as ideias feitas do abolicionismo tradicional. O alvo era exactamente esse, o abolicionismo tradicional – tanto o de base religiosa como o laico, iniciado por Ulrich B. Philips em *The American Negro Slavery*, 1918 – visto que tinha sido o principal responsável pela difusão de, pelo menos, três preconceitos racistas:

1) que na época da abolição a escravatura já era um sistema não rentável devido à baixa produtividade do trabalho escravo;

2) que sendo a sociedade escravagista dominada por valores pré-capitalistas (a vontade de poder, a honra, etc.), produzia comunidades clientelares incompatíveis com a racionalidade moderna: os senhores de escravos eram patriarcas fora de tempo e os escravos tinham interiorizado uma completa inversão de valores, transformando em virtudes vícios como o servilismo, a mentira, a fraude, etc.

3) que estando a escravatura condenada historicamente, a sua sobrevivência tardia fora a causa do atraso sócioeconómico dos Estados do Sul relativamente aos do nordeste.

Assim, um estímulo ideológico -usando a expressão de Fogel, “*a moral choice*” – teria levado a combater a versão idilizada de uma sociedade escravagista mas paternalista, na qual se identificava o trabalho africano com um factor de subdesenvolvimento.

Fogel não o faz mas pode estabelecer-se algum paralelismo com a evolução da historiografia sobre a escravatura no Brasil, onde o debate começara igualmente durante o abolicionismo do século XIX. Também aí se tinham depois imposto teses paternalistas, enquadradas por estereótipos raciais, (Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, 1933), que fizeram escola durante mais de uma década. De facto, não é forçado apresentar Freyre como o equivalente brasileiro de Philips em vários aspectos, tanto nos progressos como nos impasses por que foi responsável. Freyre teve o mérito de chamar a atenção para a importância do trabalho escravo e para o papel dos africanos na formação de uma cultura brasileira mas, tal como Philips, sobre valorizou os elementos pré-capitalistas da sociedade escravocrata. Assim, a visão clientelar da comunidade de engenho, que o luso-tropicalismo via como o prolongamento do feudalismo português, tornou-se igualmente um alvo preferencial para a geração de investigadores contemporânea do desenvolvimento getulista.

Em todo o caso, este debate foi praticamente até aos anos 1960 um debate americano, usando aqui a expressão no seu sentido geográfico. Foi nos Estados Unidos, no Brasil e mesmo no Caribe (Eric Williams, *Capitalism and Slavery*, 1943), isto é, nas sociedades do Novo Mundo mais marcadas pela escravatura que o fenómeno começou por se transformar em objecto académico. Tal não aconteceria na Europa – apesar de brilhantes excepções, como a de Gaston Martin, *Nantes au XVIII siècle. L'ère des négriers 1714-1734*, de 1931) - antes dos anos 1960. A explicação também já foi sugerida por muitos: até então, a Grã-Bretanha e a França – para não falar de Portugal – permaneciam metrópoles coloniais. Nestas condições, dificilmente os estudos sobre o tráfico ou a escravatura – que formou um *continuum* compacto com várias modalidades do trabalho forçado em vigor durante o regime colonial – se transformariam em prioridades académicas, pelo menos a nível institucional. A explosão que praticamente se deu na historiografia europeia da década de 1970 parece confirmá-lo.

Alargando assim a retrospectiva exclusivamente norte-americana de Fogel, esta torna-se mais verosímil: foi de facto uma nova correlação de forças, tanto nas sociedades americanas como no mundo, que forçou a primeira grande revisão da história da escravatura moderna.

II – O legado do revisionismo

Nos EUA, o ataque em regra a Philips começou com o livro de K. Stamp, *The Peculiar Institution*, 1952, e centrou-se sobre o preconceitos 1) e 2) enumerados acima. A escravatura não era necessariamente um fardo para os proprietários de escravos, que para obter lucros tinham comportamentos muito menos patriarcais dos que lhes atribuía a escola de Philips – era antes, para usar uma expressão de K. Stamp, “*the most bestial regime that has tarnished America*”. Porém, o maior impacto imediato de Stamp foi a sua demonstração da historicidade dos estereótipos raciais, com os quais se costumava explicar a hierarquia escravocrata. A personalidade dos escravos não tinha interiorizado a famosa inversão dos valores; simplesmente, numa sociedade classista tão opressiva, tinha-os instrumentalizado como tática de sobrevivência. Assim, para compreender uma tal sociedade era necessário ler todas as fontes ao contrário do que tinha feito Philips e ver nos comportamentos servis indícios de resistência passiva, na mentira, uma resistência activa, etc. Em suma, o embrião de uma cultura afro-americana, que muitos outros investigadores em breve iriam desenvolver (nomeadamente a partir de E. Genovese, *The Political Economy of Slavery*, 1965). A recolha sistemática de testemunhos orais de antigos escravos (gravadas nos anos 1920 e 1930) foi fundamental para a redescoberta das, até aí ocultas, “relações informais” da exploração escravocrata.

Neste ponto, seria igualmente interessante desenvolver o paralelismo com o revisionismo brasileiro, no qual uma geração de trabalhos (Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Fernando Novais, etc.) se preocupou em demonstrar que longe de consolidar uma ordem social feudalizante, a escravatura e o tráfico de escravos tinham servido para acelerar a acumulação de capital por parte de uma oligarquia de plantadores e comerciantes europeus e para formar as clivagens de classe da moderna sociedade brasileira

O revisionismo inicial – tanto nos EUA como no Brasil – reinterpretou de modo radicalmente novo as fontes conhecidas mas expressava-se na mesma linguagem qualitativa das teses tradicionais. Para Fogel, a grande revisão ainda estava para vir e viria sob a forma de algarismos. Em 1958, com o artigo “*The Economics of Slavery in the Ante Bellum South*”, Conrad e Meyer estabeleceram as bases de uma nova abordagem metodológica - a cliometria. Por cliometria, Fogel entende “*a aplicação sistemática dos modelos comportamentais (behavioral) das ciências sociais e dos seus correspondentes métodos matemáticos ao estudo da história.*” (p.19). Os cliometras – seja permitido o neologismo – vinham de áreas científicas muito afastadas dos estudos históricos mas não seria por tal que haveria perda. Pelo contrário, Fogel insinua que essa era justamente a qualidade que os punha à vontade para fazerem tábua rasa dos velhos debates. Aliás, para atenuar a divisão entre técnicas quantitativas e historiografia, que as ciências históricas tradicionais hipertrofiavam na época (poder-se-ia ir bem longe tentando descobrir quando terá terminado esta “época”), Fogel nobilita é nobilitar os cliometras estabelecendo-lhes um paralelo com os críticos positivistas alemães. Tanto umas como outras trouxeram metodologias novas para criticar dados antes discontroláveis e para colmatar lacunas de documentação, omissa ou com erros. Adiante se verá que outro tipo de limitações a chamada “*new economic history*” - outra designação possível para esta corrente” – não conseguiu resolver mas, no que respeita ao balanço de três décadas de trabalho (1960-90), parece indiscutível o legado da cliometria.

As suas principais conclusões, que a equipa Fogel-Engerman sintetizou em dois momentos (*Time on the Cross*, 1974 e *Without Consent or Contract*, 1989) foram as seguintes:

1) as plantações escravagistas foram rentáveis e nunca o tinham sido tanto como na década (1850) que precedeu a sua extinção;

2) as práticas de gestão dos plantadores eram verdadeiramente “racionais” e adaptavam-se com facilidade às conjunturas de mercado para maximizar o seu lucro;

3) a produtividade do trabalho agrícola escravo (a “*chain gang*”) era superior – num intervalo entre 9 e 39% (!) - à das explorações do norte que utilizavam trabalho livre (p.30);

4) o Sul dos EUA tinha tido uma taxa de crescimento anual média de 1,7% entre 1840-1860, isto é superior à dos Estados do Norte no mesmo período.

Em resumo, a escravatura não tinha sido destruída por estar decadente e o trabalho escravo não era de modo algum menos produtivo que o trabalho livre, contrariamente ao que muitos repetiam desde Adam Smith.

A aplicação da cliometria não se confinou à econometria. Por exemplo, a interpretação das fontes orais e as dificuldades em conciliar indicadores culturais avulsos foi solucionada com a sistematização estatística de Crawford que, ao analisar as respostas em frequências agrupadas, se pode aperceber do impacto diferenciado do tamanho das plantações. Era muito diferente o mundo das grandes e das pequenas, tanto no que respeita a ritmos de trabalho, alimentação ou unidades familiares. A cultura escrava teve evidentemente de ser reescrita a partir destes novos dados (p.40-42).

Outro campo afectado foi a história do tráfico. Aqui a obra pioneira foi a de P.Curtin (*The Atlantic Slave Trade: a Census*, 1969), que, sintetizando o trabalho de vários pesquisadores, permitiu uma primeira ordem de grandeza fiável para o tráfico transatlântico. Durante as três décadas seguintes, equipas novas completaram e afinaram os números iniciais de Curtin, dando como último resultado o mega CD editado por David Eltis (*The Atlantic Slave Trade: a new Census*, 2004)

Para além disto, que já não seria pouco, a cliometria tornou-se também decisiva ... para os próprios métodos quantitativos. Num belo efeito de ricochete, não só renovou os objectos históricos a que se aplicou como quase se reinventou em contacto com eles. A experiência da aplicação dos métodos quantitativos e a inter-disciplinaridade de que se revestiram numerosos projectos (combinando a demografia, a econometria, etc.) fizeram dos *Black Studies* (expressão por que nas universidades norte-americanas se designam as pesquisas e os centros dedicados às sociedades afro-americanas) não um campo “*soft*” – como inicialmente se pensava – mas um verdadeiro campo experimental “*hard*” para as ciências sociais.

3 - As limitações do legado

Na actual fase do capitalismo, caracterizado pelo domínio dos capitais financeiros, a concepção do mundo como um mercado atemporal tornou-se hegemónica. Tornou-se igualmente hegemónica no universo conceptual das ciências sociais, apesar da vocação crítica destas lhes atribuir (em teoria) uma menor permeabilidade às ideologias dominantes. O caso da “*new economic history*”, aparentemente inatacável em função da sua história de sucessos, é talvez um dos mais espectaculares casos das limitações que este tipo de hermenêutica implica nos nossos dias.

Viu-se acima que duas das suas principais conclusões são que o trabalho escravo proporcionava taxas de rentabilidade acima da média e que o Sul esclavagista estava a crescer mais do que os Estados do Norte. Ambas as conclusões autorizam pois a dizer que, em determinadas condições históricas, a acumulação de capital é, não apenas possível, mas fortemente acelerada pela existência da escravatura. Contudo, para a maioria dos “*new economic historians*”, o capitalismo não é um período histórico. O que aparece como a realidade é a “economia” (*economics*) e a economia é uma realidade neutra, mensurável como qualquer outra. Daqui se segue que, se a economia pôde ser eficiente com o trabalho escravo, isso prova apenas que ela é, como a natureza, amoral. Dito de outro modo, o Bem (abolicionismo) não foi sempre recompensado e o Mal (esclavagismo) não foi sempre punido.

Fogel conclui então que a opção de extinguir a escravatura foi verdadeiramente uma decisão ética, cujos fundamentos justificam um sub-capítulo específico (p. 45-48). Visto que o crescimento económico e a eficiência são possíveis com mais de um sistema institucional, isto é, também com escravos (p.69), *a abolição pertence ao domínio do extra-económico*. O 3º capítulo do ensaio pretende mesmo demonstrar como gradualmente se foi desfazendo o mito da explicação “económica” do abolicionismo na historiografia norte-americana (p.49-62) e como os “*ideological, political, social, or cultural issues*” teriam sido subestimados. Paradoxo vindo de um economista? Não, se nos recordarmos que a “economia” é uma “ciência neutra” e que aqui Fogel quer devolver a palavra à “História”.

Não parece necessário insistir que mudando de postulado – a “economia” como categoria histórica – tudo se altera na descrição: é a acumulação de capital, ou seja, um processo concreto (e não a economia eterna) quem se compatibiliza com o trabalho escravo; é em níveis mais elevados de lucros e rendas (formas históricas do excedente e não na eficiência atemporal) que se observa a superioridade do Sul sobre o Norte, etc.

Contudo, não se trata de um simples jogo de conceitos. A escravatura atemporal não corre o risco de contaminar a gênese do capitalismo, e ainda menos a gênese dos mercados americanos. Vendo-a como um atavismo descartável (por opções extra-econômicas) e não como um elemento estrutural, não precisamos de refazer a ordem mundial que, segundo uma síntese recente (K.Bales, *Gente descartável*, 2001) conta... com nada menos de cerca de 27 milhões de escravos actuais.

Em todo o caso, Fogel tem razão, a “economia” até agora tem podido crescer com eles.

Rui Miguel Costa Pinto

A Costa Oriental Africana (1640-1668). O Monopólio dos capitães

Editora, Lisboa, 2002

Eugénia Rodrigues

Esta obra baseia-se numa tese de mestrado defendida em 1995. O título *A Costa Oriental Africana (1640-1668)* remete para o estudo da região durante as guerras da Restauração, nomeadamente para a competição europeia no Índico ocidental. O exame da disputa europeia na região, porém, exigiria outro enquadramento cronológico, atendendo a que no caso holandês foi até mais ameaçadora para Moçambique durante o primeiro decénio da centúria do que no período considerado. Por sua vez, o subtítulo *O Monopólio dos capitães* define como objecto de análise o arrendamento do estanque do comércio dos Rios de Cuama aos capitães da fortaleza de Moçambique. Depois de um longo período de monopólio régio e de curtos ensaios de outras formas de exploração comercial, o arrendamento do exclusivo do trato aos capitães de Moçambique vigorou de 1595 a 1673, com algumas interrupções ainda pouco esclarecidas. O estudo do monopólio dos capitães exigiria, portanto, um recorte cronológico diverso do escolhido pelo autor. De resto, este livro acaba por abordar os mais diferentes aspectos da expansão portuguesa na costa oriental africana durante o período considerado. No entanto, os anos de 1640 a 1668 não apresentam qualquer especificidade, quer do ponto de vista das opções da política de expansão colonial ou da história dos portugueses na região, quer numa perspectiva da história dos Estados africanos da região. Periodizar a história da costa oriental africana a partir das guerras da Restauração parece uma escolha difícil de sustentar.

A obra divide-se em sete capítulos, incluindo ainda uma introdução, uma conclusão, três anexos e um glossário. O capítulo 1, *Fortalezas e Feitorias*, passa em revista a geografia das fortalezas e povoações portuguesas na África Oriental. Nesta altura, os portugueses tinham na costa oriental africana duas capitánias. A região a sul até Cabo

Delgado integrava a capitania de Moçambique e Sofala, que tinha vários territórios sob a sua jurisdição, incluindo a importante região continental dos Rios de Cuama. As zonas de influência a norte de Cabo Delgado, nomeadamente as cidades sobre as quais os portugueses reclamavam alguma suserania, dependiam da capitania de Mombaça. Ao optar por descrever individualmente as várias fortalezas, fortes e povoações portuguesas, o autor não teve em conta a relação geográfica entre estes territórios, nem qualquer hierarquia administrativa, diluída em alusões esparsas. Tal escolha revela-se pouco esclarecedora da geografia da presença portuguesa na costa oriental africana, não sendo sequer compensada pela apresentação de um mapa. Acresce que as fortalezas e povoações portuguesas são descritas sem qualquer contexto histórico, seja o da expansão portuguesa, seja o dos povos africanos da África Oriental.

O texto inicia-se com a descrição da ilha de Moçambique, demorando-se na particularização da fortaleza construída pelos portugueses e no relato das crónicas dificuldades em a prover de armamento e de soldados. Neste contexto, foca-se, por exemplo, a proposta do Conselho Ultramarino, de 1665, para “a comutação da pena de casados degredados de Moçambique” (p. 21), cujo objectivo é, certamente, ininteligível. Segue-se a exposição relativa à fortaleza de Sofala e aos ainda maiores apuros em que a Coroa se via para a manter, os quais, de resto, chegaram a fundar propostas para a sua destruição ou sugestões para a sua venda (pp. 22-23). Passa-se, de seguida, para a capitania de Mombaça e para as relações com os sultanatos vizinhos, destacando-se a pressão dos omanitas sobre a fortaleza e o ataque de 1661 (pp. 24-27).

Regressa-se, então, ao território da capitania de Moçambique, com a descrição da povoação de Sena, seguindo-se Tete e Quelimane. Seria importante integrar os três estabelecimentos portugueses na região dos Rios de Cuama, a designação seiscentista para o conjunto dos territórios vizinhos do rio Zambeze. Todavia, o autor passa em claro a articulação geográfica e económica entre estas povoações. Se em relação a Sena e a Tete, ainda se informa que ficavam algures nas margens do rio Zambeze, a localização do importante porto de Quelimane, no delta, é completamente omitida.

Principiando por Sena, a capital dos estabelecimentos portugueses nos Rios de Cuama, informa-se que se situava “em pleno território do

Monomotapa” (p. 27), mas nada é adiantado por ora sobre este Estado africano. Descreve-se, de seguida, a povoação e o seu forte. Discorre-se, ainda, sobre a oposição do padre jesuíta Manuel Barreto à entrega da igreja matriz de Sena ao administrador eclesiástico de Moçambique, que o autor sustenta que era um jesuíta (p. 27). Mas, Barreto defendia precisamente a permanência desta rendosa igreja nas mãos do clero secular, opondo-se à sua entrega à Ordem de S. Domingos, a que pertencia o administrador eclesiástico, devido ao que considerava a incúria e ganância dos religiosos dominicanos¹. Alude-se, ainda, ao facto de os moradores reunidos em Sena terem concordado pagar um pano por cada oitenta carregados para o Monomotapa, conforme a proposta do provedor da Fazenda Duarte de Azevedo, (p. 28). Não se explicita qual o objectivo desse contributo, aparentemente, destinado à reconstrução da fortificação de Sena, que ocupa o parágrafo seguinte. Na verdade, a proposta do provedor tinha um fim completamente diverso do sugerido aqui pelo autor. Tratava-se de financiar a manutenção de um presídio de guarda do *mutapa*, mas, tanto quanto se sabe, essa contribuição nunca foi levada à prática. O autor adianta, de seguida: “Subordinado a Sena estava Chipangua e Mutuca, ambas fortificadas” (p. 28). Mas nada informa sobre estes dois territórios, aliás, duas das três importantes feiras existentes em Manica.

De Sena, passa-se para uma breve descrição de Tete. Seria interessante saber onde foi o autor buscar a relevante informação sobre a fundação deste estabelecimento pelos portugueses, em 1514 (p. 29). Por esta altura, António Fernandes, o célebre degredado e língua da fortaleza de Sofala, fazia as suas viagens de exploração pelo sertão e dos registos conhecidos não consta a existência de uma povoação portuguesa em Tete.

De seguida, o leitor é introduzido em Quelimane, a povoação portuguesa no delta do Zambeze, que é apresentada do seguinte modo: “Porto importante não só pelo seu posicionamento geográfico mas também por ser escala de parte importante do comércio do ouro, âmbar e marfim” (p. 29). Todavia, elide-se a sua localização e a articulação desse

¹ Padre Manuel BARRETO, “Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama vulgar e verdadeiramente chamados Rios de ouro” (1667) in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1885, 4ª série, nº 1, p. 51.

comércio com a rota das feiras do Monomotapa, através de Tete e Sena.

As ilhas de Angoche, cuja situação ao norte de Quelimane é mais uma vez negligenciada, constituem o assunto seguinte. Inesperadamente, o leitor é confrontado com a afirmação de que o “resgate corria nos Rios por entre Moçambique e Quelimane, sobretudo o de marfim.” (p. 30). Ora, o topónimo “Rios” usado pelo autor remete nesta altura para os Rios de Cuama. Mas, o arquipélago de Angoche não era nesta altura um porto de saída do comércio dos Rios de Cuama, embora fosse uma rota usada pelos que tentavam escapar ao monopólio comercial dessa região. Aparentemente, o autor baseia-se na informação do padre Manuel Barreto, que afirma: “o feitor de *Angoxa* [...] corre cõ o resgate de todos os Rios que há entre mocambique e Quilimane”². Assim, a alusão de Barreto ao comércio feito nos rios existentes entre Moçambique e Quelimane é transformada no comércio dos “Rios”. Ainda uma estranha geografia conduz à inclusão das ilhas de Querimba, situadas no extremo norte da capitania de Moçambique, no ponto 1.7. *Angoche* (p. 30). O autor defende que a “importância das mesmas [ilhas], para o equilíbrio comercial da costa, era de tal modo que em 1663 os moradores de Moçambique necessitavam da directiva do capitão a confirmar a sua liberdade histórica para poder transaccionar nas ilhas.” (p. 31). Lamentavelmente, não é referido nenhum produto negociado no arquipélago, ficando por saber qual era a importância comercial das ilhas de Querimba. Na verdade, para além de uma significativa exportação de marfim, do arquipélago e do continente fronteiro partia uma importante rota de abastecimento de cereais à ilha de Moçambique. Como as ilhas ficavam fora do âmbito geográfico do monopólio comercial dos capitães de Moçambique, existia uma intensa competição entre os mercadores privados para controlarem o seu comércio. A “directiva” do capitão de Moçambique explica-se pela tentativa dos moradores das ilhas de Querimba tentarem excluir desse comércio os moradores de Moçambique.

² Padre Manuel BARRETO, “Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama vulgar e verdadeiramente chamados Rios de ouro” (1667), in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1885, 4^a série, n^o 1, p. 35.

Finalmente, o autor regressa ao Sul e à ilha do Luabo, “localizada no rio Zambeze” (p. 31). A ilha, situada no delta, constituiu nos primeiros tempos da penetração portuguesa no Zambeze um porto alternativo ao de Quelimane e fazia parte da capitania-mor de Sena. Assim sendo, não se percebe a opção de a abordar isoladamente.

O capítulo 2, *A Miragem do Monomotapa*, inicia-se com uma tentativa de situar geograficamente o mítico “império do Monomotapa”. A extensão e os limites do território sob a autoridade do “*mutapa* - em muitos casos, uma vaga suserania - continuam a ser debatidos. Porém, é consensual que o domínio destes chefes abrangia uma área muito mais limitada do que a representada nas descrições portuguesas de Quinhentos e das primeiras décadas de Seiscentos. Infelizmente, o autor limita-se a juntar as diversas informações das fontes portuguesas, ignorando o contexto da sua produção. O resultado dessa metodologia conduz, por exemplo, à localização da fronteira sul do Monomotapa no rio Limpopo para, quatro linhas depois, ser deslocada para o Cabo da Boa Esperança, conforme a informação do padre Manuel Barreto (p. 33). De resto, negligencia-se qualquer informação sobre os povos do Monomotapa. Apenas no capítulo seguinte existe uma alusão ao grupo étnico caranga (p. 46), mas sem qualquer conexão com o Monomotapa.

Este capítulo incide particularmente sobre as relações entre os portugueses e os *mutapa*. Defende-se a existência de uma total subordinação do *mutapa* aos portugueses, consubstanciada na entrega de terras e no pagamento anual de três pastas de ouro (p. 34). Aliás, não se refere sequer o tratado de 1629, que estabelecia estas cláusulas. A tese que suportou a imagem dos *mutapa* como meras “marionetes” dos portugueses foi já amplamente revista a partir da década de 1980, nomeadamente por David Beach e S. I. G. Mudenge³. Entre os celebrados recursos do império, o autor destaca o fugidio ouro, cujas minas eram inexplicavelmente encerradas pelo *mutapa* quando se tornavam

³ BEACH, D., 1980, *The Shona and the Zimbabwe 900-1850*, London, Heineman; New York, Africana; Gwelo, Mambo Press; BEACH, David, 1994, *The Shona and their Neighbours*, Oxford UK e Cambridge USA, Blackwell Publishers; MUDENGE, S.I.G., 1988, *A political History of Munhumutapa c. 1400-1902*, Harare, Zimbabwe Publishing House.

muito produtivas (p. 33). Felizmente para os portugueses, em 1652, já se sabia “como se poderia proceder à descoberta” das minas (p. 35). Quanto ao leitor, fica na ignorância das causas de tão súbita reviravolta. De resto, as relações entre os *mutapa* e os portugueses correm ao sabor das virtudes e defeitos de uns e outros, sem qualquer esforço de explicação histórica.

Uma das questões centrais nas relações entre as autoridades portuguesas e as do Monomotapa girava em torno do presídio do *mutapa*. Este presídio, mantido com regularidade pelos portugueses, destinava-se oficialmente a guardar o *mutapa* de possíveis agressões de outros pretendentes ao poder. O seu pagamento não estava consignado no contrato dos capitães de Moçambique, que, em troca do exclusivo comercial, deveriam também suportar as despesas da administração. Nestas circunstâncias, foram ensaiadas várias formas de assegurar a manutenção do presídio. A deficiente leitura das fontes coloca o capitão de Moçambique a disponibilizar 100 a 300 soldados da fortaleza de Moçambique para o presídio (p. 35). O que, além de certamente inútil, seria difícil, sabendo que, nesta altura, raramente existiam em Moçambique os 300 soldados exigidos pelo regimento. Na verdade, o capitão considerava poder deslocar para os Rios de Cuama 100 dos 300 soldados alegadamente existentes. Ainda no âmbito da procura de soluções para assegurar o pagamento do presídio, alude-se ao pedido do rei de Portugal para que os mercadores entregassem “uma por cada quatro corjas de pano” (p. 35). O autor aludira já a esta proposta feita inicialmente pelo provedor da Fazenda Duarte de Azevedo a propósito da fortaleza de Sena, deixando subentendido que essa contribuição se destinava às obras de reparação. Na verdade, quer a proposta do provedor quer a carta régia agora citada aventavam um pagamento “de cada quatro Corjas de pano um”. Tal significava um contributo de um pano em oitenta, certamente muito mais insignificante do que a prestação dos vinte panos que compunham uma corja. Mas perante o fracasso desta proposta, o presídio do “*mutapa*” passou a ser custeado pela Coroa, embora o autor argumente que essa despesa cabia ao capitão (p. 36). De resto, o próprio autor informara já que o presídio era pago pelos foros das terras (p. 35), que constituíam uma renda da Coroa.

Os alvitres, aqui transformados em tentativas, sobre a travessia do continente africano até Angola constituem o assunto seguinte. Na verdade, discorre-se principalmente sobre projectos de colonização europeia de Moçambique. Aborda-se, em particular, a proposta do Conselho Ultramarino, não datada nem contextualizada, para enviar para Moçambique casais sob o comando de André Vidal de Negreiros, escolha justificada pelos êxitos acumulados como governador de Maranhão, Pernambuco e Angola, entre 1656 e 1666 (p. 37). No entanto, quando da formulação deste projecto, em 1656, Vidal de Negreiros não exercera ainda nenhum destes cargos, embora se tivesse distinguido na luta contra a ocupação holandesa do Brasil. Vidal de Negreiros seria, aliás, nomeado governador de Maranhão, em vez de seguir para Moçambique, o que indicia um maior interesse da Coroa relativamente ao Brasil.

Ainda neste capítulo, o leitor é conduzido ao mundo dos “prazeiros” ou, mais precisamente, aos mais influentes de entre eles. A história dos portugueses no sertão faz-se ao sabor das façanhas individuais e das invejas que os poderosos regularmente concitam (pp. 39-42). Entre os “prazeiros” referidos, destaca-se o famoso Sisnando Dias Baião, cujas conquistas, conforme o autor, se estenderam ao Quiteve, a Manica e a Butua (p. 39). Existem registos de intervenções militares de Baião no Quiteve e em Butua, mas não há notícia de que Baião tenha alguma vez conquistado Manica. O que será de somenos importância, atenta a extensa actividade militar de Baião. Todavia, “a este propósito” (p. 39) o autor cita o padre Manuel Barreto para atestar o terror infundido por Baião na serra “Morombara”. Esta serra, situada a norte do Zambeze, aparece associada a Butua, situada a sul do Zambeze e uns quantos graus para Oeste (pp. 40-41). Apesar de avisar sobre a imprecisa localização deste Estado, o autor assegura: “Sem dúvida estendia-se para sul até à região denominada Matabelândia, na actual África do Sul” (p. 40). E aí temos a Matabelândia deslocada do Zimbábwe para a África do Sul e Butua a estender-se desde a serra Morrumbala até à África do Sul!

Antes de qualquer referência aos prazos, o autor passa a explicar que o “rei estava impossibilitado de fiscalizar as obrigações dos senhores dos prazos” (p. 41). Afasta a possibilidade da “vinda de um homem do continente” (p. 41) para inspeccionar as terras pela dificuldade em

defrontar esses homens poderosos. Mas, infelizmente, não elucida de que “continente” sairia esse funcionário, nem qual a relevância da sua origem.

Neste capítulo, como em toda a obra, toma-se frequentemente por explicação histórica a posição dos intervenientes. Por exemplo, a propósito da sucessão do capitão do forte de Quelimane, João Lopes Pinheiro, o autor afirma que as suas terras foram distribuídas por vários moradores em vez de serem entregues ao seu sucessor na capitania “como era devido” (p. 41). O argumento baseia-se, de novo, na memória do padre Manuel Barreto, defensor de uma presença portuguesa na região baseada num firme domínio territorial e militar. O padre opina que o capitão de Moçambique “não andou acertado” ao nomear um capitão para Quelimane sem lhe ceder as terras do seu antecessor, que assegurariam o seu poder face aos vizinhos africanos⁴. Mas o autor ignora as condições de produção do documento e transforma o alvitre de Barreto numa qualquer norma legal ou administrativa.

Ainda neste capítulo, alude-se ao episódio ocorrido com o mercador Gonçalo João em Maramuca, aliás, sem qualquer contextualização. Conforme o autor, Gonçalo João, que detinha o território de Maramuca por concessão do *mutapa*, foi atacado no seu forte e expulso por chefes africanos, instigados pelos inimigos portugueses do mercador. Todavia, a fonte da informação, novamente Manuel Barreto, sugere precisamente que a derrota de Gonçalo João se deveu ao facto de ele não ter construído um forte! E para concluir, aduz o autor: “É [Gonçalo João] acusado pelos seus rivais de provocar a rebelião naquela zona, que dá origem à perda de muitas pastas de ouro, e o conduz ao Juízo de Dambarare e ser condenado a entregar os prazos à Coroa” (p. 42). Barreto lamenta que Gonçalo João tivesse sido condenado pelo juízo da feira de Dambarare a entregar todos os seus bens⁵. Mas, não menciona quaisquer prazos, que não existiam naquela região, onde, aliás,

⁴ Padre Manuel BARRETO, “Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama vulgar e verdadeiramente chamados Rios de ouro” (1667) in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1885, 4^a série, n^o 1, 40.

⁵ Padre Manuel BARRETO, “Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama vulgar e verdadeiramente chamados Rios de ouro” (1667), in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1885, 4^a série, n^o 1, 35-53.

a Coroa portuguesa não tinha qualquer domínio. De facto, nas feiras apenas os mercadores detinham terras por concessão do *mutapa* ou de outros chefes locais.

O capítulo 3, *A Ocupação da Terra*, começa por abordar o regime de propriedade dos prazos. O autor defende a tese de que os prazos tiveram início no princípio do século XVI (p. 43). Seria essencial fundamentar tal posição, quando a bibliografia conhecida sugere que o regime dos prazos surgiu, pelo menos, um século depois. Mas, datando a aquisição desses territórios do início do século XVI, também fica por esclarecer como é que o autor alega que apenas no segundo quartel do século XVII os moradores se tornaram capitães das povoações e feiras do sertão (p. 43). O autor defende a tese da origem africana dos prazos, com base numa afirmação do historiador inglês Malyn Newitt, que, no entanto, desenvolve o argumento do carácter dual - português e africano - do regime. De facto, M. Newitt sublinha que os prazos não apareciam como completamente estranhos à sociedade da África Oriental, como o eram as *encomiendas* na América. Relaciona nomeadamente a longevidade dos prazos com a prática das sociedades africanas da região de integrarem estrangeiros a quem eram concedidas terras, como aconteceu com os muçulmanos antes dos portugueses⁶. Evidentemente, a par desse “carácter africano”, M. Newitt destaca a intervenção da Coroa na expansão do domínio territorial e o regime dos prazos como resultante da instituição de um quadro legal e administrativo português.

O autor distingue três etapas na constituição do regime dos prazos. Inicialmente, ocorreu a “entrega de grandes concessões de terras aos portugueses por parte dos chefes locais quer por compra ou conquista das mesmas, formando-se verdadeiros potentados” (p. 43). Obtidas as terras a título particular, adianta-se: “O Estado acabará por tomá-las como suas num processo de assimilação e convertê-las sob a forma de comissões oficiais” (p. 43). Mas, não é ensaiada qualquer caracterização destas “comissões oficiais”, ignorando-se nomeadamente o alargamento das estruturas administrativas da Coroa ao território dos prazos. Finalmente, defende-se que, perante o receio de que os senhores se afri-

⁶ NEWITT, Malyn, 1995, *A history of Mozambique*, London, Hurst & Company, pp. 217-218.

canizassem, “os prazos são convertidos em morgadios e transmitidos pela Coroa, durante o período de mais ou menos três gerações consecutivas, pagando-se anualmente uma renda de ouro em pó” (p. 45). A abordagem do regime legal dos prazos seria certamente outra e melhor fundamentada tendo por base os trabalhos clássicos de Alexandre Lobato, de Allen Isaacman ou de Malyn Newitt do que a obra de Charles Boxer, que não estudou precisamente o tema. O autor poderia, assim, associar o regime dos prazos, pelo menos, à concessão de terras da Coroa em enfiteuse e concluir que em Moçambique não se verificou a constituição de quaisquer morgadios. Defende-se igualmente que ao fim de três gerações o prazo regressava à Coroa. Na verdade, como já foi amplamente estudado, a Coroa reconhecia, em geral, a renovação dos prazos, um direito que, por esta altura, estava firmado pela tradição jurídica portuguesa. Por fim, reproduz-se a tese de que o direito à terra se transmitia por via feminina e que os “pais casavam as suas filhas, em princípio, com indivíduos oriundos do continente e, mais tarde, com goeses” (p. 45). Mais uma vez, não se identifica o “continente” de onde seriam originários os maridos destas mulheres. Tão pouco se investiga a relevância da sua origem. De resto, a obrigatoriedade da transmissão dos prazos por via feminina foi já contestada em vários estudos e até relativizada por aqueles que insistiram nessa proposição, como Alexandre Lobato.

Para a compreensão da história do regime dos prazos, seria igualmente importante situar geograficamente a sua área de expansão. Todavia, apesar de alusões dispersas a zonas onde os prazos se desenvolveram, não existe qualquer sistematização deste assunto. Acresce que, aparentemente, o autor associa todos os territórios dominados pelos mercadores portugueses com o regime dos prazos, apesar de a Coroa portuguesa não ter titulado todas as terras ocupadas pelos portugueses, nomeadamente as localizadas junto às feiras do planalto karanga. Assim, o autor inclui neste capítulo os abusos dos “prazeiros” das feiras em relação aos povos do Monomotapa e os sucessivos queixumes dos “mutapa junto das autoridades portuguesas (pp. 43-44). Neste contexto, defende a tese de que a Coroa portuguesa se recusou sempre a “entregar títulos de concessão de terras de Caronga aos novos senhores” devido à “posição estratégica” do Estado de Muzura entre os centros auríferos do planalto e os estabelecimentos afro-

islâmicos do litoral (p. 44). Antes de mais, nada se aduz sobre este Estado, nem tão pouco sobre a sua localização. O leitor é levado a associá-lo ao Monomotapa quando se trata de um Estado marave situado a norte do Zambeze. Além disso, não se entende com que fundamento garante o autor ter sido essa a posição da Coroa portuguesa em relação às terras do marave”*karonga*, tese que não é suportada pela bibliografia citada em nota.

Este capítulo continua com a análise do povoamento dos Rios de Cuama. Desenvolve-se o argumento de que a maior parte do povoamento foi feito com casais do reino e, posteriormente, da Índia, “embora a maior parte dos homens que partiam para o oriente viesse sem as suas mulheres” (p. 46). Adianta-se, mesmo, que, após a Restauração, “partiam, em média, anualmente, 10 a 12 casais com o fim de se fixarem na agricultura” (p. 46). Mas, para além de múltiplas propostas nesse sentido, faltam informações que comprovem o envio, de facto, desses casais. Mesmo considerando os anos imediatamente anteriores, saliente-se que a expedição saída de Lisboa em 1637 acabou por se dirigir à Índia, depois de abandonado o plano de colonização dos Rios de Cuama gizado em 1633. A iniciativa seguinte da Coroa, em 1677, conduziria alguns casais de Lisboa a Moçambique, mas, caindo fora do âmbito cronológico da obra, não chega a ser analisada.

O autor debruça-se igualmente sobre “a falta de mulheres naturais do continente” (p. 46), supostamente europeu, e sobre as medidas tomadas para as atrair a Moçambique. A dotação de órfãos dos recolhimentos de Lisboa e do Porto é encarada neste livro como uma “política de desencorajamento ao envio de mulheres”, uma vez que os postos eram “mal remunerados” (p. 46). Inexplicavelmente, apesar da minguada paga, o autor adianta que os homens acabavam por se deslocar para Moçambique e por se ligarem “com naturais das regiões onde estes [postos] se encontravam” (p. 46). E conclui que, em resultado dessa ineficaz política de povoamento, o número de mulheres enviadas para Moçambique limitar-se-ia a “uma média de cinco a 15 por ano” (p. 46). Todavia, esse número é baseado em Charles Boxer, que o avança como estimativa para todo o Estado da Índia⁷. Nem o autor indica

⁷ BOXER, C. R., 1981 (1^a ed. 1977), *O império colonial português*, Lisboa, Edições 70, p. 137.

qualquer outro suporte bibliográfico ou documental que comprove a prática de encaminhar órfãs para Moçambique durante este período. A confirmar-se, a chegada de um número tão elevado de mulheres teria certamente tido repercussões não negligenciáveis na história da colonização portuguesa de Moçambique. A ausência de qualquer rasto de tantas órfãs, tal como dos referidos casais, na vasta documentação consultada não suscitará interrogações?

Mas, se do reino partia alegadamente toda esta gente, uma intrigante proibição recaía sobre os que quisessem entrar em Moçambique a partir da Índia. De facto, o autor garante que, após a Restauração, “estavam impedidos de entrar e fixarem-se em Moçambique indivíduos oriundos das praças indianas, excepto os condenados ao degredo, clandestinos e os fugidos à Inquisição” (p. 46). Só não se identifica a autoridade com competência para passar autorizações de entrada aos clandestinos e aos fugidos da Inquisição! E, apesar de os indivíduos originários da Índia estarem interditos de entrarem em Moçambique, o autor enumera as ordens da Coroa aos vice-reis para angariarem, na Índia, povoadores para os Rios!

O contrato de arrendamento do monopólio do comércio dos Rios de Cuama pelos capitães de Moçambique ocupa o ponto seguinte. A opção de incluir o contrato dos capitães no capítulo sobre a ocupação da terra justifica-se, aparentemente, pela assunção do arrendamento do comércio como um contrato de enfiteuse:

“Embora o rei usufruísse dos direitos de exploração do comércio, era sobretudo o capitão-feitor que beneficiava dos lucros obtidos. Por intermédio de um contrato de enfiteuse, este ficava com a exploração económica de Moçambique, Sofala, Angoche e Rios de Cuama, durante os três anos que lhe cabiam por mandato, obrigando-se a pagar à Fazenda régia 33 mil cruzados (3 dos quais diziam respeito ao trato de Angoche), o que era resultado em grande parte daquilo que rendia o monopólio do resgate dos Rios de Cuama. Quase sempre sobravam seis mil cruzados, além dos foros das terras que iam para Goa em ouro, marfim, âmbar e escravos que quantificavam cerca de 10 mil cruzados.

Estavam aforadas em três vidas mas os moradores enganavam a fazenda por, provavelmente, ultrapassarem o prazo de aforamento.” (p. 50)

De facto, enredado no imbróglio que ele próprio teceu entre arrendamento e enfiteuse, o autor torna-se incapaz de destringer entre as formas de cedência da exploração do monopólio do comércio e da concessão das terras. Seria de consultar, ao menos, a entrada “enfiteuse” do *Dicionário de História de Portugal*, mas qualquer dicionário de português distingue “arrendamento” de “enfiteuse”. Em suma, ao invés de contribuir para o aprofundamento do tema que se propunha estudar, o autor confunde-o ao ponto de assimilar o contrato de arrendamento do monopólio do comércio à enfiteuse que regulava a concessão de terras. Esta indistinção justifica talvez a referência aos foros das terras no contexto do arrendamento do monopólio do comércio. Todavia, saliente-se que os foros não totalizavam 10 000 cruzados nem iam para Goa, como se afirma no texto supracitado. Andavam pouco acima dos seiscentos meticais, menos de metade daquela quantia, e serviam para pagar o presídio mantido pela Coroa portuguesa junto do *mutapa*, conforme, aliás, o autor informa na p. 45.

As questões relativas à administração da capitania preenchem as páginas seguintes. Destaca-se a discussão em torno da entrega da fortaleza de Moçambique a um castelão em alternativa à administração por um capitão. Porém, tal debate apenas adquire significado no âmbito do regime comercial adoptado para o comércio dos Rios: o governo da capitania pelos capitães contratadores do monopólio comercial ou outra forma de exploração do comércio dos Rios, ficando os castelões apenas com a administração e defesa. Neste contexto, advoga-se que o rei cedeu às insistências do Conselho Ultramarino e foi escolhido como castelão José Pinto Pereira, em 1656, para “controlar o trato do ouro e tratar do aumento da fazenda régia” (p. 53). O autor passa por cima da restante documentação e da bibliografia, ignorando que esta decisão, tomada na sequência do envio de Vidal de Negreiros para o Brasil, não chegou à prática. Mas, aceitando que Pinto Pereira tivesse, de facto, partido para Moçambique, não se entende como a seguir se continua a discorrer sobre a actividade dos capitães no mesmo período.

De resto, o âmbito do monopólio comercial dos capitães permanece por esclarecer. Do ponto de vista geográfico, a área abrangida pelo contrato dos capitães estendia-se a sul da ilha de Moçambique, que, tal como o continente fronteiro, não estava incluída no monopólio como se afirma (p. 51). Toda a região entre a ilha de Moçambique e Cabo

Delgado, bem como as relações comerciais com as ilhas do Índico estavam fora do âmbito do monopólio, constituindo o mercado livre dos moradores, apesar da constante ameaça dos capitães. Mas, esta divisão de mercados, que estava na origem de uma intensa luta entre os mercadores da ilha de Moçambique e o capitão-contratador, parece escapar ao autor. Mesmo, a natureza do arrendamento do monopólio nos Rios de Cuama aos capitães não fica aclarada. Por exemplo, advoga-se que o comércio dos Rios era “exclusivo das embarcações régias e da vontade dos capitães.” (p. 52). Porém, adiante, afirma-se que “não entrava nos Rios senão quem os capitães quisessem, até mesmo embarcações por ordem régia não passavam da fortaleza” (p. 53).

A falsificação do ouro encerra o capítulo dedicado à ocupação da terra. Alude-se às licenças dadas pelo *mutapa* para a exploração das minas e ao defraudamento das expectativas portuguesas perante as pequenas quantidades de ouro obtidas. Mas, não é adiantada qualquer explicação para esse desencanto. Ou seja, ignora-se a realidade com que os portugueses depararam quando, esperançados num Potosi africano, concluíram que os geralmente pequenos veios auríferos ou o ouro aluvial não atingiam a rendibilidade esperada. O autor procura, então, explicar o curso da exploração aurífera nos Rios pela história da Restauração: “A chegada de D. João IV ao reino, o início das lutas com Espanha, a afirmação da independência e procura do restabelecimento comercial, sem contar com todo o trabalho diplomático desenvolvido na altura, fez com que a procura do precioso metal não tivesse sido abandonada, tendo apenas sofrido um abrandamento” (p. 54). Lamentavelmente, não é sugerida qualquer possível relação entre a “chegada do D. João IV ao reino” (vindo não se sabe de onde) e o facto de não ter sido abandonada a exploração do ouro nos Rios de Cuama. O autor ocupa-se, por fim, das questões relacionadas com a falsificação do ouro e com o debate sobre a emissão de moeda para Moçambique (pp. 54-56).

O capítulo 4, “*Linhas Comerciais*”, abre com uma referência às rotas entre a Índia e a costa oriental africana. Na esteira de Charles Boxer, alude-se ao circuito “Goa-Moçambique-Zambézia” e ao que ligava a “Índia portuguesa à costa Swahili, via Diu, Damão, Baçaim e Chaul para Mombaça, Pate ilhas Lamu e Goa.” (p. 57). O autor não se refere certamente ao ilhéu de Goa, localizado junto à ilha de Moçambique, o

único topónimo na região homónimo da capital do Estado da Índia. Assim, conclui-se que a enunciação dos circuitos comerciais externos, baseada numa leitura apressada de Charles Boxer, coloca Goa na costa oriental africana⁸. Ademais, fica por esclarecer como se conectava o comércio de Moçambique com os mercados do Índico.

A descrição do papel da ilha de Moçambique como escala da carreira da Índia ocupa a grande parte do capítulo. O relato dos vários naufrágios ocorridos durante o período em análise e da prolixa correspondência trocada entre os vários intervenientes é, apesar da abundância documental, pouco esclarecedor (pp. 58-63). Por exemplo, afirma-se que, em 1643, o galeão Santa Margarida foi obrigado a escalar a ilha. Entre as várias peripécias descritas, adianta-se que o capitão de Moçambique, Júlio Moniz da Silva, se opunha a que o galeão seguisse viagem para Goa. Mas, finaliza-se o assunto informando que o Conselho Ultramarino se pronunciou a favor da permanência dos galeões na ilha, contra a opinião do capitão “que pretendia a sua saída da fortaleza” (p. 60). Em que ficamos? Finalmente, conclui-se, ainda com base em Charles Boxer, que entre 1658 e 1663 apenas “um a dois barcos” chegaram a Goa, tendo os restantes naufragado ou sido cativados pelos holandeses (p. 63). Na verdade, os números de C. Boxer reportam-se a estimativas de chegadas anuais e não do conjunto desses anos⁹.

Passa-se, depois, para a análise do tráfico de escravos e de pau preto. Não se compreende o destaque dado a este fluxo comercial de reduzida importância no período, quando não se examina o comércio do ouro e do marfim. Ainda assim, pouco se esclarece sobre o tráfico de escravos para o Brasil, durante a ocupação holandesa de Angola. São referidos projectos e autorizações de tráfico, mas quais foram os resultados?

No capítulo 5, *Orgânica do Mercado*, retomam-se as feitorias que abriram a obra. O autor começa por sustentar: “A diferença entre as feitorias africanas e europeias estava, sobretudo, na aquisição de

⁸ Na verdade, C. Boxer afirma: “A maior parte deste comércio era canalizada por Diu, Damão, Baçaim e Chaul para Mombaça, Pate e ilhas Lamu, embora Goa também tivesse uma parte.” BOXER, C. R., 1982, *A Índia Portuguesa em meados do séc. XVII*, Lisboa, Edições 70, p. 65.

⁹ BOXER, C. R., 1982, *A Índia Portuguesa em meados do séc. XVII*, Lisboa, Edições 70, p. 44.

matéria-prima ao invés de produtos manufacturados que vai acompanhar o seu declínio a partir do século XVII. A estas chegavam o produtos do interior - ouro, prata, marfim e escravos. Pesados e armazenados, aguardavam transporte para o continente e mais tarde para o Brasil” (p. 67). Infelizmente, não se indica a que “continente” se dirigiam os produtos africanos. Como no resto deste estudo, o “continente” parece remeter para o reino, deduz-se que as mercadorias de Moçambique seriam transportadas para Portugal, enquanto “mais tarde” se dirigiriam ao Brasil. Terão cessado as rotas para a Índia a que se aludiu brevemente no capítulo anterior? E quando se iniciaram e qual a importância das exportações de Moçambique para o reino e para o Brasil?

Aborda-se, de seguida, a feitoria de Moçambique ou, mais precisamente, a corrupção aí desenvolvida. “Ferramentas, alavancas, pés-de-cabra, enxadas, machados, cunhas, pilões para fazer a pólvora, tão necessárias à fortaleza de Moçambique, desapareciam sem deixar rasto” (pp. 67-68). A complicar ainda mais a gestão da feitoria estava o facto de as contas dos feitores levantarem “sérias dúvidas por os números não se confrontarem” (p. 69). No meio de tão misteriosos desaparecimentos - de materiais e de contas - ficam dúvidas sobre que feitorias do rei e do capitão existiam na capitania de Moçambique e sobre o seu funcionamento.

O autor analisa, de seguida, a situação da alfândega de Moçambique, questão a que aludira já no capítulo 3. Antes de mais, sublinhe-se que ao fim de uma longa narrativa fica-se sem perceber se existia ou não alfândega. De facto, começa-se por afirmar: “Desde a fixação portuguesa na costa oriental africana que a fazenda régia dispunha do rendimento proveniente das taxas alfandegárias recebidas nos portos e do comércio” (p. 69). Porém, apesar da anunciada antiguidade, em 1644, o Conselho Ultramarino estudou a proposta de criação de uma alfândega na ilha para que os direitos alfandegários pagos aos capitães para as mercadorias irem para os Rios passassem a ser pagos na “Alfândega de Goa ou na de Moçambique no caso de esta vir a ser criada” (p. 52). Mesmo não existindo alfândega, assevera-se que, nesta altura, “os funcionários da alfândega recebiam o conjunto destas taxas entre oito a dez mil xerafins para que as embarcações pudessem prosseguir viagem sem o impedimento do capitão da fortaleza de

Moçambique.” (p. 70). Logo depois, reitera-se que não havia alfândega em Moçambique pelo que os direitos eram pagos ao capitão. Em consequência, a alfândega de Goa perdia os direitos do resgate dos Rios de Cuama que iam “inteirinhos para os bolsos dos capitães, sem que a Coroa visse um cruzado” (p. 70), para na página seguinte se defender que as “feiras resultavam em grande proveito para as alfândegas, principalmente a de Goa, pelos direitos das mercadorias que ali entravam e saíam” (p. 71). E, por fim, conclui-se que a “alfândega acaba por ser criada só em 1675” (p. 71)! Para complicar ainda mais a questão alfandegária, temos que, em 1663, “os moradores de Moçambique [...] fazendo-se representar por Luís de Mendonça Furtado, ordenavam que se desembarcassem toda a sorte de fazendas na alfândega régia e que em caso algum, as tomasse o capitão para si, como já vinha sendo hábito.” (p. 70). É certamente surpreendente a capacidade dos moradores de Moçambique imporem as suas ordens à alfândega régia e ao capitão. Em suma, fica por desvendar quando foi criada e em que períodos funcionou, de facto, a alfândega de Moçambique. Do mesmo modo, permanece por clarificar a articulação entre o pagamento de direitos e os regimes de exploração do comércio.

De seguida, estudam-se as feiras, que, conforme o autor, “foram institucionalizadas e legadas pelos Árabes e Swahilis aos portugueses.” (p. 71). Os portugueses puderam, assim, negociar nas feiras da África Oriental graças à admirável, mas inexplicada, generosidade de árabes e swahilis. O autor ignora completamente a intensa competição política e militar pelo domínio do comércio no sertão. De facto, a hegemonia dos mercadores portugueses nas feiras do planalto karanga terá levado dezenas de anos a construir, mas surge neste estudo como uma espontânea dádiva dos mercadores muçulmanos. Ademais, apesar da importância dessas feiras, nada é dito sobre a sua localização, para além de se situarem “no interior do continente africano” (p. 71). Quanto ao seu nome, apenas é mencionado o da feira de Massapa, ignorando-se todos os outros centros seiscentistas de comércio, incluindo Dambarare, o mais importante de todos eles no período estudado. O declínio e posterior desaparecimento das feiras do planalto karanga no final do século XVII é explicado apenas pelo facto de “os senhores dos prazos” terem virado “as suas atenções para a extorsão tributária das populações ou para executarem eles próprios o trabalho das minas,

reduzindo as grandes dinastias africanas a meros contribuintes” (p. 72). O papel da dinastia dos *mutapa* como “meros contribuintes” foi já amplamente rebatido por David Beach e S. I. G. Mudenge em obras publicadas desde a década de 1980. Saliente-se, aliás, que esses estudos destacaram precisamente a pressão dos *mutapa* sobre as feiras e a ocupação territorial no planalto¹⁰. Ademais, é há muito amplamente conhecido o assalto do *changamira* de Butua a Dambarare, em 1693, que conduziria ao abandono das restantes feiras.

O capítulo 6, *A Evangelização e o Trabalho Missionário*, inicia-se com a abordagem da situação económica das missões. O elevado envolvimento missionários no comércio dos Rios de Cuama é atribuído ao facto de o clero ser recrutado no Estado da Índia e ser de baixa condição económica e social (p. 73). Na verdade, a actividade comercial era o principal fito de todos os que chegavam aos Rios e não parece ter existido qualquer diferença entre o clero nascido na Índia ou na Europa.

A análise da dimensão evangelizadora das missões incide principalmente sobre a actividade dos dominicanos junto dos *mutapa*. Deixa-se sem qualquer comentário a intercessão do *mutapa* para a nomeação de frei João de Melo como administrador episcopal dos Rios (p. 74). As alegadas virtudes do missionário bastam como explicação para o merecimento, ficando em claro o seu papel na conquista do poder pelo *mutapa*, em 1652. De resto, as posições dos *mutapa* a favor da Ordem de S. Domingos são aceites à letra, sem se questionar sequer que as suas cartas eram escritas pelos próprios dominicanos (pp. 74-75).

Aborda-se, de seguida, a acção dos jesuítas, que, argumenta o autor, no final do século XVII, se recusaram a aceitar as missões dos Rios “por entenderem ser esse um lugar ganho pelos dominicanos” (p. 75). Informação surpreendente, tendo em conta até que os jesuítas permaneceram nos Rios de Cuama até à sua expulsão em 1759. Ora, o que afirma o autor citado é que os inacianos chegaram a “negar-se a tomar toda a missão dos Rios, pelo apreço que diziam merecer-lhe os

¹⁰ BEACH, D., 1980, *The Shona and the Zimbabwe 900-1850*, London, Heineman; New York, Africana; Gwelo, Mambo Press; BEACH, David, 1994, *The Shona and their Neighbours*, Oxford UK e Cambridge USA, Blackwell Publishers; MUDENGE, S.I.G., 1988, *A political History of Munhumutapa c. 1400-1902*, Harare, Zimbabwe Publishing House.

dominicanos”¹¹. Defende-se igualmente que a Companhia de Jesus, que regressara a Moçambique em 1610, dispunha de um colégio na ilha apenas desde 1633-1634 (p. 76). Mais uma vez, o autor trespôs a obra citada¹², que se limita a afirmar ter sido concluído naquela data o edifício do colégio existente, depois de se arrastar durante anos o debate sobre a ordem régia para a sua demolição. Alude-se, ainda, à forma de financiamento do colégio de Moçambique e das residências dos jesuítas nos Rios (pp. 76-77). Regressa-se, então, à conversão dos *mutapa* pelos dominicanos e à carreira eclesiástica de alguns membros da linhagem destes chefes (pp. 77-78). Conclui-se a abordagem das missões com a assistência prestada pelos jesuítas no hospital de Moçambique. Neste contexto, relatam-se as obras de construção e a troca de acusações entre os religiosos e os capitães de Moçambique sobre o mau tratamento dos doentes (pp.78-79).

O capítulo 7, *Rivalidades Europeias*, principia com a competição holandesa depois de “assinadas tréguas em Haia, rectificadas um ano depois” (p. 81). Deploravelmente, o autor não avança qualquer informação sobre a “rectificação” (p. 83) deste tratado em 1662. Narram-se, de seguida, os diversos incidentes ocorridos com as naus holandesas depois de 1641, nomeadamente uma tentativa de ocupação de Moçambique em 1662 (pp. 81-84). A empresa saldou-se num “desastre”, com 114 homens mortos e 218 doentes. Mas fica por explicar porque ocorreu tão assinalável tragédia. Os homens morreram na viagem? Em combate na ilha de Moçambique?

O aspecto mais interessante das relações luso-holandesas durante o período terá sido um “acordo discriminatório, assinado entre o vice-rei António de Melo e Castro e os holandeses, [que] obrigava cada morador do Estado da Índia, inclusivé religiosos, a pagar uma oitava parte dos seus rendimentos durante 16 anos” (p. 84). Não admira, pois, que os moradores dos Rios, revelando um notável e enraizado patriotismo, se tenham esquivado a tal contribuição! Enfim, o leitor

¹¹ SILVA, António da, 1967, *Mentalidade missiológica dos jesuítas em Moçambique antes de 1957: Esboço ideológico a partir do núcleo documental*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, vol. II, p. 139.

¹² SILVA, António da, 1967, *Mentalidade missiológica dos jesuítas em Moçambique antes de 1957: Esboço ideológico a partir do núcleo documental*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, vol. II, p. 30.

fica, no mínimo, perplexo ao descobrir que o contributo pedido pelo monarca português aos moradores do Estado da Índia para a Paz da Holanda foi transformado pelo autor num “acordo discriminatório” entre o vice-rei e os holandeses!

Discorre-se, depois, sobre a ameaça inglesa em Moçambique, traduzida, afinal, em proveitosas transacções comerciais para ambos os lados (pp. 84-86). O capítulo encerra com a narração dos interesses das potências europeias na ilha de S. Lourenço (pp. 86-89).

O livro contém, ainda, três anexos: uma *Listagem de capitães e governadores* (p. 93), uma *Listagem dos Administradores Eclesiásticos* (p. 93) e um *Quadro de Mercês e Nomeações* (pp. 94-99).

Finalmente, o autor incluiu na obra um pequeno glossário. Algumas entradas deste glossário servem para confundir ainda mais o leitor. Por exemplo, a definição de “fumo”, os chefes de povoação no vale do Zambeze, é a seguinte: “Senhores de título em Portugal que possuem terras e vassallos, a quem os Cafres denominam de Chefe”. O termo “mocoque”, utilizado na mesma região para designar os naturais da Índia, adquire um amplo e impreciso significado: “São assim chamados todos os que não são portugueses, na sua maioria naturais das possessões ultramarinas. Estes assimilarem, em parte, aspectos da cultura e da língua portuguesa. Tinham atitudes de autonomia e rebeldia. Poderão ser também os naturais de Portugal que ignorando a Coroa portuguesa e a sua própria sociedade iam sendo absorvidos pelas famílias africanas. Assim eram conhecidos os mestiços (afroportugueses) entre os cafres”. Igualmente surpreendente é a definição encontrada pelo autor para “manamuzungo”: **“Manumosungo ou Muzungulo Aportuguesados”**. “Manamuzungos” era, na realidade, o nome dado nos Rios de Cuama aos filhos dos portugueses, denominação que acabaria por se estender aos mestiços em geral. Embora este termo tivesse adquirido outros significados, pode ser, de facto, assimilado a “aportuguesado”. Mas “muzungulos” era a designação portuguesa para a etnia langulo - provavelmente um ramo do grupo Nyika originário de Shungwaya - ao tempo estabelecida nas proximidades de Mombaça e sem qualquer relação com os “manamuzungos” do vale do Zambeze.

Em suma, esta obra nada acrescenta à historiografia sobre a África Oriental, nomeadamente em relação aos trabalhos de maior fôlego que estudaram também do comércio no período considerado, como os de

Eric Axelson, Alexandre Lobato, Benedita Araújo, Malyn Newitt ou Manuel Lobato¹³.

Longe do “escrupuloso rigor” (p. 11) anunciado no prefácio do livro, o leitor depara com uma leitura frequentemente equivocada ou abusiva das fontes e da bibliografia. Antes de mais, apesar do louvável esforço de investigação arquivística, as “fontes inéditas” (p. 11) utilizadas pelo autor foram amplamente citadas por outros autores, em particular por Eric Axelson, aliás, quase ignorado nesta obra. Exceptuam-se os documentos consultados para a elaboração do *Quadro de Mercês e Nomeações* com informações inéditas relativas à concessão de vários cargos em Moçambique e Mombaça, tenças, hábitos das ordens militares e de viagens para Moçambique. Mas, no seu conjunto, o “valioso acervo documental” “exumado dos Arquivos” (p. 11) é, infelizmente, muito mal tratado. Uma leitura amiúde deturpada das fontes e da bibliografia, de que ficaram alguns exemplos, conduz a conclusões erróneas ou absolutamente extraordinárias.

De um modo geral, falta um fio condutor no texto, ausência dificilmente superada por um alinhamento cronológico das fichas de leitura. De facto, como a comunicação se fazia por monções, quer entre a África Oriental e a Índia, quer entre Goa e o reino, os assuntos arrasavam-se por anos. O leitor depara com uma abordagem, dir-se-ia, por “camadas”, em que as questões surgem alternadas com outras, por vezes sem umnexo de inteligibilidade visível. A explicação histórica resume-se amiúde à adesão incondicional às posições expressas nos documentos, o que acaba por conduzir o autor a afirmações contra-

¹³ Por exemplo, entre outras obras, AXELSON, Eric, 1969, *Portuguese in South-East Africa 1600-1700*, Johannesburg, Witwatersrand University Press (3ª ed.); LOBATO, Alexandre, 1957, *Evolução administrativa e económica de Moçambique. 1752-1763*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar; LOBATO, Alexandre, 1962, *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar; LOBATO, Alexandre, 1961, *Quatro Estudos e uma evocação para a história Lourenço Marques*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar; ARAÚJO, Maria Benedita de, 1992, *O giro moçambicano. Subsídio para a História de Moçambique (1498-1752)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; NEWITT, Malyn, 1995, *A history of Mozambique*, London, Hurst & Company; LOBATO, Manuel, 1995, “Relações Comerciais Entre a Índia e a Costa Africana nos Séculos XVI e XVII. O Papel do Guzerate no Comércio de Moçambique” in *Mare Liberum*, n.º 9, 157-173; LOBATO, Manuel, 1996, “Os regimes de comércio externo em Moçambique nos séculos XV e XVII” in *Povos e Culturas*, n.º 5, 169-198.

ditórias. A demissão de um esforço interpretativo traduz-se também na adopção de posições marcadamente etnocêntricas. Por exemplo, as diversas etnias que hoje compõem Moçambique diluem-se numa massa amorfa, quase invariavelmente designada por “cafres”. Aparentemente, no século XXI, o autor não encontrou outro termo além do utilizado nas fontes portuguesas seiscentistas, herdado da designação árabe. Não se entende também porque é que o *mutapa* Mavhura, baptizado em 1629 com o nome cristão de D. Filipe, é referido, por exemplo, por “D. Filipe, chamado Mavura” ou “D. Filipe de Mavura” (p. 77) ou “D. Filipe, o Mavura” (pp. 34-35). Do mesmo modo, as posições expressas na documentação da época contra os canarins, os cristãos goeses, são assumidas pelo autor como explicação histórica. Assim, por exemplo, nos bastidores do ataque do *mutapa* Kapararidze aos portugueses, em 1628, estariam os dominicanos, “na sua maior parte de ascendência goesa” (p. 34). Alguns anos depois, as relações dos portugueses com o *mutapa* eram perturbadas pelas “intrigas criadas pelos canarins junto da corte do Monomotapa” (p. 34). Os dominicanos, por sua vez, ocupavam-se do comércio porque eram na sua maioria canarins (p. 73). Esta visão essencialista da história constitui-se em argumento explicativo, conduzindo o autor a dispensar qualquer análise no contexto das tensões raciais e sociais entre europeus e canarins.

Finalmente, uma redacção demasiadas vezes infeliz, a exigir um tenaz e demorado trabalho de revisão, prejudica gravemente a inteligibilidade da obra. Nomeadamente, um irritante uso e abuso de pronomes obriga o leitor a percorrer o texto à procura do respectivo substantivo ou mesmo a sujeitar-se a frequentes ensaios de adivinhação.

Susanne Gehrmann, János Riesz (editores)

Le Blanc du Noir Représentations de l'Europe et des Européens dans les littératures africaines

Lit Verlag, Munster, 2004

José Capela

O volume é produto de um colóquio realizado em 6 e 7 de Julho de 2001 pelo Centro Cultural Africano da Universidade de Bayreuth. «O ponto de partida de todas as contribuições são as metáforas estabelecidas a partir das cores “negro e branco”, significantes de construções omnipresentes da categoria “raça” nas expressões literárias». Sendo 14 o número de contribuições, a referência ao universo literário que emergiu do império colonial português está limitada à citação do romance “*Gente branca e gado negro*, editado pela Marânus, em 1955, e incluído entre os títulos “aux relents de racisme, estes em oposição aos títulos apparemment neutres. Acontece, porém, que o romance em causa, a começar pelo título, comporta a denúncia da condição de escravo e as atitudes de exploração da sua prestação de trabalho, tudo no sentido contrário ao dos relents de racisme. O que não desmerece a publicação dos estudos em causa cuja leitura, além de eminentemente ilustrativa goza do atractivo da sedução.

Dando de barato o fim do colonialismo nem por isso a densidade da antinomia «Branco»-«Negro» se pode apresentar como extinta. A densidade com que subsistia nas colónias ao sul do Sara e no apartheid da África do Sul nos derradeiros tempos coloniais ter-se-á atenuado substancialmente e de modo particular nas suas manifestações quotidianas mais imediatas. Mas terá ganho eventualmente novos contornos no Hemisfério Norte e nos continentes onde prevalecem ou onde se reforçaram identidades sociais alienígenas cuja marca mais em evidência é a cor da pele.

O volume, após a apresentação pelos editores e de reflexões preliminares de János Riesz, inclui:

L'invention de l'authenticité. Paroles d'Africains dans la fiction coloniale des années 1920 - Véronique Porra.

«Vous les Blancs, vous nous avez apporté les vêtements et le mensonge.

Les vêtements cache le corps, le mensonge cache l'âme». Réflexions sur un «discours par procuration» - Adjai Paulin Oloukpona-Yinnon

«Nous avons entendu parler de l'Europe, mais nous ne connaissons que les Blancs»: *Une image populaire de l'Europe et du Blanc au Togo - Dotsé Yigbe*

La re-présentation de l'imaginaire et du symbolique à l'écran. Albert Schweitzer dans la fiction cinématographique africaine - Sylvère Mbon-dobari

Les intellectuels africains dans la Deuxième Guerre Mondiale: le cas de Paul Hazoumé à travers La France contre le racisme allemand - Guy Ossito Midiohouan

Le Blanc de Senghor, idéologue et poète - Amélavi Y. E. Amela

Le regard du boy et la conscience du commandant: la lecture d' Une vie de boy de Ferdinand Oyono - Simon Amegbleame

Le regard critique de la littérature africaine sur les Européens qui se laissent 'fasciner' par l'Afrique. Le cas de Noces sacrées de Seydou Badian - Marcel Sommer

Désir de/du Blanc et écriture autobiographique chez Ken Bugul - Susanne Gehrmann

Belleville ou le Blanc de Calixthe Beyala - Alpha-Noel Malonga

Regards croisés de l'image du Blanc dans La fièvre de la terre d'Aboubacry Moussa Lam - Gilbert Lombalé-Baré

L'Europe de Pie Tshibanda dans 'Un Fou noir au pays des Blancs - Mukala Kadima-Nzuji

Couleurs et voisinage: la scénographie du Blanc dans la prose narrative de Théo Ananissoh - Sélom Komlan Gbanou

Entre une France démythifié et une Italie mythifiée: la perception de l'Europe dans Tout-Monde d'Édouard Glissant' - Claudia Ortner-Buchberger.

Por razões óbvias despertou-nos particular curiosidade a visão de Senghor sobre o Branco, a partir de uma atitude inicial confessadamente racista. Através da sua poesia vamos deparando com o «homem branco, um ser periférico e cruel», «ímpio», «crianças grandes que fogem da guerra», etc.. Não obstante, como introduz Amélavi Amela, a obrigação de reserva de chefe de estado, a fé profundamente católica do cristão exigindo que se ame o próximo como a si mesmo e finalmente

a ternura do esposo de uma mulher branca terem necessariamente dourado a imagem que Senghor poderia ter do Branco.

No conjunto o volume dota-nos com estudos de conteúdo homogéneo documentando o objecto em causa de forma consistente e magnificamente ilustrada.

Carlos Ferreira

Quase Exílio

Instituto Nacional de Indústrias Culturais, Luanda, 2004

Jacinto Rodrigues

O título deste livro de poemas é já em si bastante sugestivo. “Quase exílio” é o sentimento de estrangeiridade num mundo que se consolidou e cristalizou contra os sonhos e a esperança duma revolução.

O envolvimento de Carlos Ferreira no processo revolucionário angolano não se restringiu apenas ao necessário processo de independência nacional. Um desígnio levou-o a encarar a luta pela independência não como meta final mas apenas como um momento para a transformação estrutural, de maneira a possibilitar uma sociedade de justiça social.

A militância cívica e o empenhamento interventivo na cultura e na sociedade, empolgaram-no numa perspectiva mais ampla para a transformação da realidade angolana.

A cultura poética de Carlos Ferreira é uma cultura internacionalista com uma abrangência universalista que assenta essencialmente na compreensão da política como desenvolvimento social, como participação das populações e numa procura de valores universais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Por isso ele fala-nos assim:

*“O meu mar juntou em si todas as
tonalidades do mundo
do tempo da pedra lascada
à idade imperial americana”
“O meu paladar é o do bombó ao
shop-suey
do óleo de palma ao caviar”*

Esta forma alegórica de dizer, encerra uma importante contribuição na reflexão das lutas de emancipação colonial.

As “negritudes” descontextualizadas tornaram-se muitas vezes novas formas de racismo ainda que originadas por um outro racismo de visão ocidentalocrática.

A atitude de Carlos Ferreira é a de quem combate todas as formas de racismo. Ao mesmo tempo opõe-se também a uma visão de pretensa globalização que sendo apenas globalização neo-liberal alarga a dominação, a exclusão e a exploração.

Carlos Ferreira afirma num dos poemas a sua abertura cultural, alheia de qualquer neonegritude demagógica e isenta de qualquer fundamentalismo mitológico que apenas pretende escamotear a realidade concreta, a miséria e exclusão da própria nação angolana.

Diz então o poeta:

*“em mim
 não há etnias
 xenofobias
 telepatias
 minhas origens atravessam o mundo
 o colorido do mundo
 eu sou a fusão”*

Assim, Carlos Ferreira levanta esta questão central: a identidade cultural não é algo de construído definitivamente, como se fosse uma essência imutável. As identidades culturais são construções, simbioses, mestiçagens, e por isso constituem também factores de desenvolvimento e criatividade.

A coesão identitária constituiu uma forte resistência contra uma outra força identitária intolerante. Mas os povos não se confinam a esquemas predefinidos, a mitologias simbólicas estáticas. A cultura é um sistema em aberto. Não é um estereótipo cristalizado para todo o sempre. É antes de tudo um *processo*. Um processo contínuo de cruzamentos. O carácter dialógico e contraditório das múltiplas diferenças culturais serve o desenvolvimento, enriquece a abrangência de perspectivas perante a sociedade, revela a consciência e é o fermento para novas mudanças sociais.

É na instância jurídica, no domínio da justiça social que se deve propugnar por um *ideal igualitário*, forte e inflexível. Mas nunca na instância cultural, porque a cultura necessita de liberdade para se

frutificar em criatividade e descoberta. É na persistência da igualdade de oportunidades sociais que se promove o grande objectivo do desenvolvimento social. Para isso, exigem-se revoluções estruturais e económicas que propiciem uma sociedade cada vez mais fraterna, mais justa e sem exclusões.

O poeta retoma nos seus versos esta consciência dum trajecto inacabado da emancipação angolana. Conseguiu-se a independência formal mas ficaram por resolver questões sociais que sustentam e reproduzem a dependência económica e a exploração dos oprimidos.

Com a clareza dos seus poemas, diz-nos:

*“Voltamos ao passado
num ápice
sem dar conta
e tudo devidamente cozinhado na
mesma panela – copo farra
missa alvissaras
novela futebol e esquecimento total”*

*“Os pequenos patifes
foram subindo subindo
(...)
nada sobra
passeiam-se descarados à nossa frente
(...)
A obra colectiva é hoje
pasto da mesma manada”*

É neste olhar crítico sobre a situação actual, que se situam os temas principais da poesia de Carlos Ferreira. Mas nesta escrita, por vezes sarcástica e magoada, perpassa o lirismo e a ternura. A esperança, os sonhos e as utopias realizáveis manifestam-se constantemente nesta poesia.

A metamorfose a que assistimos é a de uma mudança amadurecida, que conhece as dificuldades duma realidade contraditória que só a consciência crítica e a pilotagem quotidiana da nossa vida permite vencer.

No fundo, trata-se de fazer nascer agora uma cidadania que resulta duma visão mais complexa e mais consciente, feita de aprendizagem continuamente avaliada, à custa de “remoer”, como ele próprio diz, “o cabo da minha antiga esperança”.

“Os heróis dos meus quinze anos meteram-se a caminho (...) Depois foram-se indo embora (...) Deixam-nos o nada para a caminhada”.

E retomando esta ideia, o poeta afirma:

*“ Não tenho nunca mais
Heróis dos meus quinze anos
Nem de outra qualquer idade
(...)
Hoje vou aprendendo a ser”*

É este “aprender a ser”, que é mais importante que todos os heróis quiméricos com que sonhamos aos quinze anos. Ao fim e ao cabo eram miragens que não nos faziam crescer por dentro. Talvez por isso, sem a participação consciente e permanentemente activa, todos os processos cristalizem. A obra colectiva é hoje “pasto da mesma manada”, diz o poeta.

Não interessa portanto continuar a desvairar com “uns comprimidos na algibeira, umas garrafas a molhe para esconder a ruína”.

Esta mensagem do poeta de Angola, Carlos Ferreira, é uma mensagem que transcende a angolanidade e vem certa, com seus versos cristalinos, ao encontro da realidade em Portugal, onde se comemoram aqui e agora, 30 anos de uma revolução, que agora chamam evolução e que, entre missas, copos e futebolis, se finge servir a causa do povo.

Mas esta causa universal, que é sede de justiça, não se compadece com visões estereotipadas.

O poeta recorda:

*“Me estava a esquecer quem era
(...)
Lembrei o ritmo a cadência dos deserdados
Para quem o mundo
Voltou a ser o mundo de há séculos”*

E nos últimos versos do livro perpassa então como uma chama indomável, o entusiasmo épico pela revolução:

*“Mesmo demorando mil anos
Morro com ela no coração”*

Resumos

Representações sociais, valores e atitudes face ao político em Angola e Moçambique

Franz-Wilhelm Heimer,
Elisete Marques da Silva,
Gabriel Mithá Ribeiro

Resumo

O artigo apresenta resultados seleccionados de uma investigação sobre a maneira como a população urbana de Angola e Moçambique “pensa” e “sente” o político por ela vivido. A investigação, realizada no quadro do Centro de Estudos Africanos – ISCTE de 2001 a 2004, recorreu a um inquérito por amostragem e a numerosas entrevistas - abertas e semi-estruturadas, individuais e de grupo. A parte mais importante do artigo é consagrada aos valores políticos básicos, defendidos pelos entrevistados/inquiridos, e às suas percepções quanto à implementação destes valores nos seus países, durante a “I República”, de cunho socialista, e a “II República”, declaradamente democrática e “neo-liberal”. Os dados obtidos em relação a esta “dimensão subjectiva” da política confirmam plenamente a análises críticas dos regimes actualmente vigentes em ambos os países.

Palavras-chave

Angola; Moçambique; política pós-colonial; culturas políticas; valores políticos; atitudes políticas.

Abstract

This article presents selected results from a research project on the way the urban population in Angola “thinks” and “feels” about politics as they live it. The research, carried out from 2004 to 2004, in the framework of the Centro de Estudos Africanos – ISCTE (Lisbon), was carried out by means of a sample-based survey and of numerous interviews - open as well as semi-structured, with individuals as well as with groups. The most important part of the article is the basic political values held by the interviewees/respondents, and their perceptions with respect to the implementation of these values in their respective country, during the “I Republic” (following a “socialist” model) and the “II Republic” (declaredly democratic and “neo-liberal”). The data collected on this “subjective dimension” of politics fully confirms the critical analyses of the current political regimes in both countries.

Key-words

Angola, Mozambique, post-colonial politics; political cultures; political values; political attitudes.

**Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de
libertação nacional?
Processo histórico e discurso ideológico –
o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular**

Michel Cahen

Resumo

A distinção entre nacionalismo e “nacionismo” é um factor explicativo da génese de vários estados africanos e, em especial, da República de Moçambique.

A apropriação dos aparelhos de estado por certos grupos sociais, eventualmente apropriadores de rendas externas, agravou, durante os anos imediatos à independência, a acção dissolvente que o colonialismo já tinha exercido sobre as culturas tradicionais. Um estado progressivo poderia acelerar a inclusão destas mas, num contexto neo-colonial, dificilmente assim poderia acontecer. Deste modo, por “nacionismo”, deverá entender-se a tentativa por parte de uma classe dirigente em consolidar uma cidadania nacional abstracta.

A especificidade do colonialismo português, que dificultou a afirmação de uma pequena-burguesia crioula e a relegou para os quadros burocráticos intermédios, tornou os PALOP's casos típicos de recusas da etnicidade. Este artigo pretende essencialmente contribuir para questionar a noção - aparentemente consensual, inclusive entre os historiadores - de “luta de libertação nacional”.

Palavras-chave

Moçambique, Portugal, anti-colonialismo, nacionalismo, etnicidade

Résumé

La distinction entre nationalisme et «nationisme» est un facteur explicatif de la genèse de plusieurs états africains et, en particulier, du Mozambique.

L'appropriation des appareils de l'État par certains groupes sociaux, éventuellement profiteurs de revenus externes, a aggravé, pendant les années immédiatement après l'indépendance, l'action dissolvent que le colonialisme

avait déjà exercé sur les cultures traditionnelles. Un état progressif pourrait accélérer l'inclusion de celles-ci mais, dans un contexte néocolonial, ça difficilement pourrait se passer. Ainsi, on doit entendre par «nationalisme» l'essai par la classe dirigeante de consolider une citoyenneté national abstraite.

L'spécificité du colonialisme portugais, qui a difficulté l'affirmation d'une petite-bourgeoisie créole et l'a relégué à des cadres bureaucratiques intermédiaires, a fait des PALOP des cases typiques de refuse de l'ethnicité. Cet article prétend essentiellement contribuer pour mettre en question la notion – apparemment consensuelle, même parmi les historiens – de «lutte de libération national».

Mots-clef

Mozambique, Portugal, anti-colonialisme, nationalisme, ethnicité.

MOÇAMBIQUE: 30 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

Felizardo Bouene

Resumo

Moçambique tornou-se colônia portuguesa após a Conferência de Berlim de 1884-85. A resistência então manifestada retomou-se com a luta de libertação dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a partir de 1964. Conseguida a independência em 25 de Junho de 1975, Moçambique conhece essencialmente dois períodos políticos: O período revolucionário e de Guerra Civil (de 1975 a 1992) e o período de reconciliação nacional (de 1992 em diante).

Durante a independência Moçambique avançou sobretudo no domínio da educação e da saúde. A assinatura do Acordo Geral de Paz criou as necessárias condições para confiança dos agentes económicos.

Palavras-chave

Moçambique; Poder Colonial; Resistência; Frelimo; Estado Socialista; Renamo; Guerra Civil; Acordo de Paz; Democracia Representativa

Abstract

Mozambique became a Portuguese colony after the Conference of Berlin in 1884-85. The resistance manifested until then was renewed with the struggle

for freedom led by the Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), from 1964 on. Once the independence was achieved, in 25th June 1975, Mozambique had essentially two political periods: the revolutionary period and civil war (from 1975 to 1992) and the national reconciliation period (from 1992 on).

During the independence Mozambique advanced mainly in the domains of education and health. The signing of the Peace Settlement created the necessary conditions for the trust of the economic agents.

Key-words

Mozambique; Colonial power; Resistance; Frelimo; Socialist State; Renamo; Civil War; Peace settlement; Representative democracy.

A Terceira Vitória da Frelimo em Moçambique: Marginalização Política ou Estabilidade Económica?

Rita Pais

Resumo

As últimas eleições legislativas e presidenciais em Moçambique, em Dezembro de 2004, vieram confirmar duas tendências que se têm mantido desde a abertura do sistema político ao multipartidarismo. Por um lado, os dois grandes partidos, Renamo e Frelimo, continuam a dominar a disputa eleitoral e o espaço político sem que uma terceira força tenha emergido como alternativa real. Por outro, as fragilidades da organização política da Renamo evidenciaram-se, e reflectiram-se nos resultados eleitorais. A vitória confortável da Frelimo e a declaração, por parte de observadores internacionais, das eleições como livres e justas (muito embora se tenha verificado algumas irregularidades), veio reforçar a imagem de estabilidade que o governo Frelimo se tem esforçado por construir, ao mesmo tempo que veio garantir um novo voto de confiança dos doadores internacionais nos programas nacionais de crescimento e desenvolvimento.

A interpretação dos resultados destas eleições situa-se algures entre estes dois extremos: o da marginalização política e o da estabilidade económica.

Palavras-chave

Eleições; estabilidade; marginalização política; consolidação democrática.

Abstract

Mozambique's latest parliamentary and presidential elections, in December 2004, confirmed two aspects that have been visible since the country opened up to a multi-party system. On one hand, the two major parties, Renamo and Frelimo, continue to dominate the political scene, since a third force hasn't emerged as a real alternative. On the other hand, the weaknesses of Renamo's political organisation has become more evident, and reflected on the electoral results. Frelimo's comfortable victory and the declaration, by international observers, of the elections as free and fair (even though some irregularities were identified), strengthened the image of stability that the Frelimo government has been trying hard to build, at the same time that it guaranteed the donor's renewed vow of confidence on the country's development programs.

The Interpretation of these elections' results ranges from political marginalization to economic stability.

Key-words

Elections; stability; political marginalization; democratic consolidation

**CABO VERDE
TRINTA ANOS DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL**

Daniel A. Pereira

Resumo

O artigo estabelece a comparação entre um ponto de partida constituído pelo baixíssimo nível de desenvolvimento social em que o arquipélago de Cabo Verde se encontrava à data da sua independência em 1975, e os activos conseguidos ao longo de 30 anos. Entre os factores explicativos do relativo sucesso - medido tanto por indicadores materiais como pelos êxitos de política internacional nos âmbitos regional e mundial - estão, para além da tradicional vantagem estratégica da localização das ilhas, os benefícios associados à estabilidade política, invulgar no contexto africano, e à manutenção de uma diplomacia pragmática.

Palavras-chave

Cabo Verde, desenvolvimento social, política externa, CPLP

Abstract

This article establishes a comparison between a starting point constituted by the extreme low level of social development in which the archipelago of Cape Verde was in when it became independent in 1975, and the assets accomplished during 30 years.

Among the explaining factors of this relative success – measure both by the material indicators as well as by the successes of international politics in the regional and international scope - are, besides the traditional strategic advantage of the localization of the islands, the benefits associated to its political stability, unusual in the African context, and the maintenance of a pragmatic diplomacy.

Key-words

Cape Verde, social development, external politics, CPLP.

O Semi-presidencialismo e o controlo da constitucionalidade em São Tomé e Príncipe

Gerhard Seibert

Resumo

Quando São Tomé e Príncipe se transformou numa democracia multipartidária em 1990 optou, não obstante as próprias particularidades do pequeno arquipélago, por um regime governativo baseado no sistema semi-presidencial português. A consequente coabitação entre o governo e um presidente com competências executivas suplementares facilitou uma série de conflitos políticos entre os órgãos de soberania, que afectaram negativamente o desenvolvimento do país e, por sua vez, levantaram questões de ordem constitucional. Numa perspectiva empírica da *law in action* o artigo aborda o funcionamento do controverso sistema semi-presidencial e a fiscalização da constitucionalidade, dois aspectos importantes da jovem democracia neste pequeno país africano.

Palavras-chave

São Tomé e Príncipe, democratização, constitucionalidade, sistema semi-presidencial, pequenos estados insulares, sociedades crioulas

Abstract

When Sao Tome e Principe became a multiparty democracy in 1990 it chose, in spite of the particularities of this small archipelago, a governing regime based on the semi-presidential Portuguese system. The consequent cohabitation between government and President with extra executive competences, led the way to a series of political conflicts between the governing organs and have affected negatively the development of the country, and, consequently, raised constitutional questions. In an empiric perspective of *law in action* this article deals with the functioning of the controversial semi-presidential system and with the regulation of constitutionality, two important aspects of the young democracy of this small African country.

Key-words

Sao Tome e Principe, democratization, constitutionality; semi-presidential system; small insular states; Creole societies.

“Islão negro” versus “verdadeiro islão” - dilema ou sintoma de persistente e injustificada discriminação dos muçulmanos africanos subsarianos?

Eduardo Costa Dias¹

Resumo

A pretexto da controvérsia antiga sobre a bondade heurística da expressão “Islão negro”, este artigo debruça-se sobre a questão da fluidez identitária do Islão. No essencial, a argumentação desenvolvida neste artigo a propósito das particularidades de algumas das práticas religiosas dos muçulmanos africanos negros e das relações frequentemente difíceis tecidas por estes com os outros muçulmanos africanos – os muçulmanos ditos de origem árabe, inscreve-se directamente nos problemas derivados da multiplicidade de imagens e entendimentos com que os crentes do Islão se defrontam, independentemente do lugar geográfico, desde há muito: policentrismo de orientação e organização, heterogeneidade de representações, polimorfismo nas mediações culturais, etc.

Palavras-chave

Islão Negro, Identidade Muçulmana, *Da’wa*, Arabocentrismo, Islão de *Gris-Gris*.

¹ ISCTE, Lisboa.

Abstract

Using the pretext of the old controversy on the heuristic kindness of the expression "Black Islam", this article approaches the question of the identitarian fluidity of the Islam.

In its essence, the argumentation developed in this article concerning the particularities of some religious practices of the African black Muslims and the often difficult relations of them with other African Muslims – the so-called Muslims of Arabic origin – is directly connected with the problems derived from multiplicity of images and understandings with which the believers of Islam are faced, independently of their geography, since a very long time: polycentrism of orientation and organization; heterogeneity of representations; polymorphism in the cultural mediations, etc.

Key-words

Black Islam, Muslim Identity; *Da'wa*, Arabcentrism, *Gris-Gris* Islam.

Analyse du changement politique en République de Djibouti de 1992-2005: contexte y processus

Mohamed Abdillahi Bahdon

Résumé

Le changement politique des années 1990 s'imposait aux dirigeants politiques de la République de Djibouti. L'opposition de la direction de l'ex-parti unique, le RPP, à suivre le pas emprunté par d'autres pays africains, et particulièrement le Bénin et le Mali, ne pouvait durer longtemps. L'éclatement d'une guerre civile et l'apparition des forces politiques, armées ou non, la démission des membres du gouvernement, une première dans la courte histoire politique Djiboutienne, mais aussi la pression du gouvernement français sur les autorités politiques, ont conduit à la mise en place d'un processus de changement de régime politique, contrôlé par l'ex-parti unique. La réforme constitutionnelle adoptée par référendum le 4 septembre 1992 n'a pas fait l'objet d'un consensus entre les différentes forces politiques. Les élections pluralistes depuis décembre 1992 jusqu'à 2005 (présidentielles) n'ont pas changé significativement le paysage politique local. Le pays est passé du parti unique à la situation du parti dominant ou l'unique où l'opposition n'a toujours pas une représentation parlementaire.

Mots-clef

Changement politique, réforme constitutionnelle, multipartisme limité, élections pluralistes, représentation parlementaire.

Abstract

The political change of 1990's was imposed on the political leaders of the Republic of Djibouti. The opposition of the direction of the ex single party, the RPP, that follow other African countries, and particularly Benin and Mali, could not last a long time. The bursting of a civil war and the appearance of the political forces, armies or not, the resignation of the members of the government, a first in the short Djibouti political history, but also, the pressure of the French government on the political authorities, led to the installation of a process of change of political regime, controlled by the ex single party. The constitutional reform adopted by referendum on September 4, 1992 was not the subject of a consensus between the various political forces. The pluralist elections since December 1992 up to 2005 (presidential) did not change the local political scene significantly. The country passed from a single party to the situation of a dominant party or a single one where the opposition still does not have a parliamentary representation.

Key-words

Political change, constitutional reform, limited multi-party system, plural elections, parliamentary representation.

**Foram os escravos decisivos na abolição da escravidão?
Considerações a propósito de um livro de Nelly Schmidt**

João Pedro Marques

Resumo

De acordo com uma tese muito difundida, os escravos africanos rebeldes e fugitivos teriam sido os primeiros anti-escravistas da história colonial. A sua resistência teria minado a vida nas colónias, levando à abolição da escravidão e à morte do próprio sistema colonial. Ou seja, os primeiros e principais agentes da abolição da escravidão teriam sido esses escravos, e não os abolicionistas europeus e norte-americanos cuja acção só viria a manifestar-se, e geralmente de forma tímida, a partir de finais do século XVIII.

Tendo por base a recensão crítica a um recente livro de Nelly Schmidt — que reafirma essa tese —, o presente artigo procura mostrar que uma tal perspectiva assenta, por um lado, numa mistificação ou mal entendido acerca dos objectivos das fugas e revoltas escravas, e, por outro lado, numa desvalorização do abolicionismo.

Palavras-chave

Revoltas escravas, emancipação, abolicionismo.

Abstract

According to a much publicized thesis, the African rebel and runaway slaves were the first anti-slavery group of colonial history. Their resistance had undermined life in the colonies leading to the abolition of slavery and to the death of the colonial system. That is, the first and main agents of the abolition of slavery were those slaves and not the European and American abolitionists whose action would only be known, and mostly in a timid way, at the end of the XVIII century.

Having as a starting point the critical review of a recent book by Nelly Schmidt – that reaffirms this thesis – this article intends to demonstrate that such a perspective is based, on one hand, on the mystification or misunderstanding of the objectives of the slaves' escapes and rebellions, and, on the other hand, in a sub valorization of abolitionism.

Key-words

Slave rebellions, emancipation, abolitionism.

Guiné-Bissau: 30 anos de independência

Leopoldo Amado

Resumo

É difícil, senão mesmo impossível, procurar compreender as três décadas que conformam a Guiné-Bissau sem se proceder a uma profunda auscultação do seu passado colonial e a história da sua guerra de libertação, tal o peso considerável a intensidade que um e outro aspecto, embora de forma diferenciada, tiveram e continuam a ter no período pós-independência.

Com efeito, este artigo, que procura estabelecer um balanço retrospectivo mas igualmente prospectivo das três décadas da independência da Guiné-Bissau, tenta reconstituir os traços essenciais e as linhas de força que viriam fortemente a condicionar o processo e a dinâmica da construção da sociedade guineense, perpassando nesta análise uma perspectiva transversal nos domínios político, económico, social e cultural.

Palavras-chave

colonialismo/colonização, libertação, democratização e desenvolvimento.

Abstract

It is difficult, or even impossible, to try to understand the three decades that form Guinea-Bissau without proceeding to a deep auscultation of its colonial past and the history of its liberation war, such is the considerable weight the intensity that one and other aspect, although in a differentiated way, had and continue to have in the period post-independence.

Thus, this article aims to establish a retrospective but equally prospective of the assessment of the three decades of the independence of Guinea-Bissau. It tries to reconstitute the essential lines and the lines of force that would come to strongly condition the process and the dynamics of the construction of the Guinean society. This analysis traverses the political, economic, social and cultural domains.

Key-words

colonialism/colonization, liberation, democratization and development.

NO RESCALDO DA ESCRAVATURA.**As ciências sociais chamadas à liça nos anos 30 (século XX)**

Maria Emília Madeira Santos e Victor Rodrigues

Resumo

A necessidade de pôr termo ao prolongamento de situações de escravidão ou de reacendimentos de focos de escravatura havia conduzido a Sociedade das Nações à criação, em 1922, da “Comissão Temporária de Escravatura”. Dez anos mais tarde, porque fosse urgente avaliar de forma científica os resultados da sua actuação junto das potências coloniais, bem como dos seus

efeitos nas populações, os responsáveis políticos coloniais viriam a “chamar à liça” um vasto conjunto de investigadores dos mais variados ramos do saber. Portugal, a exemplo do que a Bélgica já vinha fazendo, atribuiu então a um conjunto de especialistas em assuntos coloniais a tarefa de elaborarem um “Questionário Etnográfico sobre a Escravatura” que, se por um lado visava avaliar o estado real do problema da escravatura e das suas “formas análogas” nas colónias, por outro, destinava-se a caucionar a política colonial desenvolvida pelo Estado Português. A análise da sua acção e o enquadramento político em que decorreu serão o objecto principal deste nosso trabalho, que marca o ponto de partida para um estudo mais vasto desta problemática.

Palavras-chave

África; Angola; Bureau International du Travail ; Bureau International pour la Defense des Indigènes; Ciências Sociais; Comissão Temporária da Escravatura; Convenção da “Comissão da Escravatura”; escravatura; escravatura doméstica; escravidão; *lobolo*; Moçambique; *muitsai*; práticas análogas da escravatura; Questionário Etnográfico; S. Tomé e Príncipe; servidão doméstica; Sociedade das Nações; trabalho forçado; tráfico de escravos; Institut Royal Belge.

Abstract

The need to stop prolonged situations of slavery or re-enactments of slavery situations had led the Sociedade das Nações to the creation, in 1922, of the “Comissão Temporária de Escravatura”. Ten years later, because it was urgent to evaluate, in a scientific way, the results of its performance in the colonial powers, as well as its effect in the populations, the colonial politicians in charge called in a large group of researchers from several domains of knowledge. Portugal, following the example of Belgium, attributed to a set of specialists in colonial affairs the task of elaborating a “Ethnographic Questionnaire on Slavery” that, on one side, intended to evaluate the real state of the problem of slavery and its “analogue forms” in the colonies, and, on the other side, was meant to caution the colonial politics developed by the Portuguese state. The analysis of its action and the political setting in which it occurred, will be the main object of our work that sets the starting point for a wider study of this problem.

Key-words

Africa; Angola; Bureau International du Travail; Bureau International pour la Defense des Indigènes; Social Sciences; Comissão Temporária de Escravatura; “Comissão da Escravatura” Convention; slavery; domestic slavery; *lobolo*; Mozambique; *muitsai*; analogue slavery practices; Ethnographic questionnaire; S. Tome and Príncipe; Sociedade das Nações; forced labour; slave trade; Institut Royal Belge.

NORMAS PARA OS COLABORADORES DA AFRICANA STUDIA

Apresentação de originais:

1. Os artigos enviados à Africana Studia serão submetidos ao Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar conveniente.
2. Os textos em português, em francês ou em inglês serão enviados em duplicado ao secretariado do CEAUP, dactilografados em páginas A4, a espaço e meio, acompanhados de uma disquete com o ficheiro de texto em Word for Windows (versão 97; 2000 ou XP).
3. O limite máximo da dimensão dos artigos será de 25 págs., incluindo quadros, gráficos, figuras, notas e bibliografia.
4. Cada artigo será acompanhado de um resumo com o máximo de 10 linhas apresentado em português, francês e inglês, e das palavras – chave nucleares (mots-clefs / key words).
5. Todas as citações devem seguir-se do sobrenome do autor, em maiúsculas, e ano de publicação (e número de página, se for o caso), entre parênteses.
6. As referências bibliográficas devem vir no final do texto, numeradas e em ordem alfabética a partir do sobrenome do autor, com espaço simples entre linhas e espaço duplo entre si. Títulos de livros e periódicos devem vir em itálico.
7. A *Africana Studia* reserva-se o direito de alterar os originais com o fim de condicioná-los a essas e outras normas do seu padrão editorial.
8. Os autores terão direito a 2 exemplares e 25 separatas da *Africana Studia*.
9. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidade dos seus autores.